



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

GABRIELA SILVA MENESES

**IMPACTOS DO GÊNERO E DA MATERNIDADE NA CONSTRUÇÃO
DA CARREIRA DAS JORNALISTAS-MÃES BRASILEIRAS**

BRASÍLIA
2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

GABRIELA SILVA MENESES

**IMPACTOS DO GÊNERO E DA MATERNIDADE NA CONSTRUÇÃO
DA CARREIRA DAS JORNALISTAS-MÃES BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade de Brasília
como requisito para obtenção do grau de Doutora
em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira

Área de Concentração: Comunicação e
Sociedade

Linha de pesquisa: Poder e Processos
Comunicacionais

BRASÍLIA
2025

GABRIELA SILVA MENESES

**IMPACTOS DO GÊNERO E DA MATERNIDADE NA CONSTRUÇÃO DA
CARREIRA DAS JORNALISTAS-MÃES BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Data de Defesa: 31/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira
Orientador – UnB

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura
Examinadora – UnB

Profa. Dra. Florence Le Cam
Examinadora – ULB

Prof. Dra. Naiana Rodrigues da Silva
Examinadora – UFC

Prof. Dra. Paula Melani Rocha
Examinadora – UEPG

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, Benjamin, por me proporcionar a experiência de uma maternidade reflexiva, impulsionando, inclusive, a construção desta pesquisa; pela paciência de crescer junto comigo ao longo deste doutorado, aprendendo a conviver com os meus desejos e, conseqüentemente, com as minhas ausências; e por todo carinho, abraços e beijinhos nos intervalos de escrita, que me incentivavam a continuar.

Ao Fábio Pereira, meu orientador, pela confiança no meu trabalho, por todas as orientações e correções minuciosas, pela paciência com meus processos (de escrita, de reflexão e de vida) e por todas as incríveis oportunidades vivenciadas no doutorado. Obrigada por ser inspiração e exemplo, enquanto professor e pesquisador; por ser referência para a construção desta tese; e por ser o principal responsável pela minha formação na pesquisa, desde o mestrado.

Às professoras integrantes da banca examinadora, Dione Moura, Florence Le Cam, Naiana Rodrigues e Paula Melani, pela disponibilidade e gentileza em aceitar o convite, pelo compartilhamento de conhecimentos e por serem inspiração para mim. Que honra ser avaliada por uma banca formada por mulheres pesquisadoras, referência nos estudos de Jornalismo, em suas respectivas áreas de pesquisa.

Ao professor Jacques Mick, por ter gentilmente participado da minha banca de qualificação, junto às professoras Dione Moura e Paula Melani. Obrigada por todas as orientações e as sugestões que muito contribuíram com o desenvolvimento desta tese.

Às jornalistas e aos jornalistas participantes desta pesquisa, por terem gentilmente cedido tempo e informações importantes sobre suas vidas para a construção desta investigação. Sem a contribuição de vocês, este estudo não teria sido possível.

Ao professor Thales Lelo, parceiro de pesquisa que virou amigo querido. A base de dados deste estudo foi construída junto com o Thales, durante o estágio pós-doutoral dele na UnB. A partir dessa parceria, com orientação e supervisão do Fábio, desenvolvemos artigos que foram apresentados na Compós e publicados em revistas internacionais. Obrigada por ser inspiração para mim, enquanto pesquisador; pela generosidade em ensinar e compartilhar conhecimento;

por todo incentivo para que eu siga na pesquisa; pelas conversas reflexivas; pelos momentos divertidos e pelo bom convívio que estabelecemos nos últimos anos.

À professora Andressa Kikuti, que também virou uma amiga querida nos últimos anos. Agradeço a leitura atenta do capítulo teórico e as sugestões apresentadas. Obrigada pela sua dedicação à pesquisa, especialmente nas discussões de jornalismo e gênero que tanto contribuíram para a construção desta tese. Agradeço as trocas acadêmicas na Compós, as boas conversas, os momentos divertidos, as risadas e as danças que tanto tornaram a experiência do doutorado um processo um pouco mais leve e agradável de vivenciar.

À amiga querida Bruna Mastrella, um presente dessa minha passagem pelo mestrado e doutorado na UnB. Obrigada por estar do meu lado na trajetória acadêmica e também nos melhores e nos piores momentos vivenciados nesses anos. Agradeço a companhia agradável no dia a dia, nas viagens, nas aulas, nas discussões acadêmicas, nos bares, nas festas. Obrigada por me dar casa e carro sempre que fui a Brasília. Obrigada por cuidar tão bem do Benjamin quando eu precisei. Ele não esquece a “tia Bruna de Brasília”.

Aos meus pais, Margareth e Cláudio, às minhas irmãs, Érica e Bruna, e aos meus sobrinhos, Henrique e Pedrinho. Obrigada por terem sido meu porto seguro de afeto e carinho, quando eu precisei. Agradeço todos os incentivos para que eu seguisse nessa trajetória, sem desanimar. Amo vocês!

Ao Ivânio, pai do Benjamin, por ter sido um incentivador deste doutorado e pela parceria na criação de um filho. Obrigada por assumir suas responsabilidades com o Ben, permitindo que eu conseguisse me dedicar à pesquisa e a outras atividades. Agradeço também todo o suporte logístico e financeiro no período que eu estive cursando as disciplinas em Brasília e nos dois últimos anos de doutorado.

À Cris e à Natália, que chegaram na minha vida para me ajudar nos cuidados com Ben durante o período que acumulei trabalho remunerado e doutorado. O trabalho de vocês com o Benjamin me permitiu ter tempo para escrever esta tese e descansar, quando necessário. Só cheguei até aqui porque a ajuda valiosa de vocês me possibilitou esse feito.

Às pesquisadoras e aos pesquisadores do Perfil do Jornalista Brasileiro e respectivas regiões, pela pronta disponibilidade dos dados detalhados, quando precisei; pela oportunidade de trabalhar na construção da publicação do Perfil do Jornalista do Centro-Oeste; e pelo compartilhamento de saberes.

Ao coletivo Mães da UFRJ, pelo primeiro contato com a bibliografia sobre maternidade e pelo compartilhamento de experiências durante a pandemia.

Às amigas e aos amigos da CAPI/UFC, pela paciência com minhas ausências durante a reta final do doutorado, pelo incentivo para que eu concluísse esta tese e pelos momentos divertidos que deixam o cotidiano de trabalho mais leve.

À Lígia Coeli e Marcela, parceiras no projeto da Fundação Itaú, pela paciência com minhas ausências nessa reta final da tese. Um agradecimento especial à Lígia que se tornou uma amiga querida. A nossa convivência é inspiradora para mim em muitos sentidos.

Às amigas e aos amigos de Fortaleza, pela companhia nos dias bons e nos dias ruins. A presença de vocês foi fundamental nos últimos anos para que eu conseguisse preservar parte da minha saúde mental, diante de tantas mudanças de vida e tantas responsabilidades com maternidade, trabalho e doutorado. Obrigada pela companhia nos meu apê, nas praias, nos bares, nos sambas, nas festas, nos cafés, na academia, na universidade... Agradeço cada risada, cada choro, cada conversa boba, cada conversa interessante sobre a minha tese ou sobre temas afins que me fizeram refletir. Eu tenho as/os melhores por perto!

Ao processo de análise, por me ajudar a lidar com minhas angústias, e ao muay thai, por acalmar minha mente, quando estava tudo muito anuviado. Para seguir pensando, refletindo, analisando dados e escrevendo, essas duas “ferramentas” foram fundamentais.

“Ao Benjamin, por me dar novas lentes para ver o mundo, e às mulheres da minha família (mãe, irmãs, avós, tias e primas), por me inspirarem, de diferentes formas, a chegar até aqui.”

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar o processo de construção da carreira das mulheres jornalistas que vivenciam a maternidade. Com base no conceito interacionista de carreira (Hugues, 1937; 1997; Becker, 2008; Pereira, F., 2020a) em diálogo com discussões sobre gênero (Scott, 2019; Lauretis, 2019), maternidade (Badinter, 2011; Souza, 2022; Iaconelli, 2023), jornalismo e trabalho (Steiner, 2017; Lelo, 2019; Kikuti, 2023), este estudo recorreu à triangulação de técnicas de coletas de dados (Duarte, 2009; Flick, 2009; Pereira, F., 2014), para analisar as escolhas de jornalistas mulheres e homens, com e sem filhas/os, identificando o contexto e as motivações que levaram a essas decisões e as diferenças entre os grupos sociais. Também se propôs a compreender e mapear as táticas que jornalistas mulheres e homens, com e sem filhas/os, utilizam para tentar conciliar as demandas pessoais com o dia a dia da atuação profissional, apontando semelhanças e particularidades; bem como pretendeu identificar os movimentos de carreira das jornalistas que exercem a maternidade, mapeando tipos de trajetória mais comuns entre as mães. Também se propôs a compreender e mapear as táticas que jornalistas mulheres e homens, com e sem filhas/os, utilizam para tentar conciliar as demandas pessoais com o dia a dia da atuação profissional, apontando semelhanças e particularidades; bem como pretendeu identificar os movimentos de carreira das jornalistas que exercem a maternidade, mapeando tipos de trajetória mais comuns entre as mães. Participaram 35 jornalistas de todas as regiões do País, mulheres e homens, com e sem filhas/s, por meio de 35 entrevistas semiestruturadas, 34 fotografias de mesas de trabalho e 33 diários com autodescrição de rotinas. A análise dos dados, realizada por meio de indução analítica, permitiu inferir que os motivos e os contextos envolvidos nas escolhas das/os jornalistas podem ter relação diversas com qualidade de vida e saúde, oportunidades/limitações do mercado de trabalho, retorno financeiro e discriminações e direitos violados, e que mulheres levam mais em consideração, no planejamento e no ato de suas escolhas, os aspectos relacionados à parentalidade do que os homens. Para tentar conciliar as dinâmicas da vida privada e da vida laboral, jornalistas desenvolvem táticas relacionadas à gestão do tempo dedicado ao trabalho, à gestão de sociabilidades externas ao espaço laboral, ao investimento em saúde e bem-estar e à materialidade das condições de trabalho. Na gestão de sociabilidades externas ao espaço laboral, está o gerenciamento de rede de apoio, tática fundamental para que as mulheres-mães permaneçam no mercado de trabalho jornalístico. Além disso, a partir de sete movimentos de carreira das jornalistas-mães, foram identificados quatro principais tipos de trajetórias: a) carreiras organizacionais; b) carreiras freelancers; c) carreiras públicas; d) carreiras híbridas e/ou atípicas - sendo as carreiras públicas as mais compatíveis com a maternidade, devido à estabilidade, carga horária e ao cumprimento de direitos. Esta tese contribui para os estudos das carreiras jornalísticas por revelar como fatores da vida privada podem provocar transformações significativas nas trajetórias profissionais.

Palavras-chave: jornalistas; maternidade; gênero; escolhas; táticas; carreira.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the career development process of female journalists who experience motherhood. Based on the interactionist concept of career (Hugues, 1937; 1997; Becker, 2008; Pereira, F., 2020a) in dialogue with discussions about gender (Scott, 2019; Lauretis, 2019), motherhood (Badinter, 2011; Souza, 2022; Iaconelli, 2023), journalism and labor (Steiner, 2017; Lelo, 2019; Kikuti, 2023), this study used triangulation of data collection techniques (Duarte, 2009; Flick, 2009; Pereira, F., 2014) to analyze the choices of female and male journalists, with and without children, identifying the context and motivations that led to these decisions and the differences between social groups. It also sought to understand and map the tactics that female and male journalists, with and without children, use to try to reconcile personal demands with their daily professional lives, pointing out similarities and particularities. It also aimed to identify the career movements of journalists who are mothers, mapping the most common types of trajectories among mothers. Thirty-five journalists from all regions of the country, women and men, with and without children, participated through 35 semi-structured interviews, 34 photographs of work desks, and 33 diaries with self-descriptions of routines. The analysis of the data, carried out through analytical induction, allowed us to infer that the reasons and contexts involved in the choices of journalists may be related to quality of life and health, opportunities/limitations of the labor market, financial return, discrimination, and violated rights, and that women take aspects related to parenthood into greater consideration than men when planning and making their choices. In an attempt to reconcile the dynamics of private and working life, journalists develop tactics related to managing the time dedicated to work, managing social relationships outside the workplace, investing in health and well-being, and the materiality of working conditions. The management of social relationships outside the workplace includes the management of support networks, a fundamental tactic for women-mothers to remain in the journalism job market. In addition, based on seven career movements of female journalists who are mothers, four main types of trajectories were identified: a) organizational careers; b) freelance careers; c) public careers; d) hybrid and/or atypical careers - with public careers being the most compatible with motherhood, due to stability, working hours, and compliance with rights. This thesis contributes to studies of journalistic careers by revealing how factors in private life can cause significant changes in professional trajectories.

Keywords: journalists; motherhood; gender; choices; tactics; career.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ESTUDOS SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO JORNALISMO E A MATERNIDADE.....	25
2.1	BREVE EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS.....	25
2.1.1	Feminismo e maternidade.....	27
2.2	PANORAMA DAS PESQUISAS QUE ABORDAM A PRÁTICA PROFISSIONAL DO JORNALISMO E A MATERNIDADE.....	28
2.2.1	Principais achados e lacunas.....	31
2.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	35
3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS: CARREIRA, GÊNERO E JORNALISMO.....	37
3.1	CARREIRA NA PERSPECTIVA INTERACIONISTA.....	38
3.2	CARREIRA NOS ESTUDOS DE JORNALISMO.....	42
3.3	GÊNERO NOS ESTUDOS DE JORNALISMO.....	46
3.3.1	Divisão sexual do trabalho no jornalismo.....	48
3.3.2	Feminização e precarização.....	50
3.3.3	Marcadores sociais.....	53
3.4	ESTUDAR CARREIRAS JORNALÍSTICAS E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA INTERACIONISTA.....	55
3.5	ESTUDOS SOBRE CARREIRAS JORNALÍSTICAS E GÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO.....	60
3.6	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	64
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	66
4.1	CAMINHO METODOLÓGICO ESCOLHIDO.....	66
4.2	PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO CORPUS E TÉCNICAS DE GERAÇÃO DE DADOS.....	68
4.2.1	Entrevistas semiestruturadas.....	75
4.2.1.1	Jornalistas-mães em diálogo.....	77
4.2.2	Diários e fotografias.....	79
4.3	PROCEDIMENTOS DE CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	80
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	84
5	JORNALISTAS-MÃES FAZENDO ESCOLHAS E SE MOVIMENTANDO NA CARREIRA.....	86
5.1	BREVE APRESENTAÇÃO DAS/OS SUJEITAS/OS DA PESQUISA.....	86
5.1.1	Quem são as mães jornalistas desta pesquisa?.....	89
5.2	AGREGAÇÃO DAS ESCOLHAS DAS/OS JORNALISTAS POR GÊNERO E PARENTALIDADE.....	96
5.2.1	Jornalistas fazendo escolhas de carreira.....	98
5.2.1.1	Qualidade de vida e saúde.....	102
5.2.1.2	Oportunidades/limitações de trabalho.....	107
5.2.1.3	Retorno financeiro.....	111
5.2.1.4	Direitos violados.....	114
5.3	OS MOVIMENTOS NA CARREIRA DAS JORNALISTAS-MÃES.....	118
5.3.1	Permanência na redação – repórteres e chefias de médio e alto escalão.....	120
5.3.2	Saída para atuação fora da mídia – concurso público, atuação em órgãos	

	públicas assessorias de comunicação e chefias.....	123
5.3.3	Saída para docência e/ou pesquisa.....	126
5.3.4	Saída para freelancer.....	128
5.3.5	Movimentos híbridos e atípicos.....	129
5.3.6	Pausas, interrupções e outros caminhos.....	131
5.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	132
6	JORNALISTAS-MÃES TENTANDO CONCILIAR VIDA PESSOAL E CARREIRA JORNALÍSTICA.....	135
6.1	TENTATIVAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-VIDA PESSOAL.....	135
6.2	TÁTICAS UTILIZADAS PELAS/OS JORNALISTAS POR GÊNERO E PARENTALIDADE.....	138
6.2.1	Gestão do tempo dedicado ao trabalho.....	141
6.2.1.1	Adaptações no local e no formato (flexibilidade, acordos, horário reduzido).....	142
6.2.1.2	Uso das plataformas digitais na gestão da rotina.....	144
6.2.1.3	Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda.....	147
6.2.2	Gestão de sociabilidades externas ao espaço laboral.....	149
6.2.2.1	Organização de rede de apoio para as/os filhas/os.....	150
6.2.2.2	Divisão de tarefas domésticas com parceira/os e/ou outras pessoas.....	152
6.2.3	Investimento em saúde e bem-estar.....	153
6.2.3.1	Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental.....	154
6.2.4	Materialidade das condições de trabalho.....	155
6.2.4.1	(Re)configuração dos espaços de trabalho.....	156
6.3	PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA ENTRE AS JORNALISTAS-MÃES PARA TENTAR CONCILIAR TRABALHO JORNALÍSTICO E MATERNIDADE.....	159
6.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	164
7	AS DIFERENTES FORMAS DE SEGUIR NA CARREIRA JORNALÍSTICA DEPOIS DA MATERNIDADE.....	167
7.1	REVISITANDO O CONCEITO INTERACIONISTA DE CARREIRA A PARTIR DO OLHAR DA MATERNIDADE.....	167
7.1.1	Escolhas.....	169
7.1.2	Incerteza.....	170
7.1.3	Mobilidade.....	172
7.1.4	Arcos temporais.....	174
7.2	TIPOS DE CARREIRA ENTRE AS JORNALISTAS-MÃES BRASILEIRAS.....	176
7.2.1	Carreiras organizacionais.....	183
7.2.2	Carreiras freelancer.....	185
7.2.3	Carreiras públicas.....	187
7.2.4	Carreiras híbridas ou atípicas.....	189
7.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	192
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
	REFERÊNCIAS.....	205

1 INTRODUÇÃO

Desde a graduação em jornalismo, entre 2006 e 2009, o imaginário de dedicação à profissão em tempo integral e da figura do jornalista, especialmente do repórter, como alguém que desempenha esse papel 24 horas por dia, como uma vocação, me trazia reflexões. Quando comecei a saber mais sobre a rotina frenética das redações, com carga horária de trabalho quase sempre descumprida, plantões nos fins de semanas e feriados e baixos salários, lembro-me que questionei a um dos mestres que tive na época, professor Agostinho Gósson (*in memoriam*), se seria possível conciliar a atuação no jornalismo com outros desejos pessoais, como ter filhas/os e/ou um parceiro/a e fazer outras atividades, além do trabalho. A pergunta desencadeou uma longa conversa, em que ele contou um pouco da vivência na profissão, falou dos filhos e da chegada à universidade como docente. Poucos anos depois, chegou a minha vez de experimentar como isso se daria na prática.

Atuando como repórter em redação, trabalhei em diversos feriados, como Natal e Carnaval, estava constantemente cansada para fazer outras atividades, em virtude da carga horária intensa, e tinha dificuldade de conciliar meus horários com outros interesses. Eu não tinha filhas/os na época e não conseguia visualizar uma rotina de cuidados em meio a toda aquela situação. Depois de alguns anos, desisti do trabalho em redação e fui em busca de outras possibilidades dentro do jornalismo. Hoje, depois de passar em um concurso público, atuo como jornalista em uma universidade, com uma carga horária de 25h/semanais. Ao chegar a esse lugar, consegui conciliar melhor o trabalho com outros interesses, como o retorno aos estudos e a formação na pesquisa acadêmica. A chegada de filhas/os, um desejo ainda inconstante, é que parecia não se encaixar muito bem com o que eu estava vivendo e com aquilo que a literatura da área me dizia. A vida não era fácil para as mulheres trabalhadoras que decidiam ter filhas/os ou se tornavam mães de forma compulsória.

Ainda assim, de forma desejada, a minha vez chegou em junho de 2020, quando meu filho nasceu, no meio da pandemia da COVID-19¹. As reflexões sobre a vida depois da chegada de uma criança se tornaram ainda mais intensas. Após o período de licença-maternidade, com o meu retorno ao trabalho, essas inquietações, que, de alguma forma, passaram por mim em momentos diferentes da vida e estavam presentes na prática na minha

¹ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Isso durou até 5 de maio de 2023, quando a OMS declarou o fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 14 nov. 2025.

rotina e de tantas/os colegas, tornaram-se mais vivas e ganharam lugar na pesquisa acadêmica. Foi então que esta investigação começou a ser desenhada. Passei a ter um contato mais próximo com a literatura acadêmica sobre gênero, feminismo e feminização do jornalismo. Mesmo entendendo que a parentalidade traz mudanças na vida de quem se dedica, sejam homens ou mulheres, o meu foco recaiu sobre as jornalistas por compreender que, em virtude das desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho, nós podemos encontrar mais obstáculos do que eles na construção da carreira profissional.

As pesquisas me mostravam que isso também se repetia na prática do jornalismo brasileiro (Pereira; Machado, 2024). A atividade jornalística, mesmo sendo majoritariamente exercida por mulheres (Lima *et al.*, 2022), reproduz valores e representações hegemônicas de gênero que privilegiam o masculino (Silva, 2010) e práticas machistas dentro de suas redações (Fígaro, 2018). As mulheres enfrentam dificuldades de ascensão a cargos de chefias (Bandeira, 2019); e maior incidência de situações de precariedade laboral (Lelo, 2019), de assédio sexual, moral, além de passar por situações em que são submetidas a pressões para não engravidar (Mazotte; Toste, 2017). Quando levamos em consideração a raça, a situação se agrava mais para as jornalistas negras (Moura, 2019). Além disso, são as mulheres que procuram mais outras formas de construir suas carreiras, para além da redação. Estudos mostram que há uma tendência das jornalistas de buscar a carreira docente (Kikuti; Rocha, 2020), de se envolver em arranjos alternativos de mídia (Fígaro, 2018) e das mães de buscarem postos de assessoria de imprensa (Comissão de Mulheres da Federação Nacional dos Jornalistas, 2020).

Para as mulheres jornalistas que são mães, além das situações já elencadas, existem ainda os desafios de permanência na carreira diante da conciliação com a maternidade. Na literatura científica e nas observações que faço de situações empíricas, o exercício da maternidade e a atuação no jornalismo aparecem como um problema de difícil conciliação, em virtude das exigências de um imaginário profissional que advoga a ideia de que o jornalista estaria disponível 24 horas por dia e não teria impedimentos domésticos (North, 2016; Santos, Temer, 2016). Nesse sentido, a maternidade (e tudo aquilo relacionado a ela) é concebida como uma escolha individual (North, 2009) e de responsabilidade da mulher (Kim, 2006; Rocha, 2007; Silva; Gonçalves, 2018; Tsui; Lee, 2012), sem implicações na vida profissional e coletiva. Esses obstáculos, relacionados à conciliação entre as questões familiares e do trabalho, o chamado *work-life balance* (na tradução livre, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal) (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019), podem interferir de forma diferenciada na prática profissional das mulheres e, consequentemente, na construção de suas

carreiras, influenciando as escolhas² feitas por elas ao longo da trajetória no jornalismo e na forma como vão buscando permanecer na profissão.

Todo esse cenário difícil para as mulheres, principalmente aquelas que têm responsabilidade de cuidar de filhas/os, constatado na observação cotidiana e confirmado na literatura científica, conforme descrito acima, está inserido dentro de um contexto de uma profissão que já é desafiante. As/os profissionais que atuam no jornalismo brasileiro muitas vezes precisam conviver diariamente com condições de trabalho precarizadas, em que imperam os baixos salários, a sobrecarga de atividades e as rotinas extenuantes. Além disso, pela necessidade de seguir na carreira e pelo imaginário da profissão, jornalistas podem negligenciar a atenção a outras áreas da vida pelo alto grau de disponibilidade para as atividades laborais. Ser uma mulher mãe no jornalismo é lidar, portanto, com obstáculos ainda mais acentuados para seguir na profissão.

Isso aguçou minha curiosidade, enquanto pesquisadora, no sentido de compreender a interferência desses dois operadores - gênero e maternidade - na vivência profissional das jornalistas-mães e descobrir de que forma elas conseguem contornar as situações desafiantes e permanecer na carreira jornalística. Quis entender melhor como mulheres que têm responsabilidade no cuidado com as/os filhas/os e atuam sob condições adversas, seja no contexto familiar, profissional e/ou social, conseguem se manter na profissão e ainda com um certo sucesso e prestígio em alguns casos, chegando a cargos de chefia. Foi assim que o objeto dessa pesquisa se construiu e se materializou. Adicionalmente às problemáticas levantadas, constatei, conforme será visto no capítulo de levantamento bibliográfico, que esses impactos ainda não foram questões investigadas de forma exaustiva nos estudos da área, sendo, portanto, um caminho fértil a ser explorado.

Para este estudo, importa compreender a carreira das jornalistas brasileiras que também são mães, partindo primeiro da observação microssociológica das trajetórias individuais e da vida cotidiana de cada uma delas, para então discutir em que medida as implicações individuais têm relação com a conformação do grupo profissional das/os jornalistas no Brasil. A investigação, dessa forma, pretende ir além do que já se sabe sobre as implicações da maternidade na vida das jornalistas, trazendo, por meio de uma leitura qualitativa baseada no conceito de carreira interacionista, aspectos das negociações e

² É importante ressaltar que o termo 'escolhas', utilizado ao longo desta tese, não faz referência a um livre-arbítrio total que as/os jornalistas teriam para tomar decisões, dissociado dos contextos envolvidos (sociais, políticos, laborais, econômicos, familiares, entre outros), que muitas vezes tornam essas decisões compulsórias. O termo está associado ao conceito interacionista de carreira e leva em consideração tanto as motivações como os contextos envolvidos nas situações analisadas.

interações cotidianas das mulheres, que podem ser cruciais para identificar suas decisões, seus movimentos e apontar também para táticas (Certeau, 1998) utilizadas no contorno ou na resistência aos constrangimentos impostos pelas situações vivenciadas.

O conceito de carreira, na abordagem interacionista, está relacionado aos movimentos feitos pelos sujeitos no interior de um sistema, ao longo do tempo (Becker, 2008). Essa base teórica propõe um olhar mais específico para o modo como se dá o processo de mobilidade das jornalistas com filhas/os na construção de suas carreiras. O conceito permite, portanto, aprofundar nas decisões delas, identificando as motivações e os contextos que levaram às escolhas sobre os lugares que ocupam/ocuparam durante a trajetória profissional. Proporciona também conhecer as instâncias envolvidas nesse processo e de que forma as jornalistas-mães resolvem as situações de interações e negociações. Possibilita ainda identificar em que medida esses movimentos têm relação com as dinâmicas da vida laboral e/ou da vida privada, contribuindo para constatar até que ponto a vivência da maternidade impacta o percurso profissional dessas mulheres.

Assim, como primeira pergunta norteadora desta pesquisa, tenho interesse em saber *de que forma as jornalistas-mães fazem escolhas e se movimentam na carreira, diante das barreiras impostas socialmente pelo gênero e pela maternidade, que provocam diferenças de condições laborais em relação a outros grupos sociais (homens com e sem filhas/os e mulheres sem filhas/os)?* A segunda pergunta tem relação com as tentativas de conciliação na rotina das mulheres e as possíveis negociações e táticas mobilizadas por elas para contornar ou resistir às dificuldades impostas pelas situações vividas: *como as jornalistas-mães tentam conciliar a maternidade com suas trajetórias profissionais?* A última pergunta norteadora pretende inserir os movimentos das mulheres no contexto mais amplo das condições do jornalismo enquanto profissão: *quais os tipos de carreiras mais comuns identificados entre as jornalistas-mães brasileiras?*

O objetivo principal desta pesquisa, portanto, é *analisar o processo de construção da carreira das mulheres jornalistas que vivenciam a maternidade*. Esse objetivo central conduz aos seguintes objetivos específicos: a) analisar as escolhas de jornalistas mulheres e homens, com e sem filhas/os, identificando o contexto e das motivações que levaram a essas decisões e as diferenças entre os grupos sociais; b) compreender e mapear as táticas que jornalistas mulheres e homens, com e sem filhas/os, utilizam para tentar conciliar as demandas pessoais com o dia a dia da atuação profissional, apontando semelhanças e particularidades; c) identificar os movimentos de carreira das jornalistas que exercem a maternidade, mapeando tipos de trajetória mais comuns entre as mães.

A base teórica escolhida para analisar a carreira das mulheres foi o interacionismo simbólico (Hugues, 1937, 1997; Pereira, F., 2020a) por privilegiar a dimensão compreensiva e subjetiva das histórias de vida, possibilitando a observação minuciosa do processo de negociação das escolhas de carreira e suas implicações individuais e coletivas. Também por permitir uma possível interdisciplinaridade com outras abordagens (Rocha-de-Oliveira; Fraga, 2021), como os estudos de gênero e feministas. Metodologicamente, a pesquisa foi construída por meio da triangulação (Duarte, 2009; Flick, 2009; Pereira, F., 2014) de técnicas de coleta de dados, com a utilização de entrevistas semiestruturadas como instrumento principal; somadas ao uso de diários da rotina das/os participantes e fotografias das mesas de trabalho, instrumentos complementares. Para aplicar os três procedimentos, foi delimitado um corpus de 35 jornalistas, composto por mulheres e homens, com e sem filhas/os, das cinco regiões do Brasil. Os dados colhidos foram analisados por meio do processo de indução analítica (Becker, 2007), de modo a confirmar ou descobrir novas variáveis do fenômeno estudado, explorando seus significados e procurando entender como essas variáveis operam em casos sucessivos.

No momento de selecionar as/os participantes, foi utilizado como critério a autoidentificação das/os respondentes com a profissão de jornalista. Dessa forma, as/os respondentes podem atuar dentro da mídia, fora da mídia e/ou na docência, seguindo a mesma proposta de classificação do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021³ (Lima *et al.*, 2022). A amostra também tem representantes de segmentos variados (Bucher; Strauss, 1961; Meneses, 2019) dentro do jornalismo. Por segmento, entendo, com base em Bucher e Strauss (1961), os agrupamentos que emergem dentro de uma mesma profissão, a partir das questões de identidade profissional constituídas em situações de interação. Podem, portanto, ser definidos, a partir das divergências em relação ao senso de missão, atividades de trabalho, metodologia, técnicas e atores sociais que se relacionam (Bucher; Strauss, 1961), entre outros quesitos. No caso do jornalismo brasileiro, temos, por exemplo, os segmentos da/os repórteres de TV, rádio, digital, das/os assessores/as de comunicação, das servidoras/es públicos. A intenção em compor uma amostra com variados segmentos é exatamente ver as diferenças entre essas trajetórias e analisar se algum desses espaços é mais favorável ao desenvolvimento da carreira das mulheres-mães.

³ De acordo com o Perfil, atuam dentro da mídia jornalistas que trabalham em imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, startup jornalística. Fora da mídia estão aquelas/es que trabalham com assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais, entre outras. Na docência, estão as/os jornalistas que trabalham com a formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento.

A amostra também foi definida a partir de critérios de gênero. Dessa forma, o corpus reúne representantes de grupos que se identificam como mulheres e homens, com e sem filha/os, apesar do foco ser na maternidade, por se tratar de uma pesquisa interacionista e que aborda o gênero como uma construção social, em que os papéis sociais de um determinado grupo também são delimitados em negociação com os papéis sociais de outros grupos com os quais os indivíduos interagem. Apesar de considerar que gênero é um conceito mais complexo, nesta pesquisa optei por fazer uso do binarismo estratégico, que utiliza a dupla homem-mulher para interpretar fenômenos psíquicos e sociais, porém, reconhece, de forma crítica, que “esse par não representa essências, e sim criações culturais” (Zanello, 2022, p. 53). A escolha se deu por reconhecer que a cultura brasileira permanece profundamente binária, inclusive dentro do jornalismo. Nos dados do Perfil (Lima *et al.*, 2022), quase a totalidade da/os respondentes (99,7%) se classifica como feminino (57,8%) ou masculino (41,9%). Apenas 0,3% se identificaram como não-binário. Considerar o binarismo é, portanto, um modo de entender os seus efeitos sobre os processos de socialização, comportamentos e emoções das pessoas (Zanello, 2022).

Esta pesquisa se justifica pelo interesse em contribuir com discussões acadêmicas no interstício dos trabalhos sobre carreiras, jornalismo e maternidade. Estudar a carreira de jornalistas que são mães é uma forma de favorecer a ampliação do conhecimento acerca dos fenômenos sociais que atravessam as mulheres no mercado de trabalho. Mick e Kikuti (2021) identificaram a urgência de aprofundamento nas pesquisas sobre a situação das jornalistas. Entre as necessidades apontadas, destacaram a compreensão mais aprofundada dos processos históricos de feminilização (aumento quantitativo) e feminização (transformação qualitativa) da profissão no Brasil, ocorridos num ambiente ainda com valores masculinistas, além do movimento de saída das mulheres da profissão e das relações entre trajetória profissional e assédio. A abordagem escolhida neste estudo reforça também a tradição mais voltada para a sociologia das profissões que foca na compreensão da profissão dentro da processualidade social e das relações do jornalismo com outros mundos sociais. Também vem somar conhecimento aos estudos de gênero, opondo-se à concepção de neutralidade de gênero nos contextos organizacionais.

O estudo também vem na esteira de discussões dentro e fora da profissão. Em novembro de 2024, a Federação Nacional dos Jornalistas promoveu o 1º Encontro Nacional de Mulheres Jornalistas para discutir igualdade de gênero no jornalismo⁴. Considerado um

⁴ Disponível em: <https://fenaj.org.br/1o-encontro-nacional-de-mulheres-jornalistas-reune-profissionais-de-todas-as-regioes-e-aprova-resolucoes-pela-equidade-de-genero-e-seguranca-no-trabalho/>. Acesso em: 10 set. 2025.

marco histórico no jornalismo brasileiro, o encontro reuniu 140 mulheres de todas as regiões do Brasil, da América Latina e do Caribe e tratou de experiências sobre as desigualdades de gênero, preconceito, violência e também da construção de um jornalismo mais pautado na diversidade de gênero, raça e classe. No final do encontro, as jornalistas aprovaram a Carta de São Paulo⁵, que sintetiza as demandas do grupo, reafirmando a importância da construção de um ambiente de trabalho mais equitativo, respeitoso e seguro para as mulheres. No Brasil, nos últimos anos, estava sendo discutida a Política Nacional de Cuidados, que foi sancionada em dezembro de 2024, com a Lei 15.069⁶. Regulamentada em julho deste ano⁷, a iniciativa representa um avanço numa cultura em que o trabalho do cuidado ainda é bastante associado às mulheres, principalmente aquelas que têm filhas/os, provocando desigualdades diversas entre os grupos sociais. Dessa forma, a política reconhece o cuidado como uma necessidade de todas as pessoas, como um direito a ser garantido pelo estado e como um trabalho essencial para o bem-estar das pessoas, a reprodução e a sustentação da vida e o funcionamento da sociedade e da economia.

A pesquisa também se justifica pelo meu interesse político em ampliar o debate sobre gênero, maternidade e desigualdades. Nos últimos anos, em virtude das pautas levantadas pelo feminismo, esse tema ganhou corpo também nos meios de comunicação. No Dia Internacional da Mulher deste ano, a agência de notícias Intercept Brasil, com o texto *Ser mulher no jornalismo de 'super-homens': Uma visão pessoal do nosso trabalho no 8 de março*⁸, da editora executiva Tatiana Dias, abordou desigualdades sofridas pelas profissionais no jornalismo brasileiro. Em novembro de 2023, a jornalista Fabiana Moraes, no mesmo veículo, com o texto *'Uma redação boa pra caralho': mulheres ficam para trás no jornalismo que preza os super-homens*⁹, trouxe à tona o episódio de demissão da jornalista Thais Bilenky, que era repórter da revista *Piauí* e uma das apresentadoras do podcast *Foro de Teresina*. No artigo, Fabiana Moraes, além de falar da situação mais favorável aos homens nas redações, relata trechos da própria história no período em que atuou como repórter e foi mãe de uma criança, apontando dificuldades enfrentadas que são comuns a algumas das entrevistadas para

⁵ Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Carta-Final-1%C2%BA-Encontro-Nacional-de-Mulheres-Jornalistas.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-do-brasil-regulamenta-politica-nacional-de-cuidados>. Acesso em: 10 set. 2025.

⁸ Disponível em: <https://mailchi.mp/d772f827a672/ele-sabe-o-que-aconteceu-com-rubens-paiva-4887665?e=c49313911f>. Acesso em: 10 set. 2025

⁹ Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/11/08/mulheres-ficam-para-tras-no-jornalismo-que-preza-super-homens/>. Acesso em: 10 set. 2025.

esta pesquisa. “Por entender que precisava ser super-homem, aprendi que jamais poderia citar o nome do meu filho como impeditivo para realizar um trabalho. Afinal, eu tinha que ter colhões. Tive a sorte, graças à ajuda financeira de uma das avós, de poder colocar meu filho em uma escola integral”, relatou.

As situações vivenciadas por mulheres com filhas/os também foram retratadas, ainda que de modo não centralizado, no filme *She Said (Ela Disse)*¹⁰, dirigido por Maria Schrader e escrito por Rebecca Lenkiewicz, baseado no livro de mesmo nome das repórteres Jodi Kantor e Megan Twohey. A película conta a investigação do *New York Times* que expôs as histórias de assédio sexual, cometido contra mulheres pelo produtor de Hollywood, Harvey Weinstein. Mesmo de modo romanceado, o filme mostra alguns problemas enfrentados por uma das jornalistas no período do puerpério e o impacto que uma investigação complexa tem na vida da outra jornalista que é casada e tem filhas pequenas. Todo esse interesse político de abordar o tema também tem relação com a escolha por uma abordagem qualitativa para esta pesquisa. De acordo com Flick (2009, p. 22), pesquisas nesse formato são explicitamente políticas e “[...] tem uma autorização moral para assumir o lado dos menos favorecidos, das minorias [...]”. Esse interesse político está intimamente relacionado ao meu interesse pessoal, já explicado no início desta introdução, que também guia a minha atuação na pesquisa. “[...] Não estamos no comando do mundo. Nós apenas vivemos aqui e tentamos estabelecer conversas não inocentes através das nossas próteses, incluídas aí nossas tecnologias de visualização” (Haraway, 2009, p. 38).

Depois desta introdução ao problema de pesquisa e à investigação, passo agora a apresentar os capítulos que se seguirão.

No capítulo 2, trago um levantamento bibliográfico de estudos da área de comunicação e de jornalismo que abordem a maternidade como tema principal ou de forma transversal. O panorama, produzido com base em artigos científicos divulgados em periódicos nacionais e internacionais, discute as aproximações teórico-metodológicas em pesquisas da área de comunicação ou de jornalismo que tratem sobre maternidade; mostra as principais temáticas trabalhadas nessas investigações e situa alguns achados da literatura da área. Em um segundo momento, o capítulo foca nos estudos que relacionam a maternidade com a prática profissional das jornalistas. Nesse momento, apresento os objetos e as abordagens teórico-metodológicas dessas pesquisas. Também aponto, a partir dos achados nas investigações, uma série de questões vivenciadas pelas mulheres-mães jornalistas que, apesar de atuarem em

¹⁰ Disponível na Netflix.

diferentes países, passam por dificuldades semelhantes, e as estratégias de permanência delas na carreira.

No capítulo 3, abordo o conceito de carreira¹¹ sob uma perspectiva interacionista e suas implicações nos estudos de jornalismo, focando na discussão sobre as escolhas de carreira da/os jornalistas. Também discuto outras noções que estão envolvidas no conceito, como incerteza, mobilidade e arcos temporais. Na segunda parte do capítulo, abordo o conceito de gênero e suas implicações na carreira jornalística, apresentando discussões sobre a divisão sexual do trabalho, a relação entre feminização e precarização e os marcadores sociais. Em seguida, proponho uma perspectiva interacionista sobre carreira e gênero, a partir de uma revisão/adaptação, com base nos estudos de gênero, dos operadores que compõem o conceito de carreira. Na última parte, aponto as principais discussões acadêmicas sobre carreiras jornalísticas, desenvolvidas no Brasil e no mundo nos últimos anos, dando destaque para aqueles estudos que levam em consideração as questões de gênero.

No capítulo seguinte, apresento o percurso metodológico escolhido para esta pesquisa. Além de explicar o caminho metodológico executado e justificar minhas decisões, faço uma exposição do perfil do corpus, formado por 35 jornalistas de todas as regiões do País, mulheres e homens, com e sem filhas/s. Ao todo, foram feitas 35 entrevistas semiestruturadas (todas/os participaram dessa etapa, considerada como a principal no recolhimento dos dados), 34 fotografias de mesas de trabalho e 33 diários com autodescrição de rotinas. Cada uma das técnicas utilizadas foi explicada no capítulo. Por fim, também explico os procedimentos de codificação e de análise. Com base nos dados gerados por meio de triangulação de diferentes técnicas de coleta, as informações foram organizadas em tabelas de indução analítica (Becker, 2007), a fim de serem analisadas a partir da agregação qualitativa (Darmon, 2008; Pereira, F., 2020a). Para produzir inferências, esses dados foram cotejados com articulações teóricas de outros estudos e informações produzidas por diferentes pesquisas.

No capítulo 5, inicio a análise. Após uma breve apresentação das/os sujeitas/os da pesquisa, com destaque para as jornalistas que têm filhas/os, o capítulo se dedica a discutir o que as/os profissionais levam em consideração no momento de tomar decisões sobre a carreira. Dessa forma, identifica os motivos e os contextos envolvidos nessas escolhas, que podem ter relação com qualidade de vida e saúde, oportunidades/limitações do mercado de

¹¹ Neste estudo, o termo ‘carreira’ por vezes será substituído por trajetória, percurso ou outros sinônimos para evitar repetição. Dependendo da tradição teórica, compreendo que esses termos podem ter significados diferentes, a exemplo do conceito de trajetória para Bourdieu. Nesta pesquisa, entretanto, carreira e seus sinônimos serão utilizados em referência a movimentos no interior de um sistema, conforme a abordagem interacionista.

trabalho, retorno financeiro e discriminações e direitos violados. Depois de discorrer sobre as escolhas, apresento os percursos traçados pelas mulheres que são mães, ao construir carreira no jornalismo, e em que medida isso tem relação com as questões da maternidade. Assim, identifico sete movimentos que as mulheres-mães podem fazer ao traçar percurso no jornalismo profissional: quem fica dentro da mídia e permanece nas redações (repórter/chefia), quem vai para fora da mídia (concurso público, atuação em órgãos públicos, assessorias de comunicação e chefias), quem passa a atuar como freelancer, quem muda para a docência, além dos movimentos híbridos, atípicos e das pausas e interrupções.

O capítulo 6 inicia mapeando as principais áreas da vida que jornalistas mulheres e homens, com e sem filhas/os, precisam tentar conciliar com o trabalho jornalístico. Em seguida, apresento as táticas utilizadas pelas/os participantes, ao buscarem atender às exigências do trabalho e das outras instâncias da vida pessoal na rotina. O resultado mostrou sete principais práticas cotidianas, utilizadas por mulheres e homens, com e sem filhas/os, para conseguirem dar conta de seguir suas carreiras profissionais e cumprir com obrigações de outras áreas da vida: 1) Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido); 2) Uso de plataformas digitais; 3) Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda; 4) Rede de apoio com filhas/os; 5) Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas; 6) Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental; 7) Configuração dos espaços de trabalho. Depois dessa discussão, o capítulo se dedica a debater os modos de resistência e contorno utilizados pelas jornalistas-mães para conciliar trabalho e maternidade.

Por fim, o capítulo 7 sintetiza os achados, ao longo da pesquisa, em uma contribuição teórica que amplia o conceito de carreira, na perspectiva interacionista, e apresenta uma proposta de tipos de trajetórias entre as jornalistas que são mães. Na primeira parte, discuto o conceito interacionista de carreira, a partir do olhar da maternidade. Diante dos dados colhidos, em diálogo com discussões sobre jornalismo, trabalho, gênero e maternidade, foi possível estabelecer uma releitura para as noções de escolha, incerteza, mobilidade e arcos temporais, que compõem o conceito. Em seguida, a partir da agregação dos sete movimentos observados no capítulo de escolhas e mobilidade, proponho uma tipologia das carreiras mais comuns identificadas entre as mães-jornalistas brasileiras que integram este estudo. Cada tipo de trajetória é discutido com base na observação dos padrões de escolha, de movimentação, das táticas mobilizadas para tentar conciliar trabalho e filhas/os e dos impactos da maternidade em suas trajetórias.

Iniciaremos, então, o percurso descrito.

2 ESTUDOS SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO JORNALISMO E A MATERNIDADE

Este capítulo traz o estado da arte dos estudos que abordam a prática profissional do jornalismo e o exercício da maternidade. O mapeamento foi construído com base na recensão de 20 artigos científicos, publicados em periódicos nacionais e internacionais de 1990 até 2023. A busca inicial ocorreu em plataformas internacionais, a partir de um levantamento nas seguintes bases de dados: Web of Science, Scopus e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), utilizando as palavras-chaves “maternidade” e “jornalismo” em português, inglês (maternity, motherhood, journalism) e espanhol (maternidad, periodismo).

Em seguida, diante da pouca representatividade encontrada nesses indexadores, busquei diretamente nos sites de 84 revistas científicas brasileiras ativas na área de Comunicação, que constam na lista de periódicos disponibilizada pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Nesse caso, por se tratar de revistas da área, fiz a procura no site de cada periódico utilizando a palavra “maternidade”. Buscas ainda foram realizadas na bibliografia de artigos sobre a carreira de mulheres jornalistas e no Google Scholar, utilizando os termos "mães", "jornalistas", "jornalismo", "mulheres" em português, inglês e espanhol.

O objetivo da construção desse panorama é situar o campo de estudo em que está inserida a presente pesquisa, apontando os principais achados presentes nas investigações sobre a prática profissional do jornalismo e a maternidade – bem como identificando possíveis lacunas no estado da arte sobre o tema. Dessa forma, na primeira seção inicio a discussão a partir de uma breve evolução dos estudos de mulheres e de gênero nas Ciências Sociais e Humanas para, em seguida, situar a temática do meu objeto dentro desse contexto. Na segunda seção, identifico como esses estudos avançaram na compreensão da situação das profissionais mães no jornalismo, localizando os principais resultados e as lacunas dessa discussão acadêmica.

2. 1 BREVE EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

O olhar sobre as mulheres foi ausente ou pouco presente nos estudos que serviram como pilares para a construção do campo das Ciências Sociais e Humanas (Bandeira; Almeida, 2014) e, conseqüentemente, para a formação do conhecimento científico no mundo

moderno. Esse campo, em virtude da invisibilidade da mulher na sociedade (Perrot, 2019) e do saber sociológico como herdeiro de uma perspectiva masculina, constituiu-se com base na ótica masculina universalizada para homens e mulheres (Bandeira; Almeida, 2014). Desse modo, o conhecimento construído nas Ciências Sociais e Humanas esteve, por muito tempo, indiferente às desigualdades entre homens e mulheres e ao domínio delas por eles (Chabaud-Rychter *et al.*, 2014). Ou seja, temas caros às mulheres, como a maternidade, principalmente em uma perspectiva mais crítica, praticamente não apareciam. Diante disso, antes de tratar das pesquisas sobre a prática profissional das jornalistas e a maternidade, julguei necessário discutir um breve histórico dos estudos de mulheres, de gênero e maternidade, para situar essa temática da pesquisa em jornalismo dentro de um contexto acadêmico mais amplo da evolução do tema nas Ciências Sociais e Humanas.

Em meados do século XX, as investigações sobre mulheres começaram a ganhar espaço. Conforme Perrot (2019), diferentes fatores – científicos, sociológicos e políticos – concorreram para a necessidade de incluir o “objeto ‘mulher’” nas pesquisas das ciências humanas em geral. Nos fatores científicos, a pesquisadora destaca a relação entre história e antropologia e a redescoberta da família. Entre os fatores sociológicos, ressalta a feminização das universidades, com a presença de mulheres entre estudantes e docentes. Nos fatores políticos, Perrot (2019) frisa o movimento de liberação das mulheres, a partir de 1970, que veio com o crescimento do movimento feminista. Scavone (2007) considera que foi exatamente nesse período que as pesquisas sobre as mulheres tiveram impulso, principalmente na Europa pós-1968 e nos Estados Unidos, e que isso se deu a partir do estreitamento da relação entre feminismo – o movimento social e político – e gênero – conceito, categoria e abordagem desenvolvida pela crítica feminista.

Os estudos feministas seguem a metáfora das ondas (Martinez; Lago; Lago, 2016), acompanhando os movimentos de mulheres em luta. Na primeira onda, prevalecem as questões femininas e os feminismos da igualdade; na segunda, os feminismos das diferenças; e na terceira, na década de 1980, o gênero é adotado como categoria de análise, fazendo então a passagem dos estudos feministas para os estudos de gênero (Martinez; Lago; Lago, 2016). Conforme Joan Scott (2019), o uso do gênero como categoria de análise representou uma busca dos estudos feministas pela legitimidade acadêmica nos anos 1980. Isso ocorreu, de acordo com a historiadora, dentro de um contexto de crítica à ciência, desenvolvida pelas ciências humanas, e da crítica do empiricismo e do humanismo, elaborada pelos pós-estruturalistas. “As feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como

também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero a uma categoria de análise” (Scott, 2019, p. 66).

No Brasil, sob influência do que ocorria especialmente na França e nos Estados Unidos, os estudos de gênero e a evolução em “fases” do movimento feminista também caminharam juntos (Silva, 2000). No final da década de 1970, Silva (2000) aponta que a relação entre mulher e trabalho passou a ser tratada na pesquisa acadêmica nacional, à medida que as discussões sobre esse tema ganhavam corpo na sociedade. Porém, é a partir da década de 1980 que as diferenças das experiências de mulheres e homens passam a ser analisadas, considerando o gênero como categoria de análise (Martinez; Lago; Lago, 2016). Nesse sentido, as pesquisas começaram então a discutir o caráter relacional entre os sexos, construídos socialmente por meio das relações de poder. Dessa forma, não bastava estudar somente as mulheres, mas as relações entre os sexos (Silva, 2000; Martinez; Lago; Lago, 2016). A partir disso, nesses quase 40 anos, as investigações cresceram, junto ao desenvolvimento das Ciências Sociais e humanas no Brasil (Scavone, 2007), inclusive na atualização e na releitura crítica de categorias e conceitos canônicos e na aderência a perspectivas feministas diversas, como o feminismo latino-americano (Bandeira; Almeida, 2014)¹².

2.1.1 Feminismo e maternidade

No meio desse processo de evolução dos estudos feministas, o tema da maternidade também entrou em debate. Para Scavone (2001), a maternidade nas discussões acadêmicas, depois de Simone Beauvoir em *Segundo Sexo*, começou a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade e, portanto, seria a causa principal da dominação do masculino sobre o sexo feminino. “O lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina” (Scavone, 2001, p. 138 e 139). Scavone (2001) localiza três momentos das discussões de maternidade para as feministas: primeiro houve a recusa, como se fosse um defeito que impedia as mulheres de reconhecer suas outras potencialidades; depois a maternidade passou a ser considerada como um “poder

¹² O movimento feminista não é singular, tem várias vertentes e perspectivas, considerando as diferenças e os contextos sociais e históricos locais. Entre essas perspectivas existe o feminismo latino-americano, que tem articulado gênero e raça/etnia de modo particular a outros feminismos (Bandeira; Almeida, 2014). Um dos expoentes dessa perspectiva é a pesquisadora brasileira Lélia Gonzalez.

insubstituível” que só as mulheres possuem e que provoca inveja nos homens; e em um terceiro momento houve a desconstrução do fato biológico da reprodução como algo que determina a posição das mulheres para o entendimento de que são as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.

Nesse terceiro momento, com a introdução do gênero como categoria de análise nas ciências sociais, Scavone (2001) considera que se alcançou a compreensão relacional da maternidade, entendendo como uma construção social da diferença entre os sexos. “Não podemos compreender a maternidade sem abordar a paternidade, a mãe sem o pai, no sentido biológico e social do termo” (Scavone, 2001, p. 142). Nas pesquisas, a maternidade passou então a ser problematizada como uma instituição simbólica, construída dentro de um determinado contexto histórico, cultural e político, que tem como base a cultura patriarcal (Souza, 2022), com suas as relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro (Scavone, 2001), e extrapola as mães e suas/seus filha/os, provocando impactos em toda a sociedade e na forma como as relações e as instituições são construídas. Souza (2022) utiliza o termo vivência materna, que seria um conjunto de valores e ideologias que as mulheres adquirem ao longo da vida sobre a maternidade e não está restrito somente a quem tem filhas/os. “Esse conjunto ajuda a estabelecer o lugar reservado à maternidade dentro do seu planejamento pessoal e, também, a forma como a enxerga em termos coletivos” (Souza, 2022, p. 36). Todo esse cenário de evolução dos estudos de gênero nas Ciências Sociais e Humanas também influenciou o desenvolvimento do conceito na pesquisa em Comunicação e Jornalismo, principalmente durante o século XXI. Steiner (2017), ao tratar de estudos de gênero e jornalismo, divide as pesquisas nessa temática em duas grandes áreas: **1) as relações de gênero nos locais de trabalho das/os jornalistas** (por exemplo, oportunidades e/ou situações de desigualdades em empregos, promoções e salários, sexismo) e **2) a representação de mulheres na mídia**. A presente tese, ao tratar das questões da maternidade na vivência laboral de jornalistas, situa-se no primeiro grupo. Nesse contexto, no próximo tópico apresentarei o estado da arte desta pesquisa, elaborado com base em estudos internacionais e nacionais que abordam a prática profissional do jornalismo e a vivência materna.

2.2 PANORAMA DAS PESQUISAS QUE ABORDAM A PRÁTICA PROFISSIONAL DO JORNALISMO E A MATERNIDADE

No levantamento feito para construir o estado da arte desta pesquisa, foram identificados 20 estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Do total de artigos, 15 estão em periódicos internacionais e apenas cinco em revistas nacionais. Dos nacionais, quatro estudos foram publicados entre 2016 e 2023, sendo apenas um é da primeira década do século XXI. Mais da metade das pesquisas está situada entre os anos de 2011 e 2020, enquanto sete são da primeira década de XXI (2001-2010). Um estudo foi publicado no período de 2021 a 2023 e um antes dos anos 2000. Além disso, dos 20 artigos, dois (um brasileiro e um australiano) fizeram parte de dossiês temáticos, em 2017 e 2018, o que reforça também essa atenção maior para o tema na segunda década do século XXI.

O boom da segunda década do século XXI no cenário nacional e internacional pode ter relação com o contexto político e social do movimento denominado de “quarta onda” do feminismo, caracterizada pela “emergência de uma nova consciência feminista ligada ao aparecimento e apropriação das mídias digitais” (Martinez, 2021, p. 2), que despontou mundialmente ainda na década de 1990, mas no Brasil se fortaleceu principalmente na segunda década do século XXI (Martinez, 2021). Esse movimento possibilitou o surgimento, conforme Martinez (2021), de uma nova epistemologia feminista, mais acessível e mais próxima às práticas cotidianas.

Quadro 1 – Quantidade de artigos em revistas nacionais e internacionais

Nacionalidade das revistas	Período				Total
	Antes de 2000	2001-2010	2011-2020	2021-2023	
Nacionais	0	1	3	1	5
Internacionais	1	6	8	0	15
Total	1	7	11	1	20

Fonte: elaborado pela própria autora.

Somente três investigações têm como foco principal a maternidade, uma nacional (Silva; Gonçalves, 2018) e duas internacionais (Gálvez, 2007; North, 2016). Todas as demais discutem as questões de gênero e os obstáculos e/ou dificuldades relacionadas à carreira das

mulheres e a vivência no mercado de trabalho e, em algum momento, abordam a maternidade e o cuidado com crianças, principalmente as pequenas. Todos os trabalhos revisados são pesquisas empíricas, a maioria com abordagem qualitativa. Observa-se, contudo, certa diversidade metodológica, com pesquisas utilizando métodos quantitativos (*surveys*, questionários, análise de conteúdo de ensaios, de notícias e de dados) e mistos. Existe uma predominância de questionários e entrevistas somente com participantes mulheres. Das cinco pesquisas brasileiras, por exemplo, quatro entrevistam somente as jornalistas. E uma tem a participação de homens e mulheres. Nos estudos internacionais, a participação de homens e mulheres é mais equilibrada.

Quanto à abordagem teórica, a maioria dos trabalhos utiliza como referencial as discussões de gênero e jornalismo, focando nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres para permanecerem no mercado de trabalho jornalístico e ou nos processos de feminização da profissão. Também aparecem, geralmente de forma interdisciplinar, outras abordagens teórico-metodológicas, como os estudos de jornalismo, a perspectiva foucaultiana e bourdieusiana, a sociologia do trabalho e a fenomenologia. Outro aspecto a ser ressaltado em relação às abordagens teóricas adotadas é a ausência do feminismo negro e da perspectiva interseccional. Há artigos que abordam aspectos específicos de outros países e sociedades, como Nigéria (Ogundoyin, 2019), Suécia (Djerf-Pierre, 2005), Coreia do Sul (Kim, 2006), Espanha (Gálvez, 2007) e mundo árabe (Melki; Mallat, 2014). Porém, as discussões não incorporam esses conceitos e nem apontam para a importância dessas diferenças nos obstáculos enfrentados pelas mulheres. Nenhuma menção também é feita a jornalistas trans ou maternidades trans.

A maioria das pesquisas tem como tema principal as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no jornalismo, sejam os obstáculos e os desafios (Engstrom; Ferri, 1998; Tsui; Lee, 2012; De Vuyst; Raeymaeckers, 2019; Ogundoyin, 2019), a exclusão dos processos produtivos (Kim, 2006), a marginalização e a discriminação (Melki; Mallat, 2014), a entrada (Lachover; Lemish, 2018), as possibilidades de ascensão (Djerf-Pierre, 2005) e o abandono da profissão (Everbach; Flournoy, 2007; Örnebring; Möller, 2018). Há também os trabalhos que abordam a carreira (Rocha, 2007; Leite, 2017) e o impacto das diferenças de gênero na cobertura (Ross, 2001; Lobo *et al.*, 2015; Santos; Temer, 2016) e na rotina das redações (North, 2009; Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2021). Os estudos que têm como foco a maternidade (Gálvez, 2007; North, 2016; Silva; Gonçalves, 2018) trazem a questão como um obstáculo que aponta para uma diferença de oportunidade das mulheres.

Na próxima seção, discuto as questões relacionadas à maternidade nas pesquisas levantadas. O objetivo é compreender os avanços e as lacunas dessas investigações e o contexto profissional em que as jornalistas estão inseridas atualmente.

2.2.1 Principais achados e lacunas

O volume reduzido de estudos que problematizam a prática profissional do jornalismo sob a perspectiva das mulheres-mães mostra que o objeto ainda merece ser mais bem estudado. Os artigos, que tratam da realidade do mercado jornalístico brasileiro e de diferentes países (Austrália, Bélgica, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Israel, Líbano, Nigéria, Portugal e Suécia), podem ser reunidos em duas temáticas principais: 1) **aspectos relativos à carreira das jornalistas**, incluindo as questões relacionadas à entrada, permanência e saída das mulheres da profissão, além da atuação nos cargos de chefia (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2021; Leite, 2017; Rocha, 2007; Örnebring; Möller, 2018; Djerf-Pierre, 2005; Kim, 2006; Everbach; Flournoy, 2007; Tsui; Lee, 2012; Melki; Mallat, 2014; Lachover; Lemish, 2018; De Vuyst; Raeymaeckers, 2019) e 2) **tentativas de conciliação** entre a prática profissional jornalística e o exercício da maternidade (Gálvez, 2007; Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2021; Silva; Gonçalves, 2018; Santos; Temer, 2016; Engstrom; Ferri, 1998; Ross, 2001; Nort, 2009; Tsui; Lee, 2012; Lobo *et al.*, 2015; Nort, 2016; De Vuyst; Raeymaeckers, 2019; Ogundoyin, 2019).

O conjunto dos estudos aponta o gênero e a maternidade como marcadores que diferenciam a trajetória profissional de mulheres e homens e confirma o exercício da maternidade e a atuação no jornalismo como um problema de difícil conciliação, em virtude das concepções culturais sobre ambos, que tem raízes nas desigualdades de gênero manifestas na sociedade. Na ideologia profissional do jornalismo, existe a exigência de um tipo ideal de jornalista, que atua em uma cultura profissional marcada pelos valores da neutralidade (Ross, 2001), mas que está associada a características que beneficiam os homens nessa sociedade generificada (Kim, 2006; Lobo *et al.*, 2015). Exige-se, portanto, um profissional que esteja disponível 24 horas por dia e não tenha impedimentos domésticos (North, 2016; Santos; Temer, 2016), sendo praticamente impossível para mulheres que são mães cumprirem essa condição. Isso porque a maternidade e tudo aquilo relacionado ao exercício desse papel social estariam associados a uma escolha individual da mulher (North, 2009), configurando-se como um problema e uma responsabilidade só dela (Kim, 2006; Rocha, 2007; Tsui; Lee, 2012;

Silva; Gonçalves, 2018), sem implicações na rotina dos homens ou na vida coletiva, o que impede ou dificulta a atuação dela em outras frentes.

Desse modo, as pesquisas relatam as dificuldades da sobrecarga das mulheres, ao tentar conciliar as duas atividades, e as situações de enfrentamento às desigualdades de gênero, seja na vida privada, seja no jornalismo, e concordam no entendimento do cuidado com crianças como uma questão coletiva e não somente individual, mas que a sociedade generificada convencionou atribuir à mulher. Nesse sentido, os estudos de Tsui e Lee (2012) e De Vuyst e Raeymaeckers (2019) apontam para o abandono da profissão nos grupos etários acima de 34 anos, que seria possivelmente o período que as mulheres estariam mais dedicadas às filhas/aos filhos e teriam mais dificuldades de desempenhar as diferentes atividades. Lobo *et al.* (2015) relata um autoconstrangimento das mulheres em relação à própria carreira, considerando que a trajetória profissional não seria compatível com uma presença mais efetiva na vida das/os as/os filhas/os. Ou seja, muitas jornalistas ainda preferem abrir mão dos trabalhos e se dedicarem às crianças, mesmo que ninguém exija isso delas (Tsui; Lee, 2012), experimentando o sentimento de autocobrança no desempenho do papel social de mãe. A pesquisa de Silva e Gonçalves (2018) enfatiza ainda a dupla jornada das mulheres e a maternidade em conflito com o trabalho remunerado (termo utilizado pelas autoras), apontando para a maternidade como um trabalho também, porém não remunerado.

Essas situações interferem na prática profissional das mulheres e na construção de suas carreiras e têm relação com as escolhas feitas por elas ao longo da trajetória no jornalismo. Dessa forma, as jornalistas podem construir padrões de carreira diferentes ou estabelecer outros modelos de relações pessoais (Rocha, 2007; Tsui; Lee, 2012; Lobo *et al.*, 2015), a depender do tipo de dedicação que desejem manter à família e à vida privada; manter-se em áreas que a visão dominante atribui como mais femininas, como, por exemplo, comportamento e entretenimento (Rocha, 2007; Kim, 2006); e buscar vínculos de trabalho flexíveis, mesmo que estejam dentro da informalidade por considerarem ser mais fácil de conciliar as demandas (Leite, 2017; Lachover; Lemish, 2018; Silva; Gonçalves, 2018; Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2018). Há também quem busque flexibilidade de horário dentro do mesmo local de trabalho (North, 2009) e até mesmo quem adie ou não queira a maternidade (Silva; Gonçalves, 2018), por associar que o cuidado com as/os filha/os interfere no comprometimento com o trabalho remunerado (North, 2016). Tem também quem deixa a profissão ou muda de atividade (Kim, 2006; Tsui; Lee 2012; Örnebring; Möller, 2018; De Vuyst; Raeymaeckers, 2019; Ogundoyin, 2019).

As pesquisas também registraram que essa dificuldade de conciliação se intensifica em mulheres com crianças pequenas (North, 2016; Leite, 2017), que têm um nível alto de dependência em relação ao adulto cuidador, precisando de cuidados 24 horas. Muitas vezes ainda mamam e adoecem com mais frequência. O cuidado com filhas/os foi citado como um dos principais motivos de exclusão das jornalistas do mercado de trabalho (Engstrom; Ferri, 1998; Kim, 2006; Everbach; Flournoy, 2007). Além disso, as iniciativas das empresas e as políticas públicas do estado são insuficientes (Kim, 2006, Tsui; Lee, 2012) para dar conta das demandas de quem trabalha com horários diferenciados, viagens e escalas de plantões (North, 2016; Leite, 2017; Silva; Gonçalves, 2018; Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2018). Se as organizações de mídia e o estado são ausentes, os estudos mostram que as jornalistas recorrem às redes de apoio que, boa parte das vezes, também são formadas por outras mulheres (Tsui; Lee, 2012; Silva; Gonçalves, 2018; Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2018), deixando evidente a desigualdade de gênero no cuidado e na responsabilidade com crianças.

Apesar do tom pessimista da maioria das pesquisas, foram encontradas estratégias de permanência na carreira mobilizadas pelas mulheres. Uma delas é a opção por funções no serviço público, como mostrou a pesquisa de Lima-Souza, Mota-Santos e Carvalho Neto (2018). A investigação apontou que, em uma emissora onde a entrada de profissionais se dá por meio de concurso público, a maioria das funções de base e as de alto escalão são preenchidas por profissionais brasileiras concursadas que são casadas, mães e precisam lidar com os dilemas da maternidade e do conflito trabalho-família. De acordo com o estudo, a carga horária menor, a estabilidade do concurso, o plano de carreira e a cultura de mulheres no poder podem contribuir para que as jornalistas consigam ocupar espaços que nem sempre estão acessíveis à maioria no mercado de trabalho, como as funções de alto escalão. Também foram identificadas algumas possibilidades de acordos (Tsui; Lee, 2012; North, 2009) entre as empresas jornalísticas e as jornalistas depois que se tornam mães. Tais acordos preveem a redução da carga horária integral para meio período (Tsui; Lee, 2012) ou a redução de número de horas (North, 2016), bem como a mudança de atividade exercida no jornalismo (Tsui; Lee, 2012).

Esses mecanismos que podem contribuir com a permanência das mulheres na carreira e com a conciliação entre as questões do trabalho e da família devem, entretanto, ser analisados com ressalvas, pois, conforme demonstrado nos estudos (North; 2009, 2016), os acordos de redução de jornada muitas vezes sobrecarregam em poucas horas o trabalho antes feito em mais tempo e não resolvem as dificuldades de equilibrar a atuação no jornalismo e a

maternidade. Por fim, outro aspecto também pontuado nos estudos que pode permitir a permanência da mulher jornalista que se tornou mãe é a posse de capital social e econômico (Djerf-Pierre, 2005; Tsui; Lee, 2012), o que permite o apoio da família e/ou a contratação de babás e empregadas domésticas que possam auxiliar no cuidado com as crianças e com a casa, permitindo que as mulheres dediquem mais tempo ao trabalho remunerado.

De uma maneira geral, as pesquisas deixam evidente que uma transformação cultural na sociedade, com a mudança na concepção de papéis de gênero e na divisão do trabalho sexual, distribuindo mais igualitariamente as atribuições entre mulheres e homens, pode trazer benefícios às jornalistas e, conseqüentemente, aliviar as tensões relacionadas à conciliação do trabalho familiar e do trabalho remunerado. Entretanto, é preciso ponderar que há jornalistas, dentro da cultura vigente (North, 2006, 2016), que valorizam os papéis de gênero convencionais (Tsui; Lee, 2012), mesmo não tendo sido pressionadas efetivamente por familiares para desempenhar esse papel. Nesses casos, Tsui e Lee (2012) aponta que os arranjos dentro das organizações que facilitassem o desempenho do papel de mãe pelas jornalistas poderiam funcionar melhor para garantir a permanência das mulheres na carreira.

Os estudos avançaram, portanto, no conhecimento sobre a trajetória profissional das jornalistas e nas questões envolvidas em torno das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Evidenciaram a difícil situação na qual as mães exercem a profissão pontuando questões centrais, como a cultura masculina da profissão de jornalista, que ainda é hostil às mulheres e suas demandas; as múltiplas jornadas de trabalho a que as mulheres estão submetidas na nossa sociedade, em virtude da divisão sexual do trabalho generificada; a dificuldade de equilibrar trabalho remunerado e o exercício da maternidade; as concepções culturais da sociedade generificada que, muitas vezes, impõe às mulheres a responsabilidade exclusiva pelas/os filhas/os e a falta de políticas estruturais dentro das empresas jornalísticas e na sociedade em geral que possibilitem o apoio no cuidado com as crianças. As pesquisas também podem ser consideradas formas de posicionamento político sobre toda a desigualdade de gênero que as mulheres enfrentam na atuação profissional.

Os estudos que abordam aspectos da maternidade na prática profissional das jornalistas conseguem fornecer um panorama da difícil situação enfrentada pelas mães no jornalismo. Entretanto, ainda há lacunas que podem ser melhor exploradas e que inclusive justificam a presente pesquisa. Em primeiro lugar, existe uma escassez de estudos que foquem praticamente nas questões da maternidade. Apenas três estudos trazem o tema como principal e tratam de segmentos específicos do jornalismo - enquanto Gálvez (2007) aborda a imprensa de Valência (Espanha), North (2016) trata da realidade das redações e Silva e Gonçalves

(2018) analisa a situação das mulheres fotojornalistas. Os demais citam aspectos da maternidade dentro de outras questões de gênero. Esta tese, além de focar na relação entre a prática profissional e o exercício da maternidade, traz para a análise a situação de mulheres de diferentes segmentos e condições de trabalho, podendo fornecer uma visão mais ampla sobre as escolhas e os movimentos de carreira no jornalismo.

Em segundo lugar, nenhuma das investigações levantadas utiliza o conceito de carreira na perspectiva interacionista, relacionando teoricamente com os estudos de gênero, maternidade e jornalismo, e muitas se limitam a trazer somente a visão das mulheres que são mães para a pesquisa. A abordagem interacionista, escolhida para esta tese, torna-se interessante por permitir se concentrar nos elementos que explicam as diferentes escolhas das mulheres ao longo de sua trajetória, vistas como parte de uma negociação com outros atores sociais e outras instâncias da sociedade, como empresas e estado. Tratarei de forma aprofundada do conceito interacionista de carreira no próximo capítulo. Além disso, a escuta de mulheres e homens, com e sem filha/os, possibilita uma abordagem em que o gênero é considerado uma categoria que deve ser analisada de forma relacional, já que os papéis do feminino e masculino estão socialmente associados um ao outro.

Chamo finalmente a atenção para o fato de que os estudos revisados neste capítulo avançam ao descrever estratégias utilizadas pelas mulheres para permanecerem no jornalismo, como a negociação com as empresas e o apoio de familiares e/ou empregadas domésticas e babás. Porém, é necessário analisar em que medida essas táticas tem relação com as escolhas das jornalistas e como se manifestam na rotina profissional, a depender dos segmentos que atuam.

2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Tendo como ponto de partida a evolução dos estudos de gênero, o objetivo deste capítulo foi apresentar o estado da arte das pesquisas que discutem a relação entre a prática profissional do jornalismo e a maternidade. De uma maneira geral, os 20 artigos analisados apresentam um cenário complexo para as mães se colocarem no mercado de trabalho jornalístico, ao mesmo tempo que também apontam algumas formas de resistência delas para se manter e transformar a própria carreira e os espaços onde estão inseridas.

Mostrei que os estudos avançaram em tornar conhecida a situação difícil para as jornalistas que vivenciam a maternidade, porém algumas lacunas ainda se revelaram. Identifiquei que é preciso analisar melhor a situação das mães por segmentos, a fim de

constatar se existem alguns que contribuam para auxiliar na tentativa de conciliação entre trabalho e maternidade, e também detalhar mais, na perspectiva das jornalistas, as estratégias utilizadas por elas para permanecerem na profissão e a relação disso com as escolhas de carreira.

Esse levantamento situou a pesquisa em andamento em relação ao tema desenvolvido. Assim, foi possível saber o que já se disse e quem escreveu sobre o grupo escolhido, identificando o cenário, as dificuldades, as lacunas e possibilitando a reflexão sobre possíveis complementaridades e contribuições para o avanço do tema. No próximo capítulo, apresento o referencial teórico desta investigação, que se terá como base os estudos sobre carreira, gênero e jornalismo.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: CARREIRA, GÊNERO E JORNALISMO

Este capítulo aborda os conceitos de carreira e de gênero, aplicados aos estudos de sociologia profissional do jornalismo. Busca fundamentar os objetivos desta pesquisa, que propõe uma investigação que olhe para as trajetórias das jornalistas que exercem a maternidade, a partir das construções sociais de gênero, que podem provocar barreiras, dificuldades, diferenças e situações de desigualdades na construção de carreiras femininas.

O debate sobre carreira terá como base a tradição teórico-metodológica do Interacionismo Simbólico¹³. A abordagem interacionista foi escolhida por privilegiar a dimensão compreensiva e subjetiva das histórias de vida, possibilitando a observação minuciosa do processo de negociação das escolhas de carreira e suas implicações individuais e coletivas. Também foi adotada por compreender carreira de forma dinâmica e mutável, resultado de uma miríade de negociações e interações realizadas ao longo de uma trajetória.

Nesse aspecto, o conceito interacionista de carreira se aproxima da abordagem de gênero adotada (Fraga; Gemelli; Rocha-de-Oliveira, 2019). De fato, neste estudo, gênero também é compreendido como algo dinâmico e mutável, que vai além da questão do sexo biológico, e está relacionado ao processo de construção dos papéis sociais que representam as diferenças sexuais na sociedade ocidental.

Na primeira parte do capítulo, apresento o conceito de carreira e sua utilização nos estudos de jornalismo. Na segunda, abordo o conceito de gênero e suas implicações na carreira jornalística. Na terceira parte, proponho uma perspectiva interacionista sobre carreira e gênero, a partir de uma revisão/adaptação, com base nos estudos de gênero, dos operadores que compõem o conceito de carreira. Na última parte, aponto as principais discussões acadêmicas sobre carreiras jornalísticas, desenvolvidas no Brasil e no mundo nos últimos anos, ressaltando aquelas que levam em consideração as questões de gênero.

3.1 CARREIRA NA PERSPECTIVA INTERACIONISTA

Todo ser social tem uma carreira e isso não está necessariamente ligado às questões laborais. O termo refere-se ao curso ou ao progresso de uma pessoa durante a vida (Hugues,

¹³ O Interacionismo Simbólico é uma corrente teórico-metodológica, desenvolvida na Escola de Chicago. Nascida na Universidade de Chicago no início do século XX, a Escola de Chicago surgiu com o objetivo de desenvolver estudos sobre os problemas sociais estadunidenses, como a imigração. A ideia era construir uma ciência social com bases empíricas, influenciada pela sociologia, a filosofia, a antropologia e a psicologia social, e que focava fortemente nas reflexões sobre a relação indivíduo e sociedade (Velho, 1999).

1997), relacionando-se, assim, com a trajetória percorrida em um dado tempo e sob determinados contextos. Ao ser apropriado pelos estudos das profissões e das organizações, o conceito passou a estar relacionado especialmente à parte da vida da pessoa que se refere ao trabalho. Desse modo, uma carreira consiste em uma sequência de estatutos, papéis e honrarias que vão estabelecendo o curso da vida profissional ao longo do tempo (Tréaton, 1960). Define-se também como uma “sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema organizacional, realizadas por qualquer indivíduo que trabalhe dentro desse sistema” (Becker, 2008, p. 35).

Na perspectiva interacionista, carreiras são “produtos das relações psicossociais dinâmicas e dialéticas entre indivíduo, sociedade e organizações de trabalho” (Bendassoli, 2009, p. 397), sendo compreendidas como uma construção social, em que os níveis individuais e coletivos agem juntos e ao mesmo tempo na configuração dessa trajetória de vida laboral. Hughes (1937) considera que há um aspecto objetivo no conceito, que vem das estruturas formais da sociedade, e se refere a uma “uma série de estatutos e cargos definidos claramente”¹⁴. Existe também um aspecto mais subjetivo que define carreira como “a perspectiva de movimento em que a pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de suas várias particularidades, ações e coisas que vão acontecendo a ela”¹⁵. Ou seja, a carreira está relacionada às mudanças através do tempo e como isso vai se articulando na definição das identidades profissionais.

O conceito também faz referência a uma perspectiva individual - de interpretação sobre a própria trajetória e o que vai ocorrendo durante a vida - e a uma perspectiva coletiva - já que se trata de uma construção social, que depende das relações entre indivíduo, organizações de trabalho e sociedade. Pensando nas perspectivas objetivas e subjetivas de Hughes, a primeira estaria mais relacionada ao nível institucional e coletivo, do contexto em que a trajetória foi se construindo e daquilo que foi institucionalizado ao longo do tempo para uma respectiva profissão. A segunda estaria mais voltada para as questões de ordem individual, percebendo a subjetividade em torno da construção das trajetórias profissionais, como satisfações, insatisfações, emoções e ambições. As carreiras, portanto, constituem-se

¹⁴ Tradução livre do trecho “a series of status and clearly defined offices” (Hughes, 1937, p. 409).

¹⁵ Tradução livre do trecho “the moving perspective in which the person sees his life as a whole and interprets the meaning of his various attributes, actions, and the things which happen to him” (Hughes, 1937, p. 409-410).

dos aspectos objetivos e subjetivos que se retroalimentam e precisam ser analisadas considerando os dois lados dessa moeda (Cohen; Mallon, 2001)¹⁶.

Assim, nos estudos de carreiras lidamos com o movimento dialético entre o que é regular e repetido, dentro do contexto macro da estrutura institucional e social manifesto em uma coletividade, e, ao mesmo tempo, observamos aquilo que é único, por se tratar das escolhas que marcam a trajetória de um indivíduo (Hughes, 1997). “Cada estudo é, portanto, como todo o estudo da sociedade, orientado para o encontro da sociedade em curso, mas em mudança, e do organismo humano único, cujos anos são poucos mas cujos descendentes são, evidentemente, tão parecidos com os seus pais”¹⁷. Hughes orienta que é preciso descobrir, nos estudos de carreira, como as pessoas escolhem, como são escolhidas e como as circunstâncias físicas, emocionais, psicológicas e intelectuais vão atingindo essas escolhas. Essas manifestações podem indicar certas regularidades (Hughes, 1997) que aparecem coletivamente em uma determinada ocupação, permitindo a estruturação de uma carreira. Entretanto, é preciso considerar que rupturas e imprevistos podem ocorrer, já que na vida social a mudança é certa (Strauss, 1999).

Hughes (1997) define três dimensões a serem observadas nos estudos sobre carreiras. A primeira está relacionada às mudanças no ciclo de vida do ser humano com a passagem do tempo. Com o avançar da idade ou outras questões biológicas que, para o autor, não estão separadas dos tabus e das definições sociais impostas, as pessoas precisam tomar novos rumos nas ocupações. Hughes constata que o ciclo menstrual, a gravidez e a chegada de filhos, por exemplo, afetam a carreira das mulheres e que essas mudanças ou o impacto delas dependem do tipo de profissão, da raça e da classe¹⁸. Ou seja, profissionais que trabalham com imagem,

¹⁶ As identidades individuais, pela perspectiva interacionista, não podem ser compreendidas sem o entendimento sobre a atividade coletiva (Strauss, 1999). Dessa forma, conforme Strauss (1999), a abordagem interacionista une, teórica e metodologicamente, as questões macrosociológicas com as microsociológicas. Distancia-se, portanto, dos estudos funcionalistas e positivistas sobre as profissões, pois reconhece que não há uma forma estanque de representar e compreender as identidades profissionais e consequentemente as carreiras. Esses conceitos são construídos a partir das interações, que se tornam, nos estudos microsociológicos, instâncias privilegiadas de observação dos fenômenos sociais e, por esse motivo, estão em constante mudança, movimentando-se ao longo do tempo. A estrutura social (nível macro) e as interações (nível micro) estão intrinsecamente relacionadas e se afetam reciprocamente no tempo (Strauss, 1999).

¹⁷ Tradução livre do trecho “Such study is, thus, like all study of society, directed at the meeting of on-going but changing society and the unique human organism, whose years are few but whose offspring are, of course, so like their parents” (Hughes, 1997, p. 390).

¹⁸ É importante ressaltar que Hughes, apesar de ilustrar as relações entre homens e mulheres e identificar diferenças na vida profissional, a partir do gênero, da raça ou da classe social, não aprofunda essa problemática (Tripier, 2014), sendo considerado um autor universalista. Porém, Tripier (2014), ao fazer uma crítica da obra de Hughes à luz da dimensão de gênero e das diferenças sexuais, reconhece a importância do autor na sociologia do trabalho de perspectiva mais feminista, inclusive inspirando obras que tomaram como base os conceitos de Hughes, mas que expandiram a compreensão da situação da sociedade atual, trazendo, por exemplo, outras causas de mudanças e inflexão de carreira.

por exemplo, como atores, atrizes ou esportistas, não conseguem se manter na mesma posição dentro da carreira com o passar dos anos. Também nem sempre é permitido a mulheres que engravidam continuar na mesma atividade que estão exercendo, muitas vezes havendo um deslocamento para outro tipo de função.

Essas questões não dependem somente das questões biológicas e, como já ressaltado por Hughes (1997), estão ligadas às definições sociais impostas em uma dada época na sociedade ocidental. No caso daquilo que afeta as mulheres, por exemplo, pode ter relação direta com a construção dos papéis sociais de gênero. Assim, em virtude dos processos de socialização generificados e das normas culturais e sociais que identificam as mulheres como responsáveis pelos cuidados da casa e de pessoas dependentes (como idosos e crianças), elas estariam, em comparação com os homens, mais influenciadas a tomar decisões de carreira pensando nas problemáticas familiares e seriam mais propensas a deixar suas atividades profissionais (Fraga; Gemelli; Rocha-de-Lima, 2020).

As outras duas dimensões consideradas por Hughes (1997) consistem na observação daquilo que acontece na carreira de alguém, quando as mudanças pessoais são constatadas, e nos movimentos feitos dentro do sistema social de uma profissão. O autor pressupõe que toda atividade profissional tem uma tarefa considerada essencial, aquilo que geralmente dá nome à ocupação, porém a profissão em si é uma combinação da atividade principal com outras tarefas que vão sendo atribuídas às/aos profissionais ao longo do tempo. Ao estudar carreira, para Hughes (1997), é preciso investigar para onde as pessoas se movem quando deixam a atividade considerada essencial de uma determinada profissão; observar os processos pelos quais as pessoas são selecionadas (por si e pelos outros) para essas posições diferentes; identificar aquilo que determina o desempenho em longo prazo e apontar se esses movimentos levam as pessoas para posições de mais ou menos prestígio, dinheiro e poder dentro da profissão.

Esses movimentos das pessoas dentro das carreiras têm relação direta com as escolhas feitas ao longo de uma trajetória de vida. Conforme Fábio Pereira (2020a), as escolhas tomadas ao longo da carreira se justificariam por uma série de motivações, vivenciadas dentro de um contexto de vida pessoal, profissional e social. É por meio da identificação da motivação e do contexto, que, segundo o autor, é possível reconstruir, mesmo que de forma parcial, as interações simbólicas envolvidas nos processos de escolha. Na perspectiva interacionista, as ações sociais se inserem em processos de interações e negociações que as pessoas vão fazendo, ao mesmo tempo, consigo mesmas, analisando a sua própria dinâmica de vida e seus ideais profissionais; com a organização em que trabalham, a partir, por

exemplo, das possibilidades de acordos formais e informais; com a própria profissão, observando as condições e projetando o que se quer no futuro profissional; e com a sociedade, considerando a conjuntura social, política e histórica de um dado momento. Desse modo, uma escolha nunca é um fato isolado, mas um produto dessas negociações (Pereira, F., 2020a).

Em momentos decisivos, que constituem movimentos progressivos nas carreiras pessoais (Strauss, 1999), as escolhas, mesmo feitas de forma individual, são construídas com base na identificação com o outro ou com uma ordem coletiva. “É provável que os mesmos tipos de incidentes que precipitam a revisão da identidade aconteçam e sejam igualmente significativos para outras pessoas da mesma geração, profissão e classe social” (Strauss, 1999, p. 108). Isso remete à noção de regularidade das carreiras (Hughes, 1997), já citada acima. Ou seja, mesmo que se tratem de escolhas individuais, essas decisões estão situadas no tempo e no contexto e são tomadas considerando as experiências e as interpretações partilhadas (Strauss, 1999), observando a regularidade daquilo que ocorre nas carreiras pessoais. Essa avaliação individual é feita a partir de uma análise do próprio passado e/ou do passado de outras pessoas que atuam na carreira escolhida, dessa forma, está ancorada no tempo e na alteridade (Pereira, F., 2020a).

No tempo, além do passado, também está a dimensão do futuro. Fazer uma escolha de carreira também envolve projeções daquilo que se quer vir a ser ou onde se quer estar nos próximos anos. “A trajetória retrospectiva faz referência à noção de memória, que inclui os projetos prévios do indivíduo ou da coletividade. No mesmo sentido, a trajetória projetada faz referência à noção de projeto, como antecipação do futuro (Deluca; Rocha-de-Oliveira; Chiesa, 2016, p. 472). Conforme as/os autoras/es, ao explorar o passado, o indivíduo faz interpretações para compreender aquilo que está vivenciando no presente e, ao mesmo tempo, vai fazendo projeções sobre uma trajetória (pessoal e/ou coletiva) que ainda virá a ser construída. Durante um relato, portanto, o interesse metodológico consiste em captar o sentido que aquela pessoa deu a um movimento de carreira (Cohen; Mallon, 2001), a partir do ponto de vista particular dela, inserido em um determinado contexto profissional e social.

Pensando na perspectiva do futuro, é preciso considerar ainda a avaliação pessoal daquilo que é sucesso e que também, apesar do sentido ser individual, não escapa aos sentidos atribuídos pela coletividade. Para Menger (2009), o sucesso de uma atividade depende daquilo que se convencionou pelas pessoas que atuam nela como êxito e também do contexto histórico e econômico de uma época. No caso de profissões mais incertas, como aquelas ligadas ao trabalho criativo (Menger, 2009) e o jornalismo (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020; Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021), em que há muitas dúvidas sobre o sucesso e o

fracasso futuros, também atua na negociação do indivíduo esse grau de incerteza (Menger, 2009; Strauss, 1999). À medida que a carreira fica mais incerta, é como se, ao mesmo tempo, se tornasse mais perigosa e excitante (Strauss, 1999). Conforme Menger (2009), a avaliação individual feita sobre isso ocorre com base na avaliação do outro e da estrutura de trabalho em que a pessoa está inserida. Um trabalho em que o sucesso é bastante incerto, caso o indivíduo venha a se dar bem, pode exaltar as habilidades daquele profissional e acabar imputando um valor diferenciado a ele no mercado de trabalho.

Diante dessa discussão sobre o conceito de carreira e a forma como as pessoas fazem escolhas nas suas trajetórias profissionais, com base na perspectiva interacionista, foi possível definir alguns pressupostos: 1) as carreiras têm uma dimensão temporal; 2) estão inseridas dentro de um determinado contexto institucional, histórico, econômico, político, social e cultural; 3) as carreiras são construções sociais, definidas a partir das manifestações individuais (indivíduo - nível micro) e coletivas (sociedade - nível macro) que interagem e se retroalimentam; 4) as escolhas de carreira se configuram, a partir dos processos de interação simbólica vivenciados e interpretados pelas pessoas, com base nas avaliações de um passado, de um presente e de um futuro individuais, mas, 5) são, ao mesmo tempo, delimitadas por um grupo ou coletividade. No próximo tópico, discuto questões relativas ao conceito de carreira nos estudos de jornalismo.

3.2 CARREIRA NOS ESTUDOS DE JORNALISMO

Nas últimas décadas, a pesquisa no Brasil e no mundo avançou na compreensão do jornalismo enquanto profissão e das/dos jornalistas enquanto grupo profissional. No contexto brasileiro, por exemplo, temos estudos sobre identidade profissional (Adghirni, 2005; Pereira, F. *et al.*, 2013), carreira (Pereira, F., 2020a), precarização laboral (Lelo, 2019; Nicoletti, 2019), questões de gênero e raça no âmbito da profissão (Rocha, 2004; Silva, 2010; Fígaro, 2018; Leite, 2017; Moura, 2019; Bandeira, 2019, Lelo, 2019; Kikuti, 2023; Teles, 2024), além dos dois grandes levantamentos do Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013; Lima *et al.*, 2022). Essas investigações, de caráter geralmente interdisciplinar, ancoram-se principalmente nos conhecimentos teóricos da sociologia clássica, da sociologia do trabalho, da perspectiva marxista e dos estudos feministas e de gênero. A presente pesquisa segue essa tendência, desenvolvendo um estudo sobre carreiras jornalísticas, com base em uma perspectiva interacionista, que já é interdisciplinar em sua origem. Nesta seção, discorro como

o conceito de carreira pode ser aplicado às investigações sobre jornalistas, a partir das noções de **escolha, incerteza, mobilidade e arcos temporais**.

Como já abordamos na seção anterior, as escolhas de carreira se configuram, a partir dos processos de interação simbólica vivenciados e interpretados pelas pessoas, com base em avaliações individuais, mas, ao mesmo tempo, negociadas com a coletividade. Isso envolve, portanto, situações em que a/o jornalista vai relacionar a sua experiência de vida com aquilo que planeja para sua carreira profissional (Pereira, F., 2020b). Além dessa negociação, Fábio Pereira (2020a) reforça que existe a dimensão do outro, da alteridade e que toda **escolha** envolve dois grandes grupos de interlocutores: os atores em presença e os atores em ausência (Pereira, F., 2020a). No primeiro caso, estão envolvidas as pessoas que fazem parte diretamente das escolhas do indivíduo. Podem ser familiares, colegas de trabalho e amigos próximos.

No segundo grupo, fazem parte elementos que não estão diretamente envolvidos nas decisões da/o jornalista, já que os processos de interação não ocorrem apenas entre duas pessoas (Strauss, 1999), e as decisões podem ser tomadas em relação à própria coletividade de jornalistas e à forma como os profissionais definem e negociam uma carreira (Pereira, F., 2020a) e também considerando o mercado de trabalho e a situação política e econômica de um país (Pereira, F., 2020b). Assim, as motivações pessoais e profissionais e o contexto social precisam ser identificados ao se observar como jornalistas fazem escolhas de carreira, pois esses fatores se entrecruzam na constituição de uma trajetória profissional. Nesse sentido, conforme, Fábio Pereira (2020a), as carreiras não podem ser separadas da vida pessoal e se imbricam com interações produzidas no meio profissional.

Em um estudo qualitativo sobre carreira de um grupo de jornalistas brasileiros, Fábio Pereira (2020a) identificou, por exemplo, que, apesar das diferenças de peso da vida familiar para homens e mulheres e das oportunidades distintas no mercado de trabalho, ambos os gêneros consideraram razões de ordem pessoal para justificar mudanças de vínculo empregatício. Os homens são geralmente mais preocupados com estabilidade e salário e as mulheres em situações como seguir o cônjuge, aproximar-se mais dos/as filhos/as e constituir família. A investigação desenvolvida por Pereira e Machado (2024) confirmou que as mulheres fazem mais escolhas de carreira motivadas pela vida privada e familiar. Hardin e Shain (2005), em uma pesquisa sobre mulheres no jornalismo esportivo, também mostraram que, apesar da discriminação e do assédio serem problemas sérios e contínuos nessa área, a frustração por sacrificar tempo e relacionamentos familiares, sem muita recompensa, é mais decisiva na escolha por sair do mercado, deixando evidente o peso das motivações pessoais.

As motivações profissionais, por sua vez, relacionam-se com as experiências vivenciadas no jornalismo e com aquilo que se fantasia (Strauss, 1999) sobre a profissão. Essa fantasia consiste em uma projeção dos efeitos da ação (Pereira, F., 2020a), a partir do que se conhece sobre a atividade e sobre a vivência de outras/os jornalistas. Assim, ao fazer decisões, jornalistas ponderam as escolhas feitas ao longo de sua própria trajetória e na de outros, aliando isso ao entendimento que se tem sobre o contexto de jornalismo e de sociedade vivenciados pela pessoa. A compreensão sobre os diferentes segmentos da profissão e o que cada um deles pode proporcionar em termos salariais, reconhecimento e de estilo de vida, o conhecimento sobre as habilidades necessárias para ingressar em um determinado espaço profissional, o entendimento sobre as mudanças no jornalismo e o impacto do discurso de crise na vida das/dos profissionais estão entre alguns pontos que podem fazer parte da avaliação de jornalistas ao fazer uma escolha de carreira, mesmo que ela/ele próprio não tenha vivenciado uma dessas situações.

Por se tratar de uma profissão que passa por mudanças que têm levado a situações de flexibilização, precarização e desemprego estrutural (Nicoletti, 2019), as/os jornalistas estão convivendo com um grau de incerteza (Menger, 2009; Strauss, 1999) mais acentuado. Há estudos que confirmam que a **incerteza** sobre o futuro do jornalismo está indissociada das perspectivas que as/os profissionais têm da carreira na profissão (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020) e que redefine as expectativas de trajetórias (Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021). Ou seja, durante as escolhas, as/os jornalistas também levam em consideração a incerteza da profissão e isso pode ser ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que profissionais se afastam, em virtude do sofrimento causado (Pereira, F., 2022), alguns se mantêm na atividade, por meio do manejo dessa incerteza (Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021), que implica uma série de estratégias que atenuam a sensação de sofrimento e pessimismo sobre o futuro da área.

Conforme Goyanes e Rodríguez-Gómez (2021), a forma de lidar com a incerteza, para jornalistas, está muito relacionada ao posicionamento no presente, à escolha deliberada de não fazer nenhum tipo de projeção para o futuro. Ao fazer uma pesquisa com jornalistas de um jornal de relativo prestígio, os pesquisadores identificaram duas respostas das/os profissionais a esse manejo da incerteza: uma emocional e outra social. A primeira está relacionada à disposição da/o jornalista de viver no presente e encarar os problemas laborais como um fato. Nesse caso, o compromisso com a atividade rotineira de fechamento de um jornal, por meio de um trabalho de qualidade, contribuiu para um nível de satisfação que ajuda as/os profissionais que trabalham em redação a atingir certo equilíbrio emocional (Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021). Conforme já citado na seção anterior, é como se um trabalho mais

difícil ou desafiante trouxesse um grau de satisfação maior, quando o indivíduo consegue atingir algum nível de sucesso. A segunda resposta, a social, está associada às relações de trabalho entre jornalistas. Para Goyanes e Rodríguez-Gomez (2021), os bate-papos informais e as conversas entre colegas de redação ajudam na compreensão das mudanças organizacionais e no compartilhamento das experiências, estabelecendo conforto emocional para as/os profissionais.

Os processos de escolha, que levam em consideração tudo o que foi discutido até o momento, fazem com que jornalistas decidam por permanecer onde estão ou mudar de posição dentro da carreira. A **mobilidade** de carreira, conforme Pereira, F., (2020a), está associada à mudança de estatuto dentro do espaço laboral. Ou seja, ao mover-se na carreira, as/os jornalistas podem basicamente continuar no mesmo segmento (Bucher; Strauss, 1961), mudar de segmento ou deixar a profissão. Pereira, F., (2020a) avalia que as motivações relacionadas a uma mobilidade de carreira podem revelar o esforço das/os jornalistas de buscarem ter controle das suas trajetórias, se antecipando a eventuais mudanças no espaço laboral, e minorando, de certa forma, as incertezas. Mas também podem ser formas de adaptar o planejamento de carreira às contingências impostas pela ordem social. Assim, jornalistas examinariam o status de suas posições atuais, os benefícios ou os prazeres proporcionados e as possíveis consequências de uma mudança para outro espaço laboral (Pereira, F., 2020a). Essas mobilidades, entretanto, nem sempre podem ser controladas pelas/os jornalistas, como no caso de demissões, por exemplo. “As mobilidades são também resultado de circunstâncias específicas, que delimitam as escolhas” (Pereira, F., 2020a, p. 168).

Os processos de mudanças de estatuto ocorrem dentro de fases (Strauss, 1999), que remetem a uma dimensão temporal, já que ninguém permanece na mesma posição ou no mesmo estatuto para sempre (Strauss, 1999). Fábio Pereira (2020a) chama essa dimensão cronológica de **arco temporal**. O termo utilizado faz referência ao resultado das definições e das negociações de uma série de tarefas vinculadas a um determinado momento da trajetória profissional. Além do tempo, o arco temporal também indica uma dimensão de regularidade (Hughes, 1997) de atividades e de ações nas carreiras analisadas. Ou seja, materializa-se a partir das definições e das convenções de um determinado estatuto ou uma de determinada profissão, manifestadas na regularidade das escolhas e das motivações observadas nas histórias individuais, dentro de um tempo estabelecido. Para Fábio Pereira (2020a), que definiu arcos temporais para o jornalismo brasileiro, essa abordagem foi capaz de “vincular as motivações e as trajetórias individuais com a dimensão coletiva e estrutural do mundo dos jornalistas” (Pereira, F., 2020a, p. 29).

Dessa forma, o pesquisador reconstruiu indutivamente as fases que estruturam a passagem pelo jornalismo, ao longo de uma carreira, e o modo como as trajetórias individuais vão se modificando simultaneamente ao sistema organizacional (Pereira, F., 2020a). Vale ressaltar que nem toda mudança de carreira pode ser percebida na coletividade ou alterar de forma significativa a ordem vigente - na verdade, boa parte das mudanças estão previstas - e, por isso, reproduzem - a estrutura da carreira (Pereira, F., 2020a). O autor também identificou que questões diferentes interferem nas decisões de carreira das/dos jornalistas, de acordo com a fase da trajetória e/ou do segmento ao qual a/o profissional faz parte, proporcionando modalidades de negociação distintas dentro da mesma carreira. Ou seja, os desafios, as dificuldades e os anseios apresentados por quem está ingressando na carreira são diferentes daquelas pessoas que já conseguiram chegar a certo grau de sucesso no jornalismo. Da mesma forma, podem ser distintas as questões que se apresentam para jornalistas que atuam em redações de empresas privadas, em assessorias de imprensa em órgãos públicos e aquelas/es que trabalham como freelancer. É importante ressaltar que essas variações no momento de tomar decisões também estão ligadas a aspectos da vida privada - como idade, filhas/os, território e condição social.

Em resumo, a trajetória das/dos jornalistas teria então relação com as questões subjetivas das pessoas que compõem o grupo profissional, o desenvolvimento do jornalismo (enquanto atividade laboral vinculada a um setor da economia) e a sociedade em geral (nesse aspecto estão envolvidas, por exemplo, questões como imagem social da profissão, a regulação do exercício do jornalismo e a cultura estabelecida). Esse percurso profissional é definido pelas escolhas de carreira que vão se manifestando individualmente, num processo dinâmico de interação com as dimensões institucionais e sociais, que podem (ou não) provocar mudanças e alterações na profissão (Pereira, F., 2020a). Desse modo, o jornalismo se constituiria como “uma profissão de carreiras múltiplas, segmentadas, com diferentes possibilidades de se conseguir o sucesso, de se realizar (ou não) no âmbito profissional e pessoal” (Pereira, F., 2020a, p. 267).

Depois de tratar do conceito interacionista de carreira e da aplicação nos estudos de jornalismo, abordarei, no próximo tópico, o gênero nas pesquisas da área.

3.3 GÊNERO NOS ESTUDOS DE JORNALISMO

Compreender as relações complexas entre seres humanos, em qualquer âmbito da sociedade ocidental¹⁹, implica considerar o gênero. Para a historiadora Joan Scott (2019), que desenvolveu uma significativa discussão sobre o conceito enquanto categoria útil para análise histórica, o gênero seria um meio de “decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 2019, p. 71). Para a autora, quando historiadora/es – e aqui me aproprio da discussão e alargo às/aos pesquisadoras/es em geral – buscam formas de compreender como o conceito de gênero faz parte da construção das relações sociais, é possível começar a entender a “natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (Scott, 2019, p. 71). Assim, ao pensar na esfera laboral, o trabalho constrói o gênero e o gênero também constrói o trabalho, a partir dessa reciprocidade entre as relações e a sociedade, dentro de uma dada época e um dado contexto.

O gênero, conforme Scott (2019), é o elemento que constitui as relações sociais, baseado nas diferenças evidentes entre os sexos. É também uma forma primeira de representar relações de poder de um grupo social sobre outro, no caso da nossa sociedade, a partir das diferenças entre aquilo que se convencionou socialmente atribuir ao masculino e ao feminino. O conceito de gênero, portanto, “estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 2019, p. 70). Lauretis (2019), no ensaio sobre a tecnologia de gênero, reforça que, apesar da sociedade ocidental utilizar a diferença sexual como parâmetro para estabelecer as relações entre feminino e masculino, o gênero “não é uma propriedade dos corpos, nem algo existente a priori nos seres humanos” (Lauretis, 2019, p. 123). O gênero, na verdade, representa uma relação entre grupos sociais. “O gênero atribui a uma entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe e, portanto, uma posição vis-à-vis outras classes pré-constituídas” (Lauretis, 2019, p. 125).

Como o gênero está imbricado em toda a vida social, ao analisar carreiras de mulheres e homens jornalistas, como esta pesquisa se propõe, com foco nos aspectos relacionados à maternidade, seria inevitável não observar os dados a partir desse conceito, que tanto participa da construção das carreiras. Assim, as questões de gênero estão refletidas nas trajetórias individuais e coletivas, nos sentidos compartilhados pelas/os jornalistas no momento de fazer escolhas sobre suas carreiras, no modo como se relacionam entre si, nas organizações e na esfera pessoal/familiar, nas dificuldades que se impõem nas rotinas de trabalho jornalísticas e

¹⁹ Em toda a pesquisa me refiro à construção social de gênero da sociedade ocidental. É importante pontuar que o gênero, como construção social mutável, não necessariamente existiu em todas as sociedades (Oyèwùmí, 2021). Em sua pesquisa, Oyèwùmí (2021) mostra como o gênero foi construído na sociedade iorubá com a chegada das noções ocidentais.

nas formas de resistir às barreiras e às dificuldades institucionais e profissionais. Ou seja, aspectos objetivos e subjetivos da carreira possivelmente são vivenciados de forma diferente em virtude do gênero (Fraga; Gemelli; Rocha-de-Oliveira, 2019).

Ao refletir sobre o gênero na atuação profissional jornalística, Damian-Gaillard, Frisque e Saitta (2009) afirmam que essa perspectiva é fundamental para analisar as práticas e representações profissionais, as relações sociais e o funcionamento do campo jornalístico. O jornalismo, assim como as demais instituições modernas, nasceu a partir de um paradigma colonial e positivista de construção do conhecimento, construído num mundo capitalista, masculinista, heterossexista, racista e ocidentalista (Moraes; Silva, 2019). É, portanto, configurado dentro da lógica masculina (Silva, 2010; Steiner, 2017), constituído de sujeitos generificados, com uma prevalência de uma cultura centrada no homem, que historicamente monopolizou as posições de tomadas de decisão nas redações (De Bruin, 2000; Lobo *et al.*, 2015). Isso interfere nos modos de produção das notícias, nas relações hierárquicas de poder e prestígio, e, conseqüentemente, no modo como as/os profissionais conduzem suas carreiras.

Essas constatações, presentes também em boa parte das pesquisas que abordam gênero e a prática jornalística no Brasil e em outras partes do mundo, apontam para uma dificuldade maior das jornalistas em permanecerem e/ou progredirem na profissão, ao longo de suas trajetórias. A construção social de gênero que privilegia o masculino e conseqüentemente os homens impõem um número maior de barreiras e constrangimentos às jornalistas. Elas convivem com ambientes profissionais machistas (Fígaro, 2018), são as mais frequentes vítimas de assédio (Kikuti, 2023), enfrentam mais dificuldades para conciliar a vida profissional com a vida privada (Steiner, 2017; Lelo, 2019), estão em menor número nos cargos de gestão (Nilsson, 2010; Bandeira, 2019) e deixam a profissão com mais frequência (Kikuti; Rocha, 2020). Essas questões, conforme os estudos, têm relação com os processos de **divisão sexual do trabalho no jornalismo**, de **feminização e precarização**, e podem ser acentuadas por **marcadores sociais**, como cor/raça, etnia, sexualidade e idade. Nas próximas seções abordarei essas noções que podem ser apropriadas nas investigações sobre gênero e carreiras jornalísticas.

3.3.1 Divisão sexual do trabalho no jornalismo

O termo divisão sexual do trabalho, amplamente difundido nas abordagens feministas associadas à sociologia do trabalho e ao marxismo, diz respeito às diferentes atribuições de mulheres e homens na sociedade, construídas historicamente com a ascensão e o

desenvolvimento do capitalismo (Federici, 2017). Dessa forma, foram estabelecidas tarefas que deveriam ser realizadas por mulheres e outras somente por homens (Federici, 2017), contribuindo para uma série de diferenças em vários aspectos da vida, como o trabalho (remunerado e não remunerado). Essa divisão, que Yannoulas (2011) também denomina de divisão social do trabalho, associa a força de trabalho das mulheres às atividades domésticas, gratuitas, reprodutivas, privadas e femininas (Yannoulas, 2011; Souza-Lobo, 2021). Enquanto isso, aos homens estava destinado o trabalho industrial, produtivo, remunerado, público e masculino (Yannoulas, 2011).

Essa forma de divisão do trabalho não atribui somente atividades e responsabilidades de homens e mulheres na sociedade, mas também aponta para uma hierarquia entre gêneros (Souza-Lobo, 2021), qualificando aquilo que é feminino como algo mais frágil e subordinado e o masculino como mais forte e que domina. Assim, as condições de subordinação e de desigualdade das mulheres na vida social se perpetuam em diferentes campos, como o mercado de trabalho. No trabalho, conforme Souza-Lobo (2021), que estudou por anos as relações de gênero na indústria, essas condições de subordinação já existentes em outras esferas sociais são “recriadas”, definindo funções mais voltadas para mulheres e outras para homens. A pesquisadora pondera, entretanto, que essas relações são pensadas a partir da definição social de masculino e feminino, ou seja, os gêneros, e que, consequentemente, trata-se de uma relação social-simbólica e mutável, que não necessariamente está sempre determinada da mesma forma.

No jornalismo, Lelo (2019) considera que a divisão sexual do trabalho é um dos vetores para se analisar as desigualdades de gênero experimentadas pelas mulheres no exercício da profissão de jornalistas²⁰. Nesse aspecto, o pesquisador inclui as dificuldades vivenciadas pelas repórteres ao tentarem conciliar sua atuação jornalística com seus projetos familiares, em uma carreira que já exige muito sacrifício dos tempos livres e de descanso. “Inserir a divisão sexual do trabalho como um componente adicional da precariedade no setor é fundamental para refletir sobre obstáculos exclusivos às mulheres que se aventuram paulatinamente no jornalismo” (Lelo, 2019, p. 144). Kikuti, Mick e Rocha (2022) atribuem à histórica divisão sexual do trabalho, a opção que muitas mulheres precisam fazer entre “ter

²⁰ O pesquisador propõe quatro vetores de análise das assimetrias de gênero que acometem as trajetórias das mulheres no mundo do trabalho dos jornalistas: a) no campo da divisão sexual do trabalho; b) nas culturas organizacionais; c) nas culturas profissionais; d) no seio das rotinas produtivas.

uma relação conjugal e a profissão, entre ter filhos ou subir na carreira, enquanto essa escolha não é tão exigida de seus colegas homens” (Kikuti, Mick; Rocha, 2022, p. 3).

Lelo (2019), ao tratar sobre o vetor da divisão sexual do trabalho e como isso pode interferir na carreira das jornalistas, localiza uma presença maior de mulheres solteiras em relação às casadas e com filha/os no mercado de trabalho jornalístico. Ao olhar para o grupo profissional como um todo, o dado também é corroborado pela pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima *et al.*, 2022), que mostra que 49,4% das/os jornalistas são solteiras/os, enquanto 28% estão casadas/os. Além disso, a maioria das/os jornalistas não têm filha/os (61,6%). Lelo (2019) também aponta que são as mulheres que com mais frequência assumem cargos de meio período e de vínculos precários. Isso ocorre, conforme o autor, porque são elas que assumem com mais frequência que os homens as atividades domésticas e precisam se submeter a contratos flexíveis, como freelancers e intermitentes, na tentativa de adequarem suas atividades profissionais à dupla jornada de trabalho. Nesse sentido, Grohmann (2012) identificou que as mulheres constituíam 70% dos freelancers pesquisados. Entre as trabalhadoras entrevistadas, havia quem tivesse chegado a esse tipo de contrato por dificuldades de conciliação entre maternidade e jornalismo. Isso foi constatado também em outras pesquisas relatadas no capítulo de estado da arte (Gálvez, 2007; Leite, 2017; De Vuyst; Raeymaeckers, 2019).

Com base no estudo de Djerf-Pierre (2005) sobre as possibilidades de ascensão de jornalistas a cargos de chefia na Suécia, Lelo (2019) relata que as jornalistas em cargos de gestão têm a tendência de exercer trabalho doméstico, como limpeza de casa e cuidado com as crianças, com uma frequência 30% maior que a dos homens. Isso, na análise do pesquisador, reduz os tempos de lazer, sobrecarrega as mulheres com muitas responsabilidades e acentua o desgaste físico e psicológico. Todos esses efeitos terão impacto direto nas escolhas que essas mulheres fazem sobre os caminhos profissionais que pretendem percorrer no jornalismo. Enquanto isso, identifica Lelo (2019), os profissionais do gênero masculino casados geralmente contam com o apoio de uma mulher nas atividades reprodutivas do ambiente familiar, inclusive com muitas companheiras de executivos trabalhando em regime parcial ou se dedicando exclusivamente às atividades domésticas.

3.3.2 Feminização e precarização

No Brasil, o aumento da participação feminina no jornalismo foi um fenômeno observado após a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão²¹ (Rocha, 2004). Esse processo, conforme Rocha (2004), está inserido no contexto nacional de transformação do mercado de trabalho, com a introdução da mulher branca, de classe média²², nesse espaço, e tem relação também com transformações econômicas e políticas do país. Fígaro (2018) atribui essa mudança no perfil à urbanização, ao crescimento da população feminina, ao aumento da formação profissional de nível superior entre as mulheres, à relevância da comunicação na sociedade contemporânea e ao advento da internet. Na primeira pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013), as mulheres já eram maioria, estimando-se em 64% entre os profissionais de jornalismo. Na mais recente (Lima *et al.*, 2022), elas permanecem em maior número, apesar do percentual ter uma queda, 57,8%.

Mesmo com a forte presença de mulheres no jornalismo nas últimas décadas, a inserção feminina na profissão não garantiu melhores condições para elas. Isso porque o processo de feminização da profissão ainda não foi suficiente para provocar mudanças estruturais no jornalismo, como a igualdade de condições ou a isonomia de condutas das organizações (Lelo, 2019; Kikuti; Mick; Rocha, 2022; Kikuti, 2023)²³. Os valores permanecem masculinizados, influenciando as visões de mundo e as relações laborais (Kikuti, 2023). As pautas continuam generificadas, elas são as principais vítimas de assédio, ganham menos e têm mais dificuldade de chegar aos cargos de gestão (Kikuti, Mick, Rocha, 2022; Kikuti, 2023). Estudos também identificam situações semelhantes em outros países que, sob muitos aspectos, são considerados mais progressistas nos costumes do que o Brasil, como Austrália (North, 2016), Estados Unidos (Steiner, 2017), Portugal (Lobo *et al.*, 2015) e Suécia (Nilsson, 2010).

Yannoulas (2011), a quem Dancosky Kiruti (2023) recorre conceitualmente em sua tese de doutorado para fundamentar a feminilização e a feminização do jornalismo, faz uma

²¹ Em 1969 passou a vigorar a exigência legal do diploma específico para o exercício profissional do jornalismo. A medida caiu em 2009, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, até hoje, o diploma é uma das formas mais comuns de acesso à profissão.

²² Importante ressaltar que houve um momento histórico em que a participação das mulheres brancas e de classe média no mercado de trabalho passou a ser tolerada. No caso das mulheres negras e pobres, o trabalho sempre foi algo inevitável (Yannoulas, 2011; Gonzalez, 2020; Souza-Lobo, 2021) e muitas vezes ambíguo. “O trabalho é destino das mulheres pobres, mas é também resistência, é a forma de se opor ao aniquilamento, ao embrutecimento” (Souza-Lobo, 2021, p. 92).

²³ No jornalismo, esse processo de feminização, conforme Lelo (2019), é retratado em algumas pesquisas como uma oportunidade de sanar injustiças que historicamente atingiram a mulher nesse mercado de trabalho. Entretanto, concordo com o pesquisador que a presença de mulheres na profissão precisa ser analisada de forma mais crítica, pois, conforme estudos no Brasil e em outras partes do mundo que estão sendo citados ao longo desta tese, ainda não há uma mudança estrutural que tenha trazido transformações significativas para as mulheres.

diferença entre os dois processos. Enquanto a feminilização é quantitativa, atribuída ao número de mulheres que chegam em uma determinada profissão, a feminização diz respeito aos aspectos qualitativos, referindo-se “às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas” (Yannoulas, 2011, p. 238). Dessa forma, a imagem criada pode implicar uma mudança no próprio significado da profissão. Essa mudança nem sempre é vista pelo aspecto positivo. O ingresso de mulheres em uma profissão, por exemplo, pode reduzir remunerações e fazer o trabalho perder prestígio social (Yannoulas, 2011), em virtude da divisão sexual do trabalho que passa a ver aquela profissão como uma extensão da função privada no espaço público.

No jornalismo, existem pesquisas que identificam aspectos positivos relativos à inserção de mulheres no mercado de trabalho, que não estão necessariamente associados à desvalorização, como a possibilidade de novos arranjos de trabalho em veículos feministas (Fígaro, 2018) ou a inserção de mulheres no noticiário político ou nos postos de tomada de decisão (Damian-Gaillard; Frisque; Saitta, 2009). São possivelmente modos de resistência das mulheres à cultura profissional imposta e que devem ser analisados com cautela, a fim de identificar até que ponto promovem rupturas significativas nas normas dominantes do jornalismo ou permitem apenas que algumas mulheres cheguem a posições antes não ocupadas, sem modificar as estruturas. Como tem sido mostrado até o momento nesta tese, o ponto de vista dominante nas pesquisas de jornalismo e gênero ainda retrata uma cultura predominantemente masculina, mesmo com estratégias de resistência, e que dificulta a carreira das mulheres, tornando, inclusive, a atividade jornalística para elas mais precarizada, associando o processo de feminização à precarização mais acentuada da profissão (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023).

Na literatura acadêmica de sociologia do trabalho, a inserção das mulheres no mercado de trabalho do Brasil e de outros países emergentes foi geralmente acompanhada pelo aumento da precarização (Hirata, 2005; Bruschini, 2007), com diminuição das remunerações e do prestígio social de algumas profissões (Yannoulas, 2011) e também com o aumento dos vínculos informais na tentativa delas de conciliarem emprego e atividades domésticas no lar (Souza-Lobo, 2021). A raiz disso, conforme Yannoulas (2011), tem relação com a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres os cuidados domésticos e relativos à maternidade, que são da esfera privada e não remunerados. “Quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados).” (Yannoulas, 2011, p. 284).

Nas pesquisas em jornalismo, o trabalho precarizado tem características como falta de infraestrutura, rotina intensa, instabilidade, acúmulo de funções, falta de tempo para produzir adequadamente, falta de autonomia para tomar decisões, insatisfação, possibilidade de adoecimento físico e psíquico em virtude das atividades laborais, baixa remuneração e risco de sofrer assédio e violência (Lelo, 2019; Nicoletti, 2019; Lima *et al.*, 2022). Kikuti (2023), ao associar precarização e feminização e considerar que essa ligação é a chave para compreender o mundo do trabalho de jornalistas no Brasil, ressalta que o risco de adoecimento, os baixos salários e a possibilidade de sofrer assédio e violência é mais comum entre mulheres. Lelo (2019) também cita os desgastes psicológicos sofridos por jornalistas ao neutralizarem a sua performatividade de gênero e enfrentarem a perspectiva masculina imposta como norma. O acúmulo de funções também atinge mais as mulheres (Kikuti; Mick; Rocha, 2022) e elas costumam assumir mais vínculos precários (Lelo, 2019).

3.3.3 Marcadores sociais

As trajetórias profissionais têm diferentes caminhos, a depender dos marcadores sociais que se entrelaçam com o gênero. Cor/raça, etnia, classe, sexualidade e idade, por exemplo, estão entre os marcadores sociais que podem atravessar as escolhas de carreira de jornalistas. Teóricas do feminismo, principalmente do feminismo negro (Collins, 2016; Davis, 2016; Gonzalez, 2020) e da sociologia do trabalho (Kergoat, 2010), trouxeram para as discussões acadêmicas a importância de analisar as trajetórias profissionais considerando o entrelaçamento dessas características. Uma das teóricas que sistematizou esse cruzamento, nomeando de interseccionalidade, foi a feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, em artigo sobre a intersecção de gênero e raça, publicado em 1989. Para Crenshaw (1989), a interseccionalidade seria uma forma de ver os problemas de desigualdade, buscando encontrar as consequências da intersecção entre dois ou mais eixos de dominação.

A feminista utiliza a analogia da intersecção de ruas para analisar os cruzamentos de dominação que promovem desigualdades e discriminações. Os eixos de dominação - gênero e raça, por exemplo - seriam as vias que em algum momento na vida das mulheres negras se cruzam. Ou seja, na concepção de Crenshaw (1989), mulheres negras, a depender da situação, podem apresentar formas de discriminação diferentes das mulheres brancas e dos homens negros. Isso porque as mulheres negras estão na intersecção de pelo menos duas formas de dominação: a raça e o gênero, e a grande maioria, pelo menos no Brasil, também está sob o domínio da desigualdade de classe. Observar apenas um desses sistemas de produção de

desigualdades seria apagar outros tipos de discriminações que as mulheres negras vivenciam na prática e, dessa forma, produzir análises incompletas sobre essas questões sociais.

No jornalismo, a pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima *et al.*, 2022) mostrou que uma das mudanças mais significativas na profissão foi o ingresso da população negra nos últimos anos. A presença de pessoas negras passou de 23% em 2012 para 30% em 2021. Conforme avaliação do relatório da investigação, é provável que esse número tenha relação direta com a combinação entre a política de cotas nas universidades²⁴, que ampliou o acesso ao ensino superior e o consequente aumento de jornalistas diplomados entre a população negra; as ações de luta por mais diversidade no mercado de trabalho; e a autoidentificação de jornalistas negras e negros com o avanço das lutas antirracistas na sociedade brasileira nos últimos anos. Essa chegada de mais jornalistas negras/os no mercado de trabalho, entretanto, não ocorre de forma pacífica. Estudos apontam para dificuldades enfrentadas especialmente por mulheres negras em diferentes segmentos do jornalismo (Moura; Costa, 2018; Louback, 2017; Moura, 2019; Vieira, 2021; Teles, 2024).

Diante das barreiras enfrentadas, Moura (2019) defende que as mulheres negras experimentam experiências de opressões e desigualdades bem mais acentuadas que as mulheres brancas. Por isso, as pesquisas sobre a feminização da profissão precisam considerar a interseccionalidade da questão racial. A pesquisadora propõe que os estudos que abordam a feminização do jornalismo, mesmo que não sejam focados nas mulheres negras, devem incluir a imbricação entre gênero, raça e classe para poderem situar melhor as questões enfrentadas por grupos historicamente excluídos. Para Teles (2024), entender essas conexões é fundamental para conhecer melhor as disparidades enfrentadas pelos mais diferentes grupos de mulheres jornalistas na profissão. “A interseccionalidade destaca como as experiências das mulheres jornalistas podem variar significativamente, desafiando a noção de uma experiência única” (Teles, 2024, p. 38).

Os marcadores não se resumem a gênero, classe e raça, mas, conforme Teles (2024), podem se manifestar em diferentes eixos como deficiência, sexualidade, peso, idade e geolocalização, por exemplo. Para a pesquisadora, esses marcadores não se constituem apenas “categorias isoladas, mas intersecções complexas que moldam as experiências individuais e coletivas” (Teles, 2024, p. 40). Reconhecer essas diferenças em intersecção, conforme Teles

²⁴ A Lei Federal 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, prevê que 50% das vagas destinadas em universidades e institutos federais sejam destinadas para pessoas que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse universo, está a distribuição por cota racial e deficiência feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a instituição, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(2024), torna-se crucial para desenvolver uma pesquisa mais “abrangente e sensível”, compreendendo melhor a diversidade da identidade do grupo profissional estudado. A pesquisa “deve não apenas examinar cada um desses eixos individualmente, mas também considerar os cruzamentos e as combinações essenciais para a construção da identidade diversificada dos sujeitos” (Teles, 2024, p. 40). A intersecção desses eixos pode ser, portanto, uma forma de compreender mais detalhadamente os processos de tomada de decisão de carreira das jornalistas e como isso se manifesta ao longo da trajetória profissional.

Diante do exposto, fica evidente que as carreiras jornalísticas podem ser impactadas por questões relacionadas ao gênero, podendo provocar mudanças significativas nas trajetórias profissionais. No próximo tópico, proponho uma aproximação teórica entre o conceito interacionista de carreira e gênero para os estudos das trajetórias de jornalistas.

3.4 ESTUDAR CARREIRAS JORNALÍSTICAS E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA INTERACIONISTA

Os primeiros estudos sobre trabalho e carreira, com abordagem interacionista, ligados ao Interacionismo Simbólico da Escola de Chicago, surgiram num dado momento em que o gênero ainda era ausente das pesquisas. Apesar da primeira monografia de sociologia do trabalho²⁵ apontar distinções nas carreiras a partir da diferenciação sexuada (Tripier, 2014), isso não era localizado no cenário da desigualdade das relações de gênero e não havia uma expressão teórica e metodológica explícita que situasse as questões estudadas nesse contexto. Everett Hughes, que fornece a base teórica do conceito interacionista de carreira, até identifica diferenças relacionadas ao gênero, à raça e à idade, em suas obras, como já citado neste capítulo, porém não chega a aprofundar por razões, conforme Tripier (2014), de ordem factual e cognitiva, já que as mulheres ainda ocupavam poucos postos de trabalho (ordem factual), e Hughes não acreditava em uma teoria geral abstrata, preferindo situar as explicações na contingência das circunstâncias e dos contextos (ordem cognitiva).

Apesar dessa ausência do gênero de forma explícita, Hughes fornece caminhos para estudar os fenômenos situados, por exemplo, dentro de uma divisão sexuada do trabalho, vida doméstica ou no lazer (Tripier, 2014). Isso porque, para o pesquisador, a “construção de uma identidade supõe que devamos nos opor (como pessoa ou como coletivo) a um outro, contra o qual iremos construir tal identidade, dentro de uma mesma totalidade” (Tripier, 2014, p. 254).

²⁵ De acordo com Tripier (2014), a pesquisa de Paul Cressey sobre os Taxi Dance Halls, em Chicago (EUA), foi o primeiro trabalho sério da Sociologia do Trabalho.

Dessa forma, abre espaço para pensar as identidades dos grupos sociais de forma relacional, assim como no gênero. Outros pesquisadores interacionistas, como Anselm Strauss, Erving Goffman e Howard Becker, também deram contribuições importantes que mais tarde resultaram em avanços nos estudos feministas e de gênero. Becker possibilitou certa articulação com as estruturas sociais nas quais se inscrevem as interações (Clair; Becker, 2014). Goffman, além de se opor à perspectiva biologizante-naturalizante, aproximou-se das preocupações das teóricas feministas a partir de sua abordagem sociológica de que toda construção teórica deve vir por meio da observação da realidade social (Kian, 2014). A ideia da interação social como performance teatral, desenvolvida por Goffman, permitiu, por exemplo, que Judith Butler pensasse a performance do gênero (Kian, 2014).

No caso de Strauss, ao desenvolver um dos seus mais importantes trabalhos, de elaboração da sua teoria sociológica, a *Grounded Theory*, aproximou-se dos ideais feministas de fazer pesquisa (Clarke, 2014). Conforme Clarke (2014), Strauss enfatizou experiências e práticas; utilizou o conceito de perspectiva de Mead, que ressalta a importância da compreensão a partir dos pontos de vista daqueles que estudamos, inclusive a parcialidade e o caráter situado; legitimou múltiplas interpretações simultâneas; e deu atenção à diversidade de variações que caracterizam as diferenças, mas não se limita apenas a elas. É importante ressaltar que a intenção não é considerar esses autores como pesquisadores feministas e/ou de gênero e nem deixar de reconhecer a ausência da discussão das desigualdades na obra deles, mas apontar essas contribuições que demonstram possibilidades de aproximações com a pesquisa feminista e de gênero e ganhos para essa área de estudo.

Na articulação entre o conceito interacionista de carreira e gênero, há aproximações teóricas entre ambos, conforme já explicitado ao longo deste capítulo. Como o gênero se trata de um processo social que organiza a vida em sociedade de modo particular (Fraga, 2019), não seria possível analisar as interações envolvidas nas escolhas de carreira sem considerá-lo. “Carreira e exercício profissional não ocorrem à parte da vida pessoal e não são neutros em relação ao gênero” (Fraga; Gemelle; Rocha-de-Oliveira, 2019, p. 162). O gênero está situado dentro do contexto social e cultural que atravessa as carreiras (Fraga, 2019). Mesmo que Hughes (1997) não tenha complexificado e nomeado as questões de gênero, ao reconhecer três dimensões que devem ser observadas nos estudos de carreira, como já afirmado, logo na primeira o autor cita as mudanças no ciclo de vida do ser humano com a passagem do tempo e que terão repercussão não pela questão biológica em si, mas como as definições sociais delimitadas em uma determinada época utilizam essas questões biológicas para trazer interferências significativas no modo de organizar os papéis sociais desempenhados.

Com a devida consciência da participação do gênero na constituição das carreiras, aliar os conceitos permite ter uma visão mais integral das trajetórias profissionais. Perspectivas interacionistas mais recentes, que se aproximaram dos estudos culturais e da crítica pós-moderna sobre cultura e poder (Gadea, 2013), possibilitam compreender que “o indivíduo ‘se apresenta’ como um significante que traduz uma ‘ordem simbólica’ decorrente de toda interação social e, por consequência, fazendo parte de relações de poder” (Gadea, 2013, p. 254). Desse modo, mesmo com foco nas interações simbólicas que ocorrem nas microrrelações, a perspectiva interacionista também considera as negociações que ocorrem com as complexas redes que vão organizando a vida em sociedade (nível macro). Ao mesmo tempo que considera essa interferência da sociedade no micro, também reconhece a participação das microrrelações na construção da vida social. As esferas interagem e se retroalimentam.

É dessa forma recíproca que o gênero também se constrói e vai sendo construído na sociedade. A divisão sexual do trabalho e os marcadores sociais, por exemplo, articulam-se em diferentes contextos e podem limitar ou expandir as possibilidades de carreira das/os jornalistas ao passo que também podem ser alterados, ao longo do tempo, a depender de como essas interações vão organizando o modo de viver em sociedade. As escolhas das/os jornalistas têm interferências da percepção que homens e mulheres possuem sobre a carreira e da sua posição no interior do espaço laboral, já que o gênero estrutura a forma como as pessoas reconstroem as suas trajetórias, ao mesmo tempo em que essas decisões também podem provocar mudanças na ordem social. O gênero está, portanto, envolvido nos aspectos objetivos da carreira, pelas evidentes desigualdades nas condições de trabalho e na organização da sociedade, e também precisa ser considerado nos aspectos subjetivos de cada história individual e na forma como as carreiras ganham outros significados a depender das identidades e dos papéis sociais que estão atuando nas negociações.

Diante do que foi discutido até o momento, proponho abaixo uma ampliação das noções de escolha, incerteza, mobilidade, arcos temporais – que compõem o conceito interacionista de carreira –, com base nos aspectos que fazem parte das discussões de gênero e que aponte na seção anterior – divisão sexual do trabalho; feminização e precarização; e marcadores sociais. A proposta é olhar para as carreiras jornalísticas com as lentes de gênero, identificando de que forma cada uma dessas noções pode ter outras nuances a serem observadas, considerando esse recorte.

- a) **Escolha:** Nos processos de escolha dentro de uma trajetória profissional, é preciso considerar o outro, a alteridade. Como explicitado na seção sobre carreiras, isso envolve estar ciente dos atores em presença e em ausência que interagem com as/os jornalistas no momento de tomar decisões. No primeiro grupo, estão as pessoas próximas, enquanto, no segundo, outros elementos também podem fazer parte, como a ordem social ou a imagem construída sobre a profissão, por exemplo. Além disso, a escolha é feita com base nas motivações pessoais, profissionais e o contexto social envolvido. Se o contexto é de uma profissão que se desenvolveu diante da lógica masculina, que as relações de trabalho deixam evidente a hierarquia de gênero, raça e idade e que o processo de chegada de mais mulheres e pessoas negras no jornalismo tem relação com o aprofundamento da precarização, então as escolhas das mulheres, e, principalmente, daquelas que são atravessadas por marcadores sociais, vão ser diferentes das decisões dos homens e com tendência a ter aspectos negativos atingindo mais fortemente as jornalistas. As trabalhadoras, a depender da raça/cor, geolocalização, idade, segmento em que trabalham, parentalidade, terão experiências e percepções diferentes sobre a carreira que precisam ser mapeadas, o que delimita (ou limita) o processo de escolha. Os aspectos negativos ganham destaque, mas é importante ressaltar que, ao olhar as trajetórias individualmente, aspectos positivos dentro da carreira de mulheres podem surgir e ser colocados em perspectiva com outras histórias para serem analisados se são casos particulares ou se há uma tendência de mudança dentro do grupo social. Ou seja: mulheres jornalistas possuem escolhas diferentes dos homens e podem tomar decisões diferentes entre si.
- b) **Incerteza:** Por se tratar de uma profissão constituída por um certo grau de incerteza, as/os jornalistas precisam manejar esse sentimento para fazer escolhas em suas trajetórias. A incerteza incide de forma ambígua, podendo provocar a saída de profissionais por causa do sofrimento causado, mas pode criar algum valor para quem fica, projetando a ideia de superação, de alguém que obteve algum grau de sucesso em uma área de difícil estabilização profissional. Além disso, existem profissionais que conseguem lidar com essas incertezas por meio do foco nas atividades do presente (fechamento de uma matéria, fechamento de uma edição, por exemplo) e do conforto emocional proporcionado por colegas, por meio do compartilhamento de experiências e emoções. Mulheres, a depender dos marcadores sociais que incidam sobre ela, podem ter um grau de incerteza mais

elevado em relação à profissão e, por isso, experimentarem um grau de sofrimento maior para se manterem no jornalismo. Ao mesmo tempo, o manejo das dificuldades, por meio de redes de apoio emocional e de auxílio nas atividades cotidianas, pode trazer algum benefício para elas. A imagem de mulheres com algum sucesso profissional também pode ter impacto na forma como elas lidam com as incertezas, ao mesmo tempo em que as dificuldades são percebidas, identificar jornalistas que conseguiram um resultado diferente e como elas alcançaram isso pode ser motivador para algumas mulheres se manterem na profissão.

- c) **Mobilidade:** Mover-se na carreira, mudar de segmento, deixar a profissão são situações envolvidas nos processos de mobilidade na carreira. Essas mudanças podem ser feitas a partir de escolhas das/os próprias/os jornalistas ou serem parte de um planejamento de carreira imposto pelas condições da ordem social. A depender dos marcadores sociais, a forma de olhar para a própria carreira e decidir mover-se nela pode ser diferente. Kikuti (2023) mostrou que a estrutura de carreira das mulheres tem movimentos distintos da trajetória dos homens, deixando evidente a genderificação das carreiras jornalísticas. Como já visto, estudos mostram que mulheres tendem a escolher empregos de meio período ou buscam trabalhar como freelancer, mesmo com vínculos precários, numa tentativa de equilibrar as responsabilidades familiares com a vida profissional. A depender da idade, da raça/cor, da localização geográfica onde moram e da situação familiar, as decisões podem ser diferentes e mostrar tendências de trajetórias diversas. Isso enriquece o modo de analisar as trajetórias, identificando quais aspectos da condição das/os jornalistas podem ser decisivos para alterar a rota de sua carreira profissional. Além disso, mulheres podem ser mais impactadas por condições que nem sempre são controladas, por já viverem num ambiente profissional em que a hierarquia de gênero privilegia o masculino e em virtude da divisão sexual do trabalho que demanda delas uma atenção maior à vida privada. Apesar do aspecto geralmente negativo, a abordagem interacionista permite também olhar para mudanças que podem trazer uma perspectiva positiva para as mulheres, como a chegada delas em diferentes postos anteriormente dominados por homens, como já visto nas seções anteriores. Dessa forma, revela estratégias de contorno que podem dar origem a mobilidades originais ou subversivas.

- d) **Arco temporal:** Os arcos temporais têm relação com as definições e negociações de tarefas dentro de um determinado tempo de trajetória profissional. Existem dificuldades e anseios distintos a depender do tempo de carreira e do segmento. E pode haver também diferenças significativas, a depender do gênero, da raça/cor, da idade e da presença de filhas/os, já que no jornalismo também opera a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, as definições e as negociações de tarefas, ao longo de um determinado período, podem ser diferentes, a partir do lugar identitário de quem interage. Portanto, olhar para essas trajetórias com as lentes de gênero complexifica a construção dos arcos temporais da carreira das/os jornalistas apontando o que leva as profissionais a seguirem rumos diferentes, inclusive dos colegas homens, por vezes até modificando a ordem vigente da profissão. As características das atividades exercidas passam a ser observadas não só do ponto de vista da atividade profissional em si, mas das identidades que interagem enquanto as/os jornalistas atuam, tomam decisões e se movem na carreira. Isso porque há situações distintas, a depender do/s marcador/es social/s que estejam operando na interação.

Essa exposição justifica minha decisão por articular o conceito interacionista de carreira com a abordagem de gênero e que pode oferecer um ganho teórico para os estudos sobre a sociologia profissional do jornalismo, possibilitando uma perspectiva mais aproximada com o que de fato ocorre na rotina de quem decide seguir a profissão. O olhar minucioso para as narrativas de carreira que a abordagem interacionista proporciona associado ao gênero, que contextualiza melhor a situação em que as interações e negociações ocorrem ao mesmo tempo em que participa desses processos, possibilita uma visão mais complexa da construção das trajetórias das/os jornalistas, contribuindo com a produção de inferências mais adequadas sobre os movimentos de carreira dessas/es profissionais. No próximo tópico, concluo esse capítulo teórico apresentando estudos no Brasil e em outros países que abordam carreiras jornalísticas e gênero.

3.5 ESTUDOS SOBRE CARREIRAS JORNALÍSTICAS E GÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO

As pesquisas empíricas sobre carreiras no jornalismo ainda não são numericamente tão significativas e geralmente aparecem de forma transversal em estudos sobre outros temas da

profissão (Pereira, F., 2020a). Nesta seção, apresento investigações que tratam sobre a trajetória das/os jornalistas e os avanços que trouxeram para o conhecimento sobre a carreira no jornalismo em diferentes países. Em certa medida, apesar de algumas peculiaridades próprias a cada sociedade e dos limites das pesquisas empíricas, principalmente aquelas de abordagem qualitativa, os resultados podem ser apropriados para uma dimensão mais global da profissão, pois muitas questões se cruzam. Apesar de boa parte das pesquisas citarem diferenças nas trajetórias de homens e mulheres em determinados aspectos, nem todas consideram o gênero como uma categoria de análise ou um marcador de diferenciação. Nesse contexto, além de mostrar estudos sobre carreiras jornalísticas, destacarei pesquisas que tratam das trajetórias profissionais no jornalismo, sob a perspectiva do gênero.

Entre as investigações sobre carreiras jornalísticas que tive acesso, chama atenção os trabalhos desenvolvidos por, Fábio Pereira (2020a, 2020b, 2022), pela profundidade, pela variedade do corpus (jornalistas do Brasil, da Bélgica, do Canadá, da França e de Portugal) e pela quantidade de estudos; e as pesquisas produzidas por Davidson e Meyers (2016) e Meyers e Davidson (2014), pela análise de um número considerável de histórias de vidas de jornalistas israelenses e pela busca por desenvolver uma tipologia de carreira para as/os jornalistas, respectivamente. A partir do olhar de gênero, destacam-se as recentes teses de doutorado das pesquisadoras Ana Maria Teles (2024) e Andressa Kikuti Dancosky (2023). A pesquisa de Teles (2024) chama atenção pela abordagem étnico-racial, para além do olhar de gênero, no momento de analisar a construção da carreira e a identidade profissional das mulheres jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos institutos federais. O estudo desenvolvido por Kikuti (2023) destaca-se pela abordagem quantitativa inédita de análise de 3 mil currículos do *LinkedIn*, a partir de lentes feministas, para discutir aspectos relacionados ao risco biográfico e às trajetórias profissionais de jornalistas, desenvolvendo uma tipologia de carreiras no jornalismo brasileiro.

Os trabalhos que tratam especificamente sobre carreira (Reinardy, 2011; Hummel; Kirchhoff; Prandner, 2012; Meyers; Davidson, 2014; Davidson; Meyers, 2016; Pereira, F., 2020a; Pereira, F., 2020b; Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020; Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021; Norbäck, 2022; Pereira, F., 2022; Kikuti, 2023; Teles, 2024) analisam diferentes aspectos da trajetória profissional. Reinardy (2011) identificou como o burnout pode afetar a carreira de jovens jornalistas, tornando esses profissionais menos comprometidos com a profissão. Já Hummel, Kirchhoff e Prandner (2012) trouxeram as condições de trabalho no contexto da Áustria - mas que também é muito semelhante a vários outros países - e as ameaças econômicas à profissão para explicar as estratégias utilizadas para permanência no

jornalismo. Os/a pesquisadores/a identificaram que, apesar dos profissionais perceberem a insegurança no setor de mídia, ainda há um sentimento de satisfação com o trabalho desempenhado, contribuindo para a permanência. Davidson e Meyers (2016), a partir de um estudo aprofundado sobre jornalísticas israelenses (Meyers; Davidson, 2014), perceberam transformações na profissão e padrões estabelecidos e conseguiram definir modelos de carreira que podem muito bem ser identificados também em outras sociedades contemporâneas, como a brasileira.

O estudo de Fábio Pereira (2020a) analisa as formas de ser jornalista no Brasil e que boa parte dos resultados já foram apresentados no decorrer da discussão da seção anterior. Já a pesquisa de Fábio Pereira (2020b) retoma discussões do trabalho anterior, mas dessa vez para falar sobre a carreira dos jornalistas digitais com idade acima de 50 anos de cinco países (Brasil, Bélgica, Canadá, França e Portugal). A investigação mostra pontos de intersecção entre as carreiras nos diferentes lugares, as escolhas feitas individualmente pelas/os profissionais e como isso se dá ao longo dos arcos temporais da trajetória. Pithan, Vaclavik e Oltramari (2020) apresentam uma pesquisa da área de Administração sobre as demissões de jornalistas e de que forma isso impacta nas projeções de carreira feitas pelas/os profissionais depois desse momento-chave. Apontam para dilemas e ambiguidades no processo de pensar em sair ou permanecer do jornalismo e apresentam a incerteza sobre o futuro da profissão como algo indissociável das perspectivas da carreira.

Também trazendo à tona a discussão sobre incerteza, o estudo de Goyanes e Rodríguez-Gómez (2021) mostra como isso redefine as expectativas de carreira de jornalistas. A pesquisa discute as formas que as/os profissionais utilizam para manejar as incertezas no momento de planejar suas trajetórias, apontando como a sensação de compromisso com a qualidade do trabalho e o compartilhamento de experiências com as/os colegas podem auxiliar no equilíbrio emocional das/os profissionais. Norbäck (2022) também fala de incerteza, porém voltada para trabalhadores freelancers. No meio da incerteza e da insegurança desse vínculo de trabalho, além da instabilidade financeira, o estudo aponta como essas/esses jornalistas buscaram se posicionar no mercado e construir uma carreira relativamente estabelecida, sem grandes possibilidades de ascendência, mas pelo menos sem movimentos descendentes. Fábio Pereira (2022) foca no jornalismo digital no Canadá, nas discussões sobre identidade e carreira, apontando para a naturalização de vínculos precários, maior movimentação na carreira, dificuldade de estabelecer equilíbrio entre família-trabalho e perda de vínculo afetivo com a profissão.

Os trabalhos que fazem uso do gênero como categoria de análise dos dados sobre jornalistas apontam para diferenças significativas na trajetória de homens e mulheres. Kikuti (2023), em sua tese de doutorado, analisa os efeitos de gênero na trajetória profissional, confirmando uma instabilidade mais intensa na carreira para as mulheres e identificando as diferentes formas que elas e eles permanecem no jornalismo. Na análise da pesquisadora, há áreas com uma concentração maior de mulheres, como assessorias e demais cargos relacionados à área de relações públicas, enquanto os homens predominam no audiovisual e *web e design*. Teles (2024), também na tese de doutorado, analisa trajetórias profissionais de mulheres, a partir do marcador étnico-racial, mostrando as escolhas e os desafios enfrentados por elas ao longo da carreira de jornalista em um cargo público da área de educação. A pesquisadora constatou que todas vivenciam situações desafiantes por questões de gênero, mas identificou diferenças de formação, de condições socioeconômicas e de incidência entre mulheres de diferentes perfis étnico-raciais.

De modo geral, os estudos mostram que a carreira jornalística nos países pesquisados é marcada por deterioração das condições de trabalho e certa instabilidade, que passa pelos baixos salários, pelo aumento e pela naturalização de vínculos precários e pelos processos de demissões, e também por mudanças nos segmentos e nas atividades convencionadas para a profissão. Esses problemas parecem se agravar ao olhar para a trajetória das mulheres. Na dimensão individual, as pesquisas mostram formas de resistência e de estratégias das/os jornalistas se manterem na profissão e desenvolverem suas carreiras. Entre essas ações estão as possibilidades de mudança de segmento profissional, a busca por satisfação no ideal projetado de profissão ou no desenvolvimento de um trabalho que tem repercussão social, as relações estabelecidas entre colegas que podem funcionar para conforto emocional, o desencantamento com o jornalismo e o foco nas atividades do presente, a adaptação (ou resistência) aos processos de transformação da atividade jornalística no que diz respeito às práticas cotidianas, além das táticas pessoais desenvolvidas para equilibrar as demandas pessoais e familiares com a atividade laboral.

Ainda sob a perspectiva do gênero, além desses estudos que focam nas carreiras, há outros que tocam nesse aspecto, mas tem como abordagem principal outro tema relativo à profissão. No capítulo de revisão de literatura, foram apresentados trabalhos, nacionais e internacionais, que situam os conflitos das jornalistas no interior do grupo profissional, principalmente as questões envolvendo as tentativas de conciliar o trabalho no jornalismo e o exercício da maternidade. O estudo pioneiro de Rocha (2024) aborda o processo de feminização do jornalismo, a partir de análises das trajetórias das jornalistas de São Paulo,

estabelecendo relações entre as motivações das mulheres seguirem a carreira jornalística e suas questões familiares e profissionais. Kikuti, Mick e Rocha (2022) analisam o processo de saída de mulheres no jornalismo em crise no Brasil, associando ao processo de masculinização e às dificuldades da feminização, mesmo com a presença feminina na profissão.

A relação entre precarização nas reestruturações produtivas no mundo do trabalho no Brasil e as desigualdades de gênero é uma das preocupações da tese de doutorado de Lelo (2019). Bandeira (2019) traz para a discussão a participação feminina nas posições de chefias intermediárias em Brasil e Portugal e os impactos disso na rotina produtiva em jornais de ambos os países. Também tem sido tema o tensionamento do teto de vidro gênero/raça e classe nas trajetórias profissionais das jornalistas negras e as dificuldades enfrentadas por elas (Louback, 2017; Moura; Costa, 2018; Moura, 2019; Vieira, 2021). Para concluir, há ainda estudos que tratam da participação de mulheres em áreas em que os homens predominavam, como o jornalismo esportivo nos Estados Unidos (Hardin; Shain, 2005) e o jornalismo político na França (Damian-Gaillard; Saitta, 2016).

3.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, situei os fundamentos teóricos a partir dos quais foram analisados os dados empíricos desta pesquisa. Na primeira parte, apresentei o conceito de carreira na perspectiva interacionista e justifiquei a minha escolha por essa abordagem. Nesta tese, utilizo o conceito de carreira que corresponde a um processo de construção social, definida a partir de manifestações individuais e coletivas que ocorrem em um determinado tempo e contexto institucional, histórico, econômico, político, social e cultural.

Em seguida, abordei o conceito nos estudos de jornalismo, mostrando como as noções de escolha, incerteza, mobilidade e arcos temporais contribuem para a compreensão das carreiras jornalísticas. Expliquei que as escolhas de carreira das/os jornalistas se dão a partir das interações simbólicas que podem ser observadas por meio da identificação das motivações pessoais e profissionais e dos contextos envolvidos nas decisões. Esses processos podem levar a mudanças de estatuto dentro da profissão e a uma consequente mobilidade de carreira, com possíveis implicações nas transformações coletivas no mercado de trabalho jornalístico.

Na segunda parte, tratei do conceito de gênero utilizado nesta pesquisa e a relação com a carreira. Também abordei aspectos relacionados ao gênero que podem ser observados nos estudos de trajetórias jornalísticas, como a divisão sexual do trabalho, a relação entre feminização e precarização e os marcadores sociais. Mostrei que as questões de gênero estão

refletidas nas trajetórias individuais e coletivas das/os jornalistas, provocando mudanças nas escolhas profissionais e/ou barreiras e dificuldades na construção dessas carreiras.

Em seguida, articulei uma proposta interacionista para estudar carreiras jornalísticas, sob a ótica do gênero. Na seção, depois de mostrar a articulação teórica entre carreira e gênero, em pesquisadores ligados ao Interacionismo Simbólico, apresentei uma releitura das noções que compõem o conceito interacionista de carreira, a partir do olhar de gênero. Discorri sobre como as noções de escolha, incerteza, mobilidade e arcos temporais precisam ser analisadas levando em consideração a divisão sexual do trabalho, os processos de precarização que atingem as mulheres no jornalismo e os marcadores sociais. Como se trata de uma pesquisa indutiva, essa articulação será refinada mais à frente, junto à apresentação de resultados.

Por fim, apresentei um levantamento de investigações sobre carreiras no jornalismo, incluindo aquelas desenvolvidas a partir do olhar de gênero. Os estudos mostram que, coletivamente, a carreira jornalística é marcada por deterioração das condições de trabalho e certa instabilidade, em virtude dos baixos salários, aumento e naturalização de vínculos precários e processos de demissões e das mudanças nos segmentos e nas atividades convencionadas para a profissão. Os problemas parecem se agravar na trajetória das mulheres.

No próximo capítulo, detalho o percurso metodológico seguido para a construção desta pesquisa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as escolhas de pesquisa e os procedimentos metodológicos de coleta, geração, codificação e análise dos dados. A investigação consistiu em uma pesquisa empírica, indutiva, com triangulação de diferentes métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas com jornalistas, diários com informações sobre a rotina pessoal e profissional e fotografias da mesa de trabalho.

4.1 CAMINHO METODOLÓGICO ESCOLHIDO

O percurso metodológico a ser seguido tem relação direta com a escolha da perspectiva teórica, os objetivos da pesquisa e com o meu envolvimento pessoal. Estudos ancorados no interacionismo simbólico seguem uma tradição de pesquisas empíricas e qualitativas, com método indutivo. Analisar carreiras, compreendendo as escolhas realizadas pelas atrizes e atores sociais, suas resistências e enfrentamentos diários e como isso repercute na formação do grupo profissional estudado, demanda um aprofundamento na vivência das/os participantes e, portanto, é mais condizente com pesquisas de caráter qualitativo. Conforme Flick (2009), ao compartilhar de uma abordagem baseada no pressuposto de uma construção social das realidades estudadas, a pesquisa qualitativa “está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão do estudo” (Flick, 2009, p. 16).

Soma-se a isso a minha motivação pessoal, importante aspecto considerado nas abordagens qualitativas (Deslauriers; Kèrisit, 2008; Flick, 2009), na pesquisa feminista ativista (Haraway, 2009; Collins, 2016) e em parte da investigação em comunicação e jornalismo (Martino; Marques, 2018; Moraes; Silva, 2019). Partilho de um status similar ao das mulheres que são foco desta pesquisa: sou jornalista e, desde 2020, mãe. Isso implica envolvimento direto na relação entre pesquisadora e sujeitas/os investigadas/os. No entendimento tradicional de ciência, essa vivência poderia ser um impedimento para a pesquisa, pois o lugar de fala do campo científico se caracterizaria por uma autonomia relativa, que não pode ser constrangida por outras questões, e pelo distanciamento, que daria base às decisões conceituais, éticas e metodológicas (Martino; Marques, 2018). Apesar de ainda recorrente, essa concepção tradicional, baseada na neutralidade de quem pesquisa vem se modificando, principalmente pelas contribuições do pensamento feminista, que introduziu

um modo diferente de fazer ciência, priorizando a experiência e a posição do sujeito (Furlin, 2015) e enriquecendo o conhecimento científico nas mais diversas áreas.

A pesquisa feminista acadêmica e ativista, produzida por mulheres, possibilitou que a ciência se debruçasse sobre uma série de questões que não chegavam a ser pesquisadas ou eram investigadas a partir de um olhar predominantemente masculino. Para Donna Haraway (2009), isso foi possível pela adoção de uma objetividade feminista, corporificada, que tem relação com o olhar de quem investiga. A pesquisadora denomina isso de “saberes localizados”, em que precisamos aprender a vincular o que é objetivo aos instrumentos teóricos e políticos, nomeando “onde estamos e onde não estamos” (Haraway, 2009, p. 21). Em reflexão semelhante, Collins (2016) argumenta que as mulheres negras, por exemplo, estariam na condição de *outsiders within*, ou seja, seriam como forasteiras de dentro (tradução livre), que trazem para a reflexão as observações e as interpretações sobre a própria condição a partir das experiências vividas, da própria subjetividade, e, ao mesmo tempo, ampliam o conhecimento produzido ao longo dos séculos. A pesquisadora considera que essa vivência permitiria a elas uma compreensão privilegiada sobre os fenômenos exatamente por trazer pontos de vista que foram descartados em nome da neutralidade científica.

Em consonância com essas reflexões, vale ressaltar que o meu envolvimento pessoal com o tema, a partir da minha experiência de vida, além de ter sido ponto de partida para a investigação (Deslauriers; Kèrisit, 2008), subsidiou todo o andamento da pesquisa, pois fui co-contrutora e analista dos dados gerados na interação com as/os jornalistas (Pereira, F. *et al.*, 2013). Portanto, é a partir do meu olhar, situado, e, ao mesmo tempo, privilegiado, que a interpretação dos dados está apresentada nesta tese.

Além da abordagem qualitativa, esta investigação se baseia no método indutivo. Diferente das pesquisas hipotético-dedutivas, o objetivo não foi operacionalizar conceitos, mas delimitar progressivamente o objeto, indicando, a partir disso, os direcionamentos possíveis (Deslauriers; Kèrisit, 2008). Becker (2007), ao tratar sobre método indutivo, explica que a teoria, nesse caso, não é destinada a fornecer todas as “molduras conceituais”, mas consiste em uma “coleção de truques” usados para interpretar os dados e dar a essas informações um sentido geral. O método indutivo já tem sido amplamente utilizado nas pesquisas com abordagem interacionista que se propõem a descrever e analisar instituições e organizações (Becker, 2007), bem como naquelas que estudam carreiras (Darmon, 2008; Pereira, F., 2020a).

As pesquisas qualitativas, a depender das técnicas escolhidas, podem ser de diferentes tipos, mas costumam seguir uma tendência multimetodológica, ou seja, combinam uma

variedade de procedimentos e instrumentos de geração de dados (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998). Esta pesquisa recorrerá, portanto, à triangulação (Flick, 2009; Duarte, 2009; Pereira, F., 2014) de técnicas durante a coleta de dados, com a utilização de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta principal; somadas ao uso de diários da rotina das/os participantes e fotografias das mesas de trabalho, que serão considerados instrumentos complementares²⁶. Para aplicar os três procedimentos, foi delimitado um corpus de 35 jornalistas, composto por mulheres e homens, com e sem filhas/os, das cinco regiões do Brasil.

Dada a abrangência do estudo, a construção/estratificação da amostra se inspirou nos resultados da última pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima *et al.*, 2022)²⁷. Apesar de ser uma amostra não-representativa, alinha-se às tendências de perfil das/os jornalistas do país. Para efeitos deste estudo, os indicadores do Perfil referentes à distribuição regional e gênero nortearam a constituição da amostra. Já os critérios de idade, cor/raça e situação parental foram considerados durante a coleta de dados, de modo a construir um corpus mais diverso. No próximo tópico, detalho como ocorreu a construção da amostra, quais foram as técnicas utilizadas para gerar os dados e discuto a finalidade do uso dos procedimentos para se atingir os objetivos da pesquisa.

4.2 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO CORPUS E TÉCNICAS DE GERAÇÃO DE DADOS

Para construir o corpus da presente pesquisa, utilizei a estratégia de amostragem por conveniência e não probabilística. Duas técnicas foram empregadas na construção da amostra.

²⁶ Essa etapa da pesquisa contou com a parceria do pesquisador Thales Vilela Lelo, que fez o estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), com pesquisa sobre conciliação trabalho-família no jornalismo. Como há uma convergência de temas a serem discutidos, optamos, em diálogo com o professor Fábio Pereira, orientador desta investigação e supervisor da pesquisa de Lelo, aplicar o mesmo questionário para as/os jornalistas e desenvolvermos, assim, uma base de dados em comum, mas que foi analisada individualmente, de acordo com os interesses de pesquisa de cada um.

²⁷ O estudo é considerado atualmente a principal fonte de dados quantitativos sobre a situação laboral das/dos jornalistas no Brasil. Os dados brutos têm sido inclusive utilizados por pesquisadoras/es brasileiras/os para aprofundar outros temas sobre a profissão; embasar análises sobre as/os jornalistas; e/ou produzir estudos com abordagens mais qualitativas, a partir dos dados quantitativos. Liderada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e articulada nacionalmente pela Rede de Pesquisadores do Trabalho e Identidade no Jornalismo (Retij), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a investigação produziu uma enquete em rede (online survey), de participação espontânea pela internet, que ficou disponível entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021. Participaram 6.594 respondentes das cinco regiões do Brasil com margem de erro inferior a 2% e intervalo de confiança de 95%. Os dados foram publicados em 2022.

Primeiro, a *snowball sampling* (Atkinson; Flint, 2001), a amostragem em bola de neve. Essa técnica, mais informal para atingir um determinado grupo populacional, consiste em contar com a colaboração de fontes mais próximas que possam indicar possíveis perfis que venham a fazer parte da pesquisa ou mesmo contar com a ajuda das/os próprias/os entrevistadas/os que podem fazer suas indicações. Seis entrevistadas/os foram selecionadas/os dessa forma. Diante da dificuldade de se atingir um número satisfatório de jornalistas de todo o Brasil, foi utilizada a segunda técnica que consistiu em uma carta-convite acompanhada de um formulário que requisitava informações sociodemográficas básicas (gênero, idade, cor/raça, estado civil, parentalidade, grau de escolaridade, região de residência e ocupação atual), enviado via *Google Forms* com o auxílio da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj) e de sindicatos regionais. Nessa etapa, também foi possível identificar o grau de interesse das/os informantes em contribuir para etapas subsequentes da investigação.

O formulário foi compartilhado nos mailings e mídias sociais da Fenaj e dos sindicatos por meio de *cards* de divulgação e obteve 134 retornos entre 10 de abril de 2023 e 12 de junho de 2023, data em que foi encerrado. Dessa forma, começou a ser construída uma base de contatos de jornalistas interessadas/os em participar do estudo. Paralelo à construção desse banco de potenciais entrevistados, iniciou-se o período de coleta das informações, com a realização de entrevistas semiestruturadas, diários e fotografias. A equipe responsável pela recolha dos dados, formada por mim e pelo pesquisador Thales Vilela Lelo, atuou entre 20 de março e 8 de agosto de 2023 até atingir a saturação da amostra. Para fins de testagem das técnicas de coleta de dados, foram ainda realizadas quatro entrevistas piloto entre 20 e 28 de março de 2023 – com envio também de fotografias e de diários. Após discussão preliminar, questões do roteiro de entrevistas foram aperfeiçoadas, a fim de precisar as perguntas e obter respostas que melhor condiziam com os objetivos da pesquisa. Diante das mudanças consideradas sutis, que não modificaram significativamente a geração dos dados, a equipe julgou pertinente utilizar o material coletado na fase piloto para análise.

No momento de selecionar as/os participantes, foi utilizado como critério a autoidentificação das/os respondentes com a profissão de jornalista. Conforme o Quadro 2, as/os jornalistas podem atuar dentro da mídia, fora da mídia e/ou na docência, em diferentes funções, seguindo a mesma proposta de classificação do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022). Também é importante destacar que a amostra possui representantes de grupos que se identificam como mulheres e homens, com e sem filha/os, apesar do foco ser na maternidade, por se tratar de uma pesquisa interacionista e que aborda o gênero como uma construção social, em que os papéis sociais de um determinado grupo também são delimitados

em negociação com os papéis sociais de outros grupos com os quais os indivíduos interagem. A intenção de diversificar a amostra - quanto ao gênero, à parentalidade e às atividades laborais - é exatamente conseguir identificar de que maneira as variáveis que compõem as perguntas de pesquisa (gênero e maternidade) intervêm nos projetos de carreira das/os sujeitas/os entrevistadas/os e nas tentativas de equilíbrio entre a vida pessoal e as atividades laborais.

Quadro 2 – Perfil dos participantes

Participante*	Região	Gênero	Idade	Cor/raça	Parentalidade	Estado civil	Área de atuação	Participação
C1	Centro-Oeste	Feminino	27	Parda	Sem filhos	Solteira	Site de notícias	Entrevista - Gravações de áudio, diário e fotografia
C2	Centro-Oeste	Masculino	44	Branco	Tem filhos	Casado	Site de notícias	Entrevista – videochamada e fotografia
C3	Centro-Oeste	Feminino	35	Branca	Tem filhos	Casada	Serviço público	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
C4	Centro-Oeste	Feminino	41	Asiática	Tem filhos	União estável	Agência de comunicação	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
ND1	Nordeste	Feminino	39	Branca	Tem filhos	Casada	Redação	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
ND2	Nordeste	Feminino	35	Branca	Tem filha	União estável	Serviço público	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
ND3	Nordeste	Masculino	27	Pardo	Sem filhos	Solteiro	Serviço público	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
ND4	Nordeste	Masculino	50	Branco	Tem filhos	Casado	Sindicato	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
ND5	Nordeste	Feminino	25	Preta	Sem filhos	União estável	Serviço público	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
ND6	Nordeste	Feminino	34	Preta	Tem filhos	Solteira	Redação/serviço público	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
ND7	Nordeste	Feminino	37	Parda	Tem filho	Divorciada	Serviço público	Entrevista – ligação telefônica, diário e fotografia
N1	Norte	Feminino	33	Preta	Tem filha	Casada	Redação	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
N2	Norte	Feminino	24	Branca	Sem filhos	Solteira	Site de notícias	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
N3	Norte	Feminino	42	Preta	Sem filhos	Casada	Serviço público	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
N4	Norte	Feminino	45	Branca	Tem	Solteira	Redação	Entrevista –

					filho			videochamada, diário e fotografia
S1	Sul	Masculino	40	Branco	Tem filhos	Solteiro	Serviço público	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
S2	Sul	Masculino	61	Branco	Tem filhos	Casado	Serviço público	Entrevista – mensagens de texto, diário e fotografia
S3	Sul	Feminino	52	Branca	Tem filhos	Divorciada	Freelancer	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
S4	Sul	Feminino	27	Branca	Tem filho	União estável	Sindicato	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
SD1	Sudeste	Masculino	42	Amarelo	Tem filhos	União estável	Freelancer	Entrevista – mensagens de texto, diário e fotografia
SD2	Sudeste	Feminino	25	Parda	Sem filhos	Solteira	Freelancer	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
SD3	Sudeste	Masculino	26	Branco	Sem filhos	Solteiro	Redação de rádio	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
SD4	Sudeste	Masculino	32	Pardo	Sem filhos	Solteiro	Serviço público	Entrevista – videochamada e diário
SD5	Sudeste	Feminino	29	Branca	Sem filhos	Solteira	Freelancer	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
SD6	Sudeste	Masculino	59	Branco	Tem filhos	Casado	Redação e magistério superior	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
SD7	Sudeste	Masculino	54	Branco	Tem filhos	Casado	Agência de comunicação	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
SD8	Sudeste	Masculino	39	Branco	Tem filhos	Casado	Agência de comunicação	Entrevista – mensagens de texto, diário e fotografia
SD9	Sudeste	Masculino	52	Branco	Sem filhos	Divorciado	Site de notícias	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
SD10	Sudeste	Masculino	40	Pardo	Sem filhos	Casado	Sindicato	Entrevista – gravações de áudio, diário e fotografia
SD11	Sudeste	Feminino	24	Preta	Sem filhos	Solteira	Comunicação e marketing	Entrevista – mensagens de texto e fotografia
SD12	Sudeste	Feminino	36	Parda	Tem filha	Solteira	Serviço público e freelancer	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
SD13	Sudeste	Feminino	65	Branca	Tem filho	Casada	Sindicato	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
SD14	Sudeste	Feminino	37	Branca	Tem filho	Casada	Freelancer	Entrevista – videochamada, diário e fotografia
SD15	Sudeste	Feminino	38	Branca	Tem	União estável	Sindicato	Entrevista – videochamada, diário

					filha			e fotografia
SD16	Sudeste	Feminino	45	Amarela	Tem filho	Casada	Freelancer	Entrevista – videochamada, diário e fotografia

Fonte: elaborado pela própria autora.

* O código da/o participante é formado pela sigla da região mais um número: C = Centro-Oeste, ND = Nordeste, N = Norte, S = Sul, SD = Sudeste.

O corpus compreende então 35 entrevistas semiestruturadas (todas/os participaram dessa etapa, considerada como a principal no recolhimento dos dados), 34 fotografias de mesas de trabalho e 33 diários com autodescrição de rotinas (ver Quadro 2). O número de entrevistas é exatamente igual ao de participantes porque essa era uma etapa obrigatória no estudo. As/os jornalistas também foram convidadas/os a enviar fotografias e diários, como uma forma de complementar ou confrontar informações das entrevistas, porém nem todas/os se sentiram à vontade de participar desse momento da pesquisa. O material colhido e recebido foi acomodado em pasta compartilhada de acesso exclusivo às/aos investigadoras/es. É importante destacar que as/os jornalistas participantes tiveram de assinar (ou enviaram o consentimento via áudio) termos de consentimento que detalhavam os procedimentos adotados no estudo. A transcrição do material foi realizada pela própria equipe de pesquisa, com auxílio de uma ferramenta gratuita (Whisper – OpenAI). Para garantir a confidencialidade das fontes, seus nomes ou outras informações que permitissem a identificação foram suprimidos no processo de transcrição dos diários e das entrevistas. No caso das fotografias, os itens identificados nas mesas de trabalho da/os informantes foram codificados em arquivos de texto, a fim de poder descartar as imagens e evitar uma possível identificação.

Para efeitos comparativos com os dados referentes às/aos jornalistas brasileiras/os, ainda que os indicadores revelados pelo Perfil não tenham sido tomados como variáveis fixas para estruturação da amostra deste estudo, o corpus desta pesquisa acabou seguindo percentuais similares para as seguintes categorias: distribuição geográfica; gênero; faixa etária, cor/raça e grau de escolaridade.

Em relação à distribuição geográfica, a maioria das/os entrevistadas/os atuavam na região Sudeste ($N = 16$, 45,7%), acompanhados pelas/os jornalistas do Nordeste ($N = 7$, 20%). Nas demais regiões – Centro-Oeste, Sul e Norte -, há o mesmo número de informantes em cada ($N = 12$, 11,4%) (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Distribuição da amostra por regiões brasileiras

Região	Participantes Pesquisa (em número)	Participantes Pesquisa (em percentual)	Participantes Perfil (em número)	Participantes Perfil (em percentual)
Centro-Oeste	4	11,4%	302	9,74%
Nordeste	7	20%	406	13,09%
Norte	4	11,4%	122	3,93%
Sul	4	11,4%	361	11,64%
Sudeste	16	45,7%	1909	61,58%
Total	35	100%	3.100	100%

Fonte: elaborado pela própria autora

No que diz respeito ao gênero, a amostra também é predominantemente feminina. No corpus deste estudo, 62,85% ($N = 22$) se identificaram como mulheres, enquanto 37,14% ($N = 13$) se classificaram como homens. No Perfil, os percentuais correspondiam a 57,8% mulheres e 41,9% homens.

Referente à faixa etária, a maioria de participantes estavam no intervalo entre 31 e 40 anos ($N = 13$, 37,4%), seguido daqueles com 23 a 30 anos ($N = 9$, 25,7%). Esta também é a maioria de respondentes do Perfil do Jornalista Brasileiro (ver Quadro 4). As demais faixas seguem a mesma tendência do Perfil e com percentuais semelhantes, com uma distinção pontual na faixa de 18 a 22 anos, uma vez que não houve representação deste corte etário na presente investigação.

Quadro 4 - Participantes por faixa etária

Faixa etária	Participantes Pesquisa (em número)	Participantes Pesquisa (em percentual)	Participantes Perfil (em número)	Participantes Perfil (em percentual)
Entre 18 anos e 22 anos	0	0%	151	4,9%
Entre 23 anos e 30 anos	9	25,7%	747	24,1%
Entre 31 anos e 40 anos	13	37,14%	938	30,3%
Entre 41 anos e 50 anos	7	20%	558	18%
Entre 51 anos e 64 anos	5	14,28%	551	17,8%
Acima de 64 anos	1	2,85%	155	5%
Total	35	100%	3.100	100%

Fonte: elaborado pela própria autora.

Em se tratando de cor/raça, os percentuais desta amostra também seguem semelhantes aos do Perfil. A maioria dos participantes é branco ($N = 20$, 57,4%), seguido de pardos ($N = 7$, 20%), pretos ($N = 5$, 14,28%) e amarelos ($N = 2$, 5,71%). Comparativamente ao Perfil, a

única diferença está na representação indígena, vez que neste estudo não houve representante deste grupo (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Participantes por cor/raça

Cor/raça	Participantes Pesquisa (em número)	Participantes Pesquisa (em percentual)	Participantes Perfil (em número)	Participantes Perfil (em percentual)
Branca	20	57,14%	2103	67,8%
Parda	7	20%	640	20,6%
Preta	5	14,28%	288	9,3%
Amarela	2	5,71%	40	1,3%
Indígena	0	0%	12	0,4%
Outra	1 (Asiática)	2,85%	17	0,5%
Total	35	100%	3100	100%

Fonte: elaborado pela própria autora.

Por fim, em relação ao grau de escolaridade, esta pesquisa também acompanha as tendências identificadas no Perfil. A maioria dos participantes concluiu o Ensino Superior ($N = 13$, 37,4%). Logo depois estão aqueles que fizeram especialização ($N = 12$, 28,57%), mestrado ($N = 8$, 25,71%) e doutorado ($N = 2$, 5,71%) (ver Quadro 6).

Quadro 6 - Participantes por grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Participantes Pesquisa (em número)	Participantes Pesquisa (em percentual)	Participantes Perfil (em número)	Participantes Perfil (em percentual)
Ensino superior completo	13	37,14%	1312	42,3%
Especialização	12	28,57%	886	28,6%
Pós-Graduação	1	2,85%	-	-
Mestrado	8	25,71%	457	14,7%
Ensino superior (cursando)	0	0%	194	6,3%
Doutorado	2	5,71%	147	4,7%
Pós-Doutorado	0	0%	51	1,6%
Ensino médio	0	0%	16	0,5%
Ensino técnico	0	0%	15	0,5%
Ensino superior tecnológico completo	0	0%	14	0,5%

Ensino fundamental	0	0%	4	0,1%
Ensino superior tecnológico cursando	0	0%	4	0,1%
Total	35	100%	3100	100%

Fonte: elaborado pela própria autora.

A amostra da presente pesquisa se diferenciou consideravelmente do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 no que se refere à situação parental e estado civil. No primeiro caso, conforme o relatório do Perfil, a maioria das/os respondentes disse não ter filhas e/ou filhos (61,6%), enquanto, neste estudo, uma parcela expressiva afirmou ter filhas e/ou filhos ($N = 23$, 65,71%). Isso ocorreu em virtude do interesse desta pesquisa em buscar participantes que são mães. Já no que diz respeito ao estado civil, quase metade dos respondentes do Perfil são solteiros (49,4%). Isso não se repete na amostra desta investigação, em virtude do predomínio de pessoas casadas ($N = 14$, 40%). Pessoas solteiras são 12, correspondendo a 34,2% do corpus, enquanto outros arranjos compreenderam 9 informantes (25,6%).

Uma última diferença do corpus deste estudo comparativamente ao Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 se refere às áreas de atuação. Nesse relatório, a maior parcela das/os respondentes informava trabalhar em empresas de mídia, enquanto nesta pesquisa foram registrados 10 jornalistas que atuavam na mídia e 26 em organizações fora dela. Dois informantes eram docentes. Mais de uma pessoa também alegou ter mais de um desses vínculos. A maior presença de jornalistas atuando fora da mídia neste estudo, com destaque para assessorias de imprensa de sindicatos, pode ser decorrente do fato de que a divulgação foi feita por meio de órgãos representativos da categoria, como a Fenaj e os sindicatos regionais.

Na sequência, os procedimentos específicos para coleta de dados em cada etapa do estudo, bem como a finalidade para a pesquisa, são detalhados.

4.2.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas, também chamadas de entrevistas focalizadas (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998), foram feitas com base em um roteiro prévio de perguntas, porém as/os entrevistados ficaram à vontade para responder da sua própria maneira. Nessa opção, também são permitidos outros questionamentos, que não estavam inicialmente

previstos, conforme o andamento das interações. A entrevista abordou quatro grandes temáticas: Perfil Socioeconômico, Carreira, Relação Trabalho-Família e Mídias Sociais. No primeiro bloco de perguntas, estão questões mais gerais sobre gênero, idade, cor/raça, estado civil, grau de escolaridade e ocupação atual. O segundo bloco é composto por questões sobre carreira, com base na literatura que embasa a abordagem teórica deste estudo. A/o entrevistada/o foi incentivada/o a falar sobre as motivações e o contexto de suas escolhas ao longo da trajetória profissional, as possíveis dificuldades de progressão no trabalho e o planejamento de carreira para os próximos anos.

No bloco sobre Relação Trabalho-Família, estão os questionamentos acerca da rotina de trabalho e de que forma isso interfere nas outras esferas da vida. Há perguntas sobre estratégias de conciliação entre trabalho e outras esferas da vida, formação familiar e influência das questões pessoais e familiares na vida profissional. No último bloco, sobre Mídias Sociais, as perguntas estão relacionadas ao gerenciamento dos perfis de mídias sociais das/dos entrevistadas/os e das demandas de trabalho que chegam via mídias sociais com questões pessoais e familiares. Este último bloco justifica-se pela acentuada participação do uso de mídias sociais na rotina das/dos jornalistas nos últimos anos, tanto na vida privada como no trabalho, especialmente durante o período da pandemia de COVID-19, em que os contatos pessoais e profissionais presenciais ficaram reduzidos e houve um aumento dos contatos por meios virtuais.

Pela abrangência nacional do estudo, as 35 entrevistas ocorreram em formato remoto, sendo realizadas, depois de agendamento com as/os respectivas/os entrevistadas/os, por meio de comunicadores instantâneos (Google Meet e WhatsApp) ou de ligações telefônicas convencionais. Foram feitas 21 entrevistas por videochamada, nove por gravações de áudio, quatro por mensagens de texto e uma por ligação convencional. No caso das entrevistas por videochamada, o material foi gravado somente em áudio para posterior transcrição e edição. O tempo médio de duração das entrevistas em áudio foi de 45 minutos. Em diálogo prévio com possíveis participantes, ficou evidente a dificuldade das/dos profissionais, especialmente aquelas/es que trabalham em redação e/ou que têm filhas/os, de estarem disponíveis presencialmente para colaborar com uma pesquisa que requer uma entrevista mais longa. Os meios eletrônicos contribuíram para garantir a participação das pessoas em horários e em formatos mais flexíveis, além de permitirem que a/o entrevistada/o fale a partir do lugar onde se sente mais à vontade.

Nos estudos de carreira que adotam uma perspectiva similar à esta, as entrevistas são consideradas interações simbólicas (Pereira, F., 2020a) em que as/os participantes vão

reconstruindo de forma diacrônica seu percurso em função da situação de interação e do jogo de papéis entre entrevistadora e entrevistada/o. Nesse processo, são constantemente negociados e interpretados pontos de vista, motivações e sentimentos (Pereira, F. *et al.*, 2013), a partir de reflexões sobre o passado, o presente e o futuro. São captados, assim, aspectos mais subjetivos das escolhas individuais das/dos participantes. Os dados gerados a partir das entrevistas serviram para compreender a trajetória profissional de jornalistas, identificando os momentos de mudanças, as escolhas e os contextos envolvidos nisso, e, em que medida, a maternidade influencia nesses processos; além das formas de resistência e de negociação para se manter na profissão.

É importante ressaltar que os dados foram gerados por suportes (videochamada, mensagem de texto e ligação) e entrevistadores diferentes, provocando, portanto, um tipo de interação diversa a cada entrevista. Isso não trouxe implicações para os resultados finais desta pesquisa. O roteiro e a condução das entrevistas foram seguidos de modo semelhante por mim e pelo outro pesquisador entrevistador e os dados colhidos também deram conta de atender às perguntas e aos objetivos da investigação. Entretanto, reconheço que isso pode limitar a captação de alguns sentimentos, silêncios e falas espontâneas que podem ter surgido na interação comigo ou com o outro pesquisador, a depender dos tipos de negociações que vão se estabelecendo durante as entrevistas. No próximo tópico, explico melhor essa reflexão com foco nas jornalistas-mães, que são as protagonistas desta investigação.

4.2.1.1 Jornalistas-mães em diálogo

Nesse processo de interagir com uma/um entrevistada/o, a/o jornalista pode reavaliar e reinterpretar as próprias ações (Strauss, 1999), elaborando, inclusive, de formas diferentes, situações que ocorreram no passado, trazendo novos significados ou expressando outros sentimentos. Por compreender a entrevista como uma interação simbólica, vale uma reflexão sobre a condução desses processos.

Durante a etapa de recolhimento dos dados, tive a chance de dialogar diretamente com todas as jornalistas mães que fazem parte do corpus de entrevistadas/os. Do total, 15 mulheres declararam ter filhas/os. As demais entrevistas – com mulheres sem filhos e com homens – foram conduzidas pelo outro pesquisador da equipe ou respondidas a posteriori. Optamos por distribuir desta forma, em virtude do meu foco de interesse estar nas trabalhadoras que desempenham esse papel social de mãe. E para, de alguma forma, deixá-las mais à vontade ao

tratar de temas considerados sensíveis para as mulheres, já que poderia haver uma identificação delas comigo.

Ao entrar em contato eu já explicitava os objetivos da pesquisa. De uma maneira geral, as mulheres foram bastante receptivas e a maioria expressou muito interesse em contribuir, por julgar interessante uma pesquisa abordar a situação das mães no mercado de trabalho jornalístico. Uma delas, enquanto eu explicava, já chegou a enviar logo uma imagem trabalhando na cama, querendo adiantar a situação complexa que é tentar conciliar as atividades do trabalho, a dinâmica com os filhos, as atividades domésticas e a vida pessoal. Outras tiveram dificuldade de manter o horário da entrevista combinado e precisaram mudar pela dinâmica intensa da vida. Uma delas só conseguiu participar da entrevista durante um plantão *home office* num domingo à noite.

Durante as entrevistas, as mulheres, no geral, sentiram-se à vontade para falar sobre a chegada dos filhos na vida dela; as mudanças que ocorreram na vida por conta disso; e os processos de experiências, dificuldades, frustrações e arrependimentos. Em alguns momentos, elas dialogavam a partir da identificação com outra mulher, mãe, jornalista e pesquisadora, como se eu soubesse e sentisse exatamente o que elas estavam falando. Algumas mulheres relataram situações muito difíceis, de sofrimento intenso. Esses momentos, durante a condução das entrevistas, me deixavam bastante sensibilizada e emocionada até sendo difícil fazer alguma intervenção. Fui muito atravessada pelas entrevistas e vivi momentos bastante reflexivos depois de muitas delas.

Houve também entrevistas em que eu percebi dificuldade das mulheres em relatarem as situações pelas quais passam ou passaram. Uma das entrevistadas, que se autodeclarou como empresária, tinha uma rotina com muitas atividades de cuidado com a casa e com o filho, e trabalhava como freelancer. Ela tinha uma visão sempre muito positiva de tudo o que relatava, como se não houvesse nenhum grande incômodo com as dificuldades pelas quais passava. Num dado momento, perguntei sobre os planos para o futuro e ela não soube responder, por viver um dia após o outro, “apagando os incêndios”. Percebi nela, e em outras mulheres, a dificuldade de lidar com questões ambíguas em relação às/aos filhos e à dinâmica de casa talvez por uma questão cultural da figura da mãe amorosa e dedicada. Como se elas não quisessem transparecer, para outra mãe, uma possível falha no desempenho desse papel social.

Refletir sobre essas questões que surgiram durante a minha interação com as mulheres foi fundamental no momento de interpretar e analisar os dados gerados. Dessa forma, fiquei mais atenta para compreender os desabafos e as dificuldades delas, ponderando como aquilo

realmente repercute na vida profissional das mulheres e em que medida a organização do mercado de trabalho jornalístico contribui para essas situações difíceis. Também passei a olhar atentamente para os silêncios e as visões positivas demais sobre a própria rotina que podem esconder questões subjetivas ambíguas relacionadas à construção social da maternidade. Por fim, estar em diálogo com elas me fez reafirmar ainda mais a necessidade de conceber essa pesquisa e compreender como também participo ativamente deste processo, a partir dessa minha posição situada.

4.2.2 Diários e fotografias

Como técnicas complementares às entrevistas, foram definidos o diário e a fotografia da mesa de trabalho. O diário, inspirado no *diary-interview method* (Zimmerman; Wieder, 1977), consiste na descrição das atividades profissionais e familiares desempenhadas pelas/os entrevistadas/os no período de um dia completo. Tem como objetivo acompanhar, via autodescrição, como as/os jornalistas conciliam (ou não) as diferentes identidades sociais e os pertencimentos no decorrer de 24 horas e como vão fazendo escolhas ao longo do dia. Dessa forma, as/os entrevistadas/os fizeram a descrição de um dia de sua rotina por meio de áudios (enviados pelo WhatsApp), falando sobre atividades e reflexões de cada período do dia (manhã, tarde e noite). Das/os 35 jornalistas, 33 contribuíram com essa etapa.

O diário é um procedimento de pesquisa qualitativa utilizado, em determinadas circunstâncias, para tentar aproximar investigadoras/es da situação a ser observada, quando não é possível fazer a clássica observação de campo (Zimmerman; Wieder, 1977). Com o relato cronológico do dia, conforme Zimmerman e Wieder, é possível identificar as performances das/dos entrevistadas/os, enquanto buscam conciliar suas rotinas e atividades diversas, e mostrar quem são as outras pessoas que interagem com as/os participantes no decorrer do processo. A técnica também é válida para levantar questões pertinentes ao tema de pesquisa, apontando o significado e a importância dada pelas/os próprias/os participantes (Zimmerman; Wieder, 1977). Assim, no caso da presente investigação, foi possível observar de que forma ocorrem as interações e as negociações na rotina das/os entrevistadas/os, quem faz parte desses processos e como isso é interpretado pelas/os participantes. Apesar da limitação de ser de apenas um dia - período escolhido para promover um maior engajamento das/dos participantes com a técnica -, as informações geradas, associadas principalmente às entrevistas, contribuíram com novos dados.

Por último, também como recurso complementar, foi solicitado às/aos entrevistadas/os o envio de uma fotografia da mesa de trabalho. Assim como o diário, a técnica não era obrigatória para participação da/o jornalista na pesquisa. A orientação é que as fotografias fossem produzidas com pouca intervenção no cenário, a fim de registrar uma situação mais próxima ao que estava ocorrendo no momento. Os registros permitiram examinar como o espaço laboral as/dos jornalistas é configurado (por exemplo, móveis, objetos presentes, dispositivos tecnológicos), como as condições de trabalho se materializam e de que forma diferentes aspectos da sua identidade social se fazem presentes nele. As imagens não serão divulgadas nesta tese, em virtude do risco de identificação das/os entrevistadas/os, sendo utilizadas apenas informações descritivas sobre a foto analisada. Dos 35 informantes, 34 concordaram em participar desta etapa, encaminhando um total de 43 fotografias (oito jornalistas enviaram mais de uma imagem). Nove participantes encaminharam de livre iniciativa, junto às fotografias, descrições em áudio ou texto do contexto em que a imagem foi obtida ou detalhando aspectos da composição física de seu local de trabalho.

Le Cam (2015), que desenvolveu um estudo com fotografias de redações de mídia na França, no Canadá e na Bélgica, considera que a análise das imagens, entre outras utilidades, pode contribuir para fazer inferências sobre aspectos organizacionais e gerenciais das empresas e revelar o valor que as/os jornalistas atribuem a objetos presentes no espaço de trabalho. Assim, ao analisar as fotos enviadas pelas/os participantes da presente pesquisa, foi possível identificar os objetos que fazem parte da rotina profissional da/do jornalista e que outros itens não relacionados ao trabalho estão presentes e apontam para demandas privadas. Essa é uma forma de perceber imgeticamente em que medida a conciliação entre vida profissional e vida privada se expressa na rotina de trabalho. No caso de profissionais que atuam em *home office*, por exemplo, foi possível observar como o trabalho se materializa dentro de um espaço privado e como essa conciliação é feita em um ambiente físico em que vida laboral e pessoal estão muito próximas.

4.3 PROCEDIMENTOS DE CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para fazer análises qualitativas indo além de uma abordagem meramente descritiva das situações vivenciadas pelas/os jornalistas, foram adotados procedimentos metodológicos que permitam a produção de inferências e a interpretação dos dados. Como já citado, pesquisas qualitativas dão conta do vivido, que seria a descrição da experiência das/dos participantes e daquilo que é vivenciado no campo, mas também precisam da dimensão da análise, ou seja,

da interpretação dessas ações. Na literatura sobre carreiras, as categorias de análise não estão dadas previamente, dependem daquilo que emerge do campo. O processo de converter em dados de pesquisa os discursos e as experiências vivenciadas e classificar em categorias de análise requer um olhar atento para identificar aquilo que é rotineiro, cotidiano e ordinário e que parece ter uma implicação apenas individual em uma ocorrência de uma atividade coletiva, de uma ação conjunta de um grupo de pessoas ou de uma instituição (Becker, 2007).

Desse modo, as informações pessoais desta pesquisa foram inicialmente analisadas de forma individual, a partir da construção desses relatos em narrativas de vida (Cohen; Mallon, 2001). Nessa perspectiva, conforme Cohen e Mallon, observam-se nas narrativas sobre carreira tanto os eventos mais objetivos, como mudanças de cargo, como também as memórias de fenômenos subjetivos, como satisfação e emoções. Nesse caso, não foi captada somente a sequência cronológica dos eventos ocorridos na carreira das/dos informantes. Os significados dados pelas/os próprias/os participantes precisaram ser analisados. Essa mensuração foi possível ao identificar as motivações (e os sentimentos envolvidos) e os contextos (institucional, social, político e econômico, por exemplo) que permeiam os processos de escolhas de carreira. As narrativas de cada jornalista também serviram para extrair temas, entendimentos e padrões de comportamento em comum (Cohen; Mallon, 2001). É nesse ponto que a dimensão individual e subjetiva reflete possíveis aspectos de ações sociais coletivas.

Darmon (2008) defende que investigar trajetórias não é fazer um mero acervo de discursos, agrupados por temáticas semelhantes, mas considerar as percepções, as definições e as experiências das pessoas entrevistadas, “[...] identificando tanto o processo central que organiza a carreira como os pontos de inflexão que regulam o processo e delimitam as fases analíticas e temporárias” (Darmon 2008, p. 9). Desse modo, as narrativas de carreira, depois de interpretadas de forma individual, foram analisadas conjuntamente, a partir da agregação qualitativa (Darmon, 2008; Pereira, F., 2020a). Como a multiplicidade de pontos de vista reunidos pode possibilitar uma visão global privilegiada (Darmon, 2008), a ideia, nesse procedimento metodológico, é agregar e fundir as experiências individuais – construindo fases comuns, identificando, assim, os arcos temporais (Pereira, F., 2020a), e sequenciando as carreiras, com a intenção de obter efeitos semelhantes ao da objetividade de dados estatísticos (Darmon, 2008).

Para organizar esses dados, foram feitas repetidas leituras do material coletado, sob o olhar do aporte teórico deste estudo - carreira e gênero, a fim de identificar temas emergentes que poderiam se configurar categorias de análise. Em uma primeira avaliação, os seguintes

temas surgiram: carreira; precarização; tentativas de conciliação entre trabalho e vida pessoal; relação com a tecnologia; e marcadores sociais de gênero, raça/cor, idade. Em análise posterior, optei por agregar esse conjunto de operadores em três categorias principais de análise, que são: 1) **Carreira**; 2) **Táticas**; e 3) **Atuação/Segmentos no jornalismo**. No operador de análise denominado **Carreira**, foram selecionados os aspectos relacionados à estruturação da trajetória profissional ao longo do tempo; às escolhas de carreira; à motivação e ao contexto que levaram à tomada de decisões; à progressão ou abandono da profissão; à mobilidade; a prováveis tipologias das carreiras jornalísticas e ao papel dos indicadores de gênero na construção de diferentes projetos de carreira. Na categoria **Táticas** estão todos os esforços empreendidos pelas/os jornalistas para tentar conciliar a atuação profissional com a vida pessoal. Em **Atuação/Segmentos no jornalismo**, selecionei os trechos referentes às mais variadas funções exercidas pelas/os participantes ao longo de suas trajetórias e a possíveis diferenças na forma de atuar nessas atividades, a depender dos marcadores sociais que estão operando nas/os sujeitas/os.

Em relação aos demais temas que surgiram durante a leitura do material - precarização, relação com a tecnologia e marcadores sociais de gênero, cor/raça e idade - considerei que perpassavam as três categorias principais, podendo apontar mudanças significativas na forma de compreender e desenvolver a carreira, atuar no mercado de trabalho jornalístico, assim como na maneira de tentar equilibrar atuação profissional e vida pessoal. Dessa forma, se configuram muito mais como subcategorias de cada uma dessas categorias principais e foram considerados, durante a análise dos dados, principalmente no momento de se estabelecer, por exemplo, diferenças entre a atuação e a rotina de mulheres com filhas/os e os demais grupos estudados.

Os dados colhidos foram organizados em tabelas de indução analítica (Becker, 2007), de modo a confirmar ou descobrir novas variáveis do fenômeno estudado, explorando seus significados e procurando entender como essas variáveis operam em cada caso (Becker, 2007). A partir da triangulação das informações contidas nas entrevistas semiestruturadas, nos diários e na descrição das imagens, três tabelas-base foram produzidas: 1) mobilidade de carreira (com informações sobre cargo ocupado/atuação no jornalismo, interrupções, motivações para mudanças e/ou permanências e contextos); 2) táticas de tentativas de conciliação trabalho/vida pessoal (com informações sobre as táticas usadas por cada participante na rotina para conseguir conciliar trabalho e vida pessoal); 3) descrição das imagens das mesas de trabalho (com informações descritivas sobre os elementos encontrados nos espaços de trabalho das/dos jornalistas e como vida pessoal e profissional se materializam

nesses espaços). Os quadros exibidos nos capítulos de análise foram originários dos cruzamentos dessas tabelas com os temas emergentes das categorias de análise.

Desse modo, as tabelas serviram para agregar com base na perspectiva das carreiras e nos estudos de gênero as informações geradas nesses três instrumentos de coleta em dados de pesquisa. Foi possível identificar a motivação e o contexto em que cada jornalista realizou escolhas durante sua trajetória profissional e também de que forma essas carreiras individuais se refletem no conjunto de trajetórias das/os participantes. Os dados auxiliaram na percepção de situações regulares e recorrentes ou casos específicos, ajudando a compreender melhor os movimentos de carreira do grupo estudado, reconhecendo, assim, aquilo que é uma tendência e as situações que escapam ao esperado. À medida que os dados foram sendo organizados, identifiquei, por exemplo, situações que se repetiam; jornalistas que buscaram soluções comuns para problemas relatados, mesmo sem se conhecerem; como também constatee vivências diferentes e que romperam com o que era socialmente mais esperado em um determinado caso. Com o cruzamento de informações das tabelas, também foi possível analisar como os marcadores de gênero, cor/raça e idade podem agravar determinadas situações vividas pelas jornalistas e/ou trazer mudanças significativas à carreira e à forma de lidar com as diversas esferas da vida no dia a dia.

A escolha pelo tipo de pesquisa apresentada, por vezes, pode dar margem a questionamentos em relação à representatividade e à objetivação dos dados e à capacidade de produzir inferências e generalizações (Pereira, F., 2020a). A explicitação das decisões sobre a escolha do corpus e do percurso metodológico da pesquisa tiveram também a intenção de lidar com essas indagações. Ainda assim, é preciso reconhecer que há limites de análise nessa abordagem. Por se tratar de uma investigação com foco na dimensão biográfica, com as/os jornalistas buscando dar coerência e sentido aos seus percursos pessoais e profissionais, a partir da interpretação feita da própria história, existe um fator restritivo. Algumas inferências, no momento de analisar as informações, podem ficar limitadas (Pereira, F., 2020a) pela dificuldade de interpretar situações vivenciadas de forma muito. Além disso, conforme Fábio Pereira (2014), também é necessário estar atento a possíveis erros que possam ocorrer durante a objetivação dos dados: utilizar informações, sem questionamento, compreendendo percepções ou interpretações particulares como se fossem uma explicação do fenômeno social; usar inferências externas desconectadas do que as/os informantes disseram; ou agir de forma inibida no momento de produzir interpretações e generalizações.

Os dados de pesquisa foram cotejados com articulações teóricas de outros estudos e informações produzidas por outras pesquisas sobre a carreira das/dos jornalistas, os aspectos

relacionados ao gênero e à feminização da profissão e as relações entre a profissão de jornalista e a maternidade. Também utilizei dados quantitativos do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022) e de outros relatórios para confrontar os discursos das/dos jornalistas e contribuir com o processo de objetivação dos resultados da pesquisa (Pereira, F., 2014). Nesse movimento de relacionar os dados do campo com aquilo que já foi apresentado por outras/os pesquisadoras/es, foi possível fazer inferências consolidadas e que podem contribuir para ampliar o conhecimento acadêmico no assunto em questão.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, expliquei o percurso metodológico adotado. No primeiro momento, justifiquei a minha escolha pessoal pelo tema e pela abordagem teórico-metodológica, com base em pressupostos do interacionismo simbólico, da pesquisa qualitativa, e da pesquisa feminista. O presente estudo se trata de uma investigação empírica, qualitativa, indutiva, em que eu sou co-construtora e analista dos dados e compartilho de estatuto similar ao das mulheres foco do estudo: sou mãe de uma criança na primeira infância e jornalista. Esse é o lugar de onde falo e a partir do qual analiso os dados gerados.

No segundo momento, mostrei como ocorreu a construção do corpus e quais as técnicas utilizadas para recolher os dados. Foram selecionadas/os 35 profissionais de todo o Brasil, entre mulheres e homens, com e sem filhos, com base no perfil demográfico apresentado pelo estudo do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima *et al.*, 2022), a mais abrangente pesquisa nacional que aponta a estrutura atual da categoria, e na saturação da amostra. Quanto às técnicas, escolhi utilizar como método principal entrevistas semiestruturadas e, como métodos complementares, a produção de um diário e de fotografias das mesas de trabalho. Ao todo, 35 pessoas participaram das entrevistas, 33 enviaram diários de sua rotina de trabalho e 34 fizeram fotografias dos espaços laborais.

Por último, detalhei as técnicas de codificação e análise dos dados colhidos. Foram feitas diversas leituras para identificar as principais categorias de análise que emergiram das informações obtidas com as/os participantes e a narrativa de cada jornalista sobre a própria carreira. Com base em dados gerados por meio de triangulação dos diferentes métodos de coleta, as informações foram organizadas em tabelas de indução analítica, a fim de serem analisadas a partir da agregação qualitativa. Os dados de pesquisa foram cotejados com articulações teóricas de outros estudos e informações produzidas por diferentes pesquisas.

Também utilizei dados quantitativos do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 e de outros relatórios para complementar as informações.

Os capítulos a seguir apresentarão a análise do material.

5 JORNALISTAS-MÃES FAZENDO ESCOLHAS E SE MOVIMENTANDO NA CARREIRA

Este capítulo tem como objetivo descrever como as jornalistas que são mães fazem escolhas que repercutem em movimentos ao longo da carreira, distinguindo-as dos projetos de carreiras de mulheres sem filhas/os e homens com e sem filha/os. A discussão a seguir tem base na interpretação, de forma indutiva, dos dados gerados durante as entrevistas realizadas com as/os 35 jornalistas em todo o Brasil.

Após uma breve apresentação das/os sujeitas/os da pesquisa, com destaque para as jornalistas que têm filhas/os, este capítulo analisa o que as/os profissionais levam em consideração no momento de tomar decisões sobre a carreira, distribuindo essas escolhas por gênero e parentalidade. Por fim, identifica os principais movimentos que as jornalistas-mães fazem ao longo de suas trajetórias profissionais.

5.1 BREVE APRESENTAÇÃO DAS/OS SUJEITAS/OS DA PESQUISA

Conforme descrito no Percurso Metodológico, das/dos 35 entrevistadas/os, 22 mulheres e 13 homens. Desse total, são 15 mulheres com filhas/os e 7 sem filhos, além de 8 homens com filhas/os e 5 sem filhas/os. A maioria reside na região Sudeste (16), seguido da região Nordeste (7), Centro-Oeste (4), Norte (4) e Sul (4)²⁸. Como trata de dados sobre carreira, a análise considerou individualmente as narrativas de vida de cada jornalista (Cohen; Mallon, 2001). Não sendo possível restituir a biografia completa de cada profissional, segue abaixo uma curta apresentação dessas/es participantes (com informações obtidas na época das entrevistas). No tópico seguinte, apresentarei breves relatos de carreira das mães jornalistas, foco desta pesquisa.

A entrevistada C1 era uma jovem parda de 27 anos, solteira e sem filha/os, que atuava como repórter num site local e na assessoria de imprensa de um museu.

O entrevistado C2 era um homem branco de 44 anos, casado e com filhos, que trabalhava como editor chefe em um pequeno site de notícias.

A entrevistada C3 era uma mulher branca de 35 anos, casada e com filhos, que atuava num órgão público como professora universitária e jornalista.

²⁸ As/os entrevistadas/os de cada região receberam uma sigla correspondente ao local onde trabalham acompanhados de número. Dessa forma, como já citado no capítulo metodológico, Sudeste é SD, Nordeste é ND, Centro-Oeste é CO, Norte é N e Sul é S. Ou seja, as pessoas entrevistadas no Nordeste, por exemplo, estão identificadas como SD1, SD2, SD3 e assim por diante.

A entrevistada C4 era uma mulher asiática de 41 anos, separada e com filha/os, gestora de uma agência de comunicação.

A entrevistada ND1 era uma mulher branca de 39 anos, na época, casada, em processo de separação, e com filhos, repórter de redação de jornal.

A entrevistada ND2 era uma mulher branca de 35 anos, mãe de uma criança, jornalista no serviço público.

O entrevistado ND3 era um homem pardo de 27 anos, solteiro e sem filha/os, assessor de comunicação no serviço público.

O entrevistado ND4 era um homem branco de 50 anos, casado e com filhos, assessor de comunicação de um sindicato.

A entrevistada ND5 era uma mulher preta de 25 anos, com união estável e sem filha/os, produtora de narrativas.

A entrevistada ND6 era uma mulher preta de 34 anos, solteira e com filha/os, editora-chefe de redação e assessora de comunicação no serviço público.

A entrevistada ND7 era uma mulher parda de 37 anos, divorciada e com um filho, apresentadora e repórter de TV no serviço público.

A entrevistada N1 era uma mulher preta de 33 anos, casada e com uma filha, coordenadora e editora de conteúdo em um portal.

A entrevistada N2 era uma mulher branca de 24 anos, solteira e sem filha/os, editora-chefe de um site de notícias.

A entrevistada N3 era uma mulher preta de 42 anos, casada e sem filha/os, diretora de comunicação no serviço público.

A entrevistada N4 era uma mulher branca de 45 anos, solteira e com um filho, diretora de conteúdo em redação.

O entrevistado S1 era um homem branco de 40 anos, solteiro e com filhos, assessor de imprensa em um órgão público.

O entrevistado S2 era um homem branco de 61 anos, casado e com filhos, analista de comunicação no serviço público.

A entrevistada S3 era uma mulher branca de 52 anos, divorciada e com filhos, produtora de conteúdo freelancer.

A entrevistada S4 era uma mulher branca de 27 anos, na época, em união estável e com um filho, jornalista de um sindicato.

O entrevistado SD1 era um homem amarelo de 42 anos, com união estável e com filhos, freelancer.

A entrevistada SD2 era uma mulher parda de 25 anos, solteira e sem filha/os, produtora de conteúdo freelancer.

O entrevistado SD3 era um homem branco de 26 anos, solteiro e sem filha/os, editor-chefe de uma redação de rádio.

O entrevistado SD4 era um homem pardo de 32 anos, solteiro e sem filha/os, jornalista no serviço público.

A entrevistada SD5 era uma mulher branca de 29 anos, solteira, e sem filha/os, jornalista e produtora de conteúdo freelancer.

O entrevistado SD6 era um homem branco de 59 anos, na época, casado e com filhos, jornalista de redação e professor universitário.

O entrevistado SD7 era um homem branco de 54 anos, casado e com filhos, assessor de imprensa e produtor de conteúdo de uma agência de comunicação.

O entrevistado SD8 era um homem branco de 39 anos, casado e com filhos, assessor de imprensa de uma agência de comunicação.

O entrevistado SD9 era um homem branco de 52 anos, divorciado e sem filha/os, editor de um site de notícias.

O entrevistado SD10 era um homem pardo de 40 anos, casado e sem filha/os, editor e jornalista de um sindicato.

A entrevistada SD11 era uma mulher preta de 24 anos, na época, solteira e sem filha/os, jornalista e produtora de conteúdo na área de comunicação e marketing.

A entrevistada SD12 era uma mulher parda de 36 anos, solteira e com uma filha, assessora de comunicação de um órgão público e freelancer.

A entrevistada SD13 era uma mulher branca de 65 anos, casada e com um filho, chefe da assessoria de comunicação de um conselho.

A entrevistada SD14 era uma mulher branca de 37 anos, casada e com um filho, repórter e revisora de textos freelancer.

A entrevistada SD15 era uma mulher branca de 38 anos, com união estável e uma filha, assessora de comunicação de sindicato.

A entrevistada SD16 era uma mulher amarela de 45 anos com um filho, jornalista empresária freelancer.

5.1.1 Quem são as mães jornalistas desta pesquisa?

Do total de entrevistadas/os, 15 mulheres afirmaram ser mães e são foco desta pesquisa. Por isso, a importância de apresentar um breve relato de carreira de cada uma delas, apontando o ingresso no jornalismo e a mobilidade na profissão ao longo dos anos. As identificações de gênero e raça utilizadas nos relatos são das próprias entrevistadas.

C3 é uma mulher branca, de 35 anos, casada, moradora de uma capital em um estado da região Centro-Oeste. Na época da pesquisa, ela atuava como jornalista concursada em um órgão público e professora universitária. Era mãe de duas crianças - um menino de 8 e outro de 6 anos. Ingressou no jornalismo, na época que fazia graduação na área, num estágio em assessoria de comunicação na própria universidade. Passou por um estágio em rádio na área de esportes e, depois de formada e de algumas decepções, migrou para ser repórter em uma TV universitária onde ela poderia cumprir uma carga horária de 5h e estudar para concurso. Passou numa seleção para uma empresa pública e também quis fazer mestrado. Depois ingressou num concurso público no cargo de jornalista e decidiu fazer também o doutorado. Com a conclusão do doutorado, passou a conciliar a atuação de jornalista com o trabalho de professora temporária em uma universidade. Ao todo, teve seis vínculos profissionais na área de jornalismo e docência em jornalismo (incluindo os estágios).

C4 é uma mulher asiática, de 41 anos, também moradora de uma capital em um estado da região Centro-Oeste. Ela era gestora de uma agência de comunicação, na época da pesquisa, e mãe de duas crianças - uma menina de 7 anos e um menino de 3. Depois de fazer graduação em jornalismo, ingressou em um estágio em um site de notícias local e foi contratada. Seis meses depois foi demitida em um corte de gastos e ficou fazendo frilas. Em seguida foi contratada como analista de comunicação em uma empresa. Depois atuou como consultora de projetos variados na área, mas decidiu sair para tentar concurso público. Fez trabalho temporário em uma redação. Foi analista de internet em uma agência de comunicação que estava sendo montada. Passou um ano trabalhando em uma associação e depois voltou para a agência para trabalhar com intranet. Um tempo depois foi promovida à coordenadora e iniciou a atuação na gestão. Nesse período ingressou no mestrado, grávida da primeira filha. Em seguida, foi trabalhar em uma agência de comunicação e depois de um tempo migrou para ser diretora de outra menor, porque queria um ritmo diferente de trabalho para reorganizar a vida com os filhos. Até o momento da entrevista, teve nove vínculos profissionais.

ND1 é uma mulher branca, de 39 anos, casada, que estava num processo de separação na época da entrevista. Ela mora em uma capital em um estado da região Nordeste. Trabalhava como repórter e era mãe de dois meninos (4 e 7 anos). Durante a faculdade de

jornalismo não estagiou porque trabalhava como recepcionista em um hospital. Com dificuldade de encontrar emprego na área, foi morar fora do país e voltou dois anos depois. Conseguiu então um trabalho em um site de bovinocultura. Acumulou esse emprego por um tempo com outro de repórter de redação de um jornal da cidade. Foi também editora nesse mesmo veículo. Depois de anos, ingressou como repórter na redação de um jornal maior na cidade em que mora. Ela não era mãe ainda, mas disse que pesou na decisão o benefício da empresa de dar bolsa escolar para filhos. Também trabalhou como editora nesse mesmo jornal. Em uma reestruturação, voltou a ser repórter e começou a graduação em Pedagogia porque pretende fazer concurso público. Até o momento, ela teve quatro vínculos profissionais, sendo que neste último e atual vínculo ela teve diferentes funções.

ND2 é uma mulher branca, de 35 anos, com união estável, que morava na capital de uma cidade da região Nordeste, na época da entrevista. Trabalhava como jornalista em um órgão público e era mãe de uma menina de 5 anos. Durante a faculdade estagiou em uma agência de comunicação de direitos humanos e, quando se formou, foi chamada para trabalhar como jornalista. Durante um tempo, conciliou com um trabalho freelancer em um sindicato. Mudou de cidade para fazer mestrado e, na época, acabou ingressando como jornalista em uma empresa pública. Nessa empresa passou por rádio duas vezes e pela TV. Quando engravidou, conseguiu uma cessão para a assessoria de comunicação de um órgão público da sua cidade natal, porque queria ficar perto do companheiro que estava voltando para a cidade e da família de origem de ambos. Cerca de um ano depois, foi convocada para um concurso de jornalista em um órgão público da sua cidade natal. ND2 prestou o concurso com a filha com poucos meses de vida, amamentando. Até o momento, foram cinco vínculos profissionais, sendo que em dois deles ela passou por diferentes funções.

ND6 é uma mulher preta, de 34 anos, solteira, e que tinha dois filhos na época da pesquisa - uma adolescente de 14 e um adolescente de 12 anos. Era de uma cidade vizinha a uma capital de um estado da região Nordeste, mas no momento estava morando na própria capital. Ela fez inicialmente um curso de rádio e TV e ingressou em um estágio na área em uma TV. Na época, pediu para concluir logo as horas necessárias, pois estava grávida e andava muito para chegar ao local de trabalho. Depois que ela teve o segundo filho, a família encorajou ND6 a fazer Letras e ser professora, pois, como uma mulher preta, consideravam que era mais fácil ela se inserir no mercado de trabalho como professora do que como jornalista. Ela precisava de emprego por ser uma mãe solteira e de uma família de poucos recursos. Mesmo assim, por considerar que a sua aptidão era trabalhar com jornalismo, depois de dois anos ingressou no curso e passou a estagiar na área. Em um dos portais que ela

estagiava foi chamada para ser editora temporária. Depois, em 2014, foi chamada para ser editora-adjunta em outro portal. De lá para cá, também passou por uma TV conciliando os dois. Depois conciliou o trabalho do portal, já como editora-chefe, com a assessoria de comunicação do governo do estado. Até o momento da entrevista, seguia atuando nos dois. Não foi possível precisar a quantidade de vínculos, mas consegui identificar o período de estágio, o momento de atuação fora do jornalismo, os estágios no retorno, a atuação como editora temporária, editora-adjunta e editora-chefe e o trabalho em TV e assessoria de comunicação.

ND7 é uma mulher parda, de 37 anos, divorciada, e que tinha um filho de 20 anos na época da entrevista. Quando ele nasceu, ela tinha 16 anos e estava no Ensino Médio. Em virtude do nascimento do filho, passou três anos dedicada à maternidade e só depois voltou a estudar. Concluiu o Ensino Médio, ingressou num curso técnico de Rádio e TV e depois na graduação em jornalismo. Atualmente, ND7 mora na capital de um estado da região Nordeste, mas fez boa parte da carreira em uma cidade da região Norte. Ela estagiou na área na época do curso técnico, depois ingressou como estagiária na assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça, já na graduação em jornalismo. Foi repórter de TV no Ministério Público e depois seguiu para uma cidade do Norte, em virtude de uma oportunidade em TV aberta. Lá ela trabalhou em três TVs e também passou um período na assessoria de comunicação do Governo do Estado. Nesse período ela também passou no mestrado. Com a pandemia da COVID-19 e a saída do grupo político para o qual ela trabalhava, voltou para a sua cidade natal e ficou concluindo a dissertação e fazendo frilas até que foi convidada para ser apresentadora na TV assembleia, onde estava até o momento da pesquisa. Ela teve cerca de oito vínculos diferentes, incluindo os estágios e contratos como freelancer.

N1 é uma mulher preta, casada, de 33 anos, que tinha uma filha de 8 anos na época da entrevista. Ela mora na capital de um estado da região Norte e trabalhava como coordenadora e editora de conteúdo de um portal de notícias, quando participou da pesquisa. Nasceu numa cidade do interior, mas deixou a filha para ir à capital seguir com os estudos. Ingressou na graduação em jornalismo e conseguiu um estágio na assessoria de comunicação da própria universidade. Em seguida, foi estagiar na assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça. Depois de dois anos, conseguiu um estágio em uma TV aberta afiliada de uma grande emissora. No mesmo grupo onde estagiava, foi selecionada para a função de assistente de programação. Estava no último ano da graduação e engravidou. Logo surgiu uma vaga para repórter na mesma emissora e ela conseguiu. Ficou o período da licença maternidade fora e, quando voltou, depois de um mês, foi promovida à editora, com uma carga horária e um

salário maiores. Depois de um tempo passou a ser editora e coordenadora de conteúdo. Ao todo, ela teve três vínculos de trabalho, entre estágio e CLT²⁹, sendo que, no último (o que está até o momento), ela passou por quatro funções diferentes.

N4 é uma mulher branca, de 45 anos, solteira, que tinha um filho de 8 anos na época do estudo. Ela mora na capital de um estado da região Norte e estava atuando como diretora de conteúdo de uma redação, quando participou da entrevista. N4 ingressou no curso de jornalismo por gostar de escrever e ler. Também tinha muito interesse no jornalismo esportivo. Enquanto fazia graduação, ingressou num programa de formação de jornalistas em um grande jornal da cidade em que morava. Surgiu a oportunidade de tentar uma vaga como repórter de política no mesmo jornal e deu certo. Depois tentou uma vaga de economia num outro jornal e ficou quase um ano até a empresa falir. Voltou então ao jornal onde tinha iniciado e conseguiu uma vaga de editora de economia e depois de política. Em seguida, por mudanças na redação, ela precisou ser rebaixada para o cargo de subeditora de política e repórter. Depois de uns anos, a pessoa que tinha ficado no lugar dela saiu e ela voltou para o cargo de editora de política. Foi promovida, em seguida, à editora executiva da redação. Logo depois, para diretora de redação, que atualmente chamam de diretora de conteúdo. Ao todo, N4 teve vínculo com dois jornais, porém, em um deles, passou por sete funções diferentes - estagiária, repórter de política, editora de economia, editora de política, subeditora de política, editora executiva da redação e diretora de redação.

S3 é uma mulher branca, de 52 anos, divorciada, que tinha três filhos homens no momento da pesquisa de campo - o mais novo com 15 anos, o do meio com 21 e o mais velho com 34. Ela viveu boa parte da vida e fez faculdade de jornalismo em uma cidade do interior do estado onde mora. Em um dado momento da carreira, em busca de novas oportunidades, foi morar na capital do estado, onde seguia vivendo na época da pesquisa de campo. Ela demorou para concluir o ensino médio e ingressar na faculdade de jornalismo porque já era mãe e dona de casa. Depois que ingressou, foi em busca de um estágio num jornal pequeno na cidade onde morava e deu certo. Antes de se formar, conseguiu ingressar como repórter de meio período, porque já tinha um filho. Também trabalhou em campanha política, quando estava nesse jornal. Com a vitória do grupo político, assumiu a secretaria de comunicação. Logo depois que assumiu, um amigo falou que poderia conseguir algo melhor para ela na capital do estado e ela foi trabalhar num projeto do governo federal. Depois, ingressou na comunicação de um projeto de gestão ambiental. O projeto acabou e ela decidiu trabalhar

²⁹ Vínculo formal, com carteira de trabalho assinada, e os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

como freelancer. Além de ficar mais tempo com os filhos - já tinha os três na época -, S3 desejava montar a própria empresa. Ao todo, teve sete vínculos de trabalho, incluindo estágio, campanha política e a atuação como freelancer.

S4 é uma mulher branca, que, na época da pesquisa, tinha união estável, 27 anos, e um filho de 4 anos. Ela é de uma cidade do interior de um estado da região Sul, mas há oito anos mora em outro município no interior do mesmo estado, onde fez faculdade e de onde é o companheiro dela. Ela engravidou, de forma não planejada, ainda na graduação, no ano que estava para se formar. S4 conseguiu um trabalho, contratada como pessoa jurídica (microempreendedora individual - MEI), por uma equipe de médicos, para produzir conteúdo sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Quando o filho tinha poucos meses, ela teve a experiência de trabalhar como repórter em uma redação, substituindo uma outra pessoa que estava de férias. Cumprindo uma carga horária das 13h às 20h, sem tempo para parar e amamentar, S4 descreve a experiência como “uma loucura” e que isso afastou ela das redações. Depois disso, ficou com o bebê em casa e logo veio a pandemia de covid-19. Começou a se envolver com a venda de cosmética natural, mas depois voltou para a comunicação por meio da atuação como freelancer em uma agência. Em seguida, soube de um edital de seleção para jornalista de um sindicato, com carga horária de 5h, que foi o que atraiu, e conseguiu ser aprovada. Na época da entrevista, ela estava nesse emprego e fazendo os frilas para a agência. S4 teve cinco vínculos, contando com o período que esteve fora do jornalismo, trabalhando com cosmética natural.

SD12 é uma mulher parda, solteira, que, na época da pesquisa, tinha 36 anos, trabalhava como assessora de comunicação em um órgão público, e tinha uma filha de 18 anos. Mora na capital de um estado da região Sudeste. Antes de se formar em jornalismo, passou por alguns estágios e chegou a trancar a faculdade por um tempo quando a filha nasceu. Trabalhou em agências de publicidade e propaganda, atuou na edição de textos acadêmicos, jornalísticos e publicitários. Também foi professora de espanhol. Chegou a ter experiência como repórter terceirizada em um jornal impresso, mas conta que desistiu depois de achar o ambiente muito tóxico e de ter sofrido assédio moral. Depois disso, passou a buscar oportunidades no serviço público. Foi assessora de um hospital público e de outros órgãos públicos, como a instituição que estava trabalhando na época da pesquisa, ligado à área de saúde. Os trabalhos de freelancer que fez ao longo da carreira para complementar renda são na área de assessoria de comunicação e revisão de texto. Não foi possível precisar a quantidade de vínculos ao longo da carreira, em virtude das muitas atividades citadas pela

entrevistada fora da ordem cronológica, mas pelo menos cinco vínculos diversos ela tem ao longo da trajetória (estagiária, repórter, professora, assessora de comunicação e freelancer).

SD13 é uma mulher branca, casada, que, na época da pesquisa, tinha 65 anos e um filho de 34 anos. Ela mora na capital de um dos estados da região Sudeste e atuava, quando foi entrevistada, na chefia da assessoria de comunicação de um conselho regional. Antes de se formar em comunicação social, ela foi estagiária de um jornal e conseguiu ser efetivada. Pediu a transferência para cursar a graduação em outra universidade, porque na instituição onde ela iniciou o curso era novo. Quando conseguiu, precisou mudar de cidade. Chegando no novo local, passou a trabalhar como repórter em um jornal, na editoria de cultura. Na época foi demitida por ainda ser estudante e conseguiu um trabalho em outro jornal impresso. Voltou para a cidade onde nasceu e passou a trabalhar num veículo alternativo como repórter. Em seguida, foi convidada para montar a assessoria de comunicação de um museu. Também foi chefe do setor de comunicação de uma universidade. Recebeu então a proposta de ser editora de um jornal de um sindicato e mudou de cidade por esse trabalho. Engravidou nessa época e sentiu muita dificuldade nos primeiros meses porque o marido e a família moravam em outra cidade. Acabou pedindo demissão, foi embora para a cidade onde o marido morava e passou um ano desempregada. Depois que o filho começou a ir para a creche, ela conseguiu um trabalho de chefe da assessoria de comunicação de um sindicato. Paralelo a isso, também trabalhava como assessora de comunicação de um parlamentar na assembleia legislativa até se aposentar. Já aposentada, recebeu o convite para a função que estava no momento da pesquisa. Ao longo da trajetória, teve dez vínculos diferentes, incluindo os estágios e o trabalho pós-aposentadoria.

SD14 é uma mulher branca, casada, que, na época da entrevista, tinha 37 anos, um filho de 4 anos, e trabalhava como repórter e revisora de texto freelancer. Ela é de uma cidade na região Sul, mas já morava há alguns anos na capital de um dos estados da região Sudeste por questões profissionais. Na época em que cursava jornalismo, ela foi contratada como revisora de textos de uma agência de comunicação. Em seguida, mudou para a cidade onde mora para viver a experiência de “foca”³⁰ durante três meses em um grande jornal impresso. Quando terminou, passou um tempo fazendo trabalhos temporários em redação. Depois conseguiu ser contratada pela empresa onde fez a experiência de foca, mas não como repórter, e sim para trabalhar com conteúdo para celular. Como tinha muita vontade de ser repórter, conseguiu outro emprego na função, primeiro para o on-line e depois para o impresso. Em

³⁰ Experiência voltada para jornalistas recém-ingressantes na profissão.

seguida, foi para a TV, trabalhar na produção de um programa de saúde. Depois disso, atuou como repórter em um site de notícias e, em seguida, como revisora/editora. Ela se demitiu desse emprego em virtude da quantidade de assédio moral que sofreu. Fez trabalho temporário na comunicação de uma empresa, foi contratada como pessoa jurídica (PJ) fixa em um site de notícias, fazia também trabalho de freelancer com clipping para complementar a renda. Depois trabalhou como PJ para uma revista de uma empresa aérea, em seguida para a assessoria de comunicação de um conselho. Conseguiu um emprego CLT na comunicação de uma empresa, mas foi demitida quando estava grávida e conseguiu a reintegração, mas para o setor de telemarketing. Foi demitida depois de um tempo que a criança havia nascido, com a justificativa de que o salário era muito alto para o setor. Virou freelancer fixo de uma revista e entrou no mestrado para estudar maternidade. Ao todo, ao longo da carreira, ela já somou 14 vínculos diferentes.

SD15 é uma mulher branca, de 38 anos, tem união estável, e era mãe de uma menina de 4 anos, na época da entrevista. Mora no interior em uma cidade da região Sudeste. Ela se formou e alguns meses depois começou a trabalhar como jornalista na assessoria de comunicação de um sindicato de professores. Prestou um concurso para uma cidade em outro estado e passou. Trabalhou como redatora de TV na câmara municipal dessa cidade. Quando estava nesse trabalho, ela engravidou da filha e tirou licença-maternidade e outras licenças para ficar na sua cidade natal, perto da filha e da família. Quando retornou ao trabalho, cerca de um ano depois, as atividades estavam em formato de *home office* por conta da pandemia de COVID-19. Ao ser convocada para voltar presencial, SD15 pediu exoneração do concurso, porque não queria ficar longe da filha, não queria criar a filha longe do restante da família e não gostava muito da cidade onde era concursada. Desde então passou a trabalhar como autônoma, freelancer no setor cultural. Paralelo a isso, também conseguiu uma vaga de assessora de comunicação no sindicato de professores onde já tinha trabalhado logo depois de formada. Ao todo, teve quatro vínculos ao longo da carreira.

SD16 é uma mulher amarela, de 45 anos, casada, que tinha um filho de 12 anos, na época da entrevista. Ela atua como freelancer, desde antes do nascimento do filho. Quando começou a pensar em ser mãe, ela optou por trabalhar em casa porque considerou que seria melhor para acompanhar o crescimento do filho. Ela então abriu uma empresa e começou a trabalhar como freelancer. Antes disso, SD16 chegou a trabalhar em redação de site, revista e jornal, mas logo passou a não gostar pelo ritmo frenético e por começar a cogitar a possibilidade de ter filhos. Ela passou a trabalhar com veículos de construção e arquitetura e acabou se especializando como jornalista nessa área. Não foi possível precisar a quantidade

de vínculos exata que ela teve durante a entrevista, mas houve esses dois momentos: o período mais rápido em que ela passou por redações e não gostou; e o momento mais longo e atual em que ela se dedicou a trabalhar como freelancer, em *home office*.

Os perfis apontam a predominância do ingresso na profissão após realização de curso superior. Mesmo que algumas mulheres tenham sido contratadas ainda na graduação, todas passaram pelo curso de comunicação social e/ou jornalismo. As jornalistas têm idades, vínculos, situações de vida e geolocalizações diversas. Porém, a presença de filhas/os na vida delas provoca uma situação que se revela na maioria dos relatos: a interferência dessa condição em algum momento da carreira profissional, dificultando ou impulsionando suas decisões – que leva a adaptações nos planos de carreira. Mais adiante, nas próximas seções, vou tratar das escolhas dessas jornalistas e dos movimentos de carreira delas, diante de situações muitas vezes adversas e que levaram a mudanças ou a momentos de suspensão das atividades profissionais. Meu esforço será mostrar a multiplicidade de possibilidades de percursos e identificar, no meio disso, em que medida há escolhas e movimentos parecidos que se alinham a aspectos da carreira das/os jornalistas brasileiros já mostrados em outros estudos e de que forma é possível que haja diferenças e/ou rupturas pela condição específica de mulheres jornalistas vivenciando a profissão e a maternidade.

5.2 AGREGAÇÃO DAS ESCOLHAS DAS/OS JORNALISTAS POR GÊNERO E PARENTALIDADE

De modo geral, para se movimentar na carreira, jornalistas geralmente fazem escolhas sobre decidir assumir ou não um determinado emprego ou função. Essas decisões, como visto no capítulo teórico, justificam-se por uma série de motivações, vivenciadas dentro de um contexto de vida pessoal, profissional e social (Pereira, F., 2020a). Esse movimento de negociação entre motivações e contextos vividos, que ocorre de forma concomitante, é exatamente o que provoca uma tomada de decisão. Ao mapear as escolhas das/os jornalistas, em diferentes regiões do Brasil e diversos formatos familiares, foi possível levantar motivações e contextos distintos que, no geral, estão relacionados à precarização da profissão (salário, sobrecarga de trabalho e assédio), às incertezas da carreira (demissões e vínculos precários) e às dificuldades de conciliar as demandas de trabalho com as atividades pessoais e familiares. Os achados estão em consonância com a literatura da área que situa o jornalismo como uma profissão precarizada (Lelo, 2019; Nicoletti, 2019), com vínculos frágeis e um considerável grau de incerteza (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020; Goyanes; Rodríguez-

Gómez, 2021), mas com alto poder de atratividade da carreira (Kikuti, 2023), apesar da situação de instabilidade.

Se o foco recair sobre as escolhas das jornalistas que vivenciam a maternidade, é possível identificar que essas decisões, a depender do período da vida, também são motivadas pela chegada das/os filhas/os, pelas transformações que ocorrem na vida da mulher em decorrência disso e pelos contextos sociais e da profissão que são menos amistosos para elas. Nas falas das/os entrevistadas/os, a questão filhas/os aparece com mais recorrência entre as mulheres que são mães. Todas elas, em algum momento da vida, fizeram movimentos na carreira (ou deixaram de fazer) considerando esse aspecto. Apesar da recorrência, mesmo entre aquelas que ainda não tem criança, a maternidade é uma questão a ser considerada (Souza, 2022). Das oito entrevistadas, somente duas (SD2 e SD11) foram enfáticas em dizer que não querem ter filhas/os. As demais desejam ter, adiaram ou não têm certeza do que querem por questões geralmente relacionadas à profissão - falta de tempo para se dedicar à maternidade e/ou falta de dinheiro suficiente para sustentar uma criança.

Entre os homens, aqueles que têm filhas/os chegaram a citar escolhas relacionadas ao exercício da paternidade, porém, nem todos tiveram interferência na carreira pelo fato de serem pais. Os que não têm filhas/os não tratam essa questão como algo de grande impacto na carreira, mas um deles chegou a citar que seria difícil criar um filho sendo jornalista, em virtude dos ganhos reduzidos da profissão (SD3). Nenhum dos homens foi obrigado a parar de trabalhar em algum momento, por causa da chegada das/os filhos, ou pensou em abandonar o jornalismo porque achava que não conseguiria conciliar com a paternidade. Aqueles que atualmente se dedicam a uma rotina com filhas/os conciliam com as atividades profissionais e chegaram a fazer decisões somente sobre o formato ou tipo de empresa em que desenvolvem as atividades, como no caso de C2 que prefere estar *home office*, em um horário mais tranquilo e em uma empresa menor, desde que adotou duas crianças.

Entre as mulheres, ocorre o movimento oposto. Até as decisões que aparentemente podem não ter relação com o fato de ter filhas/os, costumam, em algum momento, estarem ligadas a isso, como apresento adiante. A seguir, analiso as motivações e os contextos envolvidos nas escolhas das/os jornalistas entrevistadas/os ao longo da carreira, a partir de eixos temáticos que agrupam essas decisões, em cruzamento com as variáveis de gênero e parentalidade. Dessa forma, é possível identificar de que forma as jornalistas que são mães fazem escolhas, revelando em que medida isso tem relação ou não com a maternidade. Também mostra outros aspectos considerados pelas jornalistas-mães e pelos outros grupos de entrevistadas/os no momento de tomar decisões.

5.2.1 Jornalistas fazendo escolhas de carreira

Ao analisar o *corpus*, levando em consideração o gênero e a parentalidade, foi possível organizar, de forma indutiva, as escolhas das/os jornalistas em eixos temáticos. Como a decisão se dá a partir dos dois movimentos juntos e nunca de forma separada, os eixos temáticos agrupam tanto motivações como contextos envolvidos na hora da decisão. Esses aspectos estão organizados em quatro eixos temáticos principais (ver Quadro 7): a) **qualidade de vida e saúde**, quando as escolhas giram em torno de preocupações relacionadas ao bem-estar e à saúde; b) **oportunidades/limitações do mercado de trabalho**, quando as decisões estão relacionadas a uma busca por ascensão profissional ou dificuldades de manutenção e permanência na profissão; c) **retorno financeiro**, quando as escolhas giram em torno do salário e do desejo de ganhar melhor; e d) **discriminações e direitos violados**, quando as decisões estão relacionadas a situações de discriminação e à negação de direitos e/ou situações que podem ser configuradas como crimes, como assédio sexual e racismo.

O quadro proposto já permite uma incursão inicial nos dados possibilitando identificar diferenças e semelhanças entre as decisões tomadas pelos grupos pesquisados. Jornalistas mulheres que têm filhas/os apontam com mais recorrência motivações e contextos relacionados à incompatibilidade de trabalhar em redação e cuidar de crianças. Também citam a questão da presença/ausência de rede de apoio como fator decisivo para suas escolhas. Apesar de haver homens docentes no corpus, são as mulheres - com e sem filhas/os - que citam com mais frequência escolhas feitas em busca de uma maior capacitação profissional, incluindo a formação acadêmica e a possibilidade de se tornarem professoras, corroborando com achados já encontrados em outras pesquisas (Kikuti; Rocha, 2020; Kikuti, 2023). Em todos os grupos estão presentes decisões tomadas em virtude de características da profissão associadas à precarização, como estresse, estafa, prejuízos à saúde mental e baixos salários.

Quadro 7 – Motivos e contextos envolvidos nas escolhas das/os jornalistas (por gênero e parentalidade)

EIXOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS MOTIVOS E CONTEXTOS ENVOLVIDOS NAS ESCOLHAS DOS/AS JORNALISTAS			
	Mulheres com filha/os	Mulheres sem filha/os	Homens com filha/os	Homens sem filha/os
Qualidade de vida e saúde	1) Incompatibilidade ou dificuldade de maternar e trabalhar em uma redação (S4; SD13; SD16) 2) Flexibilidade para atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, pela carga horária ou pela possibilidade de trabalhar de casa (C4; S3; S4; ND2; ND6; SD14; SD15; SD16) 3) Presença/ausência de rede de apoio com as crianças e das redes de afeto ³¹ (C3; ND2; N1; N4; SD13; SD14; SD15) 4) Saída de espaços com ambiente tóxico (SD12) 5) Redução da sobrecarga de trabalho e mais atenção à família (C4)	1) Saída de empregos que prejudicavam a saúde e o bem-estar (SD2; SD5)	1) Flexibilidade para atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, pela carga horária ou pela possibilidade de trabalhar de casa (C2, SD7) 2) Acompanhamento de cônjuge (ND4) 3) Condições precárias de trabalho (ND4; S1) 4) Redução da sobrecarga de trabalho por questões de saúde (ND4, SD1, SD7) 5) Desempenho da função em uma cidade mais próxima do filho e da família (S1)	1) Flexibilidade para atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, pela carga horária ou pela possibilidade de trabalhar de casa (SD3) 2) Mudança de profissão por considerar redação muito estressante e querer ter uma vida (SD4)
Oportunidades/limitações do mercado de trabalho	1) Aprovação em concurso público (C3; ND2) 2) Mudança de cidade para um	1) Mercado com poucas opções de vagas (N3)	1) Aprovação em concurso público (S2)	1) Aprovação em concurso público (ND3;

³¹ Nesta pesquisa, rede de apoio se refere ao apoio social, que corresponde à “disponibilidade de sistemas e de pessoas significativas que proporcionam apoio e reforço às estratégias de enfrentamento do indivíduo diante das situações de vida” (Rapoport; Piccinini, 2006, p. 86). Aqui entram tanto as instituições, a exemplos das creches e escolas, como as pessoas remuneradas e não remuneradas. Já as redes de afeto fazem referência aos familiares e aos amigos que são capazes de fornecer suporte emocional.

	<p>local que tem mais oportunidades de emprego (ND7; SD14)</p> <p>3) Oportunidade de aprender e se renovar com pessoas mais jovens (SD13)</p> <p>4) Oportunidade de assumir um cargo de chefia (C4; N1; N4; ND6)</p> <p>5) Desempenho da função desejada dentro do jornalismo, como ser repórter (ND1)</p> <p>6) Possibilidade de se capacitar por meio do estudo e ter mais formação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado) (C3; ND2; ND6; ND7; SD14; S3)</p> <p>7) Busca por estar num emprego mais desafiante (C4)</p> <p>8) Demissões individuais e coletivas (N4, SD14)</p>	<p>2) Busca pela docência por falta de opções no mercado de trabalho na localidade onde mora (N3)</p> <p>3) Desempenho da função desejada dentro do jornalismo, como ser podcaster e trabalhar em redação (ND5; SD2)</p> <p>4) Demissões individuais e coletivas (ND5; SD5)</p>	<p>2) Mudança de cidade para um local que tem mais oportunidades de emprego (SD1)</p> <p>3) Demissões individuais e coletivas (S1, SD8)</p> <p>4) Cortes de verba na empresa (SD1)</p> <p>5) Oportunidade de ter um cargo de chefia (SD1)</p>	<p>SD4)</p> <p>2) Preocupação com a construção de uma carreira (SD4)</p> <p>3) Mudança de profissão e de carreira por considerar o jornalismo limitante (SD4)</p> <p>4) Demissões individuais e coletivas (SD9)</p>
Retorno financeiro	<p>1) Melhoria salarial e/ou complemento de renda para ter mais estabilidade financeira, reforçar o orçamento de casa, sustentar as/os filhas/os, comprar bens (C3; ND1; ND6; ND7; N1; SD12)</p> <p>2) Garantia de renda durante a gravidez (S4)</p> <p>3) Garantia de benefícios para as/os filhas/os, como saúde,</p>	<p>1) Necessidade financeira (SD2)</p> <p>2) Melhoria salarial (SD2; SD5)</p>	<p>1) Melhoria salarial e/ou complemento de renda para ter mais estabilidade financeira, reforçar o orçamento de casa, sustentar as/os filhas/os, comprar bens (C2; S1; S2; SD1, SD7)</p> <p>2) Garantia de benefícios para as/os</p>	<p>1) Melhoria salarial e/ou complemento de renda para reforçar o orçamento (SD3)</p> <p>2) Baixos salários (SD4, SD9)</p>

	educação e lazer (ND1)		filhas/os, como saúde, educação e lazer (S1)	
Discriminações e direitos violados	1) Assédio moral (C3; SD12; SD14) 2) Negação de direitos trabalhistas (SD12; SD14) 3) Racismo (ND6) 4) Etarismo (S3)	1) Assédio moral (SD5) 2) Demissão por conta do uso de tranças e dreadlocks no cabelo (Racismo) (ND5)	1) Violência contra jornalistas (SD8) 2) Negação de direitos trabalhistas (ND4)	1) Assédio moral (SD9) 2) Negação de direitos trabalhistas (SD9) 3) Etarismo (SD9)

Fonte: Elaborado pela própria autora.

A seguir, vamos discorrer sobre cada um desses agrupamentos de escolha.

5.2.1.1 Qualidade de vida e saúde

No aspecto da qualidade de vida e saúde, existe uma convergência entre os grupos para fazer escolhas levando em consideração a flexibilidade para atender as demandas pessoais e/ou familiares, indicando uma busca pela tentativa de conciliar o trabalho com a vida privada, tema que abordarei mais detalhadamente no capítulo a seguir. A decisão vem geralmente por um trabalho com menor carga horária ou com possibilidade de desempenhar as atividades de casa, mesmo que, em alguns momentos, isso demande uma redução nos ganhos ou na mudança de formas de contratação - atuar como pessoa jurídica (PJ) e/ou como freelancer, por exemplo. Também pode estar associada à busca por saúde mental e ao afastamento de situações mais adoecedoras. Mesmo pessoas sem a responsabilidade com filhas/os, que, em tese, teriam uma sobrecarga menor de trabalho (incluindo o não remunerado) no dia a dia, consideram esse aspecto importante no momento de tomar decisões. SD4 (homem, 32, jornalista no serviço público), mesmo depois de um concurso público, planeja mudar de profissão - quer se tornar psicólogo - por considerar o ambiente de redação muito estressante e querer “ter uma vida”.

Estou mudando de profissão porque quero ter uma vida, sabe? Quero ver meus filhos crescerem, quero trabalhar menos horas por dia, quero estudar, quero fazer um doutorado, não quero passar oito horas por dia numa redação. E também não quero morrer jovem, quero morrer velho. Redação eu acho muito estressante (SD4, entrevista).

Mulheres com filhas/os - C4 (mulher, 41, gestora), S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo freelancer), S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato), ND2 (mulher, 35, jornalista no serviço público), ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação), SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer), SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação) e SD16 (mulher, 45, jornalista empresária) - optaram por fazer mudanças que permitiram maior flexibilidade e a redução na quantidade de trabalho. Enquanto C4, mesmo sendo chefe, optou por gerenciar uma agência menor para ter uma vida mais tranquila e estar mais próxima das/dos filhas/os no dia a dia, S3, SD14 e SD16 foram atuar como freelancer, em regime de *home office*, para conseguir dar conta também das demandas das/os filha/os crianças. S4, ND2 e SD15 ingressaram em trabalhos que a carga horária facilita o atendimento de outras áreas da vida. ND6 também conseguiu um arranjo que consegue acumular dois trabalhos atuando em

home office e permanecer, dessa forma, mais presente com as/os filhas/os. É importante frisar que, no caso das mulheres, apesar de algumas citarem a importância da flexibilidade para ter mais qualidade de vida, o mais recorrente é que a opção pelo formato tenha surgido como uma necessidade à dinâmica com as crianças e não necessariamente pelo estado de saúde, mesmo que, de acordo com a literatura da área, elas sejam atingidas fortemente por prejuízos para a saúde física e mental (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023).

Entre os homens com filhos, o movimento é diferente. Geralmente a demanda por saúde física e mental surge, eles passam a estar mais em casa e, conseqüentemente, envolvem-se mais com as demandas familiares. SD1 (homem, 42, freelancer), por exemplo, deixou uma boa remuneração e um bom cargo para trabalhar como produtor de conteúdo e fotógrafo freelancer por questões de desgaste e estafa psicológica. Na época da pesquisa, ele estava muito dedicado às demandas da casa e do filho de um ano e cinco meses e com um ritmo de trabalho mais flexível e reduzido. Já SD7 (homem, 54, assessor de imprensa e produtor de conteúdo de uma agência de comunicação), abriu uma agência de conteúdo própria com um sócio, mesmo reduzindo os ganhos, depois de deixar um cargo comissionado que não tinha um bom salário. Ele afirmou ter mais tempo para estar com o filho para deixá-lo na escola, por exemplo, o que não era possível trabalhando em redação e na função de diretor de comunicação da prefeitura. C2 (homem, 44, editor chefe em um pequeno site de notícias) difere dos demais por ter tomado a decisão de trabalhar em um local menor, mais perto de casa, e com a possibilidade de *home office*, depois que se tornou pai de duas crianças por meio de um processo de adoção. “Nesse instante trabalhar em *home office* por conta das crianças, de poder estar com elas aqui em alguns momentos e ter essa flexibilidade de sair e voltar, isso pesa bastante” (C2, entrevista).

A incompatibilidade da maternidade com o trabalho na redação e a presença/ausência de rede de apoio e de afeto também foram dois aspectos que surgiram exclusivamente entre as mulheres que são mães, no momento de tomar decisões de carreira. Sobre a incompatibilidade entre o trabalho na redação e a vivência materna, existem questões de ordem mais objetiva, como a dificuldade de lidar com a carga horária elevada e a falta de acolhimento nos espaços laborais, e também as de ordem mais subjetiva como a forma de vivenciar a maternidade e/ou a profissão e o modo como as mulheres interpretam essas vivências nas suas vidas. Diante do contexto desfavorável de acolhimento a uma mãe de um bebê pequeno, em período de amamentação, em uma redação, aliado à fragilidade das relações de trabalho, S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato) se afastou do jornalismo e foi atuar com venda de produtos naturais, como já descrito anteriormente. No período da entrevista, ela estava trabalhando como

jornalista novamente, mas não em redação. Era na assessoria de comunicação de um sindicato, numa carga horária de 5h/diárias, que possibilitaria uma melhor conciliação entre as demandas de trabalho e do filho. A experiência na redação, com um bebê pequeno, afetou a relação dela com a profissão.

Na época, acho que meu filho estava com dois ou três meses de vida, e eu estava amamentando, e foi muito louco assim, foi uma loucura, fiquei 15 dias, e depois outros 15 dias, com o intervalo, mas eu trabalhava da 1h até às 8h da noite, e chegava em casa muito... não tinha tempo para parar para amamentar, então chegava com seios enormes, estourando, e a criança muito pequena, então eu aceitei aquela experiência, porque também queria ter essa experiência de mercado. Mas aquilo me fez, de certa forma, me afastou um pouco de jornalismo, me assustou um pouco, porque a rotina era muito corrida, um jornal diário, impresso. E aí eu sempre fazia muitas horas a mais, acabava, que não eram só 8 horas, e eu não ganhava mais por isso, porque eu já era terceirizada da terceirizada, não era nem contratada diretamente pelo jornal, eu era contratada pela jornalista, que estava saindo de férias, então, os contratos meio frágeis. Eu não tinha muitas garantias, mas estava ali pela experiência. Aquilo, de certa forma, me afastou bastante do jornalismo. (S4, entrevista).

SD16 (mulher, 45, jornalista empresária freelancer) também desistiu do trabalho em redação e há anos atua como freelancer. Casada com um jornalista que tem “escalas doidas” e fica bastante fora de casa, decidiu que trabalharia por conta própria, em *home office*, para poder acompanhar todas as demandas da criança. No caso de SD16, além da responsabilidade com a criança, existem questões relacionadas ao modo de matinar, que se constitui a partir da forma como a sociedade constrói esse lugar de mãe (Iaconelli, 2023; Badinter, 2011) e/ou de como as próprias mulheres compreendem o significado desse papel, considerando suas próprias memórias e vivências (Souza, 2022). De fato, o discurso do maternalismo (Iaconelli, 2023) está intimamente ligado à divisão sexual do trabalho e impõe às mulheres a função de mães e trabalhadoras não remuneradas, fazendo com que sejam induzidas a acreditar inclusive que a entrada de outros cuidadores pode trazer prejuízos psicológicos para as crianças (Iaconelli, 2023). Souza (2022) também registrou pesquisa que mostra como as mulheres pensavam a maternidade a partir da figura e da memória das próprias mães delas. SD16, ao lembrar-se da mãe que trabalhou muito e foi ausente durante boa parte da sua infância, em virtude da inserção do mercado de trabalho, decidiu que gostaria de não repetir a mesma vivência com o filho.

Por fim, a presença/ausência de rede de apoio e de afeto também foi um aspecto enumerado pelas mães e que tem relação com a qualidade de vida e saúde das jornalistas. É considerado inclusive fator decisivo para que a mãe jornalista se mantenha na carreira, principalmente quando se trata de mulheres com filhas/os pequenos (North, 2016; Leite,

2017). Geralmente os horários de trabalho são incompatíveis com as creches e nem sempre a família está por perto para funcionar como rede de apoio. Além disso, os baixos salários não permitem que todas consigam rede de apoio paga, como creches privadas, que geralmente têm o horário mais estendido, ou funcionárias/os em casa. Em virtude de toda essa dificuldade, SD13 (mulher, 65, chefe de assessoria de comunicação), na época que teve filho, precisou dar uma pausa na carreira. Pediu demissão, foi para a cidade onde o marido morava e ficou desempregada durante um ano. “O horário da creche acabava às 6h, o meu horário, no sindicato, era até 8h, 9h da noite. Com quem essa criança ficaria nesse período? Era um bebê e não dava para levar para trabalhar comigo” (SD13, entrevista). O pai do filho era médico, trabalhava em regime de plantões e não conseguia ficar regularmente com a criança. Ela, portanto, sentiu-se a principal responsável pela criança e voltou ao trabalho quando conseguiu organizar melhor essa rede de apoio.

ND2 (mulher, 35, jornalista no serviço público) e SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação) também fizeram escolhas de carreira, pensando na questão da presença/ausência de rede de apoio e afeto. No caso de ND2, ela estava grávida e conseguiu uma cessão para a cidade natal, onde morava a família dela e para onde o companheiro estava se mudando. Como a situação era temporária e um dia ela teria de voltar para a cidade de origem do concurso, ND2 teve oportunidade de estudar para outro concurso de jornalista na própria cidade natal e passou. Fez a prova com a bebê ainda amamentando. “Eu não sei como seria, porque eu não iria abrir mão, isso já era um ponto que a gente colocava, que eu não abriria mão do meu trabalho para continuar aqui” (ND2, entrevista). Já SD15 renunciou a um concurso municipal, na vaga de jornalista, para criar a filha mais perto da família, mesmo sem perspectiva de outro emprego de imediato na sua cidade natal. “Juntou o fato que eu não gostava muito de [informação suprimida], mas o principal motivo foi esse. Lá eu tinha uma jornada boa, um salário bom. Criar a filha longe da família que eu não quis, não quis fazer” (SD15, entrevista).

Örnebring e Möller (2018), em estudo com jornalistas suecas/os que deixaram a profissão (voluntária e involuntariamente), mostraram situações em que a identidade profissional entrou em conflito com a identidade com o lugar onde nasceram, moram e possuem apoio social (*place identity*), culminando com a perda do emprego: eram profissionais que preferiam morar em regiões menores, limitando as possibilidades de carreira em outros centros maiores, ou jornalistas que deixaram a atuação na área para voltar a morar perto dos familiares, assim como ocorreu com SD15. Dessa forma, o pesquisador e a pesquisadora questionaram se permanecer em um lugar com apoio social é mais importante

para jornalistas do que manter a identidade profissional a qualquer custo, mesmo fazendo mudança de localidade. O corpus mostrou que essa identidade com o lugar foi priorizada em todos os casos. Nesta pesquisa, entre as mães jornalistas brasileiras, isso se repete na situação vivenciada por SD15. C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária), que hoje também pretende ingressar na carreira da docência, tem uma limitação em relação a isso por não querer sair de perto dos filhos e perder a rede forte de apoio que tem.

ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação) e ND7 (mulher, 37, apresentadora e repórter de TV) tiveram um tipo de rede de apoio diferente das outras mulheres do corpus, além de uma trajetória específica, enquanto as/os filhas/os eram crianças. Ambas deixaram as crianças morando com os avós, durante boa parte da infância delas, para focar na inserção no mercado de trabalho e no desenvolvimento da carreira. Na literatura da área, há registros desse tipo de arranjo também entre jornalistas na China (Tsui; Lee, 2012). ND6, mãe solo, preta, engravidou de duas crianças ainda fazendo o curso técnico de rádio e TV. Mesmo enfrentando conflitos com os pais, ligados ao racismo, quando decidiu ser jornalista, ela precisou deixar a filha e o filho (que, na época da pesquisa, eram adolescentes e moravam com ela) vivendo com eles para conseguir dar conta de sair da profissão de professora, estudar jornalismo e voltar à área de comunicação que era o seu grande sonho. Só conseguiu levar a filha e o filho, no começo da pandemia da COVID-19, em 2020, quando estavam mais velhos e já tinham mais autonomia.

ND7, mãe solo, parda, passou por arranjo semelhante ao de ND6, porém sempre contou com o apoio e o incentivo da mãe dela. Mudou de cidade e região e deixou o filho de 12 anos morando com a avó, enquanto seguiu em busca de trabalho e construção de uma carreira. Tornou-se mãe muito jovem, ainda adolescente, antes mesmo de ingressar na faculdade. Depois de um tempo parada, voltou a estudar, cursou jornalismo e conseguiu o trabalho em uma TV de outro estado. Além disso, também ingressou no mestrado em Comunicação. A decisão de ir para longe ocorreu pela oportunidade de ter mais conhecimento sobre a profissão e voltar com um perfil mais competitivo para tentar algo na própria cidade natal. O arranjo, para ND7, reduziu significativamente o convívio com o filho, mas permitiu que ela conseguisse resolver o impasse de manter a relação com ele e também se inserir na carreira:

Eu fui mãe muito nova, então a minha mãe me deu um apoio muito grande. Meio que ela cuidou muito do meu filho, para eu estudar e trabalhar. Era uma exigência que ela tinha. Eu cuido do meu filho, mas você vai trabalhar e estudar. Nada para

brincadeira, entendeu? E isso eu levei muito a sério, durante minha vida toda. Tanto é que eu já conquistei essas conquistas pessoais, porque eu foquei muito nisso (ND7, entrevista).

N1 (mulher, 33, coordenadora e editora de conteúdo) e SD12 (mulher, 36, assessora de comunicação e freelancer), mulheres pardas, seguiram morando com as filhas, mas precisaram trabalhar mais, para receber um salário melhor que pudesse sustentar as respectivas crianças. Tiveram também necessidade de contar com familiares para dar conta do cuidado, enquanto elas estavam ausentes trabalhando. Nos quatro casos citados, por terem vindo de famílias simples e/ou periféricas, as mulheres não tinham capital social e econômico (Djerf-Pierre, 2005; Tsui; Lee, 2012), registrado nos estudos de gênero e jornalismo como algo que pode facilitar a permanência de mulheres jornalistas no mercado de trabalho, contribuindo dessa forma para melhorar a qualidade de vida da trabalhadora. O que fez a diferença foi a participação ativa dos familiares nos cuidados com as crianças. Em apenas um caso, esse cuidado veio também do pai da filha (N1) e, ainda assim, N1 contou com a participação ativa da irmã dela nos primeiros anos de vida da bebê. É um trabalho geralmente protagonizado pelas mulheres da família, principalmente por mães e irmãs.

Nos casos citados de mulheres pretas e pardas, a rede de apoio contribuiu para que elas priorizassem a identidade profissional ao invés da identidade com o lugar (Örnebring; Möller, 2018), permitindo inclusive escolhas mais atípicas, como no caso de ND6 e ND7. Essas decisões diferentes da maioria podem ter ocorrido também pela dificuldade das mulheres negras se inserirem, se manterem e ascenderem na profissão (Moura, 2019; Moura; Costa, 2018; Loubach, 2017; Vieira, 2021), em virtude do “teto de vidro gênero/raça/classe” (Moura; Costa, 2018). Gênero, raça e classe se interseccionam e impactam negativamente as condições profissionais das jornalistas negras em comparação com as jornalistas brancas. Dessa forma, como já existem barreiras na profissão, conseguir uma vaga, mesmo que isso significasse desistir de estar perto das/os filhas/os, do lugar que cresceram e da família, acabou se tornando mais importante para as mulheres naquele momento. Com dificuldades, renúncias (estar longe das/os filhas/os) e contando com a participação ativa de familiares, as mulheres pretas e pardas com filha/os (N1, ND6 ND7 e SD12), que fazem parte do corpus desta pesquisa, conseguiram se inserir e estão se mantendo na profissão, algumas até chegando a cargos de chefia (N1 e ND6).

5.2.1.2 Oportunidades/limitações do mercado de trabalho

No eixo das oportunidades/limitações do mercado de trabalho jornalístico, as escolhas de carreira dos grupos levam em consideração dois principais aspectos: as demissões individuais e/ou coletivas e a busca e/ou aprovação em concurso público. Inclusive, os contextos de demissões na profissão, especialmente os “passaralhos”³², que apontam para uma instabilidade na carreira, e de dificuldade para conseguir vagas disponíveis no mercado são fatores que contribuem para a decisão das/os jornalistas de buscarem um cargo público, por meio de concurso, garantindo, dessa forma, a estabilidade na posição ocupada. O corpus não indica uma prevalência de demissões, a depender do gênero ou da presença ou não de filhas/os, pois em todos os grupos há respondentes que passaram por essa situação (mulheres com filhas/os: N4 (mulher, 45, diretora de conteúdo), SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer); mulheres sem filhas/os: ND5 (mulher, 25, produtora de narrativas); SD5 (mulher, 29, jornalista e produtora de conteúdo freelancer); homens com filhas/os: S1 (homem, 40, assessor de imprensa), SD8 (homem, 39, assessor de imprensa); homens sem filhas/os: SD9 (homem, 52, editor de um site de notícias).

Das sete pessoas que passaram por demissão, três vivenciaram processos coletivos: N4, SD5 e SD8. N4 trabalhava em um jornal que foi à falência. SD5 estava em um site que entrou em crise financeira e demitiu muitos profissionais. SD8, em 2011, fundou o próprio jornal, voltado para jornalismo investigativo. Conseguiu um financiador independente, que ajudava com os custos de impressão e folha de pagamento, já que a venda não era suficiente para bancar todas as despesas. Com a crise econômica de 2014³³, o financiador suspendeu os recursos, e SD8 precisou fechar o jornal e demitir as dez pessoas que trabalhavam na equipe na época. Desse total, a metade era jornalista. S1 não passou por uma demissão coletiva de um veículo de comunicação, mas perdeu o emprego depois que o deputado com quem ele trabalhava, em 2018, não se reelegeu. Ele relata dificuldades de se inserir profissionalmente após esse episódio, por limitações do mercado, e decidiu trabalhar como motorista de aplicativo por cerca de um ano.

Na verdade eu estou agora trabalhando, mas tive esse período de um ano que eu não trabalhei na área, então fiquei fazendo Uber, mas o que motivou isso foi realmente não ter oportunidade de trabalho na época, e para o que eu precisava, para a renda que eu precisava, incrivelmente o transporte por aplicativo, ser motorista de aplicativo, acabava me dando uma renda melhor do que as oportunidades que estavam pintando, então isso influenciou demais na vida pessoal, porque eu acabei ficando desatualizado, cansado para caramba, trabalhando em jornadas de 14, 16

³² Jargão utilizado no jornalismo para se referir às demissões em massa que ocorrem nas empresas de mídia.

³³ O Brasil entrou em uma recessão no segundo trimestre de 2014. Entre 2014 e 2016, o PIB per capita caiu aproximadamente 6%. Essa crise, que também foi agravada por questões políticas, provocou a falência de muitas empresas e o aumento das taxas de desemprego e da informalidade (Mattei; Cunha, 2020).

horas por dia, com problemas na família, com meu filho, em casa, já no meu segundo relacionamento, problemas econômicos, principalmente de saúde, entrei, tive depressão, tive crise de pânico, então foi bem problemático nesse período. (SD1, entrevista).

Esse contexto de demissões pode motivar outras escolhas, como a decisão por buscar um concurso público ou maior capacitação. Também leva à construção de carreiras mais vulneráveis, principalmente quando as demissões ocorrem de forma coletiva (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020). De acordo com Pithan, Vaclavik e Oltramari (2020), que desenvolveram um estudo com jornalistas que passaram por processos de demissão coletiva, a manutenção da carreira na profissão aparece como algo distante nas vivências de pessoas demitidas. As pesquisadoras identificaram contradições que marcam os discursos das/os jornalistas, indicando em alguns momentos desesperança e em outros algum apreço pela profissão. Entretanto, no geral, as/os jornalistas mostraram-se pessimistas por considerarem que as mutações da profissão, do mercado e da indústria seguem ocorrendo. Esse cenário de indefinição dos rumos do jornalismo, enquanto profissão, aumenta a angústia, o sofrimento e a sensação de vulnerabilidade (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020).

Em todos os grupos entrevistados, há respondentes que buscaram concurso público (C3 - mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária; ND2 - mulher, 35, jornalista no serviço público; S2 - homem, 61, analista de comunicação; ND3 – homem, 27, assessor de comunicação no serviço público; SD4 – homem, 32, jornalista no serviço público) como uma forma de encontrar melhores oportunidades de trabalho e de lidar com a instabilidade do mercado jornalístico. O corpus não indica que o acesso a concurso público tem alguma prevalência de gênero ou da presença ou não de filhas/os. Também não há diferenças significativas entre os entrevistados no que diz respeito às razões que fizeram as pessoas escolherem um concurso público. Entre as/os entrevistadas/os, esse tipo de vínculo não aparece como meta inicial na vida profissional. A possibilidade vai ganhando corpo, à medida que as/os jornalistas identificam as situações de precarização e incertezas da profissão. ND3, por exemplo, diante das dificuldades de emprego na área privada e da influência da família que tem servidores públicos, decidiu tentar ingressar no serviço público. “Na época que eu me formei, não havia possibilidade de emprego na iniciativa privada, o que fez eu começar a estudar para concursos” (ND3, entrevista).

Para o entrevistado, tal decisão justifica-se pela estabilidade, a carga horária reduzida, as folgas nos fins de semana e os benefícios; além do tempo e da qualidade de vida para se dedicar à família, ao lazer e a outras atividades do dia a dia. Apesar de não haver prevalência

entre os grupos para escolher pelo concurso público, esses benefícios que contribuem para uma melhor conciliação da vida pessoa com a vida laboral, aliado à chance de chegar ao topo na hierarquia do local de trabalho (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2020), pode levar as mulheres que são mães a almejarem um cargo público, de acordo com alguns relatos. Na próxima seção, discuto com mais detalhes esse percurso das jornalistas que vivenciam a maternidade em busca de trabalhos fora da mídia, como concurso público.

Outro aspecto que aparece no grupo das jornalistas-mães são as escolhas que elas fazem considerando a possibilidade de se capacitar por meio do estudo e ter mais formação acadêmica, como especialização, mestrado e doutorado. Para as profissionais, essa qualificação pode proporcionar uma transição de carreira para a docência (C3 - mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária), torná-las mais capacitadas intelectualmente (ND7 - mulher, 37, apresentadora e repórter de TV; S3 - mulher, 52, produtora de conteúdo; ND2 - mulher, 35, jornalista no serviço público) e indicar outras possibilidades no jornalismo, diante de um cenário difícil do mercado de trabalho (SD14 - mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer; ND6 - mulher, 34, editora e assessora de comunicação). Esse contexto aponta para a situação geral da profissão que indica uma presença mais forte das mulheres na academia (Kikuti; Rocha, 2020) que pode ser motivada, entre outras questões, por uma autorresponsabilização pelos desdobramentos das mudanças no mercado jornalístico que leva a uma busca pela superqualificação (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020).

Por fim, outro aspecto que difere em relação ao gênero e à parentalidade, no momento das/os jornalistas fazerem escolhas, é a possibilidade de desempenhar as funções desejadas dentro do jornalismo (ND1 - mulher, 39, repórter; ND5 - mulher, 25, produtora de narrativas; SD2 - mulher, 25, produtora de conteúdo freelancer). Esse aspecto não apareceu na fala dos informantes homens. Pode ser por uma questão de ausência da própria amostra ou existe a possibilidade de ser uma manifestação da dificuldade delas de se inserirem na profissão na função que desejam. É possível que, para os homens, estar nos espaços que eles querem seja algo mais naturalizado, por isso a ausência no discurso. Já, para as mulheres, o fato de chegar à função que gostariam de exercer, mesmo que não necessariamente seja uma função de chefia, pode ser algo a ser ressaltado, em virtude das dificuldades enfrentadas por elas na inserção e na manutenção na profissão.

5.2.1.3 Retorno financeiro

No eixo temático do retorno financeiro, estão as motivações e os contextos que levaram as/os jornalistas a fazerem escolhas de carreira considerando aspectos como melhoria salarial, baixos salários, necessidade financeira e busca por mais benefícios para as/os filhas/os que dependam de investimentos financeiros, como educação, saúde e lazer. Entre as/os entrevistadas/os, os baixos salários no jornalismo aparecem como um fator significativo no momento de tomar decisões, sem prevalência de gênero ou parentalidade, apontando para uma problemática geral da profissão. A diferença ocorre entre mulheres e homens que têm filhas/os. Esses dois grupos inserem as crianças como uma variável importante ao fazerem escolhas que levam em consideração à dimensão financeira, como no caso de ND1 (mulher, 39, repórter) e S1 (homem, 40, assessor de imprensa), que optaram mudar não só por um salário melhor, mas para garantir também benefícios melhores em educação e saúde.

ND1, mesmo quando ainda não tinha nenhuma das crianças, saiu de uma redação de jornal menor para um maior, onde estava atuando como repórter até o momento da entrevista, por ter direito a uma bolsa durante toda a vida escolar dos dois filhos. “Fui para a entrevista com a [informação suprimida] e eu me lembro que ela falou todas as coisas do cargo e falou: ‘olha, aqui a gente dá bolsa escolar para os filhos até o final da vida escolar. Esse é o único benefício que nós temos’. E aí lá eu fiquei” (ND1, entrevista). Já S1, em um determinado momento da carreira, recebeu uma proposta de um veículo grande para atuar como correspondente em um município de fronteira com outro país. Quase ao mesmo tempo, descobriu que seria pai. Mesmo indo para longe, ele considerou que aceitar o emprego poderia facilitar as suas questões pessoais por proporcionar um salário melhor e um plano de saúde melhor. “As condições que eu tinha no jornal [Informação Suprimida] não eram muito favoráveis à questão de ter um filho. Tipo, meu salário era baixo, o plano de saúde era bem ruim” (S1, entrevista).

De uma maneira geral, as/os jornalistas optam por ganhar melhor, mesmo que isso sacrifique tempo com as/os filhos. Isso ocorre com homens e mulheres. A diferença é que existe uma responsabilização prioritária da mulher em relação às/aos filhas/os, em virtude da divisão sexual do trabalho já discutida no capítulo teórico. E essa responsabilidade não atinge só o aspecto do cuidado, mas também do sustento. Na maioria dos relatos, em algum momento da trajetória profissional, as jornalistas se sentiram impelidas a tomarem decisões por se situarem como as responsáveis principais pelas/os filhas/os (Kim, 2006; Rocha, 2007; Tsui; Lee, 2012; Silva, N.; Gonçalves, 2018). A falta de senso coletivo na criação das crianças potencializa a responsabilidade exclusiva da mulher com o trabalho de cuidado e uma negociação conflitante entre os estatutos de mãe e jornalista. Lobo *et al.* (2015) registrou um

autoconstrangimento das mulheres em relação à própria carreira, considerando que a trajetória profissional não seria compatível com uma presença mais efetiva na vida das/os as/os filhas/os. Dessa forma, elas abrem mão ou modificam suas rotinas de trabalho para se dedicarem às crianças, mesmo que ninguém exija isso delas (Tsui; Lee, 2012), experimentando o sentimento de autocobrança no desempenho do papel social de mãe que não é percebido nas entrevistas com os homens.

Como já citado, até as escolhas que aparentemente podem não ter relação com o fato de ter filhas/os, costumam, em algum momento, estarem ligadas a isso. N1 (mulher, 33, coordenadora e editora de conteúdo), quando voltou da licença-maternidade, aceitou um cargo de chefia, com aumento de salário e de carga horária. O que aparentemente poderia não ter relação com a filha, já que na literatura da área geralmente jornalistas nessa fase reduzem a carga horária (Tsui; Lee, 2012; North, 2016) para ter tempo de se dedicar ao bebê, foi uma motivação para que ela aceitasse o trabalho. “Eu já tinha uma outra responsabilidade, que era uma filha. Tinha uma casa para pagar e uma filha, que enfim, que eu precisaria trabalhar para poder sustentar essa criança” (N1, entrevista). Mesmo assim, ela precisou organizar a rede de apoio necessária para poder continuar trabalhando, com a irmã dela (tia da criança), além de ter passado por momentos mais difíceis de ver a filha deixando de mamar ainda bebê pela modificação da rotina. Além disso, N1 até o momento da entrevista, com a filha já com oito anos, reflete que não esteve presente em muitos momentos da vida dela e ainda gostaria de mudar isso.

Mesmo nos casos de ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação) e ND7 (mulher, 37, apresentadora e repórter de TV), situações mais atípicas de mulheres que priorizaram a carreira em um determinado momento da vida em detrimento a uma participação mais ativa na vida das/os filhas/os, como discutido acima, havia uma responsabilização com o sustento das crianças. Inclusive, ND6 tinha a intenção de trabalhar mais, para ganhar melhor e finalmente conseguir bancar financeiramente as/os filhas/os morando com ela, como fez logo no início da pandemia da COVID-19, em 2020. Além disso, ela era mãe solo e não conseguia contar com o pai das crianças para auxiliar “em qualquer coisa”. ND1 (mulher, 39, repórter) também sente necessidade de ganhar melhor para dar uma vida mais estável para os dois filhos, tendo a certeza que conseguirá pagar escola e plano de saúde para eles. Porém, nem sempre consegue aumentar os ganhos por considerar a própria saúde e também a necessidade das crianças de tê-la mais presente no período de separação dela e do ex-marido.

Depois dessa cansaça de pandemia e tal, eu tentei este ano pegar dois frilas lá no jornal que me chamaram e tal. Um dos frilas era 35 mil reais, que eu ia trabalhar igual uma condenada, mas... Aí meus olhos tuf-tuf-tuf. Só que aí esse processo de me olhar mais, de me priorizar me disse: “olha, pera aí que você já está fazendo para c***** aqui”. Entendeu? Não dá pra fazer mais não porque você vai ter mais grana, mas você vai pirar e essa grana não vai ser para pagar uma pessoa para te ajudar. Então eu dei dois não mesmo, doloridos, porque quando a gente diz não a gente ainda tem o medo de não ser chamada novamente né, porque, se eles estão te dando uma chance de trabalhar, você tem que aproveitar, mas eu dei dois não muito bem dados. É porque os meninos precisam de mim nesse momento da separação. Então, por mais que eu pudesse fazer, você entra na nóia, eu não consigo, eu vou morrer. Não, eu não vou morrer, eu dou conta, mas os meninos precisam que eu dê conta deles também. (ND1, entrevista).

Entre os homens entrevistados, existem aqueles que fizeram mudanças que reduziram os ganhos e acabaram ficando mais participativos na vida das/os filhas/os. Porém, como já citado, a situação geralmente ocorre por outros motivos, após situações de muito estresse, sobrecarga de trabalho e/ou de impacto na própria saúde mental, por exemplo. No caso de S1 (homem, 40, assessor de imprensa), depois de dois anos trabalhando em outra cidade, ele decidiu voltar para o lugar onde o filho morava, mesmo para um emprego com menor remuneração, porque não suportava mais a situação de estar num lugar mais isolado e distante da família. SD1 (homem, 42, produtor de conteúdo e fotógrafo freelancer) e SD7 (homem, 54, assessor de imprensa e produtor de conteúdo), na época da entrevista, estavam com os ganhos mais reduzidos e se dedicavam mais à rotina da casa e do filho. S2 (homem, 61, analista de comunicação) e SD6 (homem, 56, jornalista de redação e professor universitário), ambos mais maduros e com carreiras mais consolidadas, assumiram a priorização do trabalho durante toda a carreira em detrimento da presença com a família. “Muitas vezes tive que botar o jornalismo à frente de eventos sociais ou de participação de coisas com a minha família” (SD6, entrevista). S2 compreende a priorização do trabalho em detrimento de outras questões pessoais ou familiares como padrão de vida da sociedade atual.

Já tive empregos (p. ex., na Universidade [Informação Suprimida]) muito exaurientes e que atrapalhavam o convívio familiar, mas não foi razão suficiente para abandoná-los. É claro que ter a obrigação de trabalhar e ter um emprego, em si, já significa dar a melhor parte do tempo a uma atividade que não é “ficar com a família” – infelizmente, é o padrão da vida na sociedade atual. (S2, entrevista).

Entre os homens entrevistados, percebeu-se uma diferença geracional em relação à responsabilização financeira e de cuidado com as crianças. Os mais velhos assumiram muitos empregos ao longo da vida e focaram na questão do sustento. Os mais novos parecem estar mais conscientes do papel do cuidado e das desigualdades de gênero. Mesmo que haja uma

mudança entre alguns, é perceptível que as mulheres dedicam mais tempo de vida e, muitas vezes sozinhas, para criar e sustentar as/os filhas/os. Nenhum dos homens entrevistados, por exemplo, cuida dos filhos de forma exclusiva, sem a parceria da mãe das crianças. No caso das mulheres, o cuidado e o sustento exclusivos ocorrem, no geral, entre aquelas que se tornaram mães ainda solteiras e as que se divorciaram em algum momento da vida. Apenas uma das mulheres que não vivia com um companheiro, por ser divorciada, relatou ter guarda compartilhada (C4 - mulher, 41, gestora). ND1 (mulher, 39, repórter) também citou a dinâmica de guarda compartilhada, mas que ainda estava sendo ajustada em virtude do pouco tempo de separação - na época da entrevista fazia cerca de três meses - e pelo fato do ex-companheiro estar vivendo na casa dos pais dele.

5.2.1.4 Direitos violados

No aspecto dos direitos violados, em todos os grupos existem pessoas que fizeram escolhas considerando os problemas relacionados à negação de direitos trabalhistas e/ou assédio moral. Tanto mulheres como homens, com e sem filhas/os, chegaram a relatar situações em que tomaram decisões relacionadas a esses aspectos. Isso pode indicar uma tendência no modo de exercer a profissão no Brasil e em muitas partes do mundo, que está marcada, como já dito, pela precarização (Lelo, 2019; Nicoletti, 2019), e pelos vínculos frágeis e por um considerável grau de incerteza (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020; Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021), deixando as/os profissionais mais sujeitas/os a passar por situações de violação de direitos.

SD9 (homem, 52, editor de um site de notícias), em um momento da vida profissional, por causa de diversas situações de assédio moral, deixou o emprego em uma revista de aviação e foi trabalhar como freelancer para diferentes lugares. Ele preferiu, mesmo que a posição como freelancer trouxesse incertezas em relação ao salário e às condições de trabalho. “Não adianta querer dizer que gosta do seu trabalho e refazer tudo que você faz e, quando eu fazia, ele [chefe] ficava do lado fiscalizando, nível assédio, talvez ele nem percebesse que fizesse como assédio, mas não deu” (SD9, entrevista). SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer) passou por uma situação em uma empresa de mídia na qual dez pessoas se demitiram de uma vez, por causa do contexto de assédio moral. Ela foi promovida, conseguiu um cargo melhor, mas a promoção fez muito mal à saúde física e mental dela. “Eu tinha infecção urinária porque eu não saía da mesa, eu não comia, às vezes eu comia na frente do

computador, às vezes eu pulava, eu almoçava às três da tarde, era muito comum. Era horrível” (SD14, entrevista).

Algumas escolhas apareceram mais em determinados grupos do que em outros. O racismo foi relatado por duas mulheres pretas - ND5 (mulher, 25, produtora de narrativas) e ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação). Um caso de ameaça violenta ocorreu com um homem que é pai (SD8 - homem, 39, assessor de imprensa). Não houve quem citasse assédio sexual. Não é possível saber se a ausência de casos é por uma questão da limitação da amostra, já que há registros de mulheres no jornalismo que sofrem assédio sexual, ou das próprias jornalistas não se sentirem à vontade de relatarem situações muito difíceis que passaram na profissão. Nicoletti, Kikuti e Mick (2023), ao analisar dados do Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021, identificaram que as mulheres jornalistas estão expostas a riscos, como violência no ambiente laboral (assédio moral, sexual e verbal, coação, vigilância e autocensura) e violência externa ligada ao trabalho (ataques on-line, ataques a familiares, agressão física). Em relação ao assédio sexual, que não apareceu na amostra desta pesquisa, a pesquisa nacional apontou que 17,40% das mulheres disseram já ter sofrido, enquanto somente 2,80% dos homens declararam que já passaram por essa situação (Lima *et al.*, 2022).

Já no caso de violações contra jornalistas em decorrência do trabalho, os autores revelam que os homens têm um índice ligeiramente maior na parte de agressões físicas no trabalho ou em decorrência dele (2,70% homens e 2,50% mulheres). O índice é maior para eles no quesito ataques ou ameaças virtuais (36,30% homens e 23,60% mulheres). Nesta pesquisa, o único caso relatado de violência em decorrência do trabalho ocorreu com um homem com filhas/os. SD8 decidiu sair do que ele chama de “linha de frente do jornalismo”, que era a atuação como repórter investigativo, e migrar para o universo de agência e assessoria de imprensa, em virtude uma situação de violência. Ele trabalhava como jornalista independente, cobrindo a administração pública de uma determinada região do país. No fim de semana que a ameaça ocorreu, estava viajando com a família, fora da cidade onde moram. Alguém foi até a casa do parceiro dele de trabalho e disparou cinco tiros, acertando o carro e a janela da casa. Depois do ataque, a mesma pessoa seguiu até a residência de SD8 e realizou os mesmos disparos. Ele ficou bastante impactado com o ocorrido e percebeu que não tinha como garantir a segurança da família. “Na época meus filhos tinham 9 e 7 anos. Depois de conversar com minha esposa, eu me convenci a abandonar o jornalismo e buscar um trabalho mais seguro ainda no ramo da comunicação” (SD8, entrevista).

Em relação aos casos de racismo citados, cada um se deu em contextos diferentes. No caso de ND5, ela foi contratada para o setor de comunicação de uma escola religiosa e

demitida pouco tempo depois por colocar longos dreadlock azuis nos cabelos. ND5 contou que a empresa não comunicou nada sobre o cabelo na hora da demissão, mas alguns colegas do setor informaram a ela que esse tinha sido o motivo do desligamento. Ela foi demitida uma semana após aplicar os dreads. “Foi difícil manejar os sentimentos que essa experiência profissional me causou, porque eu ficava sempre esbarrando nos sentimentos de necessidade de adequação, de imagem, do que as pessoas esperavam” (ND5, entrevista). ND6 não passou por nenhuma situação específica relacionada ao trabalho, mas sofreu com questões relacionadas ao racismo e à representação de pessoas negras na profissão. Os pais, na época, indicaram que ela mudasse de carreira por considerarem que na área da comunicação não havia espaço para pessoas negras. E, de fato, ela decidiu migrar para a carreira docente, mas depois voltou para o jornalismo, mesmo contra a vontade dos pais.

Quando eu tive filhos, eu fui mãe solteira, eu sou mãe solteira, os meus pais me influenciaram muito para que eu deixasse de acreditar em sonhos, no caso, a área de comunicação, que eu fosse pegar uma profissão que fosse mais palpável para a minha situação, para a minha realidade, entendeu? Porque os meus pais não viam pessoas negras como jornalistas, ou como publicitários, ou como radialistas. Então, para eles, eu estava meio que estudando para uma coisa que não ia me dar retorno financeiro. Eu não vou julgar, hoje eu entendo, porque já julguei muito, naquela época eu não entendia, mas hoje eu entendo. Na verdade, eles estavam tentando me proteger, eles tinham medo, sabe, da rejeição, porque o racismo é uma questão que permeou a vida deles, a vida inteira, e a forma deles tentarem proteger os filhos foi tentar orientar para que fosse, sei lá, vislumbrar e tentar ter uma profissão que fosse mais adequada àquela realidade que só pretos poderiam alcançar. Então, para eles, a área de comunicação era aquela coisa assim utópica, não vai, tenha a responsabilidade com a sua filha, vá ser professora, porque toda esquina tem uma escola e você teve uma professora preta então é super possível. (ND6, entrevista).

Foi quando meus pais descobriram que eu já estava no jornalismo, não gostaram, fui expulsa de casa, né? Meus filhos ficaram lá. Nossa, você é muito irresponsável, enfim. E assim, foi bem complicado nessa época. Foi quando eu vim morar sozinha. Eu não tinha condições de trazer crianças. Naquela época já estava com seus cinco, quatro, três, cinco anos. Uma coisa assim. Não tinha condições de trazer e a rotina que eu tinha, eu nunca tive o pai dessas crianças para me auxiliar em qualquer coisa, então foi bem complicado nessa época. (ND6, entrevista).

Essas dificuldades observadas socialmente pelos pais de SD6 são corroboradas por estudos sobre a atuação de jornalistas negras. Ao analisar pesquisas sobre a situação da mulher negra no jornalismo brasileiro, Moura (2019) mostra que o processo de exclusão das jornalistas negras ocorre desde o início da prática profissional. Para além da exclusão do corpo, Moura, com base em outros estudos, aponta as dificuldades de manutenção das mulheres negras na profissão ao demonstrar que são elas que estão em situação de menor renda, menor visibilidade, menor participação em cargos de chefia, além de estarem entre as que mais sofrem discriminação e assédio. As desigualdades que recaem sobre as jornalistas

negras podem ser percebidas também, conforme Moura (2019), na exclusão entre as profissionais de telejornalismo, por exemplo. Para a pesquisadora, todo esse cenário desigual reforça a afirmação de que a mulher negra brasileira enfrenta, no mundo do trabalho, o triplo teto de vidro.

Um último aspecto que não chegou a influenciar uma escolha de carreira entre as/os entrevistada/os, porém amplia as dificuldades no mercado de trabalho e pode fazer com que as/os profissionais busquem rumos diferentes é o etarismo. Essa questão tem a chance de incidir principalmente na carreira das mulheres, que já enfrentam pausas em virtude da escolha pela maternidade e correm o risco de ficar fora do mercado por um tempo. Enquanto estão na idade reprodutiva, as mulheres têm dificuldade de permanência, quando chegam à meia idade, defrontam-se com o etarismo (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023). Importante ressaltar que o etarismo também tem raízes nos processos de precarização e juvenilização da profissão, desencadeados por razões de ordem econômica, como a mão de obra mais barata entre os jovens (Kikuti, 2023). S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo freelancer) passou a trabalhar em casa, como freelancer, porque queria ser dona da própria empresa e estar mais próxima dos filhos. Ela sente dificuldades de conseguir novas possibilidades no mercado jornalístico, em virtude da idade. S3 já chegou a diminuir a idade em dez anos para poder ser chamada numa entrevista.

Eu peguei esse processo de transformação do jornalismo, então, foi um... Foi tranquilo, assim, pra mim, mas hoje eu vejo que eu podia ter feito muita coisa, lá atrás, que eu não fiz pela questão profissional e eles [os filhos] já cresceram, entendeu? E hoje eles só te cobram, eu quero comprar tal coisa, preciso fazer isso, preciso fazer aquilo, principalmente o de 15, eu digo, tu não é mais criança, e ele eu sou sim, claro que sou, sou o mais novo. Mas não, não tem nada de criança, vai fazer as coisas, então, eu acho que eu podia, e aí eu me vejo atrasada, sabe, minha vontade até, eu tô pensando seriamente em sair do jornalismo, optar por uma outra profissão, que eu possa... (S3, entrevista).

Vai ser complicado, as pessoas com mais de 50, ou o mercado abraça essa diversidade mesmo, incluindo essa faixa etária, enfim, esse novo... esse novo profissional, ou não sei o que vai acontecer, sinceramente, assim, com esses jornalistas mais velhos. Eu vejo alguns colegas nesse mesmo momento que eu, assim, e com essa mesma dificuldade, ou tu muda de ar, ou tu vai para uma... para a universidade, né, eu quero fazer... (S3, entrevista).

Apesar da discussão sobre as escolhas das/os jornalistas apontar para uma convergência de situações semelhantes entre mulheres e homens, com e sem filhas/os, indicando problemas estruturais na profissão, em todos os aspectos ficou evidente o quanto o gênero e a parentalidade podem influenciar o modo de tomar decisões, a depender do aspecto

analisado. As mulheres com filhas/os deixaram mais evidente a dificuldade de lidar com os problemas objetivos da profissão, como a falta de vagas compatíveis com suas rotinas e a questão salarial, e com as questões mais subjetivas que atingem mulheres que desempenham os papéis de mãe e profissional numa sociedade patriarcal. Todas essas diferenças que incidem na carreira das mulheres que exercem a maternidade podem contribuir para provocar movimentos diversos de carreira ao longo da trajetória profissional. A seguir, analiso a mobilidade das profissionais mães no jornalismo, indicando em que medida a chegada das/os filhas/os provoca mudanças e possibilidades.

5.3 OS MOVIMENTOS NA CARREIRA DAS JORNALISTAS-MÃES

A partir das decisões que vão tomando ao longo da carreira, jornalistas vão se mantendo em seus postos ou se movimentando em busca de outros vínculos profissionais que podem ou não estar relacionados com o jornalismo. Na análise do corpus, se utilizarmos como base a classificação do Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021 (Lima *et al.*, 2022)³⁴, é possível identificar profissionais que permaneceram dentro da mídia (seja no mesmo veículo de comunicação, na mesma ou em outra função), que decidiram ir para funções fora da mídia (assessoria de imprensa, marketing, comunicação institucional) e que foram para a docência. Tanto mulheres como homens, no geral, movimentam-se com uma frequência bastante acentuada durante a trajetória profissional no interior desses espaços ou mesmo entre eles - há quem atue inclusive em diferentes áreas ao mesmo tempo. O mais comum é que as/os profissionais tenham mais de cinco vínculos ao longo da carreira, geralmente em lugares e funções diferentes. Possivelmente por ser uma carreira, além de precarizada (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023), com uma progressão marcada pela mudança de emprego (Pereira, F., 2020a).

Em relação à presença de filhas/os, não há uma relação entre a maternidade/paternidade e um aumento no número de vínculos ao longo da trajetória. Existem homens e mulheres que tiveram filhas/os e somam poucos vínculos profissionais, enquanto outras/os possuem crianças e tiveram muitos vínculos profissionais. Entretanto, o corpus mostrou que há uma inclinação das mulheres que são mães de se movimentarem em busca de um tipo de vínculo com as seguintes características: que seja flexível com o cumprimento das demandas, estável e com melhores salários. Nesse aspecto, o concurso público é o que melhor se encaixa nas escolhas das mulheres, mesmo que isso represente uma saída da mídia e a

³⁴ Dentro da mídia, fora da mídia e docência.

renúncia ao exercício de uma função desejada no jornalismo, como ser repórter. Isso porque, além de possibilitar uma melhoria salarial e o cumprimento de direitos trabalhistas, o vínculo é estável e a carga horária geralmente é cumprida. O corpus também indicou, entre algumas mães jornalistas, uma movimentação para a carreira acadêmica: atuação na docência/pesquisa. Uma delas (C3 - (mulher, 35, jornalista e professora universitária), no momento da entrevista, era professora universitária e conciliava esse vínculo com a atuação como jornalista em um órgão público. Outras chegaram a entrar no mestrado (ND6 - mulher, 34, editora/assessora de comunicação; ND7 - mulher, 37, apresentadora e repórter de TV, SD14 - mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer) ou têm desejo de ingressar em breve (S3 - mulher, 52, produtora de conteúdo freelancer).

O trabalho em redação e a atuação como freelancer apresentaram-se como as opções mais complexas para quem tem filhas/os, pela exigência, sobrecarga de trabalho e instabilidade dos vínculos e da situação econômico/financeira dos veículos de mídia, apesar da profissional freelancer ter mais flexibilidade para atender demandas de crianças pequenas. A função predominante entre todas as entrevistadas, ao longo da trajetória, foi a de repórter, principalmente dentro da mídia. Apenas uma delas, SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação), não passou em momento algum da carreira pela redação de veículo de comunicação privado (jornal, TV, rádio ou portal), mas atuou em uma redação de TV em um órgão público. Essa predominância pode indicar que a função de repórter ainda é uma das atividades que compõem o núcleo central da profissão de jornalista no Brasil (HUGHES, 1997). De acordo com o Perfil (Lima *et al.*, 2022), a maioria das/os jornalistas - 57,7% - trabalham na mídia. Desse grupo, a maioria está concentrada em duas funções: 60,5% de todo esse grupo atua ou como repórter (37,1%) ou como editor/a (23,4%).

A observação do corpus permitiu estabelecer, indutivamente, alguns movimentos predominantes entre as jornalistas que exercem a maternidade (Quadro 8). Existe a permanência na redação, com mobilidade ou não para cargos de chefia; a saída para atuação fora da mídia - concurso público ou cargos no serviço público, assessorias de comunicação e/ou chefias; a saída para a atuação como freelancer; a saída para a docência; e os movimentos híbridos e atípicos, com mulheres que estão em diferentes espaços ao mesmo tempo, como redação e serviço público, ou com mulheres que fizeram movimentos diferentes da maioria. No meio desses movimentos, as mães lidam também com as pausas obrigatórias da carreira em função da chegada das/os filhas/os, configurando um aspecto específico de suas trajetórias profissionais que não está presente nos demais grupos do *corpus* desta

pesquisa, e com a possibilidade de deixar o jornalismo. A seguir, discuto cada um desses movimentos identificados e a relação ou não com a maternidade.

Quadro 8 – Percursos de carreira das jornalistas

Padrões de movimentos	Respondentes
Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Repórter → Chefia	Repórter: ND1 Chefias: ND6, N1, N4
Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Fora da mídia (concurso público, atuação em órgãos públicos, assessorias de comunicação e chefias)	Concurso público: ND2, C3 Órgãos públicos (comissionados)/assessorias de comunicação: ND6, ND7, S4, SD12, SD13, SD15 Chefias: C4
Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Fora da mídia → Docência	C3
Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Freelancer	S3, SD14, SD16
Movimentos híbridos	C3, ND6, S4, SD12
Movimentos atípicos	SD13, SD15
Pausas e interrupções	Todas interromperam o trabalho, após o nascimento das crianças, em virtude da licença-maternidade, e algumas pelo tempo mais longo do que o previsto em lei

Fonte: Elaborado pela própria autora.

5.3.1 Permanência na redação - repórteres e chefias de médio e alto escalão

Entre as entrevistadas que permanecem em redação, estão ND1 (mulher, 39, repórter), ND6 (mulher, 34, editora e assessora de comunicação), N1 (mulher, 33, coordenadora e editora de conteúdo) e N4 (mulher, 45, diretora de conteúdo). A experiência delas mostra três funções possíveis nesse ambiente: repórter (ND2), chefia média (N1) e chefia de alto escalão (ND6 e N4). Chegar à redação geralmente era um desejo que envolvia as habilidades e vocações com a escrita ou com um tema específico (como no caso de N4 que queria atuar com esportes) e a vontade de trabalhar na profissão e se desenvolver enquanto jornalista. Nenhuma das entrevistadas chegou a se tornar repórter por algo relacionado ao fato de ter ou não filha/os. O que chegou mais próximo de influenciar a ida de uma jornalista para uma redação foi a situação que ND1 passou, abordada em tópicos acima, de escolher ir trabalhar

num determinado grupo de comunicação por ter direito à bolsa durante toda a vida escolar dos dois filhos.

Se por um lado a mudança de redação foi acompanhada de benefícios para os filhos, por outro, depois que eles nasceram, ela precisou enfrentar desafios constantes para se manter na função. O principal, para ND1, é a adaptação dos horários. Para conseguir trabalhar, ela precisa organizar os horários que os filhos estão na escola ou com alguém da família que possa ficar com as crianças. Quando trabalha *home office*, ainda acontece de acumular as funções de mãe e trabalhadora, ao mesmo tempo, pois as crianças muitas vezes estão com ela.

Com eu entrava às 7h e a aula deles só começava às 7h30, eu contratei um serviço extra da escola para poder deixar os dois às 6h30 para eu poder sair e chegar a tempo no jornal às 7h. E o [filho mais novo] era muito pequenininho e eu lembro que ele chorava muito, muito, muito. E eu além de contratar o serviço extra eu dava várias coisas para as meninas que ficavam com eles porque eu não sabia muito como agradecer, sabe assim, eu dava chocolate, dava não sei o que. Só que isso durou pouco tempo porque a pandemia começou em março e aí voltou tudo para casa. Hoje, assim, a principal complicação é essa do horário. Os plantões hoje são *home office*. Como nos plantões eu fico na edição, eu não fico como repórter, eu consigo trabalhar de casa. E aí 90% das vezes as crianças estão comigo aqui. Hoje especialmente não estão, mas é comum. *Home office* é com elas, já virou da rotina. (ND1, entrevista).

Em relação à chegada aos cargos de chefias médias e de alto escalão, o movimento mais comum entre as mulheres é ter tido alguma atuação como repórter, mesmo que seja no período de estágio. N1 e ND6 alcançaram esses lugares já na época que tinham filhas/os. Ambas são mulheres pretas, que iniciaram como estagiárias e conseguiram chegar a cargos de chefia média e de alto escalão nos seus locais de trabalho, com certa estabilidade, contrariando o que as pesquisas acadêmicas dizem das dificuldades das jornalistas negras ascenderem. No caso de N1, ela passou a ocupar o cargo em um conglomerado de mídia, quando chegou da licença-maternidade e tinha cerca de 25 anos. Uma explicação seria o fato de N1 trabalhar na região Norte, em que outras entrevistadas também chegaram a cargos de chefia ainda jovens, como N2 e N4 (nesse caso, chefia de alto escalão). No caso de ND6, ela já ingressou como editora-adjunta há cerca de dez anos, quando tinha por volta dos 24 anos, e, no momento da entrevista, estava como editora chefe. Kikuti (2023) enumera as explicações à chegada de jovens a cargos de chefia média no Brasil. Entre as possibilidades citadas estão a composição do sistema midiático do Brasil - formado por muitos veículos de pequeno porte em que é comum a/o profissional “faz tudo” que também edita e gerencia - e a juvenilização que substitui nesses cargos as pessoas mais experientes por profissionais recém-formadas na intenção de reduzir custos.

No caso específico das jornalistas da região Norte, por se tratar de conglomerados de mídia, essa inserção rápida pode ter ocorrido em virtude da mão de obra, além de jovem, ser também mais qualificada. De acordo com Zacariotti, Marques e Santiago (2023), somando os profissionais os que têm apenas ensino médio e os que estão cursando a graduação no Norte, o total é de 15,6%. No Brasil, esses dois níveis de escolaridade representam juntos somente 6,8%. Ou seja, no Norte, comparado à média do Brasil, existe uma quantidade muito maior de jornalistas atuando que ainda estão cursando a graduação ou têm apenas o ensino médio. Entre aqueles que estudaram jornalismo o percentual também é menor em comparação ao Brasil - 91,4% contra 94,1%. Dessa forma, como o grau de profissionalização das/os jornalistas no Brasil leva em consideração a formação acadêmica, pode ser que essas profissionais, por estarem formadas na área, tenham tido mais oportunidades de chegar a esses cargos.

No caso de ND6, a explicação da inserção rápida parece ter mais relação com a natureza do veículo onde ela trabalha, mais independente e de pequeno porte. Além de ser um local em que ela também atua com pautas investigativas, o que pode indicar esse tipo de profissional “faz tudo” que trabalha tanto nas reportagens investigativas como na edição, o veículo tem características de arranjos mais alternativos (Fígaro; Barros; Kinoshita, 2019). Conforme a entrevistada, o proprietário é um jornalista, que paga os salários em dia e acima do teto. “O dono desse portal é um jornalista e já sofreu tanto quanto a gente. Então meio que há essa empatia conosco” (ND6, entrevista). Além disso, ND6 contou que foi o primeiro veículo que ela trabalhou com predominância de pessoas pretas. Ou seja, ao que parece, os arranjos mais alternativos, apesar de muitas vezes enfrentarem dificuldades de estrutura, financiamento e precarização, podem dar mais espaços às pessoas que costumam enfrentar barreiras para se inserir e ascender na profissão pelos ideais progressistas que movem esses veículos (Fígaro; Barros; Kinoshita, 2019).

Eu quero pontuar bastante, porque, uma coisa que marcou muito minha carreira, de todos os lugares que eu ia trabalhar ou estagiar existiam muito poucas, não existia muito poucas, não existia mulheres pretas, sabe. Eu era a única estagiária preta, eu era a única repórter preta desse local e aqui no [informação suprimida] todas as pessoas, quer dizer até abril deste ano, porque a pessoa saiu, se mudou do estado, e aí a nova contratada ela não é, mas assim até abril deste ano, todas as pessoas que trabalhavam no [informação suprimida] todas elas são pretas, sabe. E é um orgulho nosso. (SD6, entrevista).

Sobre a progressão dentro da redação e a chegada das/os filhas/os, as mulheres que estão em cargos de chefia, apesar da carga horária de trabalho intensa, indicaram que essa função pode ser mais amistosa do que a de repórter para quem é mãe. Além de ganharem

mais, ainda que não consigam suprir todas as suas necessidades e a da/os filhas/os (a escola do filho de N4 é paga pela mãe dela, ND6 precisa de dois trabalhos para fechar as contas), nessas chefias elas têm mais flexibilidade para atender as demandas das/os filhas/os quando precisam. Além disso, o tempo e o grau de dedicação ao cargo parecem deixar as mulheres mais à vontade para reivindicar essa flexibilização. Entretanto, é preciso ponderar que, mesmo numa situação que elas julgam mais flexível do que de repórteres, a sobrecarga ainda ocorre e elas manifestam o desejo de fazer algo diferente futuramente, como seguir com projetos mais independentes ou mesmo estar mais perto da família. N1, por exemplo, diz que já perdeu muitos momentos com a filha e que os familiares acabam cobrando a presença dela. Por esse motivo ela pondera a possibilidade de tentar acordos informais com a empresa onde está para reduzir a quantidade de plantão nos fins de semana e poder se fazer mais presente pelo menos nas folgas.

5.3.2 Saída para atuação fora da mídia - concurso público, atuação em órgãos públicos, assessorias de comunicação e chefias

Entre aquelas que atuam fora de mídia - ND2 (mulher, 25, editora-chefe), ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação), ND7 (mulher, 37, apresentadora e repórter de TV), C3 (mulher, 35, jornalista e professora universitária), C4 (mulher, 41, gestora), S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato), SD12 (mulher, 36, assessora de comunicação e freelancer), SD13 (mulher, 65, chefe de assessoria de comunicação), SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação) - os principais vínculos estão ligados a concursos públicos na área de comunicação (assessorias de comunicação e imprensa, jornalistas de veículos de comunicação universitários e empresas públicas); atuação em órgãos públicos e sindicatos (assessorias de comunicação e imprensa, jornalistas de veículos de comunicação universitários e empresas públicas, porém sem concurso público - comissionadas ou terceirizadas); e atuação em chefias (agência de comunicação e conselho regional). No Brasil, assessorias e demais cargos relacionados à área de relações públicas e consultoria são mais ocupados por mulheres (Kikuti, 2023). Conforme pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas (Rios *et al.*, 2020), em 2020 a área de assessoria de comunicação correspondia à principal ocupação das jornalistas mães (40,06%), seguida da atuação como repórter (15,9%). O corpus deste estudo reflete esses dados. Do total de 15 mulheres, oito têm atuação fora da mídia, enquanto quatro estão na mídia. As demais estão na docência ou em vínculos freelancer (que podem ter atuação dentro ou fora a mídia, a depender da oferta de trabalho).

O concurso público surge na carreira das jornalistas como uma possibilidade de ascensão na carreira, com salário melhor, mais flexibilidade, cumprimento de direitos trabalhistas e chance de chegar ao topo na hierarquia do local de trabalho (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2020). ND2 trabalhou numa agência de direitos humanos e gostava muito do trabalho de repórter, mas considerava o mercado de trabalho incerto e por isso partiu para o concurso público. Ela cita a situação dela de concursada como “privilegio”, especialmente pela carga horária de 25h/semanais e pela função que ocupa na assessoria de imprensa. Ela não precisa atuar em coberturas que não têm previsão de horário para terminar, por exemplo.

Eu me sinto privilegiada por estar numa carreira no serviço público que são 5 horas e as 5 horas são respeitadas. E também na parte que é assessoria de imprensa. Acaba que não tem tanta cobertura, então as pautas são coisas que a gente consegue trabalhar ali, se dividir. Não tem nada tão urgente que a gente tenha que ficar a mais. (ND2, entrevista).

Foi o concurso público, também num cargo de 25h/semanais, que contribuiu para que C3 conseguisse fazer o doutorado e pensasse numa transição de carreira, mesmo sendo mãe de duas crianças. Boa parte do tempo ela conseguiu um afastamento para estudos e depois voltou a conciliar o trabalho com a escrita. Na época da entrevista, ela tinha os dois trabalhos - jornalista concursada e professora universitária (temporária) -, porque a primeira atuação tinha essa carga horária menor e ela contava com uma rede de apoio muito forte, como já citado. Além do salário e da carga horária que atraem, o cumprimento de direitos trabalhistas, principalmente relacionado às/aos filhas/os, também leva as mulheres a se movimentarem em busca de um concurso público. É direito, por exemplo, acompanhar as crianças em tratamentos de saúde³⁵. Mesmo que exista a crítica de que homens também devem fazer esse papel, ter o direito ao acompanhamento para tratamento de saúde é algo considerado positivo pelas mães. ND2 e C3 também comentaram sobre o ambiente favorável aos acordos informais, com destaque para a rede de mulheres que contribuem umas com as outras, formando teias de cooperação (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2020).

As servidoras majoritariamente nós somos mulheres, lá na [informação suprimida], e é um corpo de servidores bastante jovem e em idade de ter filhos. A maioria das servidoras têm filhos e filhos pequenos. Eu acho que fui uma das primeiras a ter filhos. Os meninos das minhas colegas são mais novos. Então eu acho que essa idade parecida fez criar um olhar mais generoso para as mulheres e aí eu acho que mudou

³⁵ Quem trabalha no regime CLT, pela lei, também tem direito a deixar de comparecer ao serviço para acompanhar crianças de até seis anos em consulta médica, mas somente uma vez por ano, sem prejuízo do salário (Art. 473, inciso XI).

muito isso também na [informação suprimida], de quando eu fui mãe para hoje. Eu vejo as mulheres bem mais unidas, eu vejo as mulheres compreendendo as limitações e as questões das outras mulheres, eu vejo uma equipe mais aberta, que fala dos seus problemas, que fala dos seus dilemas, que tenta saídas coletivas para questões que aparecem. (C3, entrevista).

Jornalistas mães também ingressam em trabalhos em órgãos públicos e sindicatos, por meio de cargos comissionados ou terceirizados, como um caminho possível de seguir carreira no jornalismo. Nesses casos, provavelmente por receberem um salário menor do que quem está no concurso, elas acumulam com outras funções (geralmente freelancer), como é o caso de S4, SD12 e SD15. Geralmente são mulheres que se desencantaram com o trabalho da redação, seja por achar difícil conciliar com a maternidade (S4), seja pelas condições de trabalho ruins e pelos casos de assédio (SD12), e têm vontade de fazer um concurso público para conseguir estabilidade e um salário melhor. A única que fez um movimento contrário foi SD15, como já citado anteriormente, que pediu exoneração de um concurso público municipal para voltar a morar em sua cidade natal, perto da família, depois que a filha nasceu. S4 e SD15 estão em sindicatos em que atuam meio período, então conseguem se dedicar a outros trabalhos e atender as demandas das crianças.

A atuação em chefias fora da mídia, pelo menos nos casos que fazem parte do corpus, costuma ocorrer em uma fase mais madura da carreira, diferente do que ocorre nas chefias dentro da mídia. C4 chegou a cargos de chefia depois de muitos vínculos profissionais. Ela foi repórter, tentou concurso público, atuou como freelancer, passou pela comunicação institucional de algumas empresas até que chegou aos cargos de chefia e hoje gerencia uma agência de comunicação. SD13 passou por algumas redações e cargos de chefia em órgãos públicos, antes de ser mãe. Depois que se tornou mãe, ainda atuou na chefia da assessoria de comunicação de um sindicato, foi para uma assessoria parlamentar e, depois de aposentada, recebeu o convite para voltar como chefe de uma equipe de comunicação. Fora da mídia, ambas citaram a chefia dos setores como um espaço mais favorável a quem tem uma carreira mais madura por requerer uma experiência mais global sobre a área de atuação.

O caminho da gestão é um caminho que precisa da senioridade. É um caminho que precisa da experiência, só faz gestão de equipe, gestão de cliente, gestão de problemas, a partir do momento que você já viveu ali um tanto. Embora, assim, eu gosto muito do mundo da gestão, não foi um caminho que me foi imposto, pelo contrário, foi um caminho que eu fui atrás e eu quis. (C4, entrevista).

Também semelhante ao que ocorre com quem está dentro da mídia, os cargos de gestão de quem atua fora da mídia, apesar de demandarem muito tempo de dedicação e trabalho, possibilitam certa flexibilidade para quem é mãe, em virtude do horário e do formato

de trabalho ser mais aberto a possíveis mudanças. C4, por exemplo, não bate ponto e pode fazer o trabalho em formato híbrido, ficando, dessa forma, alguns dias em casa. Além disso, ela consegue articular a agenda para que em alguns dias e horários esteja mais livre. “Consigo mobilizar do tipo, segunda e terça eu busco os meninos na escola e eu tenho que sair 15min pra meio-dia. E aí, eu bloqueio a minha agenda nesses horários e eu não marco nada, já fica bloqueado pro ano inteiro, por exemplo” (C4, entrevista). O fato dessa questão ter sido colocada tanto por chefias de dentro e de fora da mídia pode indicar, além da precarização das funções de base, uma dificuldade de estabelecer acordos - sejam formais ou informais - nas relações de trabalho com pessoas que têm filhas/os. As mães preferem assumir cargos que demandam mais tempo e responsabilidade para ganhar flexibilidade, reconhecimento, prestígio e melhores salários.

5.3.3 Saída para docência e/ou pesquisa

Com o aumento dos cursos de pós-graduação em comunicação, jornalismo e áreas afins, a docência e/ou pesquisa têm se tornado um caminho possível, principalmente para mulheres no período de maturidade da carreira (Kikuti, 2023). No corpus, C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária) estava atuando como docente em uma universidade, além do trabalho na assessoria de comunicação de um órgão público. Kikuti e Rocha (2020) mostraram uma tendência de investimento das mulheres na carreira docente, com uma presença mais forte delas na academia. No estudo realizado pelas pesquisadoras, do universo de 36 doutores e doutorandos, 21 eram mulheres e 15, homens. No corpus desta pesquisa, seguindo a tendência da configuração geral da força de trabalho no jornalismo, as mulheres têm um grau de escolaridade maior que o dos homens - 12 mulheres têm mestrado, doutorado ou especialização, enquanto nove homens têm mestrado, doutorado ou especialização (Doutorado: um homem e uma mulher/ Mestrado: seis mulheres e dois homens; uma mulher mestranda/ Especialização: 4 mulheres e 6 homens).

Para aquelas que são mães, essa possibilidade de voltar a estudar pode surgir a partir de um desencanto com a profissão e como uma alternativa às questões relacionadas à maternidade, como é o caso de C3, que já é docente, e também de SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer) que faz seus planos. A entrada na vida acadêmica das mulheres entrevistadas não vem com um primeiro planejamento de carreira, chegou após algumas decepções com o jornalismo ou simplesmente por uma vontade de voltar a estudar. No caso de SD14, a vida acadêmica surgiu como outra possibilidade à dinâmica complicada do

mercado jornalístico. “O jornalismo me engoliu, então eu abri essa outra frente acadêmica que eu não sei no que vai dar” (SD14, entrevista). Ela tinha interesse de estudar cinema latino-americano na pós-graduação, mas conta que foi tão atravessada pela maternidade durante a pandemia que acabou mudando o tema para isso. Fez uma especialização com esse tema e, no momento da entrevista, estava no mestrado.

C3 não tinha planos de fazer mestrado e doutorado, mas acabou ingressando nos dois e hoje é professora universitária temporária. Quando tentou a seleção de doutorado estava grávida do segundo filho e só decidiu fazer pensando numa perspectiva de aumento salarial, já que ela é servidora pública e ter o doutorado aumentava um percentual do seu vencimento. Durante o doutorado, veio o desejo de ser professora e seguir carreira acadêmica. Entretanto, no momento, a mudança esbarra na logística familiar. Como ela já tem uma vida estruturada na cidade onde mora, com concurso público, filhos, marido e familiares que atuam como rede de apoio, C3 pondera que não é possível tentar seleção para professora em qualquer universidade do país. “Se eu for chamada, como é que eu vou fazer, vou ter que ir sozinha, não tenho condições de levar todo mundo com o salário que eu tenho. (...) Para mim é uma questão clara, já sofri um pouco com isso” (C3, entrevista).

Para outras mães, como ND6 (mulher, 34, editora e assessora de comunicação), S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo) e ND2 (mulher, 35, jornalista no serviço público), a possibilidade de fazer um mestrado e um doutorado (no caso de ND2 que já tem mestrado) aparece não necessariamente como uma mudança de carreira para agora, mas como algo que pode contribuir com a experiência e a atuação profissional que elas têm no momento e permitir uma mobilidade um dia, caso queiram. ND6 e S3 manifestaram certo grau de frustração por ainda não terem conseguido fazer isso, em virtude da dedicação com as/os filhas/os. ND6 chegou a entrar e concluir o primeiro ano durante a pandemia. Porém não prosseguiu porque a filha começou a desenvolver crises de ansiedade, entrando na adolescência no meio de uma pandemia, e ela precisou dar mais atenção e não conseguiu continuar. S3, quando os filhos eram crianças, desistiu de uma disciplina como aluna especial de um mestrado, porque não conseguia conciliar as crianças, o trabalho e as leituras. Ela diz que se arrependeu e planeja tentar entrar num mestrado, como uma possibilidade à carreira dela.

5.3.4. Saída para freelancer

Outro movimento feito pelas mulheres que são mães deste corpus é a migração para atuação como freelancer. S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo), SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer) e SD16 (mulher, 45, jornalista empresária - freelancer), no momento da pesquisa, atuavam exclusivamente dessa forma. A escolha das jornalistas por trabalhos autônomos ou freelancers pode ter razões diversas, desde uma escolha planejada, motivada pelo discurso de liberdade e flexibilidade (Leite, 2017) de trabalhar quando, onde, com quem e como preferir, conciliando com outras atividades fora do trabalho, passando por uma possibilidade de complementação de renda ou realização pessoal, até uma necessidade de sobrevivência por falta de opções em trabalhos formais. A atuação como freelancer passou a ser um caminho possível no jornalismo brasileiro, principalmente a partir da década de 1990 (Oliveira; Grohmann, 2015), com o avanço da flexibilização das condições de trabalho. Nesse contexto de valorização de flexibilidade, a noção de empreendedorismo e a figura do empreendedor ganharam centralidade (Oliveira; Grohmann, 2015), já que ser empreendedora seria então a chance de ascender socialmente e ter mais flexibilidade e liberdade para tocar a carreira e conciliar com outras atividades.

Foi assim que SD16 optou por deixar a atuação em redação e se dedicar ao trabalho como freelancer. Ela, que se autodeclarou empresária na época da entrevista, viu a possibilidade de ter uma atuação mais flexível para poder acompanhar o filho, quando se tornasse mãe, como já citado acima. Mesmo com vínculo mais precário, tornou-se uma opção também para S3 permanecer no mercado com uma relativa autonomia de tempo e espaço de trabalho e consequentemente facilitar a dinâmica com as crianças. Como já cresceram e não precisam tanto dos cuidados e da proximidade dela, S3 tem repensado essa escolha de ter permanecido como freelancer. Além dos vínculos serem instáveis, impedindo uma possibilidade de planejamento de vida e busca por realizar projetos pessoais, quem contrata quer pagar pouco e ela, no momento, tem uma demanda financeira ainda alta com os filhos que estão entre a adolescência e a fase adulta.

No caso de SD14, a opção de atuar como freelancer, ainda antes da chegada do filho, não foi exatamente uma escolha, mas uma necessidade. Ela considera que foi a alternativa que encontrou diante do movimento de pejetização da profissão (ampliação dos contratos de jornalista como pessoa jurídica - PJ). E, hoje em dia, como é difícil conciliar os horários com as demandas do filho pequeno, com rede de apoio restrita, já que a família dela mora em outra cidade, e com horários limitados da escola, a flexibilidade de ser freelancer, mesmo com sobrecarga de trabalho e problemas no recebimento de salário, contribui para que ela permaneça na profissão e siga exercendo as atividades relacionadas à maternidade.

5.3.5 Movimentos híbridos e atípicos

Entre as mulheres mães entrevistadas, também surgiram movimentos que não direcionaram a carreira para apenas um segmento. Chamarei de movimentos híbridos o percurso traçado por jornalistas que atuam em mais de um setor da profissão. C3, ND6, S4 e SD12, no momento da pesquisa, trabalhavam em diferentes espaços. C3 era jornalista de assessoria de comunicação de uma universidade e também docente universitária. ND6 atuava como editora-chefe de redação e assessora de comunicação no serviço público. S4 tinha um trabalho na assessoria de comunicação de um sindicato e também um contrato como freelancer. SD12 também estava num cargo público e atuava como freelancer. Ao analisar jornalistas com duplo-vínculo, Fábio Pereira (2020a) identificou que essa acumulação pode ser uma confluência entre as motivações pessoais do jornalista com a situação do mercado de trabalho. Nas etapas intermediárias e superiores da carreira, entre jornalistas que já desenvolveram uma reputação e uma rede de contatos, pode surgir como uma estratégia típica para suprir um estilo de vida que demanda uma renda mensal mais alta, enquanto entre os mais jovens, pode ser uma estratégia de lidar com os baixos salários e a instabilidade da profissão (Pereira, F., 2020a).

No caso de C3, a acumulação de dois vínculos diferentes está mais associada a uma possibilidade de transição para a docência. ND6 e SD12, que estão na faixa etária de 34 e 36 anos, respectivamente, já com uma bagagem de anos de profissão, acumulam os trabalhos por necessidade, para conseguir “fechar as contas”. SD12 tem o agravante de morar em uma grande cidade brasileira que tem o custo de vida alto. A situação de S4, com 27 anos e pouco tempo de profissão, tem mais relação com a instabilidade da profissão e com tentativa de seguir no jornalismo. Em poucos anos, como já relatado, S4 passou por uma situação difícil na época que o filho era bebê e ela trabalhava em redação, o que a afastou do meio e a levou para trabalhar em algo completamente diferente do jornalismo. O retorno foi para a atuação como freelancer, que dava certa flexibilidade, apesar da incerteza. Depois que conseguiu um trabalho fixo, com contrato CLT, ela permaneceu na atuação como freelancer, por ser algo que não toma muito o tempo dela e agrega ao orçamento no final do mês, apesar de não ser muito.

Na maioria dos casos, exceto na situação de C3, a acumulação de vínculos não é um projeto de carreira, ocorre para suprir uma necessidade financeira, principalmente com a chegada das/os filhas/os, e tem essa característica de ser uma atividade com vínculo mais precário. No caso de ND6, mesmo com vínculo formal, ela acumula muitas horas de trabalho

para poder dar conta dos dois empregos. E, na situação de SD12 e S4, são contratos freelancer temporários que não tem nenhum tipo de estabilidade, nem garantias trabalhistas.

Ao explorar os movimentos de carreira das jornalistas mães, surgiram também percursos que chamarei de atípicos, por serem diferentes do restante do corpus, incluindo os demais grupos. SD15, como já citado e discutido em seções anteriores, depois que teve uma filha, deixou um cargo público na área de jornalismo para voltar a morar em sua cidade natal, perto de sua rede de apoio e afeto. Já SD13, depois da aposentadoria, foi convidada para chefiar a assessoria de comunicação de um conselho regional e aceitou, voltando a atuar na área. Na opinião dela, o mercado parece que se ampliou atualmente, por ter mais funções como as de mídias sociais, por exemplo, mas existe uma dificuldade de progredir na carreira. “Você fica, na verdade, pulando, você tem que se adaptar a esse mercado e ir pulando, você não tem uma carreira” (SD13, entrevista). Ela aceitou voltar por ter recebido o convite já com 60 anos e num momento de muitas demissões. “Aí você recebe um convite pra voltar, é uma coisa legal, né? A essa altura do campeonato, você ser convidada para assumir uma função, então eu fui” (SD13, entrevista).

Apesar de estarem situados como movimentos atípicos dentro do corpus, ambos sinalizam questões relacionadas ao contexto geral da profissão no Brasil. No primeiro caso, apesar de ter pesado muito fortemente a vontade individual da jornalista, é importante pontuar a falta de apoio das empresas e do estado para profissionais que possuem filhas/os. As medidas não existem ou são insuficientes para dar o suporte necessário à criação das novas gerações e podem ser determinantes no momento da tomada de decisão profissional. No segundo caso, a jornalista vivenciou uma situação que foi o contrário do cenário de instabilidade e etarismo que ela vinha observando na profissão. Em ambas as situações, fica evidente a não linearidade que marca o tipo mais comum de carreira no jornalismo (Kikuti, 2023), definido por uma “mistura acidentada de atividades profissionais afetadas por fatores internos e externos à profissão” (Kikuti, 2023, p. 137).

5.3.6 Pausas, interrupções e outros caminhos

Apesar do cuidado com as/os filhas/os ser um fator que pode levar à exclusão de jornalistas do mercado de trabalho (Engstrom; Ferri, 1998; Kim, 2006; Everbach; Flournoy, 2007), nesta pesquisa optei por entrevistar jornalistas em atividades, exatamente para observar como as profissionais constroem suas carreiras, diante das barreiras enfrentadas. Ou seja, nenhuma das participantes desistiu totalmente da profissão, mas existiram situações de pausas

e interrupções temporárias. Desde a gravidez, as mulheres lidam com uma sensação de incerteza sobre as atividades profissionais, mesmo em países, como a Suécia, conhecido pelas generosas políticas parentais (Örnebring; Möller, 2018), que atingem também os homens e não responsabilizam somente as mulheres. Para Souza (2022), essa sensação aparece até mesmo naquelas que não têm filhas/os, mas são consideradas mães em potencial por estarem na fase reprodutiva. “É presumido que se afastarão do serviço durante a licença-maternidade e colocarão o filho acima de suas carreiras ou compromissos profissionais” (Souza, 2022, p. 115). Esse tipo de presunção social, aliado ao ciclo reprodutivo que traz cobranças diferentes para sujeitos nascidos com e sem útero e nem sempre é acompanhado de direitos que possam dirimir essas diferenças (Iaconelli, 2023), provoca nas mulheres a sensação de autocobrança e de receio de não conseguir conciliar as atividades laborais com as demandas de uma criança. Numa profissão precarizada e com vínculos frágeis, como o jornalismo, acrescenta-se ainda a insegurança com uma possível substituição e a falta de espaço para conseguir novos trabalhos.

Apesar de nenhuma mulher do corpus ter deixado a profissão em definitivo, todas se afastaram durante algum momento, logo depois do nascimento das/os filhas/os. Algumas delas também saíram da profissão temporariamente em momentos específicos da vida, como é o caso de S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato), SD13 (mulher, 65, chefe de assessoria de comunicação) e ND6 (mulher, 34, editora e assessora de comunicação), e todas as situações tiveram relação em maior ou menor grau com a maternidade. Como já citado, S4 se afastou da redação e foi vender produtos naturais, quando percebeu a impossibilidade de conciliar esse trabalho com os cuidados de um bebê pequeno, enquanto SD13 passou cerca de um ano desempregada, na época que o filho era bem pequeno. ND6 deixou de seguir carreira no jornalismo para ser professora por incentivos dos familiares que acreditavam que ela, enquanto mulher negra, não teria sucesso no jornalismo. Como ela era mãe de duas crianças, precisava de algo mais estável, na opinião dos pais, para garantir o sustento dela e das/os filhas/os. O que as trouxe de volta foram motivações diferentes. No primeiro caso, S4 encontrou um trabalho mais estável com carga horária reduzida. Já ND6 não quis renunciar ao sonho de ser jornalista e de sustentar as/os filhas/os com essa profissão.

Ainda que as mulheres não tenham abandonado o jornalismo, muitas delas pensam em migrar para outros projetos diferentes do que estão fazendo hoje, como iniciativas mais independentes, a exemplo dos projetos de N4 (mulher, 45, diretora de conteúdo) e ND6. Elas têm vontade de aproveitar a experiência que adquiriram em redação para sair e montar projetos próprios, como podcasts e blogs. Há também outra situação identificada em algumas mães jornalistas, como S4 e SD16 (mulher, 45, jornalista empresária - freelancer). Elas não

deixaram o jornalismo de vez para se tornarem exclusivamente mães, apesar de S4 ter feito isso durante um período, e SD16 ter mudado o formato de trabalho para poder acompanhar as demandas do filho. Porém, parece haver dificuldade de planejar um futuro na profissão a longo prazo. S4 acredita que isso ocorre em virtude do mergulho na maternidade. “Eu acho que eu tô tão imersa nesse mundo da maternidade e da família também, assim, de conseguir conciliar as coisas que eu acho que eu vou andando” (S4, entrevista). Pode ser também uma forma de lidar com as incertezas e a falta de perspectiva da profissão (Goyanes; Rodríguez-Gomez, 2021).

5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo, além de apresentar as/os sujeitas/os da pesquisa na primeira parte, discorreu, num segundo momento, sobre as motivações e os contextos que levaram jornalistas a tomarem decisões durante suas trajetórias profissionais. Na terceira parte, abordou os movimentos de jornalistas-mães em suas respectivas carreiras.

As decisões de carreira ocorrem a partir da motivação de cada jornalista dentro de determinados contextos sociais, econômicos e profissionais. De forma indutiva, agrupei motivações e contextos partir de quatro eixos temáticos principais: a) **qualidade de vida e saúde**, quando as escolhas giram em torno de preocupações relacionadas ao bem-estar e à saúde; b) **oportunidades/limitações do mercado de trabalho**, quando as decisões estão relacionadas a uma busca por ascensão profissional ou dificuldades de manutenção e permanência na profissão; c) **retorno financeiro**, quando as escolhas giram em torno do salário e do desejo de ganhar melhor; e d) **discriminações e direitos violados**, quando as decisões estão relacionadas a situações de discriminação e à negação de direitos e/ou situações que podem ser configuradas como crimes, como assédio sexual e racismo.

Esse quadro geral demonstra que existem aspectos objetivos, relacionados a uma análise coletiva da profissão e da situação individual na carreira (melhoria salarial, situações de precarização, locais com práticas de assédio, por exemplo), enquanto outros aspectos são mais subjetivos e podem ter ligação com a forma como cada jornalista vivencia seus diferentes papéis sociais e o modo como essas vivências são interpretadas em suas vidas. No caso das mulheres que são mães, a forma como elas interpretam e vivenciam a maternidade em suas vidas tem impacto nessas decisões. Nem sempre, ao fazer uma escolha de carreira, as profissionais pensarão somente em questões objetivas, como o salário, o crescimento acadêmico, um cargo mais alto e a presença de rede de apoio com as crianças, por exemplo.

Há situações em que elas optam por mudar o formato de trabalho, abandonar um emprego, deixar uma formação acadêmica pela ambivalência materna (Badinter, 2011), que coloca constantemente em conflito os papéis idealizados de jornalista e mãe.

De uma maneira geral, mulheres e homens encontram dificuldades na carreira profissional no jornalismo, em virtude da precarização e das incertezas da profissão, porém a situação é mais hostil à construção da carreira delas. Uma das questões que influencia é a falta de responsabilização das empresas e do Estado com as gerações futuras e a priorização do cuidado por parte da mulher. O Brasil ainda é um país que socialmente, por meio da própria legislação, atribui a responsabilidade maior do cuidado com os bebês pequenos às mães. As trabalhadoras têm direito a 120 dias de afastamento do trabalho, com um valor recebido mensalmente por direito. Em algumas empresas³⁶ e no serviço público, pode ocorrer a prorrogação da licença até 180 dias. No caso dos homens, é de apenas cinco dias, podendo ser prorrogado até 20. Compreende-se que as mulheres que passam pelo ciclo reprodutivo - gravidez, parto, puerpério e amamentação - necessitam de direitos e suporte diferente para reduzir injustiças (Iaconelli, 2023). Porém a discrepância na quantidade de dias deixa evidente quem é responsável pelo cuidado das/os pequenas/os quando nascem.

Isso se prolonga pelo restante da vida. Formalmente, as empresas e o estado seguem a legislação que garante, além da licença-maternidade, proteção do emprego da gestante (não podem ser demitidas até cinco meses após o parto), direito à amamentação com redução de horário (nem sempre com estrutura adequada) e auxílio creche (ou o espaço correspondente para a criança ficar enquanto a mãe trabalha). Entretanto, além de serem opções reduzidas, ainda são medidas que responsabilizam as mulheres em demasia, têm pouco impacto para mobilizar os homens e provocar mudanças sociais e nem sempre são cumpridas. Essa influência dos marcadores de gênero e de parentalidade na carreira das jornalistas que são mães pode levá-las a fazer movimentos diferentes ao conduzir as próprias carreiras. Depois de discorrer sobre as escolhas, segui tratando dos percursos traçados pelas mulheres que são mães, ao construir carreira no jornalismo, e em que medida isso tem relação com as questões da maternidade.

³⁶ O Programa Empresa Cidadã é destinado a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade e por quinze dias a licença-paternidade. Mais informações em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/aderir-ao-programa-empresa-cidada>. Acesso em: 10 out. 2024.

Pelos relatos foi possível perceber que mulheres se movimentaram em direção ao concurso público e ao trabalho como freelancer por considerarem atividades mais compatíveis com as demandas com as/os filhas/os. No primeiro caso, elas são atraídas pelas condições de trabalho. No segundo caso, mesmo sendo um vínculo precário, mães relataram como uma alternativa mais flexível no momento de tentar conciliar responsabilidades. O trabalho de repórter em redação foi considerado um dos mais difíceis para as mães que têm filha/os, em virtude dos horários incertos e da falta de estrutura para acolher as demandas maternais. Em compensação, se a função for de chefia, mesmo dentro de uma redação, as mulheres relataram certa facilidade em virtude da flexibilidade de horários, da dinâmica de trabalho e do prestígio na empresa, que pode favorecer acordos informais.

É importante observar que esses movimentos ocorrem dentro de um determinado tempo na carreira das mulheres. Decisões tomadas em um momento da vida podem se tornar insustentáveis em longo prazo ou perderem o sentido. À medida que as/os filhas/os crescem, as profissionais mães que fizeram escolhas em virtude da necessidade de cuidar das crianças podem tomar outras decisões em que a variável filha/os passa a ter um peso menor ou a nem ser considerada. O contexto da profissão, com cenário de instabilidade, precarização e situação mais difícil para as mulheres, também faz com que as jornalistas desejem se movimentar de forma diferente do planejado inicialmente, saindo das redações e buscando concurso público ou vida acadêmica. É necessário ressaltar que todas tiveram pausas e interrupções na carreira em virtude do nascimento das/os filhas/os por conta da licença-maternidade que atribui à mulher a responsabilidade de estar mais próxima da criança e mais distante do trabalho durante mais tempo do que os homens.

No próximo capítulo, analiso as táticas utilizadas pelas/profissionais para tentar conciliar as demandas da atividade jornalística e da vida privada. Também discuto como as mães contornam os constrangimentos impostos nas tentativas de conciliação entre trabalho e maternidade.

6 JORNALISTAS-MÃES TENTANDO CONCILIAR VIDA PESSOAL E CARREIRA JORNALÍSTICA

Este capítulo tem como objetivo descrever como as jornalistas que são mães enfrentam as barreiras de gênero e da maternidade no dia a dia da profissão, distinguindo as táticas utilizadas por elas daquelas que jornalistas homens (com e sem filha/os) e mulheres sem filha/os lançam mão. A discussão a seguir tem base na interpretação, de forma indutiva, dos dados gerados por meio de entrevistas, diários e fotografias, durante pesquisa realizada com 35 jornalistas em todo o Brasil.

Após um breve relato sobre as áreas da vida que estão envolvidas nas tentativas de conciliação entre vida pessoal e carreira das/os jornalistas, o capítulo discute como as/os profissionais (mulheres e homens, com e sem filhas/os) buscam atender às exigências do trabalho e das outras instâncias da vida pessoal na rotina. Em seguida, traz um debate sobre os modos de resistência e contorno utilizados pelas jornalistas-mães para conciliar trabalho e maternidade.

6.1 TENTATIVAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-VIDA PESSOAL

As escolhas e os consequentes movimentos de carreira, como visto no capítulo anterior, vão se constituindo ao longo dos anos da trajetória na profissão, a depender das negociações entre as motivações e os contextos vivenciados na rotina. Nesta pesquisa, o olhar para o dia a dia das/os jornalistas em busca de compreender melhor suas carreiras profissionais levou em consideração não apenas o trabalho, mas também as outras áreas da vida cotidiana. Isso porque o que ocorre nessas outras dimensões e o modo como as/os participantes estabelecem a dinâmica do dia a dia, tentando conciliar essas diferentes áreas, vão contribuindo para constituir as decisões da vida profissional.

Estudos sobre tentativas de conciliação entre vida pessoal e profissional se originaram na Europa e nos Estados Unidos na década de 1970, centrados em discussões sobre conflitos e estresse da vida moderna, desafios que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho e disputas de papéis em casais com dupla carreira (De Mello e Souza; Sá; Lemos, 2019; Guest, 2002). O termo *work-life balance* (na tradução livre, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal), que passou a ser utilizado nessas pesquisas, trata-se da “capacidade de um indivíduo de cumprir obrigações de suas funções tanto no ambiente de trabalho quanto no ambiente

doméstico”³⁷ (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019, p. 2). O conceito está associado a questões relativas à família, como os conflitos entre casais sobre a distribuição do trabalho doméstico e os cuidados com as/os filha/os, e também às tentativas de conciliação entre trabalho, saúde e lazer (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019).

No jornalismo, pesquisas sobre esse tema geralmente têm se concentrado nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres jornalistas tentando equilibrar as demandas profissionais e pessoais, com foco no cuidado com as/os filhas/os (Gálvez; 2007; Örnebring; Möller, 2018), como é o caso deste estudo. Há também investigações que mostram como homens e mulheres lidam com os conflitos provocados pelo desejo de conciliar as diferentes atividades do dia a dia (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019) e o modo como o uso das plataformas digitais interfere nessas dinâmicas (Lelo; Meneses; Pereira, 2024). Apesar da tradução do termo *work-life balance* se referir geralmente a equilíbrio ou conciliação, nesta pesquisa prefiro utilizar a expressão ‘tentativas de conciliação’ por considerar que, independente dos esforços utilizados pelas/os jornalistas, nem sempre esse equilíbrio e essa conciliação ocorrem, sem que alguma área da vida seja negligenciada.

Ao olhar para os dados colhidos nas entrevistas, nos diários e nas fotografias, foi possível identificar as principais áreas da vida que precisam ser negociadas no dia a dia das/os jornalistas. Entre as mais citadas estão: cuidado com crianças ou pais idosos; atividades domésticas; outros trabalhos; estudos; saúde; atividade física; descanso e lazer. O trabalho do cuidado, seja com crianças ou com pais mais idosos, junto à atuação em outras atividades laborais e os estudos, são as três áreas mais predominantes na vivência das/os jornalistas e que demandam mais planejamento por parte das/os participantes para conseguir conciliar com o trabalho jornalístico. Essa percepção pode ter ocorrido também pelo fato de os diários terem sido produzidos em dias de semana, em que há menos espaço para lazer e descanso, e mais cobrança pelo cumprimento dessas atividades de cuidado, trabalho e estudo.

Os modos de tentar equilibrar essas diversas atividades, mesmo com dificuldades, apontam para práticas de contorno ou resistência aos constrangimentos impostos pela rotina de trabalho, utilizadas pelas/os profissionais. Mulheres e homens jornalistas, com e sem filhas/os, submetidos a instâncias de poder, como a racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), que impera no modo de vida capitalista, e às barreiras impostas em virtude das condições de gênero e da maternidade, no caso das mulheres, agem de modo a contribuir para

³⁷ Tradução livre do trecho: “The term work–life balance refers to an individual’s ability to fulfill role obligations in both the work and home environment”.

que permaneçam na carreira, ainda que estejam em condições desfavoráveis. Como não se referem necessariamente a estratégias organizadas, como conquistas do movimento feminista e rompimentos da ordem econômica vigente, utilizo nesta pesquisa o conceito de táticas, do historiador francês Michel de Certeau (1998), para me referir a essas práticas cotidianas desempenhadas por sujeitos que vivem dentro de situações de poder na tentativa de conciliar o trabalho com as outras áreas da vida.

Para Certeau (1998), as trajetórias não ocorrem de forma linear, são compostas por “momentos singulares” e de “ocasiões”. Nesse aspecto, as táticas entram em cena como mecanismos que podem provocar modificações nessas trajetórias, dentro de um dado tempo. “As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo, às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço” (Certeau, 1998, p. 102). Dessa forma, homens e mulheres podem subverter algumas lógicas predominantes e encontrar formas de contornar as dificuldades impostas pela vida. A tática, conforme Certeau (1998), é um “movimento dentro do campo de visão do inimigo”, que vai buscando agir nas falhas que as conjunturas particulares vão abrindo. “Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva” (Certeau, 1998, p. 100).

Dar atenção a essas táticas significa compreender como jornalistas, especialmente as mulheres que têm filhas/os, estão agindo nos seus cotidianos para lidar com, resistir ou subverter as barreiras impostas ao longo de suas carreiras, em virtude das dificuldades enfrentadas pelo gênero e pela maternidade. Olhar para essas táticas permite identificar a relação entre a prática individual e o social, já que “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditórias) de suas determinações relacionais” (Certeau, 1998, p. 38). Essa abordagem dialoga com a perspectiva interacionista de construção das carreiras por situar essas trajetórias num determinado tempo e privilegiar a importância de olhar para o aspecto microssociológico e a subjetividade dos indivíduos na análise.

Diante do exposto, na próxima seção, discorro sobre as táticas utilizadas pelas/os jornalistas, levando em consideração o gênero e a parentalidade.

6.2 TÁTICAS UTILIZADAS PELAS/OS JORNALISTAS POR GÊNERO E PARENTALIDADE

Nesta pesquisa, as táticas que as/os jornalistas utilizam para tentar conciliar vida pessoal e profissional foram mapeadas por eixos temáticos. O resultado mostrou sete principais práticas cotidianas, reunidas em quatro grandes temas (Quadro 9): 1) **Gestão do tempo dedicado ao trabalho**; 2) **Gestão de sociabilidades externas ao espaço laboral**; 3) **Investimento em saúde e bem-estar**; 4) **Materialidade das condições de trabalho**. Essas táticas, utilizadas por mulheres e homens cotidianamente para seguir trabalhando e correspondendo às demais obrigações da vida pessoal, não são necessariamente práticas de construção de carreira. Entretanto, a médio e longo prazo, esses atos cotidianos - e a facilidade ou a dificuldade de colocá-los em prática - podem acabar influenciando as decisões de trajetória profissional. O quadro proposto permite identificar as táticas mais utilizadas pelas/os jornalistas, de uma maneira geral, e algumas diferenças iniciais entre os grupos pesquisados.

Quadro 9 – Táticas para conciliar vida profissional e pessoal (por gênero e parentalidade)

EIXOS TEMÁTICOS	TÁTICAS	MULHERES COM FILHA/OS	MULHERES SEM FILHA/OS	HOMENS COM FILHA/OS	HOMENS SEM FILHA/OS
Gestão do tempo dedicado ao trabalho	Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido)	C3, C4, ND1, ND2, ND6, ND7, S3, S4, SD12, SD14, SD15, SD16, N1, N4	SD2, N2	C2, S2, SD1, SD4, SD7, SD8	ND3, SD9, SD3, SD4
	Uso de plataformas digitais na gestão da rotina	C4, ND1, ND2, ND6, S4, SD12, SD15, SD16, N1, N4	C1, ND5, N3, N2, SD2, SD5	C2, ND4, SD7	ND3, SD10, SD3, SD4, SD9
	Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda	C3, C4, ND7, SD12, SD13	ND5, SD2, SD5, SD11, N2	C2, S1, S2, SD6, SD7	SD3, SD10
Gestão de sociabilidades externas ao espaço laboral	Organização de rede de apoio para as/os filhas/os	C3, C4, ND1, ND2, ND6, ND7, SD12, SD13, SD14, SD15, N1, N4			

	Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas	C3, C4, ND2, S4, SD15	ND5, SD5	ND4, SD6	
Investimento em saúde e bem-estar	Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental	C3, S3, SD12, N1	N2, ND5, SD2	SD8, ND4, SD8	SD2, ND3, SD10
Materialidade das condições do trabalho	(Re)configuração dos espaços de trabalho	C3, SD14, S3, ND6	SD5	SD6, SD1, SD7, ND4, S2, C2, S1, SD8	

Fonte: Elaborado pela própria autora.

As principais táticas das/os jornalistas estão relacionadas à gestão do tempo dedicado ao trabalho, sendo ainda mais presentes entre mulheres (com e sem filhas/os) e homens com filhos. Isso pode indicar que mulheres e pessoas que têm filhas/os sentem mais necessidade de flexibilizar e organizar os horários de trabalho possivelmente porque estão sobrecarregados com uma quantidade maior de atividades na rotina (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019). A tática de fazer uso de rede de apoio externa para ajudar no cuidado e no suporte emocional e financeiro com as/os filhas/os, presente no eixo temático de gestão das sociabilidades externas ao espaço laboral, aparece somente entre as mulheres que são mães. Aparentemente, como já citado, isso não seria uma preocupação dos homens com filhas/os por terem apoio das companheiras que dividem essas tarefas. Chama atenção ainda a quantidade reduzida de participantes que citaram práticas do eixo temático de investimento em saúde e bem-estar.

Nas seções a seguir, discorro sobre os eixos temáticos e cada uma dessas táticas mapeadas.

6.2.1 Gestão do tempo dedicado ao trabalho

Neste eixo temático estão aquelas táticas relacionadas ao gerenciamento do tempo dedicado às atividades laborais. Pelos dados colhidos na pesquisa, o trabalho jornalístico é algo central no cotidiano da maior parte das/os jornalistas, com algumas exceções para aquelas/es que trabalham em horário reduzido. E, mesmo nesses casos, a responsabilidade com o tempo de dedicação ao trabalho é algo prioritário na vida dessas/es jornalistas. O dia a dia geralmente é organizado com base nos horários das atividades laborais, e as demais demandas vão sendo encaixadas e adaptadas, de acordo com essa dinâmica. As principais táticas utilizadas nesse eixo temático são *Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido)*, *Uso de plataformas digitais na rotina* e *Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda*. Conforme observado, é um eixo temático que conta bastante com táticas que utilizam plataformas e ferramentas digitais para conduzir essas práticas.

O uso dos dispositivos móveis e das plataformas digitais, no que diz respeito às tentativas de conciliação entre vida pessoal e vida profissional das/os jornalistas, pode ter aspectos positivos, mistos ou negativos (Lelo; Meneses; Pereira, 2024). Isso porque, da mesma forma que a tecnologia pode sobrecarregar as/os jornalistas pela sensação de trabalhar o tempo inteiro e manter uma conexão constante (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019), as/os profissionais também podem utilizar para dar conta de questões da vida pessoal durante

o trabalho. Além disso, essas ferramentas proporcionam uma flexibilidade no local e no formato da atividade laboral. A seguir, discorro mais detalhadamente sobre o uso dessas táticas.

6.2.1.1 Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido)

Entre as/os entrevistados, a tática mais recorrente nas entrevistas e nos diários que contribui na busca pelo equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional está relacionada a adaptações no local e no formato de trabalho. Em todos os grupos, jornalistas consideram a flexibilidade nos horários e no espaço que desempenham a atividade profissional como algo que garante a possibilidade de ter outras atividades. A maioria só consegue essa flexibilidade quando passa a atuar como freelancer. Quem permanece em redações, órgãos públicos ou entidades sindicais pode eventualmente recorrer ao regime *home office* ou híbrido, algo que se tornou mais comum desde a pandemia da COVID-19 (Maares; Banjac; Nölleke, 2023). Por outro lado, quem trabalha presencialmente cita algum grau de flexibilidade, por meio dos acordos informais com as chefias ou apoio das/os colegas. Outra prática relacionada a essa tática é a busca por trabalhos que cumpram a carga horária de 25h/semanais para jornalistas, como estabelece o artigo 303 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com jornada de cinco horas diárias. Dessa forma seria possível inserir atividades diversas no outro turno.

A necessidade de se tornar freelancer para dar conta das muitas responsabilidades com as crianças, entre as mulheres, faz parte das ponderações daquelas que têm filhas/os, como discutido no capítulo anterior. S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo), SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer), SD16 (mulher, 45, jornalista empresária) e S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato) atuam ou atuaram em algum momento como freelancer na área de comunicação (e até mesmo fora dela, como é o caso de S4), entre outras questões, pela incompatibilidade entre os horários de trabalhos fixos e a demanda com crianças pequenas. Para não abrir mão completamente da carreira, como é o caso de SD16, que gostaria de acompanhar o filho em tudo e ser uma mãe presente, mas, ao mesmo tempo, precisa trabalhar, a atuação como freelancer tem sido a mais adequada para ela contornar a situação. “Deu certo porque trabalhando em casa, eu tenho essa flexibilidade. É verdade que, muitas vezes, eu perco final de semana trabalhando para poder ter essa flexibilidade de levar ele para a escola, mas, para mim, funcionou. Funcionou bem” (SD16, entrevista).

É importante ponderar que, apesar de ser uma forma encontrada pelas/os jornalistas de seguir na profissão e atender a outras demandas da vida, a condição de trabalho freelancer segue sendo questionada pela literatura da área. Em um estudo sobre jornalistas freelancers, Grohmann (2012) identificou que, de uma maneira geral, as/os jornalistas estão “ajustados” ao novo espírito do capitalismo e às suas prescrições, ligados a uma dinâmica individualista, pouco coletiva, com foco nas noções de empreendedorismo e produtividade. Essas características podem estar associadas à instabilidade financeira (De Vuyst; Raeymaeckers, 2019), à precarização do trabalho (Örnebring; Möller, 2018; Lelo, 2019; Nicoletti, 2019; Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023) e à responsabilização individual de problemas que deveriam ser coletivos, enfrentados principalmente pelas jornalistas, como a maternidade (North, 2009; 2016). Esse cenário, de sobrecarga e carência de vínculos, pode ser fonte de adoecimentos físicos e psíquicos (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023; Han, 2017).

Para quem trabalha com horário fixo, a forma de conseguir equilibrar vida pessoal com vida profissional vem de acordos informais com as chefias e/ou com apoio das/os colegas de trabalho ou da possibilidade de trabalhar em regime *home office* ou híbrido. ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação) por ter flexibilidade no horário que inicia o trabalho e também no formato (atua em *home office*) possui dois empregos e acompanha a rotina da filha e do filho adolescentes. ND1 (mulher, 39, repórter) e SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação) trabalham de forma presencial, mas podem concluir as atividades do dia no *home office*. Isso facilita a rotina de pegar as crianças na escola ou na casa de familiares que atuam como rede de apoio. ND1 e ND6 que trabalham em redação e precisam fazer plantão no fim de semana também cumprem essa jornada em casa, permitindo que ambas consigam cuidar também das/os filhas/os. Para dar conta de outras atividades, como estudar para concurso e fazer uma atividade física, N2 (mulher, 25, editora-chefe) faz horário corrido duas vezes na semana, sem intervalo de almoço.

Hoje eu já estou mais tranquila com esses dois dias em que eu saio mais cedo, eu consigo conciliar meus estudos, praticar uma atividade física, então isso ajudou. Antes, quando eu trabalhava todos os dias no horário das 7h às 12h e de 15h às 18h, era difícil eu conseguir estudar, conseguir fazer atividade física, porque eu saia do trabalho cansada pela jornada e aí eu não conseguia conciliar. (N2, Entrevista).

Outra possibilidade relacionada a essa tática é a busca por trabalhos que cumpram a carga horária de jornalista prevista por lei (25 horas/semanais, chegando a 35, com hora

extra)³⁸, considerada reduzida em comparação à jornada padrão da CLT no Brasil, que é de 44 horas/semanais. Isso foi observado no corpus por mulheres que têm crianças pequenas (ND2 - mulher, 35, jornalista no serviço público; S4 - mulher, 27, jornalista de sindicato; SD15 - mulher, 38, assessora de comunicação; e C3 - mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária), pela preocupação com o exercício da maternidade e pela possibilidade de exercer outras atividades no outro turno, como outros trabalhos. ND2, além de estar no serviço público com uma carga horária de 5 horas/diárias que realmente são cumpridas, sente-se privilegiada por cumprir uma função em assessoria de imprensa, que permite a ela uma organização entre as/os colegas, sem necessidade de ficar além do horário. “As pautas são coisas que a gente consegue trabalhar ali, se dividir. Não tem nada tão urgente que a gente tenha que ficar a mais” (ND2, entrevista).

Conforme o exposto, todos os grupos estudados lançam mão de práticas relacionadas a essa tática para tentar conciliar vida pessoal e vida profissional, com prevalência para as mulheres (com e sem filhas/os) e para os homens com filhas/os. Dessa forma, o gênero e a parentalidade parecem ser desafios a mais no momento de tentar equilibrar as diversas demandas da vida familiar e laboral. Em relação às mulheres, mesmo aquelas que não têm filha/os, pode ser em virtude da divisão sexual do trabalho, que atribui a elas uma série de responsabilidades com o lar e/ou familiares. Em relação a pessoas que têm filhas/os, isso ocorre, sobretudo, devido à existência de uma criança que demanda cuidado integral. Existe uma tendência entre as mulheres que são mães na busca por trabalhos freelancer. Isso reflete uma dinâmica individualista na resolução dos problemas relacionados à maternidade (North, 2009; 2016), obrigando muitas vezes as mães a aceitarem trabalhos mais instáveis ou sem segurança, do ponto de vista dos direitos trabalhistas, para conseguirem ter flexibilidade na dinâmica diária com as/os filhas/os.

6.2.1.2. Uso de plataformas digitais na gestão da rotina

Outra tática recorrente entre as/os entrevistadas/os é o uso da tecnologia na rotina, que diz respeito à utilização dos dispositivos móveis para facilitar as tentativas de conciliação

³⁸ De acordo com os arts. 303 e 304, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, a duração do trabalho dos jornalistas profissionais não deve exceder de cinco horas, tanto de dia como à noite. Entretanto, poderá ser elevada a sete horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de salário, correspondente ao excesso do tempo de trabalho. Também precisa estar fixado um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

entre vida pessoal e trabalho. Em todos os grupos estudados, jornalistas consideram que o modo de utilizar esses dispositivos, que fazem parte quase que integralmente da rotina moderna, seja no trabalho ou em outras atividades do dia a dia, pode trazer prejuízos ou benefícios na busca por esse equilíbrio. Snyder, Johnson e Kozimor-King (2019) identificaram que a hiperconexão pode levar a um “transbordamento negativo” (“*negative spillover*”, no original) entre as áreas da vida, provocando uma confusão entre os papéis do trabalho e da vida familiar, trazendo conflitos e prejuízos para as/os trabalhadoras/os, como a sobrecarga de tarefas. Entretanto, essas ferramentas também podem ser utilizadas de forma positiva (De Vuyst; Raeymaeckers, 2019; Lelo; Meneses; Pereira, 2024), possibilitando que as/os jornalistas permaneçam, por exemplo, conectada/os com seus familiares, mesmo durante o trabalho. Ou que consigam fazer outras atividades e estarem em outros lugares, enquanto trabalham.

Em todos os grupos, há quem repense o modo de usar esses dispositivos, tentando criar mecanismos de limitação do uso, como estabelecer períodos para responder às questões de trabalho e só atender fora de hora quando for muito urgente; utilizar contas diferentes de WhatsApp ou dois celulares diferentes; desligar-se durante o fim de semana, dias de folgas ou quando estiver com as/os filhas/os. ND4 (homem, 50, assessor de comunicação de sindicato) sempre foi muito conectado, mas disse que a terapia ajudou a não atender demandas que não são urgentes nos momentos em que está com a família ou de folga. “Eu olho meu *WhatsApp* e eu vejo. Está pegando fogo? É caso de urgência? Bora fazer. Se não, vou deixar para segunda. E já não fica mais aquela coisa que acaba com o meu final de semana, saca?” (ND4, Entrevista). SD7 (homem, 54, assessor de imprensa e produtor de conteúdo) também viveu recentemente uma fase de uma hiperconexão e sobrecarga de trabalho, quando atuava numa prefeitura. Chegou a buscar ajuda psiquiátrica por conta de crise de pânico em função do estresse e do trabalho. “No meu celular pessoal, conectado com as redes sociais da prefeitura, além de 17 secretários, um prefeito supervaidoso e um vice-prefeito também cheio de graça, e você tendo que lidar com tudo isso. Quer dizer, cara, você fica pirado” (SD7, Entrevista).

Entre as mulheres com filhas/os, foi observada uma diferença. Além de repensarem a hiperconexão e estabelecerem limites para atender demandas de trabalho que chegam pelas mídias sociais, algumas jornalistas relataram utilizar os celulares para estarem em contato com as crianças ou receberem informações sobre elas, enquanto estão exercendo atividades do trabalho. N4 (mulher, 45, diretora de conteúdo), como já citado, acompanha a rotina do filho pelo aplicativo da escola. S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato) conta que evita responder mensagens de trabalho, quando está em casa, mas que não hesita em entrar em contato para

saber sobre o filho, quando está cumprindo expediente. “Eu consigo ali, no intervalinho, mandar alguma mensagem para o meu companheiro para ver como é que tá, que horas acordou, aquela coisa, se está dormindo ainda, o que estão fazendo” (S4, Entrevista). SD12 (mulher, 36, assessora de comunicação e freelancer) contou, em seu diário, que ao longo do dia mantém contato remoto com a filha para saber sobre ela e tentar se fazer presente. Na entrevista, a jornalista também citou que a tecnologia acaba virando aliada nesses momentos de tentativas de conciliar o trabalho com a atenção à filha de 18 anos.

A tecnologia acaba, de vilã, ela passa a ser uma certa aliada, né? Então, assim, eu tô longe da minha filha, mas eu tô conversando com ela pelo WhatsApp. Ontem eu tava na casa dos meus pais porque é muito mais próximo de onde eu trabalho hoje, então às vezes eu fico por lá pra não ter que me deslocar tanto e aí a gente fez uma ligação de vídeo. Ajuda a matar um pouco a saudade. Ai, eu vou chorar... Ajuda a mostrar pra ela que eu tô ausente, mas eu quero estar com ela. Então, o elo que a gente criou é muito forte. (SD12, Entrevista).

Outro elemento relatado por elas é o uso do celular para atender demandas de trabalho, enquanto cuidam das crianças. ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação) faz plantão uma vez por mês e utiliza o celular para isso, porque, dessa forma, ela consegue fazer alguma atividade com a filha e o filho. “Eu faço pelo celular e aí eu estou na praia, fazendo plantão, porque eu falei pro meu chefe, eu decidi que eu já perdi tempo demais dos meninos então agora é a hora dos meninos” (ND6, Entrevista). SD16 (mulher, 45, jornalista empresária freelancer) já resolveu questões do trabalho ou já cobriu eventos on-line, enquanto esperava o filho sair da escola. SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação), enquanto brinca com a filha, responde demandas de trabalho no celular. Em alguns momentos, também coloca a filha para assistir TV para responder. “Às vezes, a estratégia é... Bom, agora eu preciso trabalhar, assiste um pouco de desenho aí. Às vezes a gente vai brincando de alguma coisa, eu dou uma olhadinha, respondo algumas coisas e depois volto a brincar” (SD15, Entrevista).

Pelo exposto, é possível perceber que essa tática é utilizada pelas/os jornalistas, sem prevalência de gênero e parentalidade. Porém, as mulheres com filhas/os trouxeram relatos de uso dos dispositivos móveis para entrar em contato com elas/eles, monitorar a rotina dela/es de alguma maneira ou para conseguirem trabalhar, sem sair de perto das crianças ou deixar de atender alguma demanda delas. Isso pode dar indícios de uma sobrecarga maior para as jornalistas, em virtude da carga mental de se manter constantemente planejando a dinâmica familiar, e também de um maior conflito/cobrança entre as mulheres na tentativa de se manterem conectadas e presentes na vida das/os filhas/os, como uma forma de não negligenciar o papel social de mãe. Esse tipo de monitoramento constante, à distância, não foi

observado no relato dos homens, mesmo incluindo aqueles mais presentes na vida das/os filha/os. O achado corrobora com a literatura da área que aponta que as mulheres que possuem níveis mais altos de conflito entre trabalho e vida pessoal, em virtude da divisão sexual do trabalho (Gálvez, 2007; Snyder; Jonhson; Kozimor-King, 2019).

6.2.1.3 Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda

Também citada com certa frequência por entrevistadas/os de todos os grupos a organização da rotina e da agenda, com horários estabelecidos para as atividades do dia, é uma tática que pode contribuir para a conciliação do trabalho e da vida pessoal. Numa primeira observação, já foi possível perceber diferenças, de acordo com o gênero e a parentalidade na recorrência dessa tática. Entre as 15 mulheres com filhas/os, cinco citaram fazer isso. Entre as sete mulheres sem filhas/os, cinco disseram recorrer a essa prática. Entre os oito homens com filhas/os, cinco também citaram a organização de horários e de agendas. Entre os cinco homens sem filhas/os, apenas dois falaram sobre isso. Ou seja, no corpus, essa tática é mais recorrente entre as mulheres jornalistas que não têm filhas/os. Já entre os homens jornalistas, é mais frequente entre os que têm filhas/os. Ao observar as mulheres que têm filhas/os e que conseguem citar essa organização (C3, C4, ND7, SD12, SD13), todas têm ajuda de alguma rede de apoio ou estão numa fase que as/os filhas/os já são adultas/os não são mais tão dependentes, como é o caso de SD12 (mulher, 36, assessora de comunicação e freelancer) e SD13 (mulher, 65, chefe de assessoria de comunicação).

C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária), em seu diário, conta várias atividades que consegue fazer nesse horário mais cronometrado, além dos dois trabalhos que ela tem. Acorda, toma café da manhã, faz pilates e caminhada, fica um tempo com as crianças, sai para trabalhar no começo da tarde e emenda com o outro trabalho noturno. Além da organização dos horários cronometrados para conseguir dar conta de todas essas atividades, os pais de C3 moram com ela e dão suporte a essa dinâmica. Segundo o diário, a mãe dela faz o almoço todos os dias. Já o pai dela leva as crianças para a escola. Ela também tem um marido presente. Entre os homens com filhas/os, S2 (homem, 61, analista de comunicação) ressalta que a organização de horários também auxilia na conciliação entre as diferentes esferas da vida. No caso dele, isso ocorre em virtude de uma jornada de trabalho bem definida, no serviço público, apenas em dias úteis, em que não há necessidade de levar trabalho para casa.

Trabalho em horário comercial de dias úteis, com dedicação exclusiva. Fora do horário de trabalho, dedico-me a essas “outras esferas”. São como áreas estanques, apenas com a natural interpenetração entre elas, já que sou a mesma pessoa em todos os ambientes e horários (ou seja, além de jornalista – ou analista de comunicação – sou esposo e pai, p. ex.). (S2, Entrevista).

N2 (mulher, 25, editora-chefe) não tem filhas/os e trabalha numa rádio, com horários fixos para estar na redação e no estúdio. Como ela está se preparando para ingressar na carreira militar, conseguiu ajustes nos horários e tem saído mais cedo em alguns dias da semana. Nesses dias, quando chega em casa, conforme informações do diário, ela reserva duas horas para estudar. “Fico das 19h às 21h, aí eu janto e eu só olho depois que eu estudo se tem alguma demanda do trabalho. Se tiver algo de urgente eu desenrolo, mas se não for urgente eu deixo para o próximo dia. (N2, Diário). O uso de agenda e a inserção de metas da semana também foram ações recorrentes entre as/os entrevistada/os, independente do gênero e da parentalidade. SD5 (mulher, 29, jornalista e produtora de conteúdo freelancer), que não tem horário fixo de trabalho por exercer a atividade profissional como freelancer, contou que aderiu ao aplicativo Google Agenda para se organizar e conseguir dar conta da rotina pessoal e de trabalho. C4 (mulher, 41, gestora) citou que se organiza por meio do estabelecimento de metas de acompanhamento. “Do tipo: eu vou para a academia duas vezes na semana. Essa semana fui segunda. Que dia é hoje? Deixa eu achar um espaço da minha agenda e vou conciliando com outras coisas” (C4, Entrevista).

Diante do que foi discutido, foi possível observar que essa tática tem sido utilizada por jornalistas de todas/os grupos, porém com uma prevalência entre as mulheres que não têm filhas/os e os homens que exercem a paternidade. Outra diferença também foi verificada, de acordo com o regime de trabalho desenvolvido. Quem tem emprego formal, com horário definido, apesar da falta de flexibilidade ao longo do dia e da rotina mais estanque, demonstrou mais organização no modo de elencar as atividades, principalmente entre as mulheres que têm filhas/os. Aquelas com emprego que tem horário definido, em regime presencial, e que contam com ajuda de rede de apoio apresentaram uma rotina mais regular, com tempo definido para tarefas diversas. A maior parte dos homens com filhas/os apontou a tática de organização de horários para conseguir lidar com as diversas tarefas do dia. Essa facilidade de se organizar pode ocorrer em virtude do apoio que os homens com filhas/os devem ter de suas respectivas companheiras com essas atividades de cuidado e de casa, como já discutido.

6.2.2 Gestão de sociabilidades externas ao espaço laboral

Neste eixo temático estão aquelas táticas relacionadas à socialização com atores externos ao espaço laboral, que podem contribuir ou dificultar o gerenciamento do tempo dedicado às demandas. Jornalistas, mulheres e homens, com e sem filhas/os, têm chances de conciliar melhor as atividades do dia a dia, se distribuírem as responsabilidades com outras pessoas. Quanto mais obrigações em diferentes áreas da vida, mais se torna necessário ter apoio externo para lidar com toda a sobrecarga. As principais táticas utilizadas nesse eixo temático são *Organização de rede de apoio para as/os filhas/os* e *Divisão de tarefas domésticas com parceira/os e/ou outras pessoas*. É um eixo temático significativo para as mulheres, em virtude da divisão sexual do trabalho que imputa mais a elas a responsabilidade com as/os filhas/os e as demandas do lar.

As redes de apoio dizem respeito à disponibilidade de sistemas e de pessoas que proporcionam suporte e reforço às estratégias de enfrentamento do indivíduo diante das situações de vida (Rapoport; Piccinini, 2006). Essa rede que se dedica a dar suporte a quem têm filha/os, de acordo com a literatura (Pereira, E. *et al.*, 2020), geralmente é formada pelos familiares (com destaque para avós); pelos serviços de saúde, que fornecem apoio desde a gestação; pela creche/escola, que atua no cuidado e também no ensino; e outras formas de suporte que incluem empresas, babás e vizinhos. Dessa forma, ocorre uma distribuição da responsabilidade, enquanto as/os cuidadora/es principais estão trabalhando. É por meio das redes de apoio que mulheres trabalhadoras de classe média, por exemplo, conseguem estar presentes em trabalhos que demandam mais tempo e dedicação, mesmo que essas relações nem sempre se deem de forma amistosa, exigindo delas a administração de conflitos (Salvagni *et al.*, 2023). Aliado à divisão do cuidado com as crianças, dividir as tarefas domésticas também permite que as mulheres estejam mais presentes em outras atividades, incluindo o trabalho.

Pesquisas sobre maternidade e carreira apontam que, quando os homens participam e dividem as tarefas domésticas, há redução nos impactos negativos durante as tentativas de conciliação de atividades (Matias; Paiva; Alencar, 2022) e possibilidade de proporcionar o aumento do envolvimento das mulheres no mercado de trabalho (Salvagni *et al.*, 2023). Estudos de jornalismo também já mostraram que mulheres com parceiros que assumem responsabilidades domésticas, sentem-se mais no controle do trabalho e da vida pessoal (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019). Existe ainda a possibilidade de contar com ajuda

paga de empregadas domésticas. Entretanto, é preciso ponderar que em algumas situações são trabalhadoras também em situação de precarização (Melki; Mallat, 2014).

6.2.2.1 Organização de rede de apoio para as/os filhas/os

A tática de organizar rede de apoio para auxiliar nos cuidados de filhas/os foi a única citada somente por mulheres jornalistas que são mães. Entre as 15 que fazem parte do corpus, 12 consideraram que a conciliação entre trabalho e vida privada só é possível (ou foi, no caso de mulheres que as/os filhas/os já cresceram), em virtude da rede de apoio que assume a responsabilidade pelo cuidado, quando as mulheres estão exercendo as atividades profissionais. Podem funcionar como rede de apoio, segundo as entrevistadas, familiares (avós, avôs, tias), escola ou creches, empregadas domésticas e babás. Pais não são considerados como rede de apoio porque devem ser igualmente responsáveis pelas crianças, assim como as mães. Vale ressaltar que nenhum dos homens com filha/os citou a rede de apoio como algo importante para lidar com a rotina ou como um elemento fundamental para conseguir equilibrar as atividades diárias, mesmo aqueles mais participativos. Pode ser uma lacuna do corpus, em virtude do número menor de entrevistados em comparação com as mulheres, porém pode também indicar não se tratar de uma preocupação ou percepção desses entrevistados, provavelmente por contarem com as companheiras na divisão das tarefas de cuidado.

C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária) tem uma rotina com muitas atividades, incluindo dois trabalhos, e reconhece que só é possível se organizar dessa forma por causa da rede de apoio que possui, como citado na seção anterior. “Eu só tenho essa possibilidade de me organizar por essa rede de apoio. (...) Eu tenho uma clareza muito grande que eu não consigo ser a super-heroína em todos os aspectos da minha vida” (C3, Entrevista). A rede de apoio dela é formada pelos familiares (no caso de C3, os avós das crianças) e pela escola, assim como é o suporte de outras mulheres do corpus (ND1, ND2, ND6, ND7, SD12, SD15, N1, N4). Há também aquelas que contam prioritariamente com o apoio da escola (SD14) e também as que possuem ou possuíram babás (C4, SD13, N4). Pelo relato das mulheres, é possível inferir que aquelas que possuem uma rede de apoio muito forte entre as/os familiares ou que podem contratar apoio pago conseguem/conseguiram organizar melhor o dia a dia ou inserir uma quantidade maior de tarefas a serem feitas na rotina. ND6 (mulher, 34, editora e assessora de comunicação) e ND7 (mulher, 37,

apresentadora e repórter de TV), como citado no capítulo anterior, chegaram a deixar as/os filhas/os um período da infância para focar na inserção no mercado de trabalho.

Quem depende prioritariamente da escola ou de creches encontra dificuldades com a incompatibilidade entre os horários das instituições de ensino e do trabalho no jornalismo, principalmente nas redações. ND1 (mulher, 39, repórter) paga escola em tempo integral (o jornal onde ela trabalha disponibiliza bolsa para apenas um turno), mas houve momentos que precisou pagar um valor extra à instituição de ensino por ter que entrar muito cedo na redação do jornal. “Como eu entrava às 7h e a aula deles só começava às 7h30, eu contratei um serviço extra da escola para poder deixar os dois às 6h30 para eu poder sair e chegar a tempo no jornal às 7h” (ND1, Entrevista). Na época da pesquisa de campo, segundo relatos do diário, ela trabalhava no horário tarde/noite, e as crianças precisavam ficar com a avó algumas horas, depois da escola, enquanto ela saía da redação. Além disso, ela também contava com uma adaptação no formato do trabalho. Como estava no horário das 15h até meia-noite, ela saía do trabalho por volta das 21h durante o horário de intervalo, pegava os filhos e seguia para casa. O restante do expediente ela cumpria no regime de *home office*. SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer), mesmo trabalhando *home office*, tem dificuldade com os horários da escola e de trabalho. “Minha chefe sempre marca reuniões 3h da tarde. Aí eu falo ‘4 horas e eu preciso sair pra buscar menino na creche’. E é sempre um problema porque aí eu peço para começar por mim e ela nunca começa” (Entrevista, SD14).

Diante do exposto, a tática apresentada é a que faz mais diferença na rotina das jornalistas que são mães. Entre todas as citadas, a possibilidade de ter rede de apoio, principalmente com familiares ou funcionárias, é a alternativa que mais contribui para que as mulheres consigam subverter as barreiras impostas pela maternidade e pelo gênero no momento de construir suas carreiras. É a tática que mais auxilia, na prática, as tentativas de conciliação entre as atividades de trabalho e as outras demandas da vida privada. Mesmo profissionais que são mães de mais de uma criança ou que possuem mais de um vínculo empregatício, conseguem cumprir essa rotina de trabalho por contar com esse apoio e ainda inserir outras atividades como estudos e exercícios físicos. Isso aponta para a importância do fortalecimento das relações em redes no apoio ao desenvolvimento da carreira de mulheres (Gálvez, 2007; Tsui; Lee, 2012; Melki; Mallat, 2016), com participação das empresas, do estado e da sociedade em geral. Entretanto, ainda assim, é preciso ponderar que há mães que se cobram por não estarem presentes, mesmo que contem com rede de apoio (Tsui; Lee, 2012) e nem sempre conseguirão dar prosseguimento à carreira pela visão social da maternidade que provoca sentimentos ambivalentes, conforme já discutido.

6.2.2.2 Divisão de tarefas domésticas com parceira/os e/ou outras pessoas

A tática de dividir tarefas domésticas com parceiros e/ou outras pessoas (que podem ser da família ou funcionárias/os) para tentar conciliar as responsabilidades do trabalho com as demandas da vida privada foi identificada em quase todos os grupos pesquisados, menos entre os homens que não têm filhas/os. Nesta seção, o foco é naquelas/es que falaram que possuem essa responsabilidade e que, como tática para conseguir equilibrar melhor as diversas esferas da vida, dividem essas tarefas com as pessoas com quem moram juntos/as (parceiras/os e familiares) ou diaristas e empregadas domésticas. Entre as tarefas domésticas que as/os entrevistadas/os dividem, foram citadas principalmente cozinhar e lavar as louças. Quem mais se referiu a essa divisão de tarefas domésticas foram as mulheres que são mães, muito possivelmente por lembrarem mais dessa dinâmica, em virtude da sobrecarga relacionada à divisão sexual do trabalho e às demandas da maternidade que incluem muitas vezes serviços domésticos que auxiliam na organização da rotina com as/os filhas/os.

S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato) contou, em seu diário, que o companheiro tinha feito o almoço, que é ele quem estava com essa “missão” no momento da pesquisa de campo. Ela chegou do trabalho, almoçou e depois foi fazer outras tarefas domésticas, como lavar louças e roupas. ND4 (homem, 50, assessor de comunicação de sindicato) também relatou em seu diário que, para diminuir custos, está levando almoço em marmita feita em casa, que ele e a esposa dividem a cozinha. “Devido à agenda diária corrida, o arroz e o feijão fazemos em grande quantidade e congelamos. Na hora do almoço basta descongelar ou reaquecer e fazer alguma carne ou outra mistura para acompanhar”, (ND4, Diário). Também em seu diário, SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação) falou sobre a divisão de tarefas com o companheiro. Ela contou que, ao longo do tempo, eles foram percebendo quem tinha mais dificuldade de fazer determinada tarefa entre os serviços de casa e, a partir disso, foi se concretizando uma divisão mais informal. “Eu percebi que ele tem muita dificuldade de lavar louça, é uma das coisas que ele mais detesta fazer. Normalmente sou eu quem cuido da louça, normalmente ele quem cuida da comida. É ele quem faz a comida” (SD15, Diário). O casal também conta com o serviço de uma mensalista que auxilia nessas tarefas.

ND2 (mulher, 35, jornalista no serviço público) também divide as tarefas entre o companheiro e uma empregada doméstica que auxilia o casal. Como ela trabalha 5h/dia e ele atua em uma jornada de 8h/dia, ND2 considerou que ficaria muito sobrecarregada para dar conta de ficar com a filha e fazer as tarefas domésticas, na ausência do companheiro. “Ia ficar muito pesado para eu estar sozinha tendo que à tarde ficar com a [informação suprimida],

brincar, ajudar na tarefa e organizar a casa, trabalho doméstico mais os cuidados” (ND2, Entrevista). SD5 (mulher, 29, jornalista e produtora de conteúdo freelancer) também pela sobrecarga de atividades conta com o auxílio da mãe e do namorado para algumas tarefas domésticas, como fazer mercado e cuidar da cachorra, e elege um dia para fazer algumas tarefas, como cozinhar. “Faço comida pra semana inteira (...) Conto com a ajuda da minha mãe ou do meu namorado pra fazer mercado. (...) São coisas que eu faço para poder dar uma amenizada na rotina” (SD5, Entrevista).

Conforme o exposto, a tática de dividir tarefas domésticas está presente em quase todos os grupos e prioritariamente entre as mulheres que são mães. A distribuição permite que elas, mesmo diante de um contexto de divisão sexual do trabalho, consigam estabelecer condições mais igualitárias dentro da dinâmica das relações, possibilitando que toquem suas rotinas, façam outras tarefas, evitem a sobrecarga e se envolvam mais com o mercado de trabalho, como já citado na literatura da área (Gálvez, 2007; De Vuyst, Raeymaeckers, 2019; Matias; Paiva; Alencar, 2022; Salvagni *et al.*, 2023). A presença de empregadas domésticas e diaristas também é algo existente, mostrando que as jornalistas seguem contando com outras mulheres para dar conta dos serviços domésticos de suas casas, enquanto elas estão dedicadas a outras atividades. Isso deixa evidente a divisão sexual do trabalho e a desigualdade na responsabilidade pelo trabalho do cuidado que ainda recai mais sobre as mulheres e muitas vezes em condições precárias. Há indícios de mudanças sociais com a participação de homens nessa distribuição de tarefas, sejam companheiros, namorados ou mesmo os próprios jornalistas que se responsabilizam por tarefas domésticas, mas ainda não é uma dinâmica generalizada.

6.2.3 Investimento em saúde e bem-estar

Neste eixo temático está a tática relacionada à busca por conciliar as demandas de trabalho com atividades de prazer e/ou de cuidado com a saúde física e mental. São as formas que os jornalistas utilizam para investir em saúde, bem-estar e qualidade de vida, diante da rotina intensa de trabalho e outras responsabilidades prioritárias, como filhas/os e manutenção do lar. Essa tática não auxilia exatamente na administração do tempo dedicado às atividades, mas possibilita que as/os jornalistas mantenham em dias os cuidados com a saúde física e mental, permitindo que se dediquem com mais disposição às outras responsabilidades. Essa tática não é citada por todas/os participantes da pesquisa, indicando que existem jornalistas que podem ter dificuldade de inserir práticas saudáveis, em virtude da rotina intensa de

trabalho e num cenário de precarização, ou que essa é uma preocupação menor das/os profissionais e por isso passou despercebida. Diante do cenário de saúde das/os trabalhadoras/os no jornalismo brasileiro (Lima *et al.*, 2022), a tendência é que a primeira inferência esteja correta. Conforme dados do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, a maior parte (66,2%) afirmou sentir estresse no trabalho; pouco mais de um terço da categoria (34,1%) já teve o estresse diagnosticado, e 20,1% responderam que receberam o diagnóstico de algum transtorno mental relacionado ao trabalho.

A seguir, discorro mais detalhadamente sobre a utilização dessa tática entre participantes da pesquisa.

6.2.3.1 Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental

A tática de inserir atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental foi citada em todos os grupos de entrevistadas/os, com uma leve prevalência de gênero e parentalidade para as mulheres que são mães. Essa prática consiste em fazer algo que contribua para fortalecer o corpo, física e mentalmente, a fim de estar bem inclusive para assumir as responsabilidades das outras esferas da vida. Entre as práticas citadas, estão atividades físicas, como musculação e dança; terapia; acompanhamento psiquiátrico; hobbies, como leitura; e atividades de diversão e lazer. No Quadro 9, estão elencada/os as/os jornalistas por grupo que fazem uso dessa tática no dia a dia. Isso não quer dizer que as/os demais jornalistas do corpus não citaram que fazem atividades físicas, de leitura ou de lazer em suas rotinas. Porém, neste tópico, o foco está em jornalistas que de alguma forma citaram que utilizam essas atividades como uma tática ou um facilitador que contribui para que elas/eles consigam tentar conciliar as diferentes responsabilidades que assumem nas várias áreas da vida.

Antes de iniciar as atividades de trabalho, S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo freelancer) todos os dias realiza treinos de musculação na academia. Além disso, conta que aproveita bem os fins de semana para se divertir em atividades, como tomar café com as amigas, dar uma volta de bicicleta, sair para dançar. Dessa forma, ela acredita que concilia melhor o trabalho com outras áreas da vida que julga importantes, mesmo que tenha dificuldades de colocar estratégias de organização em prática. SD2 (mulher, 25, produtora de conteúdo freelancer) utiliza a tática de priorizar a dança como algo que auxilia a dar conta das outras demandas da vida. “A dança é uma coisa que me ajuda muito a desestressar e com a minha saúde. (...) São raros os dias que eu não vou para a aula porque eu estou trabalhando.

(...) Não vou abrir mão de fazer alguma coisa que me faz muito bem a troco de uma reunião” (SD2, Entrevista). SD8 (homem, 39, assessor de imprensa) contou, em seu diário, que busca fazer os trajetos de ida e volta aos locais de trabalho de transporte público para fazer suas leituras. Na época da entrevista, ele estava lendo o livro *Almas Mortas*, do escritor russo Nikolai Gógol. “Fiz esse caminho de volta e cheguei em casa por volta das 9 e 9h15, 9h20 mais ou menos, depois de ler aproximadamente 30 páginas do livro” (SD2, Diário).

ND5 (mulher, 25, produtora de narrativas) e SD10 (homem, 40, editor/jornalista) também citaram a importância de inserir práticas de diversão e lazer para conseguir dar conta da rotina. SD10, na época da entrevista, estava buscando fixar os horários para as atividades e evitando pegar no celular, quando estivesse fora do horário de trabalho. Aliado a isso, ele citou também a tentativa de sair para se divertir junto ao companheiro e deixar de lado em alguns momentos o modo intenso de trabalho. SD12 (mulher, 36, assessora de comunicação e freelancer) e ND4 (homem, 50, assessor de comunicação de sindicato) entre as táticas que utilizam para buscar equilibrar melhor as várias responsabilidades da rotina está a terapia. Um dos motivos de ND4 ter buscado a terapia foi o fato de ser workaholic e ter dificuldades de conciliar as diferentes esferas da vida. “Quem não consegue, acaba caindo numa terapia, no meu caso, acaba sendo obrigado a buscar outro caminho para poder ter sanidade de alguma maneira. (...) Fui buscar a terapia para tentar melhorar” (ND4, Entrevista). Já C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária) não consegue dar continuidade à terapia, mas faz acompanhamento psiquiátrico com medicamentos.

Pelo exposto, foi possível perceber que essa é uma tática utilizada por jornalistas de todos os grupos, sem tantas diferenças de prática, a depender do gênero ou da parentalidade. Isso pode indicar que as questões que afetam a saúde física e mental das/os jornalistas, como o trabalho precarizado ou a sobrecarga de atividades, estão presentes nas condições laborais das/os profissionais, incidindo em toda/os e sendo motivo de preocupação pelo menos de uma parte das/os jornalistas.

6.2.4 Materialidade das condições de trabalho

Este eixo temático trata das condições físicas de trabalho das/os jornalistas. Atualmente, com a flexibilidade nos formatos e a diversidade de funções, o espaço de trabalho jornalístico não se materializa somente dentro de uma redação. Existem jornalistas trabalhando em repartições públicas, em casa, em locais de *coworkings* e nos mais diferentes espaços, com a facilidade do uso de dispositivos móveis e plataformas digitais. O modo como

essas/es profissionais se acomodam para trabalhar e dispõem os objetos pode dar pistas do espaço que a vida privada tem no trabalho e vice-versa. Portanto, a tática que está inserida neste eixo temático é a de *(Re)configuração dos espaços de trabalho*. Jornalistas usam de personalização e improvisação (Lelo; Meneses; Pereira, 2024), especialmente quando atuam em *home office*, para tentar conciliar as dinâmicas de trabalho com as responsabilidades domésticas. Se estão em ambientes mais coletivos como redações e repartições públicas, podem trazer para as mesas de trabalho elementos que indiquem, subjetivamente, como trabalho e vida pessoal estão entrelaçados.

A seguir, detalho o uso dessa tática entre participantes da pesquisa.

6.2.4.1 (Re)configuração dos espaços de trabalho

Diferente das outras táticas elencadas que requerem uma estratégia prática, a configuração dos espaços de trabalho está mais relacionada ao modo como as/os jornalistas compreendem as suas próprias subjetividades e relacionam isso ao ambiente de trabalho. Ou seja, de que forma os seus outros papéis sociais são desempenhados/assumidos dentro do espaço laboral, no modo como organizam suas mesas de trabalho. Para isso, foram analisados os dados coletados nas fotografias produzidas pelas/os participantes (43 imagens, vindas de 34 jornalistas). Nem todas as mesas de trabalho, seja em *home office*, redações ou repartições públicas, indicaram essa tentativa de conciliação entre vida pessoal e vida laboral. A maioria delas apresentava elementos mais impessoais, que não conseguiam deixar transparecer em imagens aspectos de outras áreas da vida das/os profissionais. Do total de jornalistas que enviaram fotografias, 13 estruturam os espaços de trabalho, de modo que fosse possível identificar outros papéis sociais e indicar uma tentativa de conciliá-los. De todos os grupos analisados, o que mais teve recorrência da vida pessoal no espaço de trabalho ou vice-versa foi o de jornalistas homens que têm filhas/os. As fotos enviadas por todos os oito (SD6, SD1, SD7, ND4, S2, C2, S1, SD8) apresentaram esses elementos.

Entre as mulheres com filhas/os, apenas quatro indicaram isso (C3, SD14, S3, ND6), enquanto as que não têm filhas/os só uma (SD5). No grupo dos homens que não têm filhas/os, esses elementos não apareceram nas imagens. SD5 (mulher, 29, jornalista e produtora de conteúdo freelancer) enviou três fotos do ambiente de casa que ela fez de escritório. Segue a descrição das imagens:

1ª) Fotos do escritório: estante de livros, rede, planta acima da estante, poltrona com almofada e bolsa, fotos e quadros ao lado da estante, tapete e para animal de estimação no chão. 2ª) Fotos do escritório: Sofá, poster dos Beatles, outros posters fotos pessoais, estante alta com alguns livros, plantas, no chão, encostado no sofá, um quadro com uma página antiga do jornal Folha de São Paulo. 3ª) Mesa de trabalho: desktop (ligado com imagem de área de trabalho) e laptop (em suporte. Imagem espelhada do desktop), caixa JBL, decoração, fone, três plantas, xícara com canetas e material de escritório, copo com canudo, papel, bloco de anotação, pasta com papel, canetas, post it. Na parede um quadro de um planner mensal. (Descrição da/os pesquisadoras/es).

O espaço demonstra a proximidade do trabalho com o ambiente de casa, em virtude da atuação como freelancer, o que permite com que ela tenha uma facilidade para conduzir as responsabilidades caseiras e laborais, porém, ao mesmo tempo, uma mistura maior entre as áreas da vida. “Hoje, eu nem tirei pijama, então eu tomei café e já sentei pra trabalhar porque eu tenho que entregar uma matéria hoje, então eu já sentei, comecei a fazer as minhas coisas” (SD5, Diário). C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária) também tem essa proximidade no escritório que improvisou em casa. Segue a descrição:

Mesa com computador (notebook, ligado na área de trabalho), luminária, cadernos, um pequeno enfeite. Embaixo da mesa: dois ventiladores. Ao fundo, parede rabiscada por crianças, posters, um quadro de avisos, desenhos de crianças pregados na parede. Na estante, porta retrato, bolsa, dois objetos artísticos (Descrição da/os pesquisadoras/es).

Faz uma atividade com os filhos e logo depois vai para o quarto trabalhar. “Conversamos, brincamos bem pouquinho e me tranco no quarto que chamo de escritório para adiantar algumas coisas do trabalho (de professora)” (C3, Diário). Além da proximidade, a intersecção entre as áreas da vida também aparece na decoração do espaço, que tem uma parede rabiscada pelas crianças e uns desenhos também feito por elas.

Essa conciliação da dimensão afetiva com diferentes dimensões da vida também está representada na mesa de SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto freelancer). O quarto do filho dela foi feito de escritório, já que a criança ainda dorme com o casal. Ela, às vezes, trabalha no quarto e em outros momentos na sala. A foto da mesa montada mostra equipamentos de trabalho, como notebook, monitor de desktop, porta-canetas com canetas e lápis, modem e luminária, e também elementos que representam a vida pessoal da jornalista, a exemplo do porta-retrato com foto de família (festa junina) e um enfeite infantil escrito o nome do filho. Embaixo da mesa ainda há dois skates, uma lixeira e uma bola. S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo freelancer) e ND6 (mulher, 34, editora e assessora de comunicação) não possuem objetos que representem o papel de mãe, mas as imagens apontam

para a tentativa de conciliação com outras esferas da vida. Na mesa de trabalho de S3 há esmaltes, batom, óleos, remédios, no meio dos objetos utilizados no trabalho, como computador, crachás, *post-its*, canetas e papéis. ND6 não tem um lugar fixo para trabalhar. A foto enviada é do notebook em cima da cama, com cobertor desarrumado. “Como eu trabalho em regime *home office* nas duas funções, não adaptei um espaço para o trabalho. Se os meninos estão em casa, eu fico no quarto. Quando estão na escola, vou para a sala” (ND6, descrição própria da imagem).

Entre os homens que têm filhas/os, cinco mostraram utilizar essa tática de configuração da mesa de trabalho, indicando a tentativa de conciliação dos papéis sociais de jornalista e de pai. S2 (homem, 61, analista de comunicação) informou que na imagem da estação de trabalho enviada por ele aparentemente não havia nenhuma referência à família, porém, em um dos calendários, há anotação de duas consultas médicas do filho. Segue a descrição da foto:

Em cima da mesa de trabalho, tem um desktop com dois monitores (um com site aberto, outro ligado, com área de trabalho), fone, dois calendários, telefone fixo, porta-canetas cheio. Abaixo da mesa: Gaveteiros com chave e duas lixeiras. Ao fundo: outras estações de trabalho (ao menos duas visíveis) com dois monitores em cada (Descrição da/os pesquisadoras/es).

C2 (homem, 44, editor-chefe), que trabalha *home office*, enviou uma foto que mostra outras esferas da vida pessoal, como o entretenimento (poster e capacete do Darth Vader, personagem de Star Wars), e a relação com a família (foto com os filhos). Segue a descrição da imagem:

Mesa ampla de trabalho com parede ao fundo. Em cima da mesa: desktop (ligado, site de notícias), bloco de anotações, três canecas com canetas e outros materiais de escritório, caixas, papéis, potes de vidro, xícara pequena com pires, caneca, objeto (parece algo de decoração), pote com biscoitos, dois porta-retratos com fotos de filhos, impressora com calendário em cima. Em cima da mesa, ao fundo: dois posters (Gandalf e Darth Vader) e um capacete do Darth Vader. Na parede: três quadros com astronautas. Ao lado da mesa: estante de livros (Descrição da/os pesquisadoras/es).

S1 (homem, 40, assessor de imprensa) e SD7 (homem, 54, assessor de imprensa e produtor de conteúdo) também possuem fotos de crianças nas imagens enviadas, indicando a possível relação com os filhos. Já SD1 (homem, 42, produtor de conteúdo e fotógrafo freelancer) improvisou um escritório na sala, com a mesa de jantar. Além do notebook, na foto

havia remédios, canetas, copos infantis e garrafa de água descartável. Ao fundo da sala, além do sofá, do rack e da TV, tinha também brinquedos.

Mesa de centro (parece ser a mesa da sala de jantar que foi encostada na sala de estar para virar um espaço de escritório) com remédio, pilhas, notebook (fechado), canetas, copos infantis e garrafa de água descartável vazia. Ao fundo, sala de estar (sofá, rack com TV, brinquedos, varanda ao fundo) (Descrição da/os pesquisadoras/es).

Eu trabalho na mesa de jantar em alguns momentos, quando preciso editar textos e imagens no notebook. Praticamente metade da minha jornada profissional consigo cumprir trabalhando no meu celular. Na mesa, deixamos os remédios que meu filho tem tomado (tem ficado doente com frequência por causa da introdução no ambiente escolar), outros materiais de trabalho (como minha câmera, flash etc) e algumas bagunças diárias. Sem estresse com essa bagunça porque, com filho pequeno, a sua tolerância com arrumação é ajustada (para baixo). (SD1, descrição própria da imagem).

Conforme o exposto, a tática da configuração dos espaços como uma representação das tentativas de conciliação das diferentes esferas de interesse na vida das/os jornalistas não foi observada entre a maioria das/os entrevistada/os. A maior parte enviou imagens de mesas de trabalho mais impessoais, mesmo quando eram improvisadas. No grupo de mulheres mães, foco desta pesquisa, a maioria não atua em espaços que tenham alguma relação com ou de representação de outras esferas da vida, como a maternidade. Essa identificação com a parentalidade foi mais observada entre os homens que são pais. Essa diferença muito evidente pode ter relação com a limitação da amostra do estudo. Entretanto há chances de indicar alguma tentativa das mulheres de se afirmarem mais pertencentes ao grupo profissional do que ao papel de mães nos ambientes de trabalho, preferindo uma separação desses espaços, já que os lugares onde trabalho jornalístico é desenvolvido contribuem para cultivar o senso de pertencimento entre esses profissionais (Maares; Banjac; Nölleke, 2023) e também são considerados espaços significativos pelo envolvimento das/os profissionais que interagem em torno de objetivos, problemas e concepções semelhantes sobre a profissão (Usher, 2015).

6.3 PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA ENTRE AS JORNALISTAS-MÃES PARA TENTAR CONCILIAR TRABALHO JORNALÍSTICO E MATERNIDADE

Diante da discussão da seção anterior, foi possível perceber que há semelhanças e diferenças, a depender do grupo pesquisado, em relação ao repertório de táticas utilizadas para tentar conciliar as demandas da vida profissional e da vida pessoal. Como o foco desta pesquisa são as mulheres que vivenciam a maternidade, nesta seção discuto questões

relacionadas às práticas empregadas por esse grupo de informantes, que acabam se tornando modos de resistência aos constrangimentos e violências relacionados ao gênero, visando a manutenção na profissão. Ao pensar na situação desfavorável das mulheres no mercado de trabalho jornalístico, principalmente das mães, diante do que já foi debatido neste estudo, essas táticas funcionam como uma maneira delas ocuparem espaços dentro da profissão, mantendo as outras demandas da vida privada. Apesar da situação mais difícil para as jornalistas, foi possível perceber que muitas vezes elas conseguem subverter e até alcançar posições favoráveis dentro de uma carreira marcada por movimentos atípicos e não-lineares (Kikuti, 2023). De acordo com o que foi analisado no corpus, isso ocorre principalmente por dois motivos: a presença de rede de apoio e acolhimento e as tentativas de ser multitarefas.

Como já foi discutido, a tática mais citada por mulheres-mães foi a presença de rede de apoio que atua na ausência delas, indicando que a prática de apoio e acolhimento que as mulheres recebem de quem está perto, seja por meio de ajuda familiar ou paga, na contratação de profissionais, é um aspecto fundamental para manter as mães no mercado de trabalho. Elas resistem mais ou menos aos prognósticos mais fatalistas na carreira jornalística, a depender da rede que conseguem construir social e/ou financeiramente. Ou seja, capital social e/ou financeiro (Djerf-Pierre, 2005; Tsui; Lee, 2012) tem influência direta na possibilidade de a mulher conseguir se projetar profissionalmente. Nesse caso, a exemplo do que ocorreu com C3 (mulher, 35, jornalista e professora universitária), ND1 (mulher, 39, repórter), ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação), ND7 (mulher, 37, apresentadora e repórter de TV), N1 (mulher, 33, coordenadora e editora de conteúdo) e N4 (mulher, 45, diretora de conteúdo), a presença de familiares, escola e apoio pago permitiu que elas concilhassem a maternidade com a rotina diária de trabalho, exercendo a função que gostariam (ND1, N1, e N4 conseguiram prosseguir na redação, as duas últimas como chefes); superando obstáculos relacionados a cor/raça e à falta de apoio dos genitores (ND6 e ND7 tiveram apoio dos pais na criação das/os filhas/os pequenos); e fazendo transições na carreira (C3 concluiu o doutorado e atua também como professora universitária, enquanto N4 passou a ser chefe).

É preciso ponderar, entretanto, três aspectos relacionados à rede de apoio. Em primeiro lugar, é uma busca por uma solução restrita ao contexto familiar e não representa mudanças coletivas em prol da participação das mulheres no mercado de trabalho profissional. Em segundo lugar, em virtude da concepção cultural de maternidade, de responsabilização da mãe pelo cuidado principal das/os filhas/os (Iaconelli, 2023; Souza, 2022), há mulheres que ainda sentem, de forma negativa, o fato de não poderem estar presentes em casa desempenhando o

papel de mãe, por terem o desejo de exercerem uma maternidade emocionalmente gratificante (Tsui; Lee, 2012), como é o caso de SD16 (mulher, 45, jornalista empresária - freelancer).

Por último, a rede de apoio entre as jornalistas ainda reflete a sobrecarga de outras mulheres da família ou da sociedade em geral. Todas aquelas que contrataram pessoas para cuidar das/os filhas/os disseram se tratar de outra mulher, empregadas domésticas ou babás. No caso do círculo familiar, são as avós e tias das crianças as mais citadas. Ou seja, para que mulheres jornalistas de classe média, brancas, em sua grande maioria, resistam dentro do mercado de trabalho, é necessário contar com outras mulheres, reforçando a divisão sexual do trabalho. Mesmo aquelas jornalistas que citaram a atuação de companheiros, maridos e ex-maridos que dividem a responsabilidade com as crianças, também precisam contar com essas profissionais ou com familiares mulheres para conseguirem conciliar as diferentes esferas da vida. Isso é um indício de que as transformações profundas nas dinâmicas sociais dos papéis de gênero ainda estão caminhando e seguem reproduzindo desigualdades.

Além da rede de apoio objetiva, foi possível observar no relato das mulheres que a rede de acolhimento também é uma forma de resistência no enfrentamento às situações desfavoráveis. Esse acolhimento se estende à compreensão do papel social de mãe entre as pessoas do trabalho e ao senso de coletividade e apoio mútuo entre mulheres a partir da aproximação com o feminismo, como é o caso citado por algumas entrevistadas, como C3 (mulher, 35, jornalista e professora universitária). Ao que parece, as chances de as mães-jornalistas manterem viva essa tentativa de equilibrar a maternidade e a carreira se ampliam quando existe, para além do apoio com o trabalho do cuidado, uma sensação de acolhimento com as demandas maternas por parte de familiares e colegas de trabalho, aliviando a sobrecarga mental das profissionais e o sentimento de culpa presente em muitas mães (Iaconelli, 2023; Badinter, 2011). Assim, de acordo com C3:

O fato de eu pensar em construir uma carreira ou por exemplo não desistir de ser professora, porque eu tenho que formar um super currículo, ele se dá porque eu tenho toda essa rede de apoio e toda essa clareza do que é a maternidade para mim, do que é a minha vida profissional para mim. (...) A estratégia é você conseguir alguém ou uma rede ou algo que vai te ajudar nessa maternidade. (C3, Entrevista).

Acho que tem pouco mais de um ano, a chefia, a nossa chefe imediata, é uma mulher, e uma mulher maravilhosa, muito diferenciada de soluções coletivas, de valorização da equipe, de articulação, de um olhar feminino e feminista que na [informação suprimida] eu nunca tinha visto. Então esse cenário de hoje do meu trabalho de hoje eu descreveria assim, mas também com a consciência que não é um cenário que não é regra da [informação suprimida], muito pelo contrário, eu acho que a gente está numa bolha de trabalho, que é ruim falar isso, que eu nem sei quanto tempo vai durar, porque daqui um ano mudou a chefia, mudou a [informação suprimida], isso talvez possa mudar, mas dessa experiência que eu acho que fica é

essa coletividade do corpo de técnicas, que inclusive nos dá força para brigar quando vier ou se vier algo diferente disso. (C3, Entrevista).

Esse acolhimento subjetivo também se dá a partir do conhecimento e da reflexão de com questões relacionadas ao gênero, ao feminismo e à maternidade. Ainda sobre a trajetória de C3, ela relatou que na época do doutorado pensou sobre maternidade, feminismo e a realidade profissional das mulheres e passou a problematizar a conciliação dos papéis sociais de profissional, mãe, estudante. “Ah, estou fazendo doutorado e o tempo que eu podia estar com meus filhos eu não estou, mas hoje isso para mim já é uma questão superada por muito trabalho em terapia, no feminismo também, que é legítimo eu querer outras coisas” (C3, Entrevista).

Além do fator de acolhimento, existem jornalistas que acreditam que houve um transbordamento positivo das demandas da família para o trabalho depois que se tornaram mães. Ou seja, as habilidades adquiridas após a chegada das/os filhas/os ajudaram na dinâmica do trabalho, impulsionando essas mulheres a buscarem conciliar os dois papéis sociais. C4 (mulher, 41, gestora), por exemplo, acredita que os aprendizados da maternidade contribuíram para ela ter se aprimorado como gestora.

Eu acho que os aprendizados da maternidade, às vezes, se refletem muito nos aprendizados da gestão e vice-versa, porque é lidar com pessoas. Eu não estou dizendo de fazer uma gestão paternalista, não. É no sentido de você entender que as pessoas são diferentes, que cada pessoa tem tempo de aprendizagem, mas que, também, se você não soltar a pessoa e deixar ela caminhar sozinha, ela não vai. Então, tem alguns paralelos, assim, com a maternidade que eu acho que são muito interessantes. E eu acabo dialogando, também, nesse sentido, entre as duas áreas. Eu uso o conhecimento de uma coisa com a outra e da outra coisa com uma e guardadas as devidas proporções, mas eu consigo enxergar coisas parecidas ali. (C4, Entrevista).

As mulheres também conseguem manter as mais diversas atividades por tentarem ser multitarefas. As jornalistas planejam e executam atividades com suas/seus filhas/os, além de estarem sempre atentas ao que está ocorrendo com elas/elas. Ao mesmo tempo que fazem isso, dedicam-se ao trabalho. Não parece haver muita separação entre o desempenho dos dois papéis sociais, de jornalista e de mãe. Isso é mais presente entre aquelas que trabalham no regime *home office*, em que os limites entre os espaços privados e o ambiente de trabalho são bem mais porosos. Entretanto, isso também ocorre entre as mães que trabalham em redações e repartições públicas. Como já citado na seção anterior, elas fazem uso da tática de utilizar as plataformas digitais para facilitar o acompanhamento da rotina das/os filhas/os. ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação) trabalha em dois empregos em casa. Divide-se entre as demandas com a filha e o filho, que já são adolescentes, e os dois trabalhos. A dinâmica do

home office e da flexibilidade do horário contribui para isso. Ela faz pausas ao longo do dia para atender às demandas de alimentação e de atenção.

Os meninos chegam da escola às 5h da tarde, às 5h30, quando tem trânsito. E aí piora um pouco porque eles chegam, estão com fome, aí eu tenho que começar, eu tô trabalhando e já tenho que começar a pensar no que eu vou fazer para jantar. No dia que não dá mesmo eu vou ter que recorrer ao IFood, a gente sempre tem como pedir Ifood. Aí eu fico até umas 7h, 8h da noite, eu já estou fazendo alguma coisa, cuscuz aqui é rei. Vou lá e faço, cozinho, eles comem e volto pro quarto, pro computador. Deu umas 8h eu tô mais tranquila, como meus meninos chegam da escola, chegam sempre com novidades do dia. Assim que eles chegam eu fico meia horinha conversando com eles e eu compenso depois das 8h. (ND6, Entrevista).

Três ponderações precisam ser feitas em relação a essa dinâmica da mulher multitarefas. Primeiro, conforme Souza (2022), que também a chama de “mulher-polvo”, essa tentativa de “abraçar tudo e todos” é resultado das desigualdades que obrigam as mães a lidar com demandas que os homens ao seu redor não assumem. Segundo, mesmo se esforçando, os ideais de perfeição materna ainda costumam afetar a autoestima e podem aumentar a sensação de culpa (Souza, 2022). Terceiro, as mulheres também correm o risco de negligenciarem outras áreas da vida, contribuindo para o próprio adoecimento físico e mental. Ainda no relato de ND6, ela contou se sentir muito cansada com a rotina de dois trabalhos *home office* e do cuidado com as/os filhas/os, e que essa dedicação fez com que ela se deixasse de lado. “Eu agora estou tentando retomar essa minha parte de ser uma pessoa, ser um indivíduo também, porque eu entrei nesta de ser mãe e trabalhadora e a parte da [nome da entrevistada] ficou meio que parada, estacionada no tempo” (ND6, Entrevista). ND1 (mulher, 39, repórter), no seu diário, contou que, mesmo quando as crianças não dormem com ela, existe uma demanda que precisa ser cumprida de preparação e planejamento das atividades dos filhos, que se torna desgastante.

Eu vim, eu ia só deixar as mochilas e fazer minha limpeza de pele, mas aí lá não abriu na limpeza de pele e eu acabei ficando, fazendo as tarefas com eles [na casa onde o pai das crianças estava morando]. E é muito doido porque, enfim, você vê o pai tá lá e a mãe dele também tá lá. E você vê claramente que é a mãe que ajeita a mochila, que é a mãe que ajeita o almoço. (...) Eu ia sair, só que na tarefa eu vi que o [nome do filho mais velho] não tinha nada, não tinha um lápis, eu vi que lá não tinha nenhum apontador. Não tinha um lápis, não tinha nada. Acabou que eu saí, fui comprar apontador, lápis, lápis de cor, lapiseira e deixei neles lá de volta. E agora estou indo almoçar na minha mãe, pagar umas contas no banco e de lá sigo pro jornal. (ND1, Diário).

Diante do exposto, fica evidente a participação ativa das próprias mulheres na intenção de enfrentar as dificuldades e as limitações do mercado de trabalho e da sociedade atual no apoio à maternidade exercida por elas. São elas que, individualmente, de modo

informal, movimentam-se para tentar equilibrar as responsabilidades com o trabalho e com as/os filhas/os e encontrar formas de seguir na carreira jornalística. Nos relatos das jornalistas, não há programas e projetos nas empresas jornalísticas ou nas repartições públicas que contribuam para favorecer essa conciliação. Apenas acordos e arranjos informais entre trabalhadoras/es e chefias. Além disso, as soluções oferecidas pelo estado, como licença-maternidade, alguns direitos para quem amamenta e creches, são limitadas a um período da criança ou incompatíveis com os horários e as jornadas das jornalistas. Diante de um contexto desfavorável, elas se cercam de apoio logístico e acolhimento, vindo de outras pessoas e do letramento sobre gênero e feminismo, e costumam assumir muitas atividades ao mesmo tempo. Por meio dessas soluções, as mulheres se movimentam na tentativa de contornar, questionar ou mesmo subverter as instâncias de poder e provocar mudanças nas trajetórias individuais. Apesar desses movimentos, ainda é necessária uma transformação coletiva no mercado jornalístico, especialmente por parte das/os empregadoras/es, no sentido de tornar as condições menos desiguais para as mulheres.

6.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo iniciou apresentando as áreas da vida que as/os jornalistas precisam conciliar com as responsabilidades relacionadas ao trabalho remunerado. Entre as principais dimensões mapeadas estão: cuidado com crianças ou pais idosos, atividades domésticas, outros trabalhos, estudos, saúde, atividade física, descanso e lazer. Em seguida, discuti as táticas utilizadas pelas/os profissionais para conseguir dar atenção a essas demandas, sem negligenciar do trabalho enquanto jornalista. De uma maneira geral, homens e mulheres, com e sem filha/os, buscam maneiras de conseguir cumprir as diversas responsabilidades que possuem no cotidiano. As práticas mapeadas neste capítulo configuram-se como procedimentos individuais que, mesmo sem intenção, acabam subvertendo cenários difíceis e desfavoráveis, principalmente para as mulheres, e contribuindo para que as/os profissionais resistam na profissão.

Nesta pesquisa, como as/os jornalistas estão agindo submetidas/os a instâncias maiores de poder, sem necessariamente haver uma organização coletiva que rompa com isso, optei por utilizar o conceito de táticas (Certeau, 1998). O interesse consiste em olhar como cada individualidade lida as situações desfavoráveis nessas situações de tentar conciliar trabalho remunerado e outras esferas da vida, mobilizando práticas de contorno, resistência ou subversão. Para Certeau (1998), como já citado, é exatamente nessas individualidades e nas

suas interações que atuam uma pluralidade que vai tecendo combinações de operações que compõem uma cultura. Dessa forma, pelas táticas mapeadas, foi possível compreender as tendências de comportamento das/os jornalistas, a depender do gênero e da presença de filhas/os, indicando as práticas mais utilizadas e como as/os profissionais organizam isso dentro de suas rotinas, e, ao mesmo tempo, também captar elementos da coletividade presentes na escolha por essas práticas.

O resultado mostrou sete principais práticas cotidianas, utilizadas por mulheres e homens, com e sem filhas/os, para conseguirem dar conta de seguir suas carreiras profissionais e cumprir com obrigações de outras áreas da vida: 1) Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido); 2) Uso de plataformas digitais; 3) Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda; 4) Rede de apoio com filhas/os; 5) Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas; 6) Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental; 7) Configuração dos espaços de trabalho. As táticas mais utilizadas pelas/os profissionais, que estão no eixo temático de Gestão do tempo dedicado ao trabalho, demonstram a centralidade das atividades laborais na vida das pessoas. A rotina cotidiana vai se formando e se adaptando, a partir da escolha pelo local, pelo formato e pelas ferramentas utilizadas na atuação profissional.

Na análise dos dados, ficou perceptível que as/os jornalistas que possuem filhas/os têm um obstáculo a mais ao planejar suas rotinas de trabalho, em virtude do cuidado com menores. Existem aquelas/es que conseguem estar mais presente na vida das/os filhas/os, em virtude de uma dinâmica de trabalho menos acelerada ou da presença física em casa durante o *home office*, e tem também quem tenha adaptado essa tarefa do cuidado com a ajuda de uma rede de apoio. Chama atenção, entretanto, que as mulheres mães são as que mais recorrem à essa rede. Como já citado, nenhum outro entrevistado se referiu a essa tática como algo que eles utilizem para ajudar a permanecer na profissão. Esse resultado aponta para a responsabilização central da mulher (Iaconelli, 2023; Souza, 2022) nessa tarefa de cuidado. São elas quem precisam se preocupar em encontrar alguém que as substitua nessa tarefa, quando se ausentam.

Os dados mostraram que as soluções são individuais (North, 2009; 2016). Mulheres buscam rede de apoio, adaptam o formato ou a função em que trabalham para ter mais flexibilidade de estarem com as/os filhas/os ou tornam-se “mulheres-polvo”, tentando dar conta das mais diversas atividades da rotina. Também são elas que se dedicam a pensar e a planejar como conduzir a carreira, depois de decidir ter crianças, e a estudar e refletir sobre temas relacionados ao feminismo, como uma forma de romper com as pressões sociais em

torno da maternidade idealizada. São as mulheres com filhas/os que mais enfrentam conflitos entre essas duas áreas da vida, que parecem ser centrais para elas: o trabalho remunerado e a maternidade. Ao mesmo tempo que o trabalho surge como um mecanismo que garante independência, autonomia e realização pessoal, demandando do tempo e da dedicação delas, a maternidade também exige tempo e dedicação e é valorizada a partir da presença da mulher e do cuidado que ela dedica às/aos filhas/os (Emídio; Castro, 2021).

Apesar dos avanços nas discussões de gênero e na busca por romper desigualdades, o mercado de trabalho jornalístico no Brasil, e em outras partes do mundo como mostrado nos capítulos anteriores, não está preparado para atender as demandas delas. Mesmo aquelas que têm jornadas laborais mais flexíveis, no formato *home office*, híbrido ou freelancer, enfrentam inseguranças e incertezas sobre a permanência no trabalho remunerado. Ao que parece, o melhor dos cenários é para as mulheres que trabalham no serviço público (De Vuyst; Raymaeckers, 2019; Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2021), principalmente no caso das concursadas que trabalham no horário de jornalista e possuem estabilidade, principalmente se isso estiver associado à presença de rede de apoio. Entretanto, nesse caso, elas precisam abrir mão da atuação em redações de veículos de comunicação, por exemplo, e deixar de almejar crescer profissionalmente nessas empresas.

Mesmo nas situações mais favoráveis, as soluções acabam sendo individuais ou restritas ao grupo familiar, sem haver uma discussão coletiva que promova mudanças significativas no acolhimento a pessoas com filhas/os nos trabalhos jornalísticos. Isso reflete não só a necessidade de uma mudança cultural na profissão, como também na sociedade de uma maneira geral. As questões relacionadas às tentativas de conciliação entre vida profissional e pessoal não se limitam ao jornalismo, tendo necessidade também de haver políticas públicas relacionadas ao equilíbrio entre as esferas da vida e, principalmente, quando se trata do conflito entre o trabalho remunerado e o trabalho do cuidado. Esse último é carregado de trabalho e responsabilidade, mas não só. Existe também a dimensão subjetiva da construção do afeto entre quem exerce a parentalidade e as crianças que são cuidadas, importante inclusive para o desenvolvimento humano.

No próximo capítulo, o último desta tese, diante das discussões sobre escolhas, movimentos de carreira e de táticas utilizadas pelas mulheres-mães, relaciono as trajetórias traçadas por elas com os movimentos de carreira das/os jornalistas no Brasil, buscando identificar tipologias de carreiras possíveis no grupo pesquisado.

7 AS DIFERENTES FORMAS DE SEGUIR NA CARREIRA JORNALÍSTICA DEPOIS DA MATERNIDADE

Este capítulo tem como objetivo apresentar os diferentes percursos das jornalistas-mães na carreira jornalística. Cada tipo de trajetória observada remete a um conjunto de motivações e contextos de escolhas compartilhados por grupos de mulheres. Eventualmente, mobilizam táticas diversas para lidar com os constrangimentos provocados pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Assim, a observação de padrões de movimento entre trajetórias similares permitiu conceber, de forma indutiva, os tipos de carreira que as jornalistas-mães vão construindo ao se depararem com as limitações e as possibilidades que surgem na rotina de quem tenta conciliar o trabalho jornalístico e a maternidade.

Na primeira parte, discuto o conceito interacionista de carreira, a partir do olhar da maternidade. Diante dos dados apresentados ao longo da tese, articulados às discussões teóricas sobre carreira, gênero e maternidade, foi possível revisitar as noções relacionadas à trajetória profissional e identificar como uma releitura do conceito de carreira jornalística precisa abraçar as questões de ordem pessoal, como aquelas relacionadas à chegada de filhas/os. A intenção é propor um quadro teórico para olhar as carreiras jornalísticas com as lentes da maternidade, reelaborando e enriquecendo o conceito, tornando inclusive mais próximo da realidade do grupo social que é maioria no jornalismo brasileiro: as mulheres.

Na segunda parte, apresento a descrição dos tipos de carreiras mais comuns identificados entre as mães-jornalistas brasileiras que integram este estudo, a partir da observação dos padrões de escolha, de movimentação, das táticas mobilizadas para tentar conciliar trabalho e filhas/os e dos impactos da maternidade em suas trajetórias.

7.1 REVISITANDO O CONCEITO INTERACIONISTA DE CARREIRA A PARTIR DO OLHAR DA MATERNIDADE

Na perspectiva interacionista, as carreiras são compreendidas como construções que vão sendo configuradas, a partir da ação do indivíduo e das possibilidades e limitações e possibilidades impostas pela coletividade onde o sujeito está inserido. No capítulo teórico, associei o gênero ao conceito de carreira, já que o primeiro organiza a vida em sociedade (Fraga, 2019), influenciando, consequentemente, o modo de construir essas trajetórias. Considerar o conceito de gênero nos estudos de carreiras profissionais permite elaborar uma visão mais integral do fenômeno, buscando as semelhanças e as particularidades de diferentes

grupos sociais gendrificadas, a fim de identificar melhor as questões envolvidas no processo de construção das trajetórias de cada um. Com base na perspectiva de gênero, foi possível constatar que mulheres e homens jornalistas, ao planejar e conduzir suas trajetórias, agem de modo distinto. Essas diferenças não se manifestam apenas na trajetória individual de cada um, mas se estendem pelo grupo social ao qual pertencem, permitindo inferências sobre as trajetórias de quem se identifica com o sexo masculino e de quem se identifica com o sexo feminino.

Essas diferenças, entretanto, não ocorrem apenas entre gêneros diferentes, mas dentro do próprio grupo social das mulheres (Leite, 2017). Nesta pesquisa, estou olhando detidamente para as jornalistas que tiveram filhas/os ao longo da trajetória. Ao relacionar a vivência delas com a de outras mulheres que não possuem filhas/os e de homens com e sem filhas/os, identifiquei que a maternidade, além do gênero, é uma experiência que precisa ser considerada ao tratar de carreiras profissionais. Existem arranjos individuais e coletivos, pausas e desafios na rotina de trabalho que somente as jornalistas que são mães vivenciam e que, a depender da forma como são conduzidos, podem ocasionar importantes pontos de inflexão na trajetória delas. Além da chegada das/os filhas/os provocar mudanças cruciais que reverberam na vida particular de cada uma, também se manifesta socialmente, expressando-se de forma semelhante em mulheres que estão em contextos pessoais e profissionais parecidos.

A maternidade também precisa ser considerada ao tratar das trajetórias laborais, na perspectiva interacionista, por ser uma questão que afeta até a vida de jornalistas brasileiras que não têm filhas/os e que nem pensam em ter. Biológica e socialmente falando, existe sempre a possibilidade de mulheres em idade reprodutiva engravidarem e se tornarem mães, mesmo utilizando métodos contraceptivos, já que nenhuma alternativa é 100% eficaz e o aborto no Brasil ainda é crime, sendo permitido legalmente em situações de exceção³⁹. Essa possibilidade, portanto, faz parte da vida de todas aquelas que possuem útero em idade reprodutiva. Ou seja, em algum momento do planejamento de carreira as mulheres param para pensar sobre isso. E, caso a maternidade se torne uma realidade, elas também serão afetadas pelas questões sociais e biológicas que atingem quem decide tentar conciliar o papel social de mãe com o de jornalista.

³⁹ A legislação brasileira permite o aborto de forma legal nos casos de gravidez decorrente de violência sexual ou se a gestação ameaçar a vida da mãe. O Supremo Tribunal Federal também autorizou a interrupção da gravidez nos casos de anencefalia, a má formação do cérebro do feto. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-04/barreiras-travam-aborto-legal-no-brasil-diz-instituto-ligado-a-oms#:~:text=A%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20permite%20o,amea%C3%A7ar%20a%20vida%20da%20m%C3%A3e>. Acesso em: 4 set. 2025.

Diante de todas as implicações que a maternidade pode trazer na carreira profissional, proponho, a seguir, uma ampliação das noções de escolha, incerteza, mobilidade e arcos temporais - que compõem o conceito interacionista de carreira -, a partir do que foi construído ao longo desta tese sobre a vivência das jornalistas-mães brasileiras, com base nos dados colhidos e no cotejamento dessas informações com a teoria.

7.1.1 Escolhas

Em comparação aos homens, as mulheres são mais fortemente influenciadas a pensarem na parentalidade ao tomar decisões profissionais e também é mais comum que a vida delas seja impactada pela chegada das/os filhas/os. As jornalistas se diferenciam dos jornalistas nesse aspecto e também se diferenciam entre si, se considerarmos a presença de filhas/os, os marcadores sociais e o segmento profissional onde elas atuam. Em primeiro lugar, aquelas que possuem filhas/os passam por dificuldades diferentes para tentar conciliar o trabalho e a vida privada e seguir na carreira profissional. O fato de serem consideradas as principais responsáveis pelo cuidado com as/os crianças, especialmente as pequenas, além de sobrecarregar as mulheres com o planejamento da dinâmica doméstica, tem implicações práticas na rotina. Elas precisam, por exemplo, buscar e administrar uma rede de apoio e garantir uma renda que seja compatível com os gastos financeiros que as/os filhas/os demandam.

Em segundo lugar, os marcadores de raça/cor e idade podem modificar o modo como essas mulheres escolhem e aquilo que elas priorizam. Na pesquisa, mulheres negras que vinham de famílias simples precisaram deixar as/os filhas/os com as/os avós durante boa parte da infância para priorizar o ingresso no mercado de trabalho jornalístico, que é mais hostil para elas (Moura; Costa, 2018; Moura, 2019). A depender da fase de vida que as mulheres se encontram, a idade delas e a das/os filhas/os, pode haver mais a dedicação à maternidade ou ao trabalho remunerado. Mulheres com filhas/os pequenas/os tendem a priorizar as crianças no planejamento e na vida prática, podendo até deixar o jornalismo por um tempo. Entretanto, quando estão em trabalhos mais estáveis, elas mobilizam esforços para permanecerem nessas posição e não saírem dos respectivos empregos. Em terceiro lugar, conforme será discutido na próxima seção, existem carreiras escolhidas pelas jornalistas que são mais amistosas para a conciliação entre a maternidade e a vida profissional.

Na perspectiva interacionista, as decisões são tomadas levando em consideração os atores em presença e em ausência que interagem com as/os jornalistas no momento da escolha

(Pereira, F., 2020a). Ou seja, jornalistas que são mães, em geral, consideram as/os filhas/os como prioridade, mas também fazem avaliações a partir do olhar para outros profissionais da área. A presença de mães entre as/os jornalistas, em diferentes segmentos e funções, pode ser inclusive um fator que colabore com uma projeção positiva da carreira profissional, mostrando a quem analisa que existem possibilidades dentro daquela dinâmica de vida. Ao considerar os atores em ausência, outros elementos podem fazer parte, como a ordem social vigente (ex.: a sociedade neoliberal genderificada) ou a imagem construída sobre a maternidade e a profissão.

Ao refletir sobre os aspectos objetivos, é preciso levar em consideração o contexto laboral e social em que as mulheres estão inseridas, incluindo, por exemplo, a existência de políticas de cuidado e acolhimento por parte do estado e das empresas que podem contribuir, caso existam e sejam colocadas em prática, para uma melhor conciliação entre o trabalho e a maternidade. Ao pensar nos aspectos subjetivos que estão em torno das escolhas, que tem mais a ver com o modo como cada jornalista compreende a própria identidade e os papéis sociais desempenhados ou esperados, é importante reconhecer o impacto do papel social de mãe. Essa função costuma inserir a mulher num lugar de exigência e responsabilidade quase que de exclusividade (ou de prioridade) das mulheres (Badinter, 2011; Souza, 2022; Iaconelli, 2023). A concepção de mãe ideal ou a centralidade da maternidade na vida das jornalistas pode ter forte influência na escolha por seguir uma determinada trajetória dentro do jornalismo e não outra. Um exemplo é o interesse de jornalistas-mães de ingressarem na carreira acadêmica (mestrados e doutorados), para desenvolverem pesquisas sobre a maternidade, ou mudarem de trabalho - às vezes para uma condição instável e precária, como os contratos freelancer - com o objetivo de conseguirem dar conta de cumprir com as demandas da maternidade.

Nenhum dos pais entrevistados decidiu, por exemplo, estudar academicamente paternidade ou parentalidade. Ou seja, isso pode demonstrar que a chegada das/os filhas/os atravessa mais as decisões das mulheres e não repercute da mesma forma na vida dos homens. Apesar dessa centralidade e prioridade, observada ao longo da análise dos dados, é importante considerar que a maternidade, por mais impacto que tenha nas decisões das jornalistas, não pode ser observada isoladamente nesse mapeamento de escolhas.

7.1.2 Incerteza

As/os jornalistas, não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, têm lidado com um cenário de incerteza sobre os rumos da profissão. Além das questões do avanço tecnológico, modificando a difusão da informação jornalística, existem questões econômicas das crises que, no século XXI, atingiram o modelo de negócios dos conglomerados de comunicação, provocando situações difíceis, como a precarização dos contratos de trabalho, o aumento da carga laboral, as demissões em massa e a redução dos postos de trabalho (Lelo, 2019; Nicoletti, 2019; Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020). Como já citado no capítulo teórico, jornalistas estão convivendo com um grau de incerteza (Menger, 2009; Strauss, 1999) mais acentuado. Mesmo assim, seguem na profissão, por razões diversas, buscando manejar as incertezas (Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021) em relação à capacidade de projetar suas carreiras. Isso implica uma série de respostas - de natureza emocional e social (Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021) - que atenuam a sensação de sofrimento e pessimismo quanto ao futuro.

Jornalistas com filhas/os podem experimentar um grau de sofrimento maior no manejo dessas incertezas quanto à carreira, ainda no período da gravidez e durante a licença maternidade (Örnebring; Möller, 2018). Elas, em geral, estão ainda mais preocupadas não só com as dinâmicas do presente, do retorno ao trabalho pós-licença, das tentativas de conciliação do jornalismo com a maternidade, mas também com o futuro na profissão e no mercado laboral, já que são responsáveis por outras vidas e estão inseridas dentro de um contexto precário e machista, mais hostil às mulheres.

Se a capacidade de resposta emocional ao manejo da incerteza está relacionada à disposição da/o jornalista de viver no presente e encarar os problemas laborais como um fato (Goyanes; Rodríguez-Gómez, 2021), entre aquelas que têm filhas/os é preciso ampliar esse olhar para a vida pessoal e de que forma ela vai buscando conciliar a maternidade e a perspectiva do trabalho no presente. Assim, mulheres que gostam de atuar no jornalismo profissional e que possuem forte rede de apoio demonstraram um nível de satisfação mais alto com o trabalho que desempenham. Aquelas que estão em trabalhos mais estáveis, com melhor remuneração e direitos trabalhistas, como as que são concursadas, também mostraram satisfação com as funções desempenhadas. Por outro lado, mulheres que estão em situações de vínculos precários e, além disso, estão sobrecarregadas com as demandas da maternidade, possuem um nível de insatisfação e desânimo mais alto.

O manejo da incerteza, a partir de uma resposta social, seria feito por meio de bate-papos informais e conversas entre colegas, que ajudariam na compreensão das mudanças organizacionais, e no compartilhamento das experiências (Goyanes; Rodríguez-Gómez,

2021), trazendo algum tipo de conforto. Jornalistas-mães podem estabelecer teias de cooperação (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2018) e acordos com as chefias e as empresas onde trabalham (Tsui; Lee, 2012; North, 2009) para manejar as dificuldades referentes ao trabalho, em especial aquelas relacionadas ao exercício da maternidade. Para quem tem filhas/os, a resposta social pode ser fundamental no manejo das incertezas sobre o jornalismo, pois tem a chance de simbolizar o acolhimento e o auxílio que muitas mulheres precisam para tentar conciliar dois papéis sociais que exigem tempo e dedicação.

A incerteza sobre o futuro do jornalismo também está indissociada das perspectivas/avaliações que as/os profissionais têm da carreira na profissão (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020). Num aspecto mais subjetivo, o sucesso profissional de jornalistas-mães pode ter impacto positivo na manutenção de outras mulheres na profissão, em virtude da imagem de possibilidade de futuro espelhada na carreira da outra. Na prática, mulheres com filhas/os que chegam aos cargos de chefia também podem contribuir para modificar algumas rotinas de trabalho no mundo dos jornalistas, de modo a favorecer as dinâmicas de quem precisa conciliar a atividade laboral com a maternidade. Isso facilitaria tanto a construção de teias de cooperação entre colegas como os acordos entre chefias. É preciso, entretanto, ponderar que há casos em que o movimento é oposto. Há registros de mulheres que chegam aos cargos de chefia e se tornam ainda mais rígidas e insensíveis com as outras (Lobo *et al.*, 2015), a chamada síndrome das abelhas rainhas (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2018). Isso pode dificultar o manejo da incerteza por parte das mulheres, trazendo um grau ainda mais acentuado de sofrimento e, conseqüentemente, de pessimismo com a profissão e a carreira. A ampliação dessa noção de incerteza para considerar os sentimentos e as ações de jornalistas-mães pode, portanto, dar uma visão mais evidente das arenas e dos contextos em que essas mulheres estão construindo suas carreiras.

7.1.3 Mobilidade

A mobilidade de carreira, como já citado no capítulo teórico, está associada à mudança de estatuto dentro do espaço laboral (Pereira, F., 2020a). Ou seja, ao mover-se na trajetória profissional, as/os jornalistas podem basicamente continuar no mesmo segmento (Bucher; Strauss, 1961), passando por mudanças de cargos ou de funções; mudar de segmento ou deixar a profissão. Como existe uma genderificação das carreiras (Kikuti, 2023), com determinadas trajetórias e posições ou estatutos recebendo mais mulheres ou mais homens, é importante também que a noção de mobilidade seja ampliada para levar em consideração as

mudanças que ocorrem nas vidas das jornalistas com a chegada das/os filhas/os e em que medida isso implica nos movimentos de carreira delas, a exemplo das pausas para licença-maternidade e das mudanças para segmentos mais instáveis. No próximo tópico, será possível perceber de que forma o fato de ter filhas/os pode direcionar as mulheres para determinados segmentos, cargos, funções e atividades. Durante toda a construção dessa tese, identifiquei que não há uma preparação no mercado de trabalho jornalístico para acolher as necessidades das mulheres que decidem atuar no trabalho do cuidado e, ao mesmo tempo, no jornalismo. São elas que vão buscando os modos de permanecer e se movimentar na profissão, a partir de uma dinâmica individual e que acaba repercutindo socialmente também.

Jornalistas-mães se movem pensando nas/os filhas/os. Não só na questão do tempo de criá-los e educá-los, mas também em seu sustento. Nesta pesquisa, existem mulheres que priorizam o tempo, e existem também as que priorizam assegurar uma melhor condição financeira, preferindo assumir cargos que demandam mais tempo de trabalho e com melhor retribuição, como os cargos de chefia, a fim de dar uma condição melhor para as/os filhas/os e também ascender na carreira. Jornalistas-mães também priorizam a flexibilidade oferecida por determinadas posições, ao mesmo tempo que também desejam a estabilidade de manter as condições de trabalho e renda. A junção das duas características nem sempre é possível no jornalismo. Então elas precisam escolher entre ter mais flexibilidade, mas uma condição de trabalho instável; ou ter um trabalho mais estável com uma rotina mais rígida. Quem se movimenta para cargos de chefia ou concursos públicos são as que conseguem minimamente um equilíbrio entre a estabilidade e a flexibilidade, apesar de aquelas que estão em chefia ainda trabalharem em cargas horárias mais extenuantes. Todos os outros tipos de carreira mapeados dentro do jornalismo brasileiro entre as jornalistas-mães conferem algum tipo de situação mais difícil, seja em relação à estabilidade ou à flexibilidade.

Na ampliação do conceito de mobilidade nas carreiras, é preciso considerar que praticamente todas as jornalistas-mães tiveram pausas, por questões biológicas ou sociais, que demandam que a mulher seja a responsável principal nas fases em que a criança é muito pequena. Isso também traz uma movimentação diferente para quem tem filhas/os e que é mulher. Mesmo que a licença-maternidade demande dela somente alguns meses afastada do trabalho, pode existir uma dificuldade de adaptação do retorno às atividades laborais com o novo papel social de mãe, que não existia antes, e que agora requer tempo e dedicação, além de mudanças de natureza prática e emocional que afetam o modo como ela organiza a rotina e entende a própria identidade, respectivamente. Em alguns casos, existem mulheres que deixam a profissão por mais tempo pela dificuldade de conciliar com as demandas da

maternidade. Isso provoca rupturas importantes na trajetória, fazendo com que algumas mudem de rumos profissionais dentro do jornalismo ou até cogitem deixar a profissão. Para os homens, em geral, não há movimentos significativos de pausa ou ruptura na carreira decorrentes da chegada das/os filhas/os, apesar de alguns assumirem mais responsabilidades e se adaptarem à rotina das crianças.

7.1.4 Arcos temporais

A dimensão cronológica do conceito de carreira é chamada de arco temporal (Pereira, F., 2020a). Conforme discutido no capítulo teórico, o termo faz referência ao resultado das definições e negociações de uma série de tarefas vinculadas a um determinado momento de uma trajetória (pessoal ou profissional). No jornalismo brasileiro, Fábio Pereira (2020a) estabeleceu indutivamente um conjunto de fases que estruturam a passagem das/os jornalistas pela profissão e que vão da escolha da profissão e do ingresso na graduação em Jornalismo, passando pela entrada no mercado de trabalho e pelas modificações que vão ocorrendo à medida que as/os profissionais conseguem ou não certo grau de sucesso na profissão. Para as jornalistas-mães, a noção de tempo ou de fase de carreira precisa dar ainda mais atenção às questões de ordem pessoal, principalmente a maternidade. Todas as mulheres que têm filhas/os desta pesquisa precisaram dar um tempo na carreira, quando as crianças chegaram. Ou seja, os momentos das trajetórias profissionais são diferentes para mulheres e homens e para mulheres que são mães. Uma fase que deve ser considerada ao estudar a carreira de qualquer mulher que tem filhas/os é o período da licença-maternidade. Estabelecida em lei, é um período de pausa obrigatória para as mães, deixando as atividades laborais congeladas por alguns meses, e que vai definir, junto a outras variáveis como formação e experiência profissional, as fases seguintes da carreira.

Algumas delas ultrapassam o período da licença e só retornam ao trabalho depois que a criança cresce mais e elas conseguem construir uma boa rede de apoio. Dessa forma, a maternidade acaba sendo um fator que contribui para que as mulheres com filhas/os tenham trajetórias ainda menos lineares que a dos homens e de quem não tem crianças. Além do período que estão distantes das atividades de trabalho, existe também o processo de retorno às atividades, que é outra fase na carreira dessas mulheres que pode implicar em mudanças nos movimentos da profissão. As jornalistas podem passar por readaptação ao posto que tinham anteriormente, podendo enfrentar ou não algumas dificuldades para se adequar à rotina; podem ter necessidade de mudança de segmento e/ou de carreira para melhor readequação do

novo papel social de mãe (seja por questões financeiras, emocionais ou sociais); ou podem, inclusive, decidir deixar o jornalismo para se dedicar à maternidade de forma integral. Esse período tem chance de se tornar ainda mais difícil para as mulheres porque geralmente as/os filhas/os chegam numa fase em que elas estão em plena idade de ascensão na carreira no mercado de trabalho (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023). Essas questões são amenizadas à medida que as/os filhas/os crescem e consequentemente a responsabilidade delas diminui ou quando as mulheres deixam para tê-los numa fase mais estável da carreira.

Outro aspecto a se levar em consideração é a fase da carreira depois que as/os filhas/os crescem. Quando as crianças crescem e já não faz mais sentido aquele cuidado tão prioritário, existe a possibilidade de algumas jornalistas desejarem mudar de carreira. Por exemplo, mães que construíram a trajetória com vínculos mais precários, em virtude da flexibilidade que essas posições proporcionaram enquanto as crianças eram menores, podem querer mudar para um trabalho que dê mais estabilidade e condições de uma melhor preparação para a aposentadoria. Como se trata de uma profissão em que o etarismo costuma estar presente, com valorização dos profissionais mais jovens em determinadas posições, como nas redações, nem sempre a mudança é fácil. Além disso, pode ser desafiante também se sustentar nos postos de trabalho numa fase mais madura da profissão, tanto pelas questões econômicas das empresas e dos processos de demissão, como também pela própria expectativa de sucesso que a mulher passou a desenvolver ao longo do tempo. Por outro lado, também é o momento das jornalistas arriscarem deixar trabalhos mais estáveis para se dedicarem a projetos profissionais pessoais, que só são possíveis para aquelas que já possuem uma carreira consolidada e certa reputação na profissão.

Com essa exposição, trago contribuições teóricas para os estudos de carreira jornalística, indicando a necessidade de um olhar mais amplo sobre as trajetórias profissionais, a partir da maternidade. Como o ambiente de trabalho do jornalismo privilegia o gênero masculino, as mulheres estão mais propícias a conviverem com barreiras e constrangimentos que podem atrapalhar o andamento da carreira delas, como foi visto ao longo da construção desta tese. Levar em consideração a maternidade é contextualizar melhor as situações de interações e negociações que ocorrem nas trajetórias das jornalistas-mães e que ajudam elas a desenvolverem, num curto prazo, suas rotinas diárias de trabalho, e a médio e longo prazo, suas carreiras profissionais. No próximo tópico, concluo este último capítulo apresentando os tipos de carreira que mapeei entre as jornalistas-mães brasileiras e em que medida a maternidade está inserida na construção dessa tipologia.

7.2 TIPOS DE CARREIRA ENTRE AS JORNALISTAS-MÃES BRASILEIRAS

Uma carreira é construída por meio das decisões e dos movimentos que os profissionais vão fazendo ao longo da trajetória. No capítulo sobre escolhas e movimentos, foram identificadas sete movimentações realizadas pelas jornalistas-mães entrevistadas durante seus percursos profissionais. Por meio de tabelas de indução analítica (Becker, 2008), cotejada com a literatura da área, esses sete movimentos resultaram em quatro tipos de carreira entre as jornalistas-mães brasileiras (Quadro 10). No primeiro tipo, estão as carreiras organizacionais. Essas trajetórias, que empregam a maior parte das pessoas que atuam na área⁴⁰, abrangem mulheres que trabalham dentro e fora da mídia nas funções de repórter, chefia ou assessoras de comunicação. O segundo tipo é a carreira freelancer, formada por pessoas que atuam como pessoa física ou jurídica, sem vínculo empregatício formal. No terceiro tipo, está a carreira pública que compreende as mulheres que são servidoras públicas (jornalistas ou docentes de jornalismo), com ingresso no órgão que trabalham por meio de concurso público. No último tipo foram agrupadas as carreiras híbridas ou atípicas, em que as jornalistas transitam entre dois ou mais tipos de carreira ou possuem trajetórias muito individuais, que se diferem dos demais grupos, respectivamente.

Em uma primeira incursão pelo Quadro 1, foi possível perceber que a maior parte das respondentes (seis entrevistadas - ND1, ND7, C4, N4, N1, ND6) ainda segue o formato de carreira organizacional. Logo em seguida, estão aquelas que possuem carreiras que podem ser chamadas de híbridas⁴¹ ou atípicas (S4, SD12, SD13, SD15), indicando uma tendência de trajetórias menos “organizacionais e lineares” no jornalismo e cada vez mais “individuais, múltiplas e caleidoscópicas” (Pithan; Vaclavik; Oltramari, 2020). Depois vem aquelas que seguem a carreira freelancer (S3, SD14, SD16), seguida das jornalistas que possuem carreira pública (C3 e ND2). Essa última, em virtude da estabilidade, da carga horária respeitada e do

⁴⁰ De acordo com os dados do Perfil, 57,7% das/os jornalistas estão dentro da mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, startup jornalística); 34,9% fora da mídia (assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais...); e 7,4% (Docência (formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento). A pesquisa também revelou que 45,8% trabalha com carteira assinada, 10,5% são servidores públicos, 8,9% atua como MEI, 6,4% estão em cargo comissionado, 6,1% atua como freelancer e 5,8% trabalha como PJ (sem funcionários ou sócios) As carreiras organizacionais, nesta pesquisa, abrangem quem trabalha dentro da mídia com vínculo de carteira assinada e também os que trabalham fora da mídia em assessorias de imprensa e comunicação. Ou seja, há uma prevalência dessas carreiras e de vínculos empregatícios associados a essa trajetória no jornalismo brasileiro.

⁴¹ No capítulo que tratamos dos movimentos de carreira, foi identificado que C3 e ND6 também faziam movimentos de carreira híbridos por atuarem, no momento, em diferentes segmentos do jornalismo. Neste agrupamento de carreira, optei por inseri-las nas carreiras pública e organizacional, respectivamente, por ambas já terem trajetória consolidada neste tipo de carreira e optarem por estarem em outro segmento para auxiliar na transição de carreira ou complementar renda.

cumprimento de direitos, tem se demonstrado a opção de trajetória mais amistosa para as jornalistas que são mães e que precisam conciliar a vida profissional com a vida pessoal e querem ter mais tempo para se dedicar à maternidade (Teles, 2024). Entretanto, por depender de abertura de vagas e aprovação em concurso público para ingressar no cargo, não há amplo acesso para essa carreira.

No Quadro 10 também foram agregadas motivações e contextos para cada conjunto de respondentes. Esses dados mostram regularidades que explicam as escolhas por certos tipos de carreira. Assim, nas modalidades freelancer e carreiras híbridas e atípicas, uma das motivações elencadas foi a incompatibilidade ou dificuldade de maternar e trabalhar em uma redação. Ou seja, a responsabilidade de cuidar de uma criança, especialmente no caso de bebês e crianças pequenas, aliado a um contexto de ausência de rede de apoio e de falta de adaptação do ambiente de trabalho às demandas maternas, constrange as mães a buscarem alternativas de trajetórias com vínculos precários, como é o caso da carreira freelancer.

O quadro também situa as táticas mais utilizadas pelas jornalistas em cada uma das carreiras. Em geral, praticamente em todos os grupos há pessoas que lançam mão de uma das táticas elencadas para conseguir conciliar as demandas cotidianas de trabalho com as demandas pessoais. Importante observar que na carreira freelancer não é tão evidente a tática de *divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas*. Isso pode indicar uma tendência das mulheres que trabalham em um vínculo mais flexível, em geral no formato *home office*, serem ainda mais responsabilizadas pelos cuidados com a casa, não só com as/os filhas/os, reforçando a existência da divisão sexual do trabalho e a influência dessa dinâmica na trajetória delas.

Finalmente, ainda estão agregados no quadro os impactos provocados pela maternidade na carreira das jornalistas-mães. Em todas as trajetórias, existe a repercussão dos efeitos causados pela pausa obrigatória em virtude do período de licença-maternidade, como já citado nesta tese. O impacto provocado pela sobrecarga de responsabilidades para dar conta das demandas da maternidade e do trabalho jornalístico é mais frequentemente identificado nas carreiras organizacionais e freelancers, em virtude das dinâmicas de trabalho mais extenuantes do que nas carreiras públicas. Nas carreiras organizacionais, as mulheres também sofrem mais com o afastamento das/os filhas/os. Isso ocorre porque muitas posições nesse tipo de carreira demandam presença e cumprimento de carga horária pouco flexível. Na carreira freelancer, apesar do vínculo instável, esse impacto é mitigado.

A seguir, discuto com mais detalhes cada um dos tipos de carreira e o impacto da maternidade - a partir das motivações, contextos e táticas - na construção dessa tipologia.

Quadro 10 – Tipo de carreiras identificadas entre as jornalistas-mães

Tipo de carreira	Descrição	Respondentes	Padrões de movimento	Motivos envolvidos na escolha	Contextos envolvidos na escolha	Táticas	Impactos da maternidade
1) Carreiras organizacionais	Atuação em empresas e setores de comunicação (redações, assessorias de comunicação, agências de comunicação)	ND1, ND6, ND7, C4, N1, N4	<p>Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Repórter → Chefia</p> <p>OU</p> <p>Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Fora da mídia (atuação em setores, assessorias e agências de comunicação ou chefias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho da função desejada dentro do jornalismo, como ser repórter Melhoria salarial e/ou complement o de renda para ter mais estabilidade financeira, reforçar o orçamento de casa, sustentar as/os filhas/os, comprar bens Garantia de benefícios para as/os filhas/os, como saúde, educação e lazer Flexibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Presença/a usência de rede de apoio com as crianças e das redes de afeto 	<ul style="list-style-type: none"> Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido) Uso de plataformas digitais na gestão da rotina Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda Rede de apoio com filhas/os Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os 	<ul style="list-style-type: none"> Pausas obrigatórias em virtude da licença maternidade Sobrecarga de responsabilidades para dar conta do trabalho remunerado e das/os filhas/os Afastamento físico das/os filhas/os Necessidade de acordos formais e informais para atender às/os filhas/os

				para atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, pela carga horária ou pela possibilidade de trabalhar de casa		e/ou outras pessoas <ul style="list-style-type: none"> • Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental • (Re)configuração dos espaços de trabalho 	
2) Carreiras freelancer	Atuação como pessoa física ou jurídica, sem vínculo empregatício com a/as empresa/as onde trabalha	S3, SD14, SD16	Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Freelancer	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade para atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, pela carga horária ou pela possibilidade de trabalhar de casa • Incompatibilidade ou dificuldade de maternar e trabalhar em uma redação 	<ul style="list-style-type: none"> • Demissões individuais e coletivas • Presença/ausência de rede de apoio com as crianças e das redes de afeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido) • Uso de plataformas digitais na gestão da rotina • Rede de apoio com filhas/os • Atividades prazerosas e/ou de cuidado com 	<ul style="list-style-type: none"> • Pausas obrigatórias em virtude da licença maternidade • Sobrecarga de responsabilidades para dar conta do trabalho remunerado e das/os filhas/os • Manutenção de vínculos de trabalho flexíveis, porém precários, para seguir cuidando das/os filhas/os

						a saúde física e mental <ul style="list-style-type: none"> • Configuração dos espaços de trabalho 	
3) Carreiras públicas	Atuação no serviço público, via concurso público, no jornalismo e/ou na docência em jornalismo	ND2, C3	Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → Fora da mídia (concurso público em jornalismo ou docência em jornalismo)	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade para atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, pela carga horária ou pela possibilidade de trabalhar de casa • Possibilidade e de se capacitar por meio do estudo e ter mais formação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado) • Melhoria salarial e/ou complemento de renda para ter mais estabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação em concurso público 	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido) • Uso de plataformas digitais na gestão da rotina • Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda • Rede de apoio com filhas/os • Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os 	<ul style="list-style-type: none"> • Pausas obrigatórias em virtude da licença maternidade • Necessidade de acordos formais e informais para atender às/os filhas/os

				financeira, reforçar o orçamento de casa, sustentar as/os filhas/os, comprar bens		e/ou outras pessoas <ul style="list-style-type: none"> • Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental • Configuração dos espaços de trabalho 	
4) Carreiras híbridas ou atípicas	Trânsito entre dois ou mais tipos diferentes de carreira ou trajetórias com movimentos que diferem dos três tipos mapeados	S4, SD12, SD13, SD15	Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Dentro e Fora da mídia (concomitante) OU Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo → Redação → movimentos individuais (ex.: saída do jornalismo, aposentadoria e retorno, exoneração de concurso público)	<ul style="list-style-type: none"> • Incompatibilidade ou dificuldade de maternar e trabalhar em uma redação 	<ul style="list-style-type: none"> • Assédio moral • Presença/a usência de rede de apoio com as crianças e das redes de afeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido) • Uso de plataformas digitais na gestão da rotina • Horários estabelecidos para as atividades/Organização de agenda • Rede de apoio com 	<ul style="list-style-type: none"> • Pausas obrigatórias em virtude da licença maternidade • Pausas mais longas na carreira em virtude da incompatibilidade entre as dinâmicas do trabalho jornalístico e do cuidado com uma criança pequena • Saída de um trabalho com condições estáveis para estar mais perto da rede de apoio e acolhimento • Saída temporária do jornalismo

						<p>filhas/os</p> <ul style="list-style-type: none">• Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas• Atividades prazerosas e/ou de cuidado com a saúde física e mental	
--	--	--	--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.2.1 Carreiras organizacionais

As carreiras organizacionais correspondem às trajetórias de jornalistas que decidiram permanecer em empresas e setores de comunicação, sejam redações, assessorias de comunicação ou agências de comunicação. Nesses espaços, quando permanecem dentro da mídia, as jornalistas podem seguir como repórter ou serem promovidas à chefia, como é o caso de ND1 (mulher, 39, repórter), ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação), ND7 (mulher, 37, apresentadora e repórter de TV), N1 (mulher, 33, coordenadora e editora de conteúdo) e N4 (mulher, 45, diretora de conteúdo). Quando seguem fora da mídia, podem atuar em setores de comunicação, como assessoras de comunicação - é o caso de ND6, ou também assumirem chefias em assessorias ou agências de comunicação, como C4 (mulher, 41, gestora). Essas trajetórias são chamadas de organizacionais por se darem dentro do contexto de uma organização formal de mídia.

Nesse caso, a movimentação pode ocorrer dentro de uma organização específica, a exemplo da trajetória seguida por ND1, ND6, N1, N4, que permaneceram dentro de redações, depois de concluírem a formação superior em jornalismo, com três delas (ND6, N1 e N4), modificando apenas as funções ocupadas. Ou podem ocorrer dentro do sistema organizacional do jornalismo que se amplia, no Brasil, para os setores, as assessorias e as agências de comunicação, não se restringindo apenas ao âmbito das redações de mídia. Esse foi o caminho seguido por ND6, ND7 e C4. ND6 e ND7 atuam em assessorias e TVs públicas, num vínculo empregatício que não se consolidou via concurso público, portanto não prevê estabilidade, como na carreira pública. Já C4 atua na chefia de uma agência de comunicação. Essa presença de um número maior de mulheres em uma carreira organizacional, seguindo a mesma tendência do restante da profissão de prevalência nesse tipo, mostra que, apesar das dificuldades e dos constrangimentos enfrentados pelas jornalistas-mães, ainda há algum atrativo para elas permanecerem nesses lugares, como um contrato mais estável que permite licenças e a possibilidade de tomada de decisões pessoais a longo prazo (Gálvez, 2007).

No momento de ponderar as motivações envolvidas na escolha de permanecer ou não neste caminho, as mães que seguem essa trajetória estão mais inclinadas a considerarem o gosto pelo jornalismo e/ou pelas funções desempenhadas (Hennion, 2011), a exemplo de quem gosta de ser repórter ou atuar em redação de mídia. O formato em que trabalham, com alguma flexibilidade de horário e de espaço, como é o caso daquelas que são chefe, também pode motivar a permanência nesse tipo de carreira. Assim, elas conseguem aliar melhor a ascensão profissional com as dinâmicas da maternidade, trabalhando em *home office* ou não

batendo ponto, por exemplo. Além disso, mães que se tornaram chefes também se motivam a permanecer nessa trajetória em virtude da melhoria salarial que garante mais estabilidade financeira para quem possui responsabilidade com filhas/os, num cenário de uma profissão com salários pouco atrativos. As jornalistas optam ainda por seguir em carreiras organizacionais pela garantia de benefícios para as/os filhas/os, disponibilizados pelas organizações de mídia, como é o caso de bolsa de estudos.

Ao refletir sobre o contexto dessas escolhas, foi possível observar que as jornalistas-mães que seguiram nesse tipo de carreira possuem ou possuíram, em algum momento da vida, principalmente com filhas/os na fase da infância, uma forte rede de apoio, formada por familiares, funcionárias pagas e/ou escolas em tempo integral ou que funcionam em horários mais atípicos (abrem mais cedo ou fecham mais tarde). Em redações de mídia ou mesmo na atuação em assessorias de comunicação, jornalistas costumam trabalhar em horários diferentes do chamado horário comercial (das 8h às 18h), tornando difícil a dedicação ao serviço quando não há uma rede de apoio que possa ajudar em horários atípicos. Ter apoio permitiu que elas se dedicassem à profissão em momentos que possivelmente precisariam estar responsáveis pelas/os filhas/os, como nos plantões de fim de semana. Em alguns casos (ND6 e ND7), já relatados no capítulo sobre escolhas, houve arranjos em que as crianças passaram a morar com as/os avós, enquanto as mães buscavam se inserir e permanecer no mercado de trabalho jornalístico.

Quanto às táticas operadas pelas jornalistas que seguem na carreira organizacional, todas aquelas mapeadas no capítulo anterior são mencionadas por alguma delas. Porém as duas que são mais decisivas para esse grupo conseguir conciliar vida profissional e vida pessoal são *Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido)* e *Rede de apoio com filhas/os*. Apesar de não haver políticas de incentivo à conciliação do trabalho com outras esferas da vida nas empresas de mídia e nos setores de comunicação, as jornalistas-mães que seguem carreiras organizacionais geralmente conseguem por parte das suas chefias ou das organizações estabelecer acordos informais que permitem adaptar o local e o formato de trabalho. Assim, elas podem trabalhar de casa, enquanto precisam atender alguma demanda das/os filhas/os. Ou planejar ausências no trabalho para consultas médicas e aniversários das crianças, por exemplo. A rede de apoio, como já citado, é o que muitas vezes permite que a mulher siga na carreira. Como geralmente são consideradas as responsáveis pelas crianças, as jornalistas só conseguem se dedicar a uma atividade de trabalho se tiver quem assuma essa responsabilidade temporariamente.

Diante do exposto, foi possível perceber que as mulheres que trabalham nessas carreiras sofrem mais os impactos da maternidade relativos à *sobrecarga de responsabilidades para dar conta do trabalho remunerado e das/os filhas/os* e o *afastamento físico das/os filhas/os*. Nesse tipo de carreira, o trabalho parece ocupar um espaço bastante central na vida das jornalistas. São mães, como já citado acima, que estão mais inclinadas a considerarem o gosto pelo jornalismo e/ou pelas funções desempenhadas, ao decidirem permanecer nessa trajetória. Tendo, portanto, um maior interesse em se dedicar às possibilidades de ascensão nesse tipo de carreira, mesmo diante das dificuldades e dos constrangimentos identificados para as mulheres. Dessa forma, as outras áreas da vida vão se acomodando em torno do tempo dedicado às atividades laborais. Isso, muitas vezes, demanda uma ausência da mulher do ambiente familiar e/ou uma sobrecarga de responsabilidades. E, por esses motivos, ela se cobra e se desdobra para não se sentir negligente nem no trabalho remunerado, nem no papel social de mãe.

7.2.2 Carreiras freelancer

As carreiras freelancer são aquelas seguidas por quem atua como pessoa física ou jurídica no mercado de trabalho jornalístico, sem vínculo empregatício. Pode ou não se tratar de uma trajetória que foi planejada (Davidson; Meyers, 2016). No corpus, há mulheres que optaram por seguir nesse formato, mas há também que foi obrigada a estar como freelancer pelas contingências na vida pessoal e profissional, como a necessidade de ter uma rotina mais flexível ou a dificuldade de encontrar trabalho formal em redações de jornal. Nesses casos, as profissionais podem seguir atuando como repórter, a exemplo do que ocorre com SD14 (mulher, 37, repórter e revisora de texto); ou trabalharem na produção de conteúdos de divulgação diversos, como SD16 (mulher, 45, jornalista empresária/freelancer) e S3 (mulher, 52, produtora de conteúdo freelancer). Nesse caminho, as movimentações ocorrem de forma atípica e não-linear. Todas passaram por uma redação ou por um trabalho em assessoria de comunicação em algum momento, trilhando os passos de uma carreira organizacional. Mas, por motivos diversos, a saída de se tornar freelancer se mostrou a melhor opção para o momento. Não é uma carreira em que haja um planejamento de futuro. Pelo contrário, todas as três jornalistas demonstraram vontade de sair dessa condição em algum momento e trataram como uma necessidade.

As motivações para permanecer neste caminho giram em torno da flexibilidade e da dificuldade de trabalhar em uma carreira organizacional e conciliar com a maternidade, a

depende do contexto em que a mulher está inserida (Gálvez, 2007; Lelo, 2019; Leite, 2017). Embora tivesse um vínculo frágil e temporário, SD16 preferiu seguir desta forma para acompanhar de perto o crescimento do filho, como já citado no capítulo sobre escolhas. SD14, mesmo desejando um emprego mais estável, também está nessa condição por ser mais flexível com a dinâmica de vida da criança dela. A proximidade com os três filhos e a dificuldade de conciliar a dinâmica deles com um emprego numa carreira organizacional também foi a motivação de S3 ao atuar como freelancer. Essas motivações modificam-se à medida que as crianças crescem e não demandam mais cuidados e responsabilidades como antes. Entretanto, nem sempre a transição de tipo de carreira é possível ou viável, em virtude de outros problemas que se entrecruzam na trajetória das mulheres jornalistas, como a juvenilização do mercado de trabalho jornalístico. Diante das dificuldades do contexto da profissão, muitas vezes a solução é permanecer nesse tipo de vínculo, ainda que instável e precário.

O contexto laboral e pessoal também é fundamental na decisão dessas mulheres. Além do cenário difícil da profissão de demissões individuais (como foi o caso de SD14) e coletivas, as mães que seguiram carreira freelancer tiveram dificuldade de contar com rede de apoio. SD14 e S3, por exemplo, foram trabalhar em grandes cidades, distantes das redes familiares. Ou seja, as mulheres-mães se submetem a um trabalho com vínculo mais instável não somente pela dificuldade de encontrar vagas no mercado de trabalho jornalístico, mas também porque não têm apoio suficiente para acompanhar os cuidados das/os filhas/os quando elas estão ausentes. São casos de mães que criam os filhos sozinha (S3) ou moram junto com seus companheiros (SD14 e SD16), porém eles trabalham em horários intensos e/ou com muitos deslocamentos de viagens e não conseguem ter uma regularidade na responsabilidade com as crianças. Além disso, para as mulheres está presente o dilema do desempenho dos papéis sociais de mãe e de jornalista que culturalmente não atinge os homens ou não afeta na mesma intensidade.

Em relação às táticas, as jornalistas-mães que seguem a carreira freelancer utilizam fundamentalmente a flexibilidade em relação ao local e ao formato de trabalho. Costumam trabalhar de casa - a não ser quando fazem algum atendimento extra - e em horários que são organizados por elas, de acordo com a própria rotina e a das/os filhas/os. Também fazem uso com mais frequência das plataformas digitais, principalmente para manter a conexão com o trabalho, já que atuam geralmente dentro do ambiente doméstico. Dessa forma, também é muito evidente a maneira como configuram os espaços de trabalho ao tentar conciliar a vida pessoal e vida laboral. Como os ambientes são constituídos dentro de casa, há elementos

dessas duas áreas da vida em suas estações de trabalho, como já visto no capítulo de táticas. Um aspecto importante a destacar sobre as táticas é que as mães que seguem a carreira freelancer, em geral, não conseguem contar com uma forte rede de apoio na rotina, que seja formada por familiares e/ou funcionárias pagas - redes que geralmente possuem mais flexibilidade. Elas dependem de escolas e creches que têm mais limitações - de horário, de espaço, de funções.

Diante do que foi relatado, jornalistas que atuam como freelancers enfrentam dois principais impactos provocados pelo exercício da maternidade, dentro de um contexto de uma profissão ainda hostil às demandas das mulheres: *sobrecarga de responsabilidades para dar conta do trabalho remunerado e das/os filhas/os e manutenção de vínculos de trabalho flexíveis, porém precários, para seguir cuidando das/os filhas/os*. Pelas limitações da falta de suporte, as mães se submetem a vínculos precários para seguir buscando conciliar as atividades de trabalho com a dinâmica de cuidado com as crianças. Elas estão mais próximas das/os filhas/os e conseguem estar mais presentes fisicamente no dia a dia, porém, em rotinas exaustivas, em que o tempo e o espaço do trabalho remunerado e o de cuidado se confundem. Essa situação de vínculos frágeis e precários, em longo prazo, pode interferir no planejamento de carreira dessas mulheres, provocando desânimo e falta de perspectiva em relação ao futuro na profissão, como foi constatado entre algumas entrevistadas desta pesquisa.

7.2.3 Carreiras públicas

O termo carreiras públicas é utilizado para descrever a situação das jornalistas-mães que ingressaram no serviço público, via concurso, em funções relacionadas ao jornalismo ou à docência. Em geral, não são carreiras planejadas no início da profissão. Podem surgir como uma alternativa que garanta mais estabilidade, com melhores condições de trabalho e de salários, comparado às alternativas disponíveis no mercado de trabalho jornalístico nas demais carreiras (Lima-Souza; Mota-Santos; Carvalho Neto, 2018; De Vuyst; Raeymaeckers, 2019; Teles, 2024). Nesses casos, as mulheres podem passar em concurso para exercer funções de jornalista e comunicadoras, como é o caso de ND2 (mulher, 35, jornalista no serviço público) e C3 (mulher, 35, jornalista no serviço público e professora universitária); ou de docente em jornalismo, a exemplo do planejamento de carreira de C3 que, no momento da pesquisa, atuava como professora substituta em uma universidade federal e fazia planos para ingressar num cargo efetivo. Nos casos analisados nesta pesquisa, a movimentação para esse tipo de carreira ocorreu depois da experiência em carreiras organizacionais, que não se

mostraram tão atrativas para essas mulheres.

Entre as motivações para as jornalistas ingressarem nas carreiras públicas, estão a flexibilidade para conseguir atender as demandas de trabalho e as demandas pessoais e familiares, a possibilidade de se capacitar por meio de estudo e ter mais formação acadêmica e a melhoria salarial. A flexibilidade é uma realidade nessas carreiras em virtude do cumprimento da carga horária reduzida de jornalista, prevista em lei, e da legislação que protege direitos relativos à parentalidade e contribuem para que mães e pais tenham uma rotina de trabalho mais adaptável, quando precisem atender demandas das crianças, como o acompanhamento em consultas médicas. Em virtude também da carga horária e de previsões na legislação do serviço público (com a possibilidade de afastamentos para capacitação), jornalistas-mães também podem procurar essa carreira motivadas pela possibilidade de conciliar trabalho e estudos e ter mais formação acadêmica, a exemplo do que ocorreu com C3. Em relação à melhoria salarial, é preciso ponderar que nem todos os cargos públicos possibilitam uma remuneração maior que nas empresas privadas. Porém, numa profissão em que os baixos salários são regra, o serviço público aparece como uma opção de garantir um salário melhor ou mais razoável, com melhores condições de trabalho, incluindo estabilidade funcional.

O contexto envolvido no momento de tomar decisão por seguir nas carreiras públicas é a escolha por começar a estudar e prestar concurso público. No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, isso é necessário para ingressar em cargos públicos efetivos, com todos os direitos previstos na Lei 8.112/1990 (que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais). Como já citado, isso limita o acesso a esses tipos de carreira, em virtude da dependência em relação à liberação de vagas e abertura dos certames. Ainda assim, tem se mostrado a mais amistosa para as mães que querem conciliar trabalho com maternidade. Entre as carreiras elencadas nesta tese, essa foi a única que as profissionais não citaram a falta ou a presença de rede de apoio como um contexto crucial para seguir nessa trajetória. Esse suporte é extremamente necessário na rotina de trabalho, mas não necessariamente na tomada de decisões para o planejamento da carreira pública. Assim, C3, apesar de ter uma forte rede de apoio e somente assim conseguir exercer duas funções diferentes nesse tipo de carreira, passou períodos que não contava com essa ajuda e ainda assim conseguia cumprir o expediente em um dos cargos. ND2 tem a possibilidade de cuidar da filha no turno da tarde, quando não está no trabalho, já que a carga horária é de 5h/semanais, e consegue acompanhar em atividades, como natação.

Quanto às táticas operadas pelas jornalistas que seguem carreiras públicas, todas aquelas mapeadas no capítulo anterior são mencionadas por alguma delas. Porém, as três mais predominantes são *Adaptações no local e no formato de trabalho (flexibilidade, acordos, horário reduzido)*, *Rede de apoio com filhas/os* e *Divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas*. O horário reduzido permite que as jornalistas tenham mais facilidade de dedicar o outro turno que seria de trabalho para o cuidado com as/os filhas/os ou para o desenvolvimento de outra atividade profissional. Nos dois casos, também há acordos informais (e formais, dentro da lei) para atender demandas pessoais, especialmente com as crianças. As jornalistas-mães que seguem esse tipo de carreira também só conseguem estar presentes no trabalho, porque contam com rede de apoio de familiares ou da escola. Entre as mulheres que seguem essa trajetória, também foi predominante a divisão de tarefas domésticas com parceiras/os e/ou outras pessoas. Nesse caso, não há uma relação direta com o fato de trabalharem no serviço público. Mas houve uma predominância dessa tática em virtude das configurações familiares das entrevistadas. C3 conta com o apoio dos pais dela, do marido e da escola, enquanto ND2 conta com o auxílio do companheiro, da escola e, em momentos menos regulares, com os pais dela.

Esse, portanto, foi o tipo de carreira que indicou menos impactos para as jornalistas que têm filhas/os. Além das questões relacionadas à pausa em virtude da licença-maternidade, registrada em todos os demais tipos, ficou evidente também a *necessidade de acordos formais e informais para atender às/os filhas/os*. Mesmo num cenário mais amistoso e acolhedor com as mães, elas precisam recorrer aos acordos previstos em lei, como a possibilidade de ausência para acompanhar tratamento de saúde de dependentes, e também às negociações mais informais, quando as jornalistas precisam priorizar a dedicação às/aos filhas/os e acompanhar alguma demanda. No discurso das jornalistas desta pesquisa, foi possível perceber que isso é mais comum e necessário para as mulheres do que para os homens, indicando mais uma vez que a priorização do trabalho de cuidado segue com as jornalistas.

7.2.4 Carreiras híbridas ou atípicas

As carreiras híbridas ou atípicas compreendem o trânsito entre dois ou mais tipos diferentes de carreira ou trajetórias com movimentos que diferem dos outros três tipos mapeados. Entre as carreiras híbridas, estão S4 (mulher, 27, jornalista de sindicato e freelancer) e SD12 (mulher, 36, assessora de comunicação e freelancer). As duas trabalham em assessoria de comunicação de instituições (sindicato e órgão governamental,

respectivamente) e também fazem serviços como freelancer, com produção de conteúdo ou outras atividades afins. Considero carreiras atípicas aquelas em que as jornalistas-mães seguiram por um tempo algum tipo de carreira e, num determinado momento da trajetória, modificaram o caminho com movimentos que diferem das demais. São trajetórias que se mostraram únicas dentro do corpus desta pesquisa. SD13 (mulher, 65, chefe de assessoria de comunicação), quando o filho era bebê, ficou fora do mercado durante cerca de um ano, pois mudou de cidade para ficar perto do marido e tinha dificuldade de encontrar rede de apoio. Em outro momento da carreira, depois de aposentada, foi convidada para voltar à chefia de uma assessoria de comunicação e retomou o trabalho. Já SD15 (mulher, 38, assessora de comunicação) deixou a carreira pública em uma prefeitura, mesmo diante dos benefícios de salário e direitos, para voltar à sua cidade natal e criar a filha perto de sua rede de apoio e afeto.

A motivação comum a praticamente todas as respondentes deste grupo, para seguir em uma carreira híbrida ou atípica, foi a incompatibilidade ou dificuldade de maternar e trabalhar em uma redação. Ou seja, uma resposta a contingências de ordem pessoal ou profissional. S4, além da carreira híbrida, também desenvolve uma carreira atípica. Depois da experiência em redação, quando era mãe de um bebê pequeno, decidiu passar um tempo fora do jornalismo. Só aceitou o trabalho na comunicação de um sindicato por cumprir a carga horária reduzida de 25h/semanais e, assim, poder se dedicar no outro horário aos cuidados da casa e do filho. Também atua como produtora de conteúdo freelancer. SD13 e SD15 também foram motivadas a fazer movimentos de carreira, em virtude dessa dificuldade de cuidar de uma criança pequena e se dedicar ao trabalho em uma redação. No caso de SD15, o que motivou não foi necessariamente a incompatibilidade, mas a dificuldade de estar longe da rede de apoio e afeto, que poderia auxiliar nos cuidados com a filha e se responsabilizar, quando ela estivesse no trabalho. Diante dessas situações, é possível inferir que as barreiras que as mulheres precisam enfrentar, especialmente nas carreiras organizacionais, podem contribuir para a ocorrência de carreiras não-lineares e instáveis, a depender do contexto das situações vivenciadas.

O contexto mais apontado pelas profissionais nesses tipos de carreira foi a presença ou a ausência de redes de apoio com as crianças. SD15 deixou a estabilidade de um concurso público para estar perto da rede de apoio, que auxilia no cuidado com a filha. S4 esteve em redação numa época em que o bebê tinha poucos meses de vida e amamentava e ainda era muito difícil contar com apoio para substituir algumas demandas, como a amamentação. SD13, no início da vida do filho, também ficou fora do jornalismo pela ausência dessa rede de

apoio. Mais uma vez fica evidente o quanto esse tipo de suporte é fundamental para garantir que as mulheres-mães consigam construir suas carreiras no jornalismo. Além desse contexto mais associado à maternidade, SD12 citou ainda situações de assédio moral, como um contexto presente nas escolhas dela de não perseguir mais uma carreira dentro de uma redação. Ela chegou a iniciar a carreira profissional nesse espaço, mas preferiu manter uma carreira híbrida em que está na assessoria de comunicação, numa posição mais estável, mas também faz atividades de jornalista e áreas afins como freelancer, complementando a renda.

Em relação às táticas, as mães-jornalistas que seguem carreiras híbridas e/ou atípicas fazem uso de praticamente todas as que foram mapeadas. No caso das carreiras atípicas, como se trata de trajetórias muito específicas e que tiveram movimentos diferentes ao longo da vida profissional, as táticas dependerão de cada um dos casos analisados de forma individual. No que se refere às carreiras híbridas, as mulheres costumam contar com adaptações no local e no formato de trabalho, como a possibilidade de ter horário reduzido de jornalista (S4) ou manter acordos informais de *home office* em alguns dias da semana (SD12), para conseguir cumprir as tarefas de trabalhos diferentes ou simplesmente para organizar a rotina, com a redução do tempo de deslocamento ao trabalho. Jornalistas-mães com carreiras híbridas também costumam fazer uso das plataformas digitais, tanto para atuar no trabalho como freelancer, como também para manter contato com as/os filha/os e saber notícias de casa, quando estão no trabalho.

Nessas carreiras, como se tratam de experiências mais individuais, os impactos também podem ser diferentes entre elas. Três deles foram destacados, que se diferenciam da repercussão nos outros tipos de trajetória: *pausas mais longas na carreira em virtude da incompatibilidade entre as dinâmicas do trabalho jornalístico e do cuidado com uma criança pequena, saída de um trabalho com condições estáveis para estar mais perto da rede de apoio e acolhimento e saída temporária do jornalismo*. Essas três consequências reforçam minhas conclusões sobre as dificuldades do jornalismo, enquanto profissão, de acolher mulheres que vivenciam a maternidade. A pesquisa mostrou que, para algumas jornalistas, é preferível renunciar à carreira - mesmo que temporariamente - para conseguir cumprir melhor com o papel social de mãe. É importante ressaltar que existe uma cobrança por parte de algumas mulheres que, ao se conscientizarem das suas limitações nas tentativas de conciliação do trabalho remunerado com a maternidade, preferem renunciar às oportunidades profissionais (Lobo *et al.*, 2015). Isso ocorre em virtude de todo o imaginário em torno do papel social de mãe, já citado ao longo desta tese. Entretanto, como também já mostrado nas discussões desta pesquisa, a profissão não é acolhedora para pessoas que têm filhas/os e não

promove iniciativas de tentativas de conciliação entre vida privada e trabalho remunerado, dificultando a permanência de quem está vivenciando essa fase.

7.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou duas articulações resultantes do trabalho empírico produzido nesta tese. No primeiro momento, apontou a contribuição teórica da pesquisa, ao revisitar o conceito interacionista de carreira a partir do olhar da maternidade. Diante dos dados colhidos, em diálogo com discussões sobre jornalismo, trabalho, gênero e maternidade, foi possível estabelecer uma releitura para as noções de escolha, incerteza, mobilidade e arcos temporais, que compõem o conceito interacionista de carreira. Além de ser uma contribuição para os estudos de jornalismo e gênero, que ainda não discutiram exaustivamente o lugar da maternidade entre as jornalistas, essa perspectiva pode contribuir com os estudos de sociologia do jornalismo na medida em que traz para a discussão, de forma genderificada, de aspectos da vida privada e do desempenho de outros papéis sociais que podem ter influência na construção das identidades profissionais e nas transformações da profissão.

No segundo momento, o capítulo desenvolve uma tipologia de carreiras jornalísticas entre as mães-jornalistas brasileiras mapeadas para esta pesquisa, com base em movimentos já observados no capítulo sobre escolhas e mobilidade. Aquelas jornalistas que se graduaram na área e seguiram para atuar dentro da mídia (redação - repórter ou chefia) ou fora da mídia (atuação em setores, assessorias e agências de comunicação ou chefias) foram agrupadas nas carreiras organizacionais. Quem se graduou, foi para a redação, mas depois passou a atuar como freelancer, está no grupo das carreiras freelancers. Aquelas que se graduaram, foram para redação, mas depois passaram em concurso público (jornalista e/ou docência em jornalismo) seguem as carreiras públicas. Existem ainda aquelas jornalistas-mães que se graduaram e foram trabalhar dentro e fora da mídia (de maneira concomitante) ou que se graduaram, passaram por redação e tiveram movimentos mais individuais (ex: saída do jornalismo, aposentadoria e retorno, exoneração em concurso público). Essas estão agrupadas no tipo de carreira chamado de carreiras híbridas e/ou atípicas.

Sobre a contribuição teórica, foi importante perceber que, além do gênero, ao estudar trajetórias no jornalismo, é necessário também ampliar o olhar para as questões pessoais das/os profissionais, no sentido de compreender de forma mais aprofundada os processos vivenciados pelos atores sociais na construção de suas carreiras. Não é só o que ocorre no ambiente de trabalho que influencia na tomada de decisões e nos movimentos realizados em

suas trajetórias profissionais. É possível que questões pessoais tenham um peso significativo nessas escolhas. Esta pesquisa, depois de analisar grupos sociais distribuídos entre mulheres e homens, com e sem filha/os, propõe incluir a maternidade como um marcador que pode apontar caminhos diferentes a serem vivenciados por quem tem a experiência de buscar conciliar o trabalho com a criação de filhas/os. Um exemplo são as pausas mais longas na carreira (meses e até anos) para acompanhar a chegada de uma criança pequena. A maternidade pode também afetar o planejamento de carreira no jornalismo, mesmo daquelas que não são mães.

Em relação aos tipos de carreira, entre as mães, o mais comum, seguindo os dados gerais das/os jornalistas brasileiras/os (Lima *et al.*, 2022), ainda são as carreiras organizacionais. Nesse tipo estão inseridas as jornalistas que trabalham em redações, assessorias e agências, seguindo carreira em alguma empresa de comunicação em cargos de repórter, chefias ou assessoras de comunicação. Logo em seguida, vem as jornalistas que possuem carreiras híbridas ou atípicas e as freelancers, que são tipos que indicam carreiras ainda mais não-lineares ou instáveis. O tipo que se apresenta como mais amistoso para as mulheres são as carreiras públicas, mas, mesmo assim, ainda não surge como um planejamento inicial de carreira e sim como uma contingência à situação difícil do mercado de trabalho jornalístico.

Os tipos de carreira também apontam para os dilemas enfrentados pelas mulheres ao tomarem suas decisões profissionais. Se por um lado o contrato estável, seja CLT ou estatutário, atrai as mães por facilitar o acesso a medidas que contribuem para a conciliação (como licenças e redução de jornada) e por proporcionar um planejamento a longo prazo (Gálvez, 2007), além também de garantir uma estabilidade financeira (Salvagni *et al.*, 2023), por outro, a depender do formato de trabalho, pode tornar a rotina mais estática, em virtude do cumprimento de horários. Jornalistas-mães entram então no dilema entre a flexibilidade e a estabilidade, e os arranjos que se mostraram mais propícios a resolver essa questão foram as funções das carreiras públicas, que garantem direitos às mulheres de acompanhar as/os filhas/os e a carga horária também é reduzida; as funções de chefia, por darem algum tipo de flexibilidade; e as funções que permitem atuação *home office*, como as freelancers e algumas funções dentro das carreiras organizacionais, também pela flexibilidade com horários.

A dificuldade, nos dois últimos casos (chefias e atuação *home office*), é que, no primeiro, as mulheres ainda atuam sob cargas horárias extenuantes e muitas responsabilidades no trabalho, podendo ficar sobrecarregadas; no segundo, as jornalistas atuam sob condições instáveis, como é o caso das freelancers, ou precárias, nas situações em que precisam atender

as demandas do trabalho em *home office* e cuidar das/os filhas/os e do lar, ao mesmo tempo. Mesmo assim, as mães se mobilizam para estar no mercado de trabalho jornalístico, conseguindo, inclusive, chegar a cargos de chefia. Dessa forma, trazem, em certa medida, até possibilidades de transformações para a identidade das/os jornalistas, que, na prática, não está mais necessariamente associada ao profissional dedicado 24 horas por dia, em uma redação, que prioriza e centraliza o ofício. Entretanto, ainda é um caminho árduo a ser traçado, pois as táticas encontradas por elas ainda são esforços individuais e não encontram apoio e engajamento das empresas de comunicação e do estado. A maternidade é, portanto, uma vivência que traz impacto à carreira das jornalistas-mães, pois as formas de contornar as situações e permanecer na profissão ainda tem um preço alto pago por elas, especialmente por aquelas que têm outros marcadores sociais atravessando suas trajetórias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esteira das mudanças sociais e acadêmicas propostas pelos movimentos feministas desde o século XX e das rupturas e permanências ocorridas nas últimas décadas no mercado de trabalho jornalístico e na identidade profissional, esta tese se propôs a tratar do processo de construção da carreira das mulheres jornalistas que vivenciam a maternidade. O jornalismo, construído como as demais instituições modernas num mundo capitalista, masculinista, heterossexista, racista e ocidentalista (Moraes; Silva, 2019) e configurado dentro da lógica masculina (Silva, 2010; Steiner, 2017), conviveu, no Brasil, com o aumento da participação feminina após a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão (Rocha, 2004). Esse processo tem relação com o contexto nacional de transformação do mercado de trabalho, com a introdução da mulher branca, de classe média nesse espaço (Rocha, 2004), e o aumento da formação profissional de nível superior entre elas (Fígaro, 2018). A chegada das mulheres em um espaço com prevalência de uma cultura centrada nos homens, dentro de uma sociedade genderificada, pode representar desafios significativos no modo de manter e planejar suas carreiras profissionais, especialmente para aquelas que decidem também exercer a maternidade.

A trajetória das jornalistas-mães foi investigada a partir de um encontro teórico entre o conceito interacionista de carreira em diálogo com os estudos de gênero, trabalho, jornalismo e maternidade. Isso porque considerei como pressuposto para esta pesquisa, a partir da observação empírica e das leituras sobre o tema, que a noção de carreira (Hughes, 1997; Strauss, 1999; Becker, 2008; Pereira, F., 2020a) não é neutra em relação ao gênero (Fraga, Gemelli, Rocha-de-Oliveira, 2019). O gênero é o elemento que constitui as relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos, e, conseqüentemente, estrutura a vida social, de forma concreta e simbólica (Scott, 2019). Sendo assim, nenhuma trajetória individual e coletiva pode ser concebida sem considerar essas diferenças sexuais e sociais. Dessa forma, o arcabouço teórico trouxe questões caras ao jornalismo, relacionadas ao gênero, como os processos de divisão sexual do trabalho, a relação entre feminização e precarização da profissão e a incidência de marcadores sociais. Também se uniram as discussões específicas sobre maternidade, com conhecimentos vindos de pesquisas em jornalismo, da comunicação e da psicanálise. A tese adotou ainda os conceitos de táticas (Certeau, 1998) e *work-life balance* (na tradução livre, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal) (Snyder; Johnson; Kozimor-King, 2019) ao debater as dificuldades enfrentadas no dia a dia do mercado de trabalho.

Todas essas escolhas teóricas e metodológicas tiveram relação com os questionamentos que esta pesquisa discutiu e buscou responder. Para analisar o processo de construção da trajetória das mulheres jornalistas que se tornaram mães, primeiro, tive interesse em saber *de que forma as jornalistas-mães fazem escolhas e se movimentam na carreira, diante das barreiras impostas socialmente pelo gênero e pela maternidade, que provocam diferenças de condições laborais em relação a outros grupos sociais (homens com e sem filhas/os e mulheres sem filhas/os)?* Depois, *como as jornalistas-mães tentam conciliar a maternidade com suas trajetórias profissionais?* A última pergunta norteadora pretendeu saber quais os movimentos das mulheres no contexto mais amplo das condições do jornalismo enquanto profissão: *quais os tipos de carreiras mais comuns identificados entre as jornalistas-mães brasileiras?*

O processo de construção da carreira da/os jornalistas se desenvolve a partir das escolhas e dos movimentos feitos ao longo da trajetória. A depender das motivações pessoais e dos contextos de ordem pessoal, familiar, profissional, social e/ou econômica, jornalistas escolhem permanecer ou mudar de segmento em que estão inseridos/as profissionalmente. No caso das mulheres que tiveram filhas/os, as escolhas e as movimentações levaram em consideração, de forma muito presente, as questões envolvidas na maternidade. O modo como elas conseguem, por exemplo, conciliar ou não suas atividades laborais com a rotina de cuidado com as/os filhas/os acaba sendo bastante decisivo nos processos de escolha. A maternidade influencia até mesmo aquelas que ainda não possuem e não sabem se querem ter filhas/os, indicando como o papel social de mãe é algo que mobiliza e interfere na construção da identidade das mulheres na sociedade brasileira. Os homens que têm filhas/os também sofrem em alguma medida os impactos da parentalidade nas suas carreiras, porém não é algo tão central e geralmente não há planejamento prévio para isso. À medida que as situações com as/os filhas/os vão ocorrendo, é que os homens tomam as decisões necessárias. Eles também não param suas vidas profissionais por meses para se dedicar a uma criança, como ocorre com as jornalistas durante a licença-maternidade, e, conseqüentemente, não enfrentam as conseqüências dessa interrupção na carreira.

As escolhas das/os jornalistas costumam girar em torno de quatro eixos temáticos principais, definidos de forma indutiva nesta tese: a) qualidade de vida e saúde, b) oportunidades/limitações do mercado de trabalho, c) retorno financeiro, e d) discriminações e direitos violados. Esses aspectos apontam para a existência de questões mais objetivas, relacionadas a uma análise coletiva da profissão e da situação individual na carreira (melhoria salarial, situações de precarização, locais com práticas de assédio, por exemplo), enquanto

outras questões são mais subjetivas e podem ter ligação com a forma como cada jornalista vivencia seus diferentes papéis sociais e o modo como essas vivências são interpretadas em suas vidas. No caso das mulheres que são mães, as escolhas de carreira também passam pela forma como elas interpretam e vivenciam a maternidade, em virtude da ambivalência materna (Badinter, 2011), que coloca constantemente em conflito os papéis sociais idealizados de jornalista e mãe. Nesse processo, há jornalistas que vão priorizar trabalhos em que terão mais recursos financeiros e/ou direitos para as/os filhas/os, como educação e saúde, enquanto outras terão preferência por empregos que possibilitem que elas tenham mais tempo para se dedicar às crianças. Importante ressaltar, entretanto, que as escolhas feitas por jornalistas-mães não levam em consideração somente aspectos relativos à maternidade e que muitas vezes o que parece uma escolha pode ser uma contingência imposta por situações da vida.

Em um dos casos de contingência citados na pesquisa, está a situação de uma mulher negra e uma parda, ambas nordestinas, que apresentaram escolhas mais atípicas em relação às demais do grupo. ND6 (mulher, 34, editora/assessora de comunicação) e ND7 (mulher, 37, apresentadora e repórter de TV) deixaram as/os filhas/os pequenas/os com os pais delas, durante anos, para conseguirem ingressar e se manterem na carreira de jornalista. Elas não contavam com o apoio do genitor das crianças, eram originárias de famílias de baixa renda e precisavam trabalhar longe das/os filhas/os, uma delas inclusive em outra região do país. Ou seja, a interseção de gênero, raça e classe pode ter impactado negativamente nas condições profissionais dessas jornalistas, fazendo com que elas precisassem escolher entre priorizar a identidade profissional ao invés da identidade materna ou com o lugar (Örnenbring; Möller, 2018) de onde vinham, pagando o preço de estarem longe das/os filhas/os e de suas redes de apoio e afeto. A priorização da identidade profissional pode ter dominado em virtude da dificuldade que as mulheres negras enfrentam mais frequentemente para se inserirem, se manterem e ascenderem na profissão (Moura, 2019; Moura; Costa, 2018; Louback, 2017; Vieira, 2021). Outros casos de contingência são as mães que optam por vínculos mais instáveis e precários por precisarem cuidar das/os filhas/os, seja por dificuldades de ter acesso a rede de apoio, como é o caso de SD14 (mulher, 37, repórter/revisora de texto freelancer), seja por influência do discurso do maternalismo (Iaconelli, 2023), como ocorreu com SD16 (mulher, 45, jornalista empresária freelancer). Em ambos os casos, elas acabaram se tornando as principais responsáveis pelas crianças, mesmo que estejam casadas ou morando junto com um companheiro.

A construção da carreira passa também pelo modo como as jornalistas-mães tentam conciliar a atividade profissional com a maternidade no dia a dia. Ao analisar as táticas

utilizadas pelos grupos estudados para tentar conciliar essas duas esferas da vida, foi possível perceber que as mulheres com filhas/os estabelecem práticas que podem ser consideradas modos de resistência aos constrangimentos e violências relacionadas ao gênero, permitindo que elas ocupem espaços dentro da profissão, mantendo as outras demandas da vida privada. Isso ocorre principalmente quando essas mulheres possuem uma presença forte de rede de apoio e acolhimento e quando elas buscam ser multitarefas. Em nenhum dos casos, entretanto, as mulheres se isentam de algum tipo de perda ou prejuízo. No caso das redes de apoio, as instituições, como escolas e creches, dificilmente possuem horários mais flexíveis para atender às necessidades de quem têm filhas/os. Além disso, quem tem uma rede formada por familiares e/ou babás e empregadas domésticas com um pouco mais de flexibilidade, precisa lidar com conflitos que surgem dessas relações (Salvagni *et al.*, 2023). As redes de acolhimento, no trabalho, ainda dependem muito dos acordos informais e dos grupos que trabalham junto às jornalistas-mães, não sendo ainda parte de uma política das empresas de comunicação ou do estado. Em relação à tentativa de ser multitarefas, a chamada “mulher-polvo” (Souza, 2022), fica evidente a desigualdade existente na divisão sexual do trabalho e o maior risco de adoecimento físico e mental para as mulheres pela sobrecarga de atividades.

Diante da análise e das discussões sobre escolhas, movimentos e tentativas de conciliação da rotina de trabalho com as demandas pessoais, foi possível definir, de forma indutiva, os tipos de carreira mais comuns entre as jornalistas-mães brasileiras. No primeiro tipo, estão as carreiras organizacionais. Essas trajetórias abrangem mulheres que trabalham dentro e fora da mídia nas funções de repórter, chefia ou assessoras de comunicação. O segundo tipo são as carreiras freelancers, formadas por pessoas que atuam como pessoa física ou jurídica, sem vínculo empregatício formal. No terceiro tipo, estão as carreiras públicas que compreendem as mulheres que são servidoras públicas (jornalistas ou docentes de jornalismo), com ingresso no órgão que trabalham por meio de concurso público. No último tipo foram agrupadas as carreiras híbridas ou atípicas, em que as jornalistas transitam entre dois ou mais tipos de carreira ou possuem trajetórias muito individuais, que se diferem das demais grupos, respectivamente. Essa tipologia foi definida com base em sete movimentos principais de carreira, observados entre as mães. Todas elas passaram inicialmente pela graduação em jornalismo ou comunicação social, depois pela redação e, a partir de então, permaneceram nesses espaços, mudaram para assessorias de comunicação e/ou agências de comunicação, buscaram concurso público (jornalista e/ou docente de jornalismo), tornaram-se freelancers, tiveram trajetórias mais atípicas ou seguiram de forma híbrida em diferentes

segmentos. Por causa do período de licença-maternidade, todas pausaram suas carreiras em algum momento.

As carreiras públicas foram apontadas como as mais amistosas para as mães por aliarem estabilidade e direitos garantidos a uma carga horária mais razoável e com melhores salários. Dessa forma, as mulheres podem ter tempo para se dedicarem à maternidade e/ou outras demandas pessoais ao passo que também possuem direitos que beneficiam as/os filhas/os e renda mais adequada para sustentá-las/os. Em virtude das demandas da maternidade, jornalistas-mães também buscam as carreiras freelancers, com a intenção de ter mais flexibilidade para dar conta do trabalho do cuidado, especialmente com crianças pequenas. Porém, ainda que tenham espaços mais amistosos para as mães e que algumas priorizem flexibilidade para ter mais tempo perto das/os filhas/os, as carreiras organizacionais ainda congregam mais mulheres, inclusive algumas em postos de chefia. Essa presença forte de jornalistas-mães pode ter a ver com a limitação da amostra desta pesquisa, mas também é possível tirar algumas inferências. Em primeiro lugar, as carreiras públicas dependem de abertura de vagas e aprovação em um concurso público, não sendo, portanto, tão acessíveis. Esse caminho também pode significar renunciar ao crescimento profissional em empresas jornalísticas. Em segundo lugar, o processo de feminização está associado ao de precarização (Hirata, 2005; Bruschini, 2007), com diminuição das remunerações e do prestígio social de algumas profissões (Yannoulas, 2011). Ou seja, uma área profissional que recebe mais mulheres tende a estar precarizada e não necessariamente chegar a cargos de prestígio pode ser sinônimo de sucesso e boa remuneração.

Em terceiro lugar, há pesquisas que mostram que as mulheres limitam suas escolhas de carreira a cargos menos ambiciosos em virtude do forte comprometimento com a família e a vida doméstica (Pereira; Machado, 2024). Neste estudo, entretanto, em virtude de outras variáveis, foram identificadas mulheres que, contrariando esses achados, apresentaram um forte compromisso com a profissão, inclusive pagando o preço de estarem fisicamente longe das/os filhas/os. Isso pode indicar mudanças sutis na identidade profissional, que, com o aumento da presença de mulheres e as transformações das dinâmicas de trabalho por questões econômicas (como o *home office*), pode não ser mais associada somente à figura masculina, dando mais espaço a outros perfis. Ou também pode indicar uma pluralidade no modo de conciliar a maternidade e a profissão, alinhando-se às tipologias propostas em pesquisas sobre mulheres no mercado de trabalho (Badinter, 2011) e no jornalismo (Rocha, 2007). No primeiro caso, Badinter (2011) apresenta um quadro classificatório, proposto por Catherine Hakim no contexto anglo-saxão, sobre as opções de vida feminina no século XXI, formado

pelas *home-centred*, *adaptative* e *work-centred*. As primeiras correspondem a 20% das mulheres e priorizam a vida familiar e as/os filhas/os, preferindo não trabalhar. As segundas são maioria, cerca de 60%, e desejam combinar trabalho e família com carreiras mais instáveis e não planejadas. No terceiro caso, também 20% das mulheres, estão aquelas sem filhas/os totalmente comprometidas com o trabalho.

Na pesquisa de jornalismo e gênero no Brasil, Rocha (2007) propôs uma tipologia com três tipos de carreira entre mulheres com e sem filhas/os. O tipo 1 apresenta mulheres com carreiras profissionais, mas que priorizaram escolhas pessoais e familiares ao longo da trajetória. No tipo 2 estão aquelas que centralizaram mais o trabalho, adequando as obrigações familiares aos horários das atividades laborais. Do tipo 3 fazem parte as mulheres que ingressaram em campos novos do jornalismo e abriram mão da família, fazendo da carreira uma extensão de suas vidas pessoais. Ao observar essas duas tipologias, é possível identificar mulheres que priorizam a vida familiar e as/os filhas/os, aquelas que priorizam o trabalho e as que buscam conciliar essas duas áreas da vida. Na tipologia apresentada nesta pesquisa, as mulheres que estão em carreiras freelancers aparecem como o tipo que tende a priorizar mais as responsabilidades da vida familiar; aquelas que estão em carreiras públicas buscam uma conciliação mais favorável entre maternidade e trabalho; enquanto as que permanecem em carreiras organizacionais parecem centralizar o trabalho. Apesar dessas tendências, é importante ressaltar que nenhuma das escolhas por um tipo de carreira pode ser analisada isolando apenas a presença de filhas/os e as tentativas de conciliação entre trabalho e vida familiar. Um exemplo já citado é que a necessidade de priorizar a vida familiar nas carreiras freelancers pode surgir de uma contingência por falta de rede de apoio e não obviamente pelo desejo genuíno da mãe por um trabalho instável e precário.

As jornalistas-mães no Brasil têm uma tendência a construir suas carreiras de modo semelhante ao restante do grupo profissional. O tipo predominante entre as mães ainda é o mesmo que prevalece entre a maioria das/os jornalistas: as carreiras organizacionais. Entretanto, elas enfrentam mais dificuldades quando precisam centralizar o trabalho, tanto pela falta de condições estruturais por parte das empresas de comunicação e do estado para acolher a demanda das mulheres, como também pelo conflito entre os papéis sociais de mãe e de jornalista, que culturalmente ainda podem ser vistos como de incompatíveis ou de pouca compatibilidade. As mães também sofrem mais com a desigualdade de condições em virtude da divisão sexual do trabalho. Elas são responsabilizadas de forma prioritária e individual pelo cuidado com as/os filhas/os, levando muitas a buscarem trabalhos instáveis e precários para poder dar conta da dinâmica cotidiana com as crianças. Essa responsabilidade se

manifesta de forma externa - com o desequilíbrio de atribuições entre casais, sobrecarregando as mulheres, e a falta de apoio institucional no cuidado com as crianças - e também de modo interno, na culpa que muitas carregam, por questões culturais influenciadas pelo discurso do maternalismo (Iaconelli, 2023). Todas essas condições desfavoráveis obrigam as mulheres a desenvolverem táticas e contornos aos constrangimentos impostos no decorrer da trajetória profissional. Isso pode favorecer processos de mudanças, mesmo que de modo sutil, na identidade profissional, na rotina de trabalho e nas estruturas organizacionais que sustentam a profissão.

No processo de construção da carreira das jornalistas-mães, esta tese também identificou que a maternidade pode trazer vivências positivas, além das questões de ordem emocional/psicológica da convivência com as/os filhas/os, como a aquisição de habilidades que contribuem na dinâmica de trabalho; a possibilidade de estudar o tema da maternidade de forma acadêmica, proporcionando melhorias na capacitação e no currículo; e o interesse em se envolver nas causas feministas, contribuindo para a luta pela redução das desigualdades de gênero. Entretanto, ser jornalista e mãe são tarefas de tão difícil conciliação, pela falta de suporte que proporcione condições mais igualitárias, que as vivências positivas ainda não tiveram chance de superar as barreiras de modo coletivo, sendo mais associadas a experiências pontuais na vida de algumas mães que trabalham e exercem a maternidade. É ainda preciso ressaltar que o problema não está na escolha da mulher por ser mãe e querer seguir na carreira profissional com algum grau de sucesso, e, sim, na falta de condições adequadas, socialmente falando, para apoiar essa decisão.

Nesse sentido, esta tese traz contribuições práticas e teóricas importantes para o campo do jornalismo profissional. Na prática, este estudo introduz o debate sobre a divisão igualitária de atividades de trabalho (remunerado e não remunerado) entre mulheres e homens, tecendo críticas à divisão sexual do trabalho, no intuito de provocar mudanças nos arranjos familiares reduzindo a sobrecarga das mulheres com as atividades domésticas. Também se constitui como um interessante ponto de partida para discutir políticas organizacionais e de estado que contribuam para proporcionar melhores condições de trabalho para as mulheres. Esta pesquisa suscita a importância de garantir que as mães tenham acesso mais igualitário ao mercado de trabalho, que não seja necessário lançar mão apenas de táticas e contornos de forma individual para conseguirem se manter na profissão. Para isso, é necessário que elas tenham suporte adequado, e em horários diversos, com as/os filhas/os, como espaços nas empresas ou creches públicas. Para as mães solo, também são necessárias políticas de apoio financeiro que complementem esse suporte e acordos que possibilitem a ausência delas do trabalho para

atenderem às necessidades das crianças. Na configuração atual, mulheres que exercem a maternidade e o jornalismo profissional ainda não possuem suporte coletivo para isso, buscando soluções individuais que muitas vezes contribuem para negligência da própria saúde física e mental delas e ausência da vida das/os filhas/os

Em relação às contribuições teóricas, esta pesquisa representa avanços para o conceito de carreira interacionista, para a sociologia do jornalismo e para as questões metodológicas nos estudos de jornalismo. Em primeiro lugar, a tese, ao fazer um diálogo entre carreira, gênero e maternidade, com base na literatura acadêmica e nos dados colhidos, apresenta uma releitura que pretende captar as diferenças entre as mulheres, que são maioria na profissão, e as condições em que elas se encontram no mercado de trabalho jornalístico. Em segundo lugar, contribui para novas discussões abordadas pela sociologia do jornalismo em relação à identidade profissional, à rotina laboral e ao mundo do trabalho, trazendo novos elementos da vida privada que nem sempre eram considerados nas análises e que podem provocar transformações importantes na profissão. Por último, sobre as contribuições para a metodologia, com o uso de diários e fotografias, a pesquisa inova em apresentar uma descrição mais compreensiva da rotina e das mesas de trabalho das/os jornalistas pelo olhar próprio das/os respondentes. Para além das entrevistas e dos recursos etnográficos de observação de campo, já usados na pesquisa da área, os diários e as fotografias possibilitam captar de modo particular como as/os participantes se relacionam com os papéis sociais diversos exercidos ao longo do dia e com a dimensão material do trabalho jornalístico, o que tem implicações nas questões identitárias.

Apesar das contribuições para a pesquisa e para a práxis, este estudo possui limitações em seu corpus e no percurso metodológico escolhido. Em relação ao corpus, apesar da pesquisa ter acompanhado os indicadores do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima *et al.*, 2022) de distribuição regional, gênero, faixa etária, cor/raça e grau de escolaridade, houve divergências consideráveis nos dados de situação parental, estado civil e áreas de atuação. Essas diferenças estão registradas no capítulo que discute a metodologia, apresentando a divergência entre os dados encontrados neste estudo e no Perfil. Considero que essa discrepância não representa prejuízos para os resultados desta tese, porque a amostra escolhida não tinha a função de ter caráter probabilístico ou exaustivo. Os parâmetros de referência foram delimitados para auxiliar na construção de um corpus mais diverso e plural, que contribuísse com o enriquecimento do número de caso analisados. Outra questão é que muitas/os participantes trabalham em assessorias de comunicação de sindicatos. Isso ocorreu possivelmente porque uma das técnicas de buscar informantes, que consistiu em um

formulário sobre o grau de interesse em contribuir para etapas subsequentes da investigação, foi enviada via Google Forms, com o auxílio da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj) e de sindicatos regionais. Ainda assim, isso não impediu a construção de uma amostra diversificada, com representantes de diferentes segmentos do jornalismo.

Sobre as técnicas de geração de dados, a pesquisa possui uma limitação em relação aos dados dos diários e das fotografias por terem sido produzidos pela/os própria/os jornalistas, trazendo o ponto de vista das/os respondentes sobre suas rotinas e suas mesas de trabalho. Le Cam (2015), ao tratar de fotografias das empresas jornalísticas, considera, entretanto, que essas imagens não precisam necessariamente representar o real, mas são importantes para indicar as tentativas de representação para o mundo exterior. Considerei isso ao avaliar a importância de perceber como as/os jornalistas compreendem a própria identidade a partir das fotos que elas/es escolheram enviar. Outras limitações sobre essas duas técnicas têm relação com o tamanho do diário e com a impossibilidade de publicar as imagens enviadas. No caso dos diários, o registro é de apenas um dia útil, não sendo possível saber mais sobre os dias de folga das/os jornalistas, por exemplo, tornando a análise da rotina mais limitada. Já as fotografias, devido aos compromissos éticos assumidos com as/os participantes, não puderam ser reproduzidas nesta tese. Dessa forma, há uma camada adicional de intervenção, já que a captura foi feita pelas/os jornalistas e, em seguida, textualmente codificados considerando os objetos visualizados nas imagens.

Uma última limitação diz respeito à codificação e à extensão da análise dos dados coletados. Mesmo que tenha implicações no macro, a pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem microssociológica, considerando uma amostra específica e não probabilística, não sendo possível fazer generalizações que deem conta de explicar o fenômeno por completo. Dessa forma, os resultados apresentados não podem ser generalizados. Mesmo que tenha ocorrido um esforço em diversificar a amostra em relação a parâmetros como gênero, raça, segmentos, região, idade, é possível que haja situações específicas que esta pesquisa não deu conta de captar. Não foi possível, por exemplo, aprofundar as questões de raça pela limitação da amostra e das escolhas feitas na análise dos dados. Apesar do tema raça estar presente na análise e de ter sido abordado de forma interseccional ao tratar de situações vivenciadas por mulheres negras, o foco era o gênero e a situação parental e como essas variáveis se articulam na construção da carreira, nas táticas utilizadas na rotina e entre os segmentos do jornalismo. Reconheço que trazer o marcador de raça como foco poderia contemplar uma amostra diferente e, conseqüentemente, trazer dados diferentes para o estudo.

Por fim, esta tese aponta perspectivas para a investigação em jornalismo no Brasil e para pesquisas comparativas com a realidade de outros países. Trazendo raça para o foco, é possível analisar como esse marcador modificaria os dados ou a tipologia de carreira apresentados. Outra possibilidade é desenvolver pesquisas que tratem da saída definitiva de jornalistas-mães brasileiras da profissão, para compreender o que levou essas mulheres para outras áreas ou para situações de desemprego, a fim de mensurar o impacto da maternidade nisso. As pausas compulsórias nos primeiros anos de vida da criança e o retorno da licença-maternidade ao trabalho também são temas que podem ser explorados numa perspectiva comparativa com a realidade de outros países que possuem uma cultura parental e um regime de licença diferentes do Brasil. Há ainda a opção de pesquisas que foquem nas interações operadas pelas jornalistas-mães. Um exemplo são as negociações estabelecidas com as redes de apoio, que permitem que as mulheres estejam no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, também demandam uma carga mental de organização e de conflitos a serem administrados. Outra pesquisa poderia ser desenvolvida com as/os empregadoras/es sobre as negociações formais e informais que as jornalistas precisam enfrentar na vivência dos papéis sociais de mãe e de profissional. Há também a possibilidade de um estudo que operacionalizasse, em pesquisas quantitativas, os tipos de carreiras apresentados, a fim de verificar de que maneira os percursos identificados se distribuem no espaço laboral brasileiro. Esses estudos lançariam um olhar cada vez mais complexo sobre as condições de trabalho daquelas que são maioria no jornalismo brasileiro, mapeando inclusive a necessidade de mudanças.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. L. **O jornalista: do mito ao mercado**. Florianópolis: Insular, 2005.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing Hidden and Hard-to-reach Populations: Snowball Research Strategies. **Social Research Update**, England, v. 33, n. 1, p. 1-4. 2001. Disponível em: <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BANDEIRA, A. P. B. S. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. Prefácio à edição brasileira. In: CHABAUD-RYCHTER, D. *et al.* **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora UnB, 2014. p. XI-XVIII.
- BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de Sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENDASSOLLI, P. F. Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 49, n. 4, p. 387-400, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/36378>. Acesso em: 28 maio 2024.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/#>. Acesso em: 28 maio 2024.
- BUCHER, R.; STRAUSS, A. Professions in process. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 66, n. 4, p. 325-334, jan. 1961. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/222898>. Acesso em: 22 set. 2025.
- CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: [1]: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHABAUD-RYCHTER, D. *et al.* **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora UnB, 2014.
- CLAIR, I.; BECKER, H. S. Desvios e identidades de gênero. In: CHABAUD-RYCHTER *et al.* (org). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução Lineimar Pereira Martins. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014. p. 327-340.

CLARKE, A. E. Anselm Strauss e sua herança: sexo/gênero e raça/etnicidade. In: CHABAUD-RYCHTER *et al.* (org). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014. p. 279-294.

COHEN, L.; MALLON, M. My Brilliant Career? Using Stories as a Methodological Tool in Careers Research. **International Studies of Management & Organization**, v. 31, n. 3, p. 48-68, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00208825.2001.11656820>. Acesso em: 26 jun. 2024.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081>. Acesso em: 28 maio 2024.

COMISSÃO DE MULHERES DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Mães jornalistas e o contexto da pandemia.** Brasília: Fenaj, 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the interseccion of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminis theory and antiracist politics.** Chicago: University of Chicago, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 28 maio 2024.

DAMIAN-GAILLARD, B.; FRISQUE, C.; SAITTA, E. Le journalisme au prisme du genre: une problématique féconde. **Questions de Communication**, n. 15, p. 175-201, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/544#entries>. Acesso em: 28 maio 2024.

DAMIAN-GAILLARD, B.; SAITTA, E. Feminização e transformações das práticas jornalísticas: o exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa. **Revista Parágrafo: Dossiê Práticas Jornalísticas**, v. 4, n. 2, p. 126-137, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/486/412>. Acesso em 28 mar. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DARMON, M. La notion de carrière: un instrument interactionniste d'objectivation. **Politix**, n. 82, p. 149-167, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politix-2008-2-page-149.htm>. Acesso em: 22 set. 2025.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIDSON, R.; MEYERS, O. Toward a typology of journalism careers: conceptualizing Israeli Journalists' occupational trajectories. **Communication, Culture & Critique**, v. 9, p. 193-211, 2016. Disponível em: <https://academic.oup.com/ccs/issue/9/2>. Acesso em: 28 maio 2024.

DE BRUIN, M. Gender, organizational and professional identities in journalism. **Journalism**, v.1, n. 2, p. 217-238, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146488490000100205>. Acesso em: 28 maio 2024.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 127-153.

DELUCA, G.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; CHIESA, C. D. Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 4, p. 458-476, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/P4bMxXczm8Z735LpxncdQsr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2024.

DE MELLO E SOUZA, A. C. M. B.; SÁ, R. Q. D.; LEMOS, A. D. C. Em busca do equilíbrio: o debate atual sobre o conflito trabalho-família nos periódicos científicos brasileiros. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 10, n. 3, p. 89-113, 2019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/887>. Acesso em: 25 set. 2025.

DE VUYST, S.; RAEYMAECKERS, K. Gender as a multi-layered issue in journalism: A multi-method approach to studying barriers sustaining gender inequality in Belgian newsrooms. **European Journal of Women's Studies**, v. 26, n. 1, p. 23-38, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1350506817729856>. Acesso em: 23 set. 2025.

DJERF-PIERRE, M. Lonely at the top: Gendered media elites in Sweden. **Journalism**, v. 6 n. 3, p. 265-290, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884905054061>. Acesso em: 23 set. 2025.

DUARTE, T. **A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. Lisboa, PT: CIES-ISCITE, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/1319>. Acesso em: 22 set. 2025.

EMIDIO, T. S.; CASTRO, M. F. Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e221744, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NcjP5Pb5GdbwZzy5NpVZKJR/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2025.

ENGSTROM, E.; FERRI, A. J. From Barriers to Challenges: Career Perceptions of Women TV News Anchors. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 75, n. 4, p. 789-802, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769909807500412?journalCode=jmqc>. Acesso em 13 abr. 2024.

EVERBACH, T.; FLOURNOY, C. Women Leave Journalism for Better Pay, Work Conditions. **Newspaper Research Journal**, v. 28, n. 3, p. 52-64, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/073953290702800305?journalCode=nrja>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FÍGARO, R. O mundo de trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 546-567, 2018. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1052>. Acesso em: 22 set. 2025.

FÍGARO, R.; BARROS, J. V.; KINOSHITA, J. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. 2019, São Paulo. **Anais [...]**. Goiânia: ECA/USP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003029161>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURLIN, N. A experiência da intersubjetividade na pesquisa feminista: perspectivas metodológicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 913-930, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201506129687>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FRAGA, A. M. **Carreira de comissárias e comissários de voo: gênero, masculinidades e feminilidades a bordo**. 2019. Tese (Doutorado em Administração)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2019.

FRAGA, A. M.; GEMELLI, C. E.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Cenário das publicações científicas em carreira e gênero. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/27973>. Acesso em: 28 maio 2024.

FRAGA, A. M.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Mobilidades no Labirinto: Tensionando as Fronteiras nas Carreiras de Mulheres. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. Edição Especial, p. 757-769, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/PbJcbNJKxYWPfHpfnsf4Kgw/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2024.

GADEA, C. A. O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 241-255, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rn94M7K4Mfy3bVdzGJ6hhzw/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

GÁLVEZ, N. P. ¿Maternidad y periodismo? La conciliación de la vida familiar y laboral en la prensa diaria valenciana. In: ÁLVAREZ POUSA, L.; PUÑAL RAMA, A. B.; EVANS PIM, J. (ed.). **Comunicación e xénero: actas do Foro internacional celebrado en-liña e en Pontevedra entre o 9 de outubro e o 25 de novembro de 2006**. Santiago de Compostela: Colexio Profesional de Xornalistas de Galicia; Observatorio Galego dos Medios, 2007. p. 391-413. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/handle/10045/22663>. Acesso em: 29 maio 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOYANES, M.; RODRÍGUEZ-GÓMEZ, E. F. Presentism in the newsroom: How uncertainty redefines journalists' career expectations. **Journalism**, v. 22, n. 1, p. 52-68, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884918767585>. Acesso em: 28 maio 2024.

GROHMANN, R. N. **Os discursos dos jornalistas *freelancers* sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUEST, D. Perspectives on the study of work-life balance. **Social Science Information**, v. 41, n. 2, p. 255-279, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0539018402041002005>. Acesso em: 25 set. 2025.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 22 set. 2025.

HARDIN, M.; SHAIN, S. Female Sports Journalists: Are we there Yet? 'No.' **Newspaper Research Journal**, v. 26, n. 4, p. 22-35, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/073953290502600403>. Acesso em: 28 maio 2024.

HENNION, A. Pragmática do Gosto. **Desigualdade & Diversidade**, n. 8, 2011, p. 253-277. Disponível em: https://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo10_8.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

HIRATA, H. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 111-128, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acesso em: 28 maio 2024.

HUGHES, E. C. Institutional office and the person. **American Journal of Sociology**, v. 43, n. 3, p. 404-413, 1937. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2768627>. Acesso em: 28 maio 2024.

HUGHES, E. C. Careers. **Qualitative Sociology**, v. 20, n. 3, p. 389-397, 1997.

HUMMEL, R.; KIRCHHOFF, S.; PRANDNER, D. "We used to be queens and now we are slaves" Working conditions and career strategies in the journalistic field. **Journalism Practice**, v. 6, p. 722-731, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17512786.2012.667276>. Acesso em: 28 maio 2024.

IACONELLI, V. **Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas de reprodução**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFsf85kk/?lang=pt#>. Acesso em: 28 maio 2024.

KIAN, A. Erving Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas. In: CHABAUD-RYCHTER *et al.* (org.). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014. p. 313-326.

KIKUTI, A. **Risco biográfico e trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do LinkedIn**. 2023. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2023.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetórias profissionais de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. In: PEREIRA, F. H.; ROCHA, P. M.; GROHMANN, R.; LIMA, S. P. (org.). **Novos olhares sobre o trabalho no jornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2020. p. 37-49.

KIKUTI, A.; MICK, J.; ROCHA, P. M. Masculização e desfeminilização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/838DDDrxzTp96rk8xW4XWDC/#>. Acesso em: 28 mar. 2024.

KIM, K. H. Obstacles to the success of female journalists in Korea. **Media, Culture & Society**, v. 28, n. 1, p. 123-141, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0163443706059578>. Acesso em: 22 set. 2025.

LACHOVER, E; LEMISH, D. Women in Israeli journalism: forwards and backwards. **Israel Affairs**, v. 24, n. 3, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13537121.2018.1454016>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LAURETIS, T. D. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. D. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

LE CAM, F. Photographs of newsrooms: From the printing house to open space offices. Analyzing the transformation of workspaces and information production. **Journalism**, v. 16, n. 1, p. 134-152, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884914558347>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LEITE, A. T. B. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 44-68, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3810>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LELO, T. V.; MENESES, G.; PEREIRA, F. Consequences of Digital Platforms' Use on the Work-Life Balance of Brazilian Journalists. **New Media & Society**: Ahead of Print, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/14614448241302409>. Acesso em: 25 set. 2025.

LELO, T. V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019.

LIMA, S. P. *et al.* **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicação, 2022.

LIMA-SOUZA, E. C. P.; MOTA-SANTOS, C. M.; CARVALHO NETO, A. De Operárias a Abelhas Rainhas: obstáculos que impactam a carreira das jornalistas. **E-Compós**, v. 24, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2224>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOBO, P. *et al.* “In Journalism, We Are All Men”: material voices in the production of gender meanings. **Journalism Studies**, v. 18, n. 9, p. 1148-1166, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/1461670X.2015.1111161?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LOUBACK, A. C. S. Jornalistas negras no Rio de Janeiro: interseccionalidades e trajetórias pessoais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: MM, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499448469_ARQUIVO_TRABALHOFINAL-FazendoGenero.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

MAARES, P.; BANJAC, S.; NÖLLEKE, D. Newsrooms as Sites of Community and Identity: Exploring the Importance of Material Place for Journalistic Work. **Journalism Studies**, v. 24, n. 13, p. 1611-1628, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2023.2241074>. Acesso em: 29 maio 2025.

MARTINEZ, F. J. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/70177>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 2, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/22464>. Acesso em: 23 set. 2025.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **MATRIZES**, v. 12, n. 2, p. 217-234, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/140592>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MATTEI, T. F.; CUNHA, M. S. A crise econômica brasileira e os seus efeitos sobre o emprego formal: uma decomposição shift-share estocástica. **Revista Orbis Latina**, v. 10, n. 1, p. 116-138, 2020. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1781>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MATIAS, L. G. S.; PAIVA, T. T.; ALENCAR, C. R. B. Maternidade e carreira profissional: uma revisão integrativa. **Psicologia e Saber Social**, v. 11, n. 2, p. 130-149, 2022. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/88271>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MAZOTTE, N.; TOSTE, V. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Abraji, 2017. Disponível em: http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

MELKI, J. P.; MALLAT, S. E. Block Her Entry, Keep Her Down and Push Her Out: Gender discrimination and women journalists in the Arab world. **Journalism Studies**, v. 17, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2014.962919>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MENGER, P. M. **Le travail créateur: S'accomplir dans l'incertain**. Paris: Seuil/Gallimard, 2009.

MENESES, G. S. **O jornalista nas universidades federais brasileiras: identidade, ideologias e negociações**. 2019. 346 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MEYERS, O.; DAVIDSON, R. The journalistic structure of feeling: An exploration of career life histories of Israeli journalists. **Journalism**, v. 15, n. 8, p. 987-1005, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884913512930>. Acesso em: 28 maio 2024.

MICK, J.; KIKUTI, A. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Plural**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 210-239, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/179830>. Acesso em: 22 set. 2025.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MORAES, F.; SILVA, M. V. D. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia decolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 28 maio 2024.

MOURA, D. O. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: BELISÁRIO, K.; MOURA, D. O.; GUAZINA, L. S. (org.). **Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2019. p. 139-151.

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. Mulheres jornalistas e o 'teto de vidro raça/gênero/classe' a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

NICOLETTI, J. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise**. 2019. Tese (Doutorado em Jornalismo) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

NICOLETTI, J.; KIKUTI, A.; MICK, J. A precariedade tem gênero? Condições de trabalho, saúde e violências das jornalistas brasileiras. In: BARROS, J. V.; NICOLETTI, J.; LIMA, S. P. (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades**. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2023. p. 61-82.

NILSSON, M. L. “Thinkings” and “Doings” of gender: Gendering processes in Swedish television news production. **Journalism Practice**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17512780903119693?tab=permissions&scroll=top&role=tab>. Acesso em: 28 maio 2024.

NORBÄCK, M. Maintaining a Freelance Career: How Journalists Generate and Evaluate Freelance Work. **Journalism Studies**, v. 23, n. 10, p.1141-1159, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2022.2073257>. Acesso em: 12 jun. 2023.

NORTH, L. Gendered experiences of industry change and the effects of neoliberalism. **Journalism Studies**, v. 10, n. 4, p. 506-521, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700902783911>. Acesso em: 22 set. 2025.

NORTH, L. Still a ‘blokes club’: The motherhood dilemma in journalism. **Journalism**, v. 17, n. 3, p. 315-330, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884914560306>. Acesso em: 22 set. 2025.

OGUNDOYIN, O. S. Journalism as a profession: the challenges of women in a discriminatory society. **EJOTMAS: Ekpoma Journal of Theatre and Media Arts**, v. 7, n. 1-2, p. 190-204, 2019. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ejotmas/article/view/194700>. Acesso em: 13 abr. 2024.

OLIVEIRA, M. R.; GROHMANN, R. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. **Libero**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 123-132, jan./jun. 2015. Disponível em <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/79>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ÖRNEBRING, H.; MÖLLER, C. In the Margins of Journalism: Gender and livelihood among local (ex-)journalists in Sweden. **Journalism Practice**, v. 12, n. 8, p. 1051-1060, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512786.2018.1497455>. Acesso em: 16 out. 2024.

OYĚWÙMÍN, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, F. H. *et al.* Jornalismo e identidade profissional (dossiê). **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 2. Dez. 2013. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/issue/view/30>. Acesso em: 28 maio 2024.

PEREIRA, E. *et al.* Rede de apoio na conciliação família e trabalho: uma revisão sistemática de literatura. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 2, p.556-579, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/14307>. Acesso em: 25 set. 2025.

PEREIRA, F. H. Objetivação e Triangulação Metodológica em Entrevistas de Pesquisa com Jornalistas: análise de uma carreira profissional. **Revista Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 47-68, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/233>. Acesso em: 25 set. 2025.

PEREIRA, F. H. **As diferentes maneiras de ser jornalista**: um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 2020a.

PEREIRA, F. H. 'Old journalists' in a 'new media' environment? A study on the career choices of digital journalists. **The Journal of International Communication**, v. 26, n. 1, p. 36-58, 2020b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13216597.2019.1677261>. Acesso em: 28 maio 2024.

PEREIRA, F. H. Media crisis and its effects on digital journalism careers in Canada. **Journalism**, v. 24, n. 11, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14648849221116186>. Acesso em: 28 maio 2024.

PEREIRA, F. H.; MACHADO, L. M. M. Journalistic Careers and Gender in Brazil: Impasses and Inequalities between Men and Women in the Profession. **Journalism Studies**, v. 25, n. 15, p. 1911-1930, 2024. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2024.2404221>. Acesso em: 22 set. 2025.

PEREIRA, F. H.; NEVES, L. M. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intexto**, Porto Alegre, n. 29, p. 35-50, dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/41898>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PITHAN, L. H.; VACLAVIK, M. C.; OLTRAMARI, A. P. Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, p. 158-171, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sPLgqsqNPrXV4dRxPw6J4fK/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2024.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. **Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.**, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822006000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 25 set. 2025.

REINARDY, S. Newspaper journalism in crisis: Burnout on the rise, eroding young journalists' career commitment. **Journalism**, v. 12, n. 1, p. 33-50, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884910385188>. Acesso em: 28 maio 2024.

RIOS, A. O. *et al.* **Mães jornalistas e o contexto da pandemia**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

ROCHA, P. M. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROCHA, P. M. Mulher jornalista: relações familiares e profissionais. **Comunicación e Ciudadania**, n. 1, p. 119-134, 2007. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2542864>. Acesso em 22 set. 2025.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; FRAGA, A. M. Queering Carreiras: Interseccionalidades de Gênero, Sexualidade e Classe na Trajetória de um Bailarino. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 4, p. 7-32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33920>. Acesso em: 22 set. 2025.

ROSS, K. Women at Work: journalism as en-gendered practice. **Journalism Studies**, v. 2 n. 4, p. 531-544, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/14616700120086404?scroll=top>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SALVAGNI, J. *et al.* Maternidade e mercado de trabalho: A trajetória das mulheres no desenvolvimento de carreiras. **Confluências** - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 25, n. 1, p. 18-42, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/57084>. Acesso em: 25 set. 2025.

SANTOS, M.; TEMER, A. C. R. P. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **Comunicação & Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 35-58, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/2f350287-c412-4d45-8d6e-d5348b1d6194/content>. Acesso em: 22 set. 2025.

SCAVONE, L. Estudos de gênero e feministas: um campo científico?. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu/MG. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2007. p. 1-23. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st18-5/2952-lucilascavone-estudos/file>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, H. B. D. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019. p. 49-80.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SILVA, S. M. V. D. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Biblio 3W** - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 262, p. 1-13, 2000. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/1212>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, S. M. V. D. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Curso de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, N. C. D.; GONÇALVES, E. M. O discurso das mulheres fotojornalistas: desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, p. 202-219, 2018. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1056>. Acesso em: 22 set. 2025.

SOUZA, A. L. F. **Ser mãe é foda!**: mulher, (não) maternidade e mídias sociais. Porto Alegre, RS: Zouk, 2022.

SNYDER, I.; JOHNSON, K.; KOZIMOR-KING, M. L. Work-balance in media newsrooms. **Journalism**, v. 22, n. 8, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884919841759>. Acesso em: 22 set. 2025.

STEINER, L. Gender and Journalism. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-91>. Acesso em: 28 maio 2024.

STRAUSS, A. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Ed. USP, 1999.

TELES, A. M. **A construção da carreira e identidade profissional das mulheres jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos institutos federais**: uma abordagem étnico-racial. 2024. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília, 2024.

TRÉANTON, J. R. Le concept de carrière. **Revue Française de Sociologie**, v. 1, n. 1, p. 73-80, 1960. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1960_num_1_1_1737. Acesso em: 28 maio 2024.

TRAPIER, P. Everett Cherington Hughes: dimensão de gênero e diferenças sexuais. In: CHABAUD-RYCHTER *et al.* (org.). **O gênero nas ciências sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014. p. 249-262.

TSUI, C. Y. S.; LEE, F. L. F. Trajectories of women journalists' careers in Hong Kong. **Journalism Studies**, v. 13, n.3, p. 370-385, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2011.592360>. Acesso em: 22 set. 2022.

USHER, N. Newsroom moves and the newspaper crisis evaluated: space, place, and cultural meaning. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 7, p. 1005-1021, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0163443715591668>. Acesso em: 25 set. 2025.

VELHO, G. Anselm Strauss: indivíduo e vida social. *In*: STRAUSS, A. L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Ed. USP, 1999.

VIEIRA, A. V. C. **Mulheres à parte**: a trajetória das jornalistas que saem da profissão no Brasil (2012-2017). 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Curso de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 28 maio 2024.

ZACARIOTTI, M.; MARQUES, R.; SANTIAGO, A. Perfil do Jornalista da Região Norte do Brasil: contexto desafiador de precarização do trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 21., 2023, Brasília. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2023. p. 1-23. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2023/trabalhos/perfil-do-jornalista-da-regiao-norte-do-brasil-contexto-desafiador-de-precariizacao?lang=pt-br>. Acesso em: 11 out. 2024.

ZANELLO, V. **Prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

ZIMMERMAN, D.; WIEDER, L. The diary: diary-interview method. **Urban Life**, v. 5, n. 4, p. 479-498. jan.1977. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089124167700500406>. Acesso em: 23 set. 2025.